



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7595 / 7624

Email: [quintasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quintasecex@tce.mt.gov.br)

**RELATÓRIO DAS CONTAS ANUAIS DE GOVERNO**  
**DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARENAPOLIS**  
**EXERCÍCIO 2024**

PROCESSO N.º:	1850547/2024
PRINCIPAL:	PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS
CNPJ:	24.977.654/0001-38
ASSUNTO:	CONTAS ANUAIS DE GOVERNO MUNICIPAL
PREFEITO MUNICIPAL:	EDERSON FIGUEIREDO
RELATOR:	JOSÉ CARLOS NOVELLI
MUNICÍPIO DO FISCALIZADO:	ARENAPOLIS
NÚMERO OS:	4363/2025
EQUIPE TÉCNICA:	NUCIA FALCAO CAMARGO DA SILVA





## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>11</b>
<b>2. INFORMAÇÕES GERAIS DO MUNICÍPIO</b>	<b>12</b>
<b>2. 1. CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO</b>	<b>12</b>
<b>2. 2. PARECER PRÉVIO PELO TCE-MT DE 2019 A 2023</b>	<b>12</b>
<b>2. 3. IGF-M - ÍNDICE DE GESTÃO FISCAL DOS MUNICÍPIOS - 2020 a 2024</b>	<b>12</b>
<b>2. 4. GESTORES E RESPONSÁVEIS</b>	<b>15</b>
<b>2. 5. PERFIL DA ENTIDADE PÚBLICA</b>	<b>15</b>
<b>3. PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO</b>	<b>15</b>
<b>3. 1. PROCESSO ORÇAMENTÁRIO (Dados Consolidados do Município)</b>	<b>16</b>
<b>3. 1. 1. PLANO PLURIANUAL - PPA</b>	<b>16</b>
<b>3. 1. 2. LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO</b>	<b>17</b>
<b>3. 1. 3. LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA</b>	<b>21</b>
<b>3. 1. 3. 1. ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>23</b>
<b>4. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>29</b>
<b>4. 1. RECEITA ORÇAMENTÁRIA CONSOLIDADA</b>	<b>29</b>
<b>4. 1. 1. CONSISTÊNCIA ENTRE O VALOR DAS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E OS VALORES INFORMADOS NA PRESTAÇÃO DE CONTAS</b>	<b>29</b>
<b>4. 1. 1. 1. PRINCIPAIS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DO ESTADO</b>	<b>30</b>
<b>4. 1. 2. EVOLUÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>31</b>
<b>4. 1. 3. RECEITA TRIBUTÁRIA PRÓPRIA</b>	<b>33</b>
<b>4. 1. 4. GRAU DE AUTONOMIA FINANCEIRA DOS MUNICÍPIOS</b>	<b>36</b>
<b>4. 2. DESPESA ORÇAMENTÁRIA CONSOLIDADA</b>	<b>38</b>
<b>4. 2. 1. EVOLUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>38</b>
<b>5. ANÁLISE DOS BALANÇOS CONSOLIDADOS</b>	<b>40</b>
<b>5. 1. CONVERGÊNCIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS</b>	<b>41</b>
<b>5. 1. 1. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO</b>	<b>42</b>
<b>5. 1. 2. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DO BALANÇO FINANCEIRO</b>	<b>44</b>
<b>5. 1. 3. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL</b>	<b>46</b>
<b>5. 1. 3. 1. COMPARABILIDADE DO BALANÇO PATRIMONIAL (exercício atual versus exercício anterior)</b>	<b>47</b>





5. 1. 3. 2. CONSISTÊNCIA ENTRE O ATIVO E O PASSIVO	48
5. 1. 3. 3. APROPRIAÇÃO DO RESULTADO PATRIMONIAL	50
5. 1. 3. 4. RESULTADO FINANCEIRO	50
5. 1. 4. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DAS VARIÇÕES PATRIMONIAIS	51
5. 1. 5. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	53
5. 1. 6. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS NOTAS EXPLICATIVAS E ASPECTOS GERAIS	54
5. 2. PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS	57
5. 2. 1. APROPRIAÇÃO DE 13º SALÁRIO (GRATIFICAÇÃO NATALINA) E FÉRIAS	58
5. 3. SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	60
5. 3. 1. RESULTADO DA ARRECADAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA RECEITA	60
5. 3. 1. 1. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA RECEITA (QER) - EXCETO INTRA	60
5. 3. 1. 2. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA RECEITA CORRENTE (QERC) - EXCETO INTRA	61
5. 3. 1. 3. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA RECEITA DE CAPITAL (QRC) - EXCETO INTRA	62
5. 3. 2. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA DESPESA	62
5. 3. 2. 1. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA DESPESA (QED) - EXCETO INTRA	62
5. 3. 2. 2. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA DESPESA CORRENTE (QEDC) - EXCETO INTRA	63
5. 3. 2. 3. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA DESPESA DE CAPITAL (QDC) - EXCETO INTRA	64
5. 3. 3. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	65
5. 3. 3. 1. REGRA DE OURO (Art. 167, III, CF)	65
5. 3. 3. 2. QUOCIENTE DO RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (QREO)	66
5. 4. SITUAÇÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL	68
5. 4. 1. QUOCIENTE DE RESTOS A PAGAR	68
5. 4. 1. 1. QUOCIENTE DE DISPONIBILIDADE FINANCEIRA PARA PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR	69
5. 4. 1. 2. QUOCIENTE DE INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR	71
5. 4. 1. 3. QUOCIENTE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA (QSF) - EXCETO RPPS	72
6. LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	73





6. 1. DÍVIDA PÚBLICA	73
6. 1. 1. QUOCIENTE DO LIMITE DE ENDIVIDAMENTO (QLE)	74
6. 1. 2. QUOCIENTE DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA (QDPC)	75
6. 1. 3. QUOCIENTE DE DISPÊNDIO DA DÍVIDA PÚBLICA (QDDP)	76
6. 2. EDUCAÇÃO	77
6. 2. 1. FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB	80
6. 2. 1. 1. FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO UNIÃO	84
6. 3. SAÚDE	86
6. 4. DESPESAS COM PESSOAL	88
6. 4. 1. PESSOAL - LIMITES LRF	88
6. 4. 1. 1. LIMITE PRUDENCIAL E LEGAL DO PODER EXECUTIVO	90
6. 5. LIMITES DA CÂMARA MUNICIPAL	90
6. 6. LIMITE - DESPESAS CORRENTES/RECEITAS CORRENTES - Art. 167-A CF	93
7. REGIME PREVIDENCIÁRIO	97
8. CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS	98
8. 1. RESULTADO PRIMÁRIO	98
9. POLÍTICAS PÚBLICAS	100
9. 1. INDICADORES DE EDUCAÇÃO	100
9. 1. 1. ALUNOS MATRICULADOS	101
9. 1. 2. IDEB	103
9. 1. 3. FILA EM CRECHES E PRÉ-ESCOLA EM MT	105
9. 2. INDICADORES DE MEIO AMBIENTE	107
9. 2. 1. DESMATAMENTO	108
9. 2. 2. FOCOS DE QUEIMA	109
9. 3. INDICADORES DE SAÚDE	113
9. 3. 1. INDICADORES ESTRATÉGICOS DE SAÚDE	115
9. 3. 1. 1. TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL - TMI	115
9. 3. 1. 2. TAXA DE MORTALIDADE MATERNA	116
9. 3. 1. 3. TAXA DE MORTALIDADE POR HOMICÍDIO	117
9. 3. 1. 4. TAXA DE MORTALIDADE POR ACIDENTE DE TRÂNSITO - TMAT	118
9. 3. 2. INDICADORES ESTRATÉGICOS DE ACESSO E COBERTURA	119
9. 3. 2. 1. COBERTURA DA ATENÇÃO BÁSICA - CAB	119







9. 3. 2. 2. COBERTURA VACINAL	120
9. 3. 2. 3. NÚMERO DE MÉDICOS POR HABITANTES - NMH	121
9. 3. 3. INDICADORES DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE SAÚDE	
9. 3. 3. 1. PROPORÇÃO DE INTERNAÇÕES POR CONDIÇÕES SENSÍVEIS À ATENÇÃO BÁSICA - ICSAP	123
9. 3. 3. 2. PROPORÇÃO DE CONSULTAS PRÉ-NATAIS ADEQUADAS	124
9. 3. 4. INDICADORES EPIDEMIOLÓGICOS	125
9. 3. 4. 1. PREVALÊNCIA DE ARBOVIROSES	126
9. 3. 4. 2. TAXA DE DETECÇÃO DE HANSENÍASE	127
9. 3. 4. 3. TAXA DE DETECÇÃO DE HANSENÍASE EM MENORES DE 15 ANOS	128
9. 3. 4. 4. PERCENTUAL DE CASOS DE HANSENÍASE COM GRAU 2 DE INCAPACIDADE	129
9. 3. 5. CONCLUSÃO TÉCNICA GERAL	130
9. 3. 6. FONTES E METODOLOGIA DE APURAÇÃO DOS DADOS EM SAÚDE	133
9. 3. 6. 1. REFERÊNCIA TÉCNICA PARA CLASSIFICAÇÃO DOS INDICADORES DE SAÚDE	134
9. 3. 6. 2. CRITÉRIO DE CLASSIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO GERAL DOS INDICADORES	136
10. REGRAS FISCAIS DE FINAL DE MANDATO	137
10. 1. COMISSÃO DE TRANSIÇÃO DE MANDATO	137
10. 2. OBRIGAÇÃO DE DESPESAS CONTRAÍDA NOS ÚLTIMOS QUADRIMESTRES DO ANO DE FINAL DE MANDATO	138
10. 3. CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO NOS 120 DIAS ANTERIORES AO FINAL DE MANDATO	139
10. 4. CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DE RECEITA NO ÚLTIMO ANO DE MANDATO	140
10. 5. AUMENTO DE DESPESAS COM PESSOAL REALIZADO NOS 180 DIAS ANTERIORES AO FINAL DE MANDATO	141
11. PRESTAÇÃO DE CONTAS	142
11. 1. PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GOVERNO AO TCE	142
12. RESULTADO DOS PROCESSOS DE FISCALIZAÇÃO	145
13. CUMPRIMENTO DAS DECISÕES TCE/MT	146
13. 1. TRANSPARÊNCIA PÚBLICA	147
13. 2. PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES (Decisão Normativa n.º 10/2024)	149
13. 3. ACS E ACE (Decisão Normativa n.º 07/2023)	153
13. 4. OUVIDORIA	154





<b>14. CONCLUSÃO DA ANÁLISE DAS CONTAS DE GOVERNO</b>	<b>158</b>
<b>14. 1. PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO</b>	<b>158</b>
<b>14. 2. CONCLUSÃO DA ANÁLISE DESTE RELATÓRIO TÉCNICO</b>	<b>159</b>
<b>14. 3. APÊNDICES</b>	<b>162</b>
<b>Anexo: 1 - ORÇAMENTO</b>	<b>163</b>
<b>Quadro: 1.1 - Créditos Adicionais - por Fonte de Financiamento (Agrupados por Destinação de Recursos)</b>	<b>163</b>
<b>Quadro: 1.2 - Créditos Adicionais do Período por Unidade Orçamentária</b>	<b>166</b>
<b>Quadro: 1.3 - Superávit Financeiro Exercício anterior X Créditos Adicionais Financiados por Superávit</b>	<b>169</b>
<b>Quadro: 1.4 - Excesso de Arrecadação X Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação/Operação de Crédito</b>	<b>176</b>
<b>Quadro: 1.5 - Resultado da Execução Orçamentária X Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação</b>	<b>179</b>
<b>Quadro: 1.6 - Alterações de Fontes de Recursos das dotações orçamentárias</b>	<b>184</b>
<b>Quadro: 1.7 - Alterações Orçamentárias - Leis Autorizativas/Fontes de Financiamento</b>	<b>185</b>
<b>Anexo: 2 - RECEITA</b>	<b>201</b>
<b>Quadro: 2.1 - Resultado da arrecadação orçamentária - Origem de recursos da receita</b>	<b>201</b>
<b>Quadro: 2.2 - Resultado da arrecadação orçamentária - Origem de Receitas (Valores Líquidos)</b>	<b>202</b>
<b>Quadro: 2.3 - Receita Corrente Líquida (RCL)</b>	<b>202</b>
<b>Quadro: 2.4 - Deduções da Receita Corrente (Exceto deduções para FUNDEB)</b>	<b>203</b>
<b>Quadro: 2.5 - Receita Tributária Própria (Valores Líquidos)</b>	<b>203</b>
<b>Anexo: 3 - DESPESA</b>	<b>205</b>
<b>Quadro: 3.1 - Despesa por Categoria Econômica</b>	<b>205</b>
<b>Quadro: 3.2 - Despesa por Função de Governo</b>	<b>206</b>
<b>Quadro: 3.3 - Programas de Governo - Previsão e Execução</b>	<b>208</b>
<b>Anexo: 4 - ANÁLISE DA SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>210</b>
<b>Quadro: 4.1 - Resultado da Execução Orçamentária Ajustado - Poderes e Órgãos Integrantes do OFSS</b>	<b>210</b>
<b>Quadro: 4.2 - [AUXILIAR] - Resultado Orçamentário</b>	<b>212</b>





**Quadro: 4.3 - Execução Orçamentária por Fonte X Superávit Financeiro  
(Exercício Corrente) - Inclusive RPPS**

<b>Anexo: 5 - RESTOS A PAGAR</b>	226
<b>Quadro: 5.1 - Restos a Pagar Processados e Não Processados</b>	226
<b>Quadro: 5.2 - Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar - Poder Executivo - Exceto RPPS (Inclusive Intra)</b>	227
<b>Quadro: 5.3 - Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar - RPPS (Inclusive Intra)</b>	235
<b>Quadro: 5.4 - Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar - Poder Legislativo (Inclusive Intra)</b>	236
<b>Anexo: 6 - DIREITOS E OBRIGAÇÕES</b>	237
<b>Quadro: 6.1 - Dívida Ativa</b>	237
<b>Quadro: 6.2 - Superávit/Déficit Financeiro - Total - Exceto RPPS</b>	237
<b>Quadro: 6.3 - Quociente da Situação Financeira por Fonte - Exceto RPPS</b>	238
<b>Quadro: 6.4 - Quociente da Situação Financeira por Fonte - RPPS</b>	243
<b>Quadro: 6.5 - Dívida Consolidada Líquida (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") Exceto RPPS</b>	244
<b>Quadro: 6.6 - Quociente de Dispendio da Dívida Pública (QDDP) - Exceto RPPS</b>	245
<b>Quadro: 6.7 - Dívida Pública Contratada (art. 7º, I, da Resolução do Senado nº 43/2001)</b>	245
<b>Quadro: 6.8 - Demonstrativo da Dívida Flutuante (Consolidado) - Restos a Pagar</b>	246
<b>Quadro: 6.9 - Demonstrativo da Dívida Flutuante (Consolidado) - Depósitos / Consignações/ ARO</b>	246
<b>Quadro: 6.10 - Demonstrativo da Dívida Flutuante (Consolidado) - RESUMO</b>	247
<b>Anexo: 7 - EDUCAÇÃO</b>	249
<b>Quadro: 7.1 - Receita base para Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (art.212, CF)</b>	249
<b>Quadro: 7.2 - Receita do FUNDEB</b>	249
<b>Quadro: 7.3 - [AUXILIAR] FUNDEB - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS</b>	250
<b>Quadro: 7.4 - Despesas com Recursos do FUNDEB</b>	251
	252





**Quadro: 7.5 - Despesas Custeadas com Receitas do FUNDEB Recebidas no Exercício**

<b>Quadro: 7.6 - Indicadores do FUNDEB</b>	253
<b>Quadro: 7.7 - [AUXILIAR] FUNDEB - RECEITA BASE - PROFISSIONAIS ED. BÁSICA</b>	254
<b>Quadro: 7.8 - FUNDEB - Receita Recebida e não aplicada no Exercício</b>	254
<b>Quadro: 7.9 - [AUXILIAR] FUNDEB - DESPESA EMPENHADA X RECEITA DO EXERCÍCIO</b>	255
<b>Quadro: 7.10 - Despesas provenientes de Superávit Financeiro aplicado até o 1º quadrimestre - FUNDEB</b>	255
<b>Quadro: 7.11 - Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar dos Recursos do Fundeb e MDE no final do exercício</b>	256
<b>Quadro: 7.12 - Cancelamento, no exercício, de restos a pagar inscritos com disponibilidade financeira de recursos de impostos vinculados ao ensino</b>	258
<b>Quadro: 7.13 - Apuração da Despesas Com Ações Típicas de MDE para Fins de Limites Constitucionais</b>	259
<b>Quadro: 7.14 - Despesas não consideradas como Manutenção e Desenvolvimento do Ensino</b>	259
<b>Quadro: 7.15 - Despesas Empenhadas que se enquadram como MDE classificadas em outras funções</b>	259
<b>Anexo: 8 - SAÚDE</b>	261
<b>Quadro: 8.1 - Receita base para verificação da aplicação mínima de recursos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde</b>	261
<b>Quadro: 8.2 - Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar dos Recursos Base de Aplicação em ASPS</b>	262
<b>Quadro: 8.3 - Demonstrativo de cálculo da aplicação de recursos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS)</b>	263
<b>Quadro: 8.4 - Despesas não consideradas como Ações e Serviços Públicos de Saúde</b>	264
<b>Quadro: 8.5 - Outras despesas Empenhadas que se enquadram como ASPS. Fonte/ destinação de Recursos 500 e 502</b>	265
<b>Anexo: 9 - PESSOAL</b>	266
<b>Quadro: 9.1 - Gastos com Pessoal - Poderes Executivo e Legislativo (Arts. 18 a 22 da LRF)</b>	266
<b>Quadro: 9.2 - Gastos com Pessoal - Poder Executivo (Arts. 18 a 22 LRF)</b>	266





<b>Quadro: 9.3 - Apuração do Cumprimento do Limite Legal Individual - MCASP - STN</b>	<b>267</b>
<b>Quadro: 9.4 - Gastos com Pessoal - Detalhado</b>	<b>269</b>
<b>Anexo: 10 - REPASSE A CÂMARA</b>	<b>272</b>
<b>Quadro: 10.1 - Limite de repasse para a Câmara Municipal. Receita Base (art. 29-A, CF)</b>	<b>272</b>
<b>Quadro: 10.2 - Índices e Limites Câmara Municipal (Artigo 29-A da CF)</b>	<b>272</b>
<b>Quadro: 10.3 - Despesa com Folha de Pagamento do Poder Legislativo (Art. 29-A, §1º, da CF/88)</b>	<b>273</b>
<b>Quadro: 10.4 - Auxiliar – Gastos com Inativos</b>	<b>273</b>
<b>Quadro: 10.5 - Auxiliar – Valor Gasto pela Câmara Municipal - Art. 29-A, CF/88</b>	<b>273</b>
<b>Anexo: 11 - METAS FISCAIS</b>	<b>275</b>
<b>Quadro: 11.1 - Receitas Primárias (Exceto RPPS)</b>	<b>275</b>
<b>Quadro: 11.2 - Despesas Primárias (Exceto RPPS)</b>	<b>275</b>
<b>Anexo: 12 - LIMITE CONSTITUCIONAL ART. 167-A</b>	<b>276</b>
<b>Quadro: 12.1 - Relação entre Despesas e Receitas Correntes - Art. 167-A CF</b>	<b>276</b>
<b>Anexo: 13 - REGRAS FINAL DE MANDATO</b>	<b>277</b>
<b>Quadro: 13.1 - Disponibilidade Líquida Pagamento de Restos a Pagar em 31/12/2024 - Poder Executivo (Art. 42 LRF)</b>	<b>138</b>
<b>Quadro: 13.2 - Disponibilidade Líquida em 30/04/2024 - (ART. 42 – LRF)</b>	<b>285</b>
<b>Apêndice A - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias</b>	
<b>Apêndice B - LOA 2024 - Lei Orçamentária Anual</b>	
<b>Apêndice C - Alterações Orçamentárias</b>	
<b>Apêndice D - Educação</b>	
<b>Apêndice E - Saúde</b>	
<b>Apêndice F - Pessoal</b>	
<b>Apêndice G - Demonstrações Contábeis</b>	
<b>Apêndice H - Regras Final de Mandato</b>	
<b>Apêndice I - Prestação de Contas</b>	
<b>Apêndice J - Cumprimento de Decisões TCE</b>	





## 1. INTRODUÇÃO

Em atendimento aos arts. 31, 71, inciso I e 75 da Constituição Federal, ao art. 210 da Constituição Estadual, bem como aos arts. 1º, inciso I e 26 da Lei Complementar Estadual n.º 269/2007 e ao art. 1º, incisos I e X da Resolução Normativa n.º 16/2021/TCE-MT, apresenta-se o Relatório Preliminar de Instrução de Contas com o resultado do exame das contas anuais do Município de **ARENAPOLIS** - exercício financeiro de **2024** - com o objetivo de subsidiar a emissão do Parecer Prévio sobre as Contas de Governo prestadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

O ano de 2024 representa uma fase de transição nas administrações municipais no Brasil. Nesse contexto, a Lei de Responsabilidade Fiscal e o Senado Federal estabelecem normas para garantir o equilíbrio das contas públicas, prevenindo ações que possam comprometer a sustentabilidade fiscal. Este relatório inclui a análise do cumprimento das disposições sobre o encerramento de mandato, conforme os artigos 42, parágrafo único, da LRF; 15, caput, da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001; 38, IV, "b" da LRF em consonância com o artigo 15, §2º da Resolução do Senado n.º 43/2001; e 21, II da LRF.

A análise das contas considerou as informações e os documentos apresentados nas prestações de contas mensais encaminhadas pelos responsáveis dos Poderes Executivo e Legislativo, assim como dos demais órgãos da Administração Indireta que prestam contas individualmente ao TCE-MT, e a carga especial de Contas de Governo, encaminhadas por meio do Sistema Auditoria Pública Informatizada de Contas - Aplic, em atendimento à Resolução Normativa n.º 03/2020 /TCE-MT/TP.

Destaca-se, ainda, que nos casos em que a equipe técnica detectou irregularidades nos registros contábeis de receitas e despesas houve alteração dos valores para efeito de todos os cálculos dos limites constitucionais e legais, prevalecendo o valor considerado correto após fiscalização realizada em valores específicos, conforme detalhamento que será apresentado em cada tópico deste Relatório.





## 2. INFORMAÇÕES GERAIS DO MUNICÍPIO

### 2. 1. CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO

Data de Criação do Município	15/12/1953
Área Geográfica	417,337 km²
Distância Rodoviária do Município à Capital	208 Km
População do Município - IBGE - 2024	10.747

[https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/?utm\\_source=ibge&utm\\_medium=home&utm\\_campaign=portal](https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/?utm_source=ibge&utm_medium=home&utm_campaign=portal)

### 2. 2. PARECER PRÉVIO PELO TCE-MT DE 2019 A 2023

Ressalta-se, que está disposta no Tópico 13 deste Relatório Técnico, a síntese da verificação do cumprimento das recomendações propostas nos Pareceres Prévios dos exercícios de 2022 e 2023.

Exercício	Protocolo/Ano	Decisão /Ano	Ordenador	Relator	Situação
Parecer Prévio					
2019	88404/2019	120/2021	JOSE MAURO FIGUEIREDO	GONÇALO DOMINGOS DE CAMPOS NETO	Favorável
2020	100781/2020	162/2021	JOSE MAURO FIGUEIREDO	GONÇALO DOMINGOS DE CAMPOS NETO	Favorável
2021	412457/2021	178/2022	EDERSON FIGUEIREDO	WALDIR JÚLIO TEIS	Favorável
2022	89656/2022	46/2023	EDERSON FIGUEIREDO	WALDIR JÚLIO TEIS	Favorável
2023	538418/2023	115/2024	EDERSON FIGUEIREDO	JOSÉ CARLOS NOVELLI	Favorável

[https://www.tce.mt.gov.br/resultado\\_contas/tjur/tipo\\_jur/prefeituras](https://www.tce.mt.gov.br/resultado_contas/tjur/tipo_jur/prefeituras)

### 2. 3. IGF-M - ÍNDICE DE GESTÃO FISCAL DOS MUNICÍPIOS - 2020 a 2024

O Índice de Gestão Fiscal dos Municípios - IGF-M trata-se de indicador que permite mensurar a qualidade da gestão pública dos municípios de Mato Grosso o qual é subsidiado pelos dados recebidos pelo TCE via Aplic durante a análise das Contas Anuais de Governo Municipal.







É importante ressaltar que os índices apresentados neste relatório para os exercícios anteriores podem ter sofrido alterações, quando comparados aos índices apresentados nos relatórios técnicos e pareceres prévios dos respectivos exercícios, devido à possível correção dos dados após apontamentos feitos durante as análises das contas anuais.

A análise da evolução do IGF-M nos últimos cinco anos permite compreender qual é o cenário da gestão fiscal do município, bem como averiguar se houve ou não melhoria do índice.

Portanto, o indicador final é o resultado da média ponderada dos seguintes índices:

1. Índice da Receita Própria Tributária: Indica o grau de dependência das transferências constitucionais e voluntárias de outros entes.
2. Índice da Despesa com Pessoal: Representa quanto os municípios comprometem da sua receita corrente líquida (RCL) com o pagamento de pessoal.
3. Índice de Investimentos: Acompanha o valor investido pelos municípios em relação à receita corrente líquida.
4. Índice de Liquidez: Revela a capacidade da Administração de cumprir com seus compromissos de pagamentos imediatos com terceiros.
5. Índice do Custo da Dívida: Avalia o comprometimento do orçamento com pagamentos de juros, encargos e amortizações de empréstimos contraídos em exercícios anteriores.
6. IGFM Resultado Orçamentário do RPPS: Avalia o quanto o fundo de previdência do município é superavitário ou deficitário.

Os índices e o indicador do Município serão classificados nos conceitos A, B, C e D, de acordo com os seguintes valores de referência:

- a) Conceito A (GESTÃO DE EXCELÊNCIA): resultados superiores a 0,80 pontos.
- b) Conceito B (BOA GESTÃO): resultados compreendidos entre 0,61 e 0,80 pontos.
- c) Conceito C (GESTÃO EM DIFICULDADE): resultados compreendidos entre 0,40 e 0,60 pontos.
- d) Conceito D (GESTÃO CRÍTICA): resultados inferiores a 0,40 pontos.







Destaca-se que o detalhamento dos índices e classificação dos conceitos deste indicador encontram-se no endereço eletrônico <https://srvradar.tce.mt.gov.br/sense/app/93929870-720f-45ba-9695-2c5bd12b5edc>

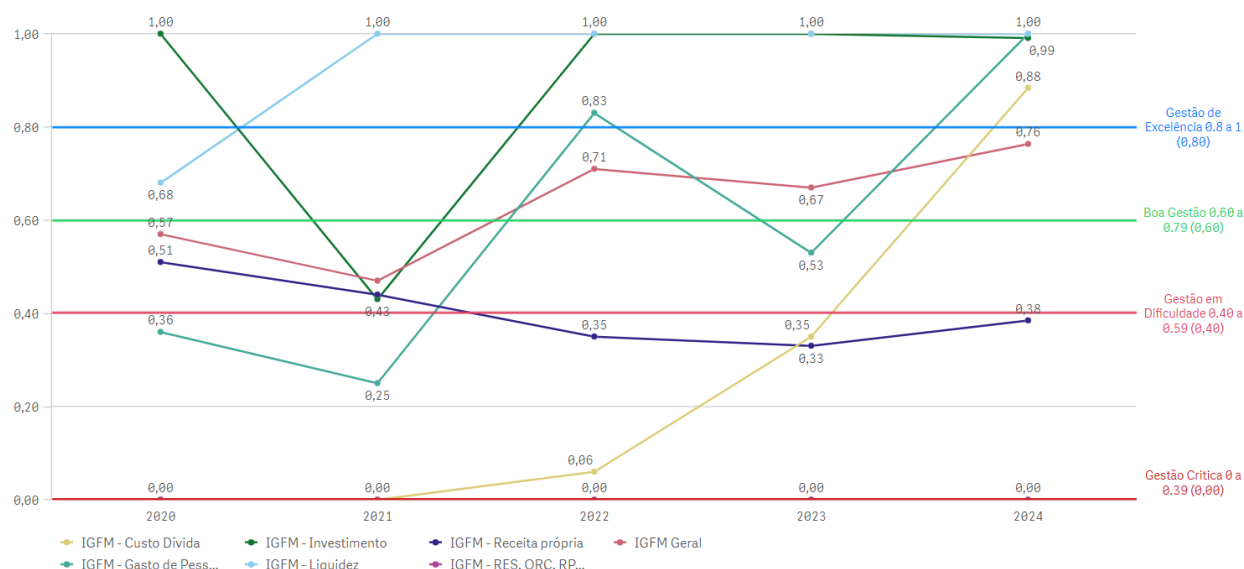
Segue quadro que apresenta o resultado histórico do IGF-M do município de **ARENAPOLIS**:

Exercício	IGFM - Receita própria	IGFM - Gasto de Pessoal	IGFM - Investimento	IGFM - Liquidez	IGFM - Custo Dívida	IGFM - RES. ORÇ. RPPS	IGFM Geral	Ranking
O município possui RPPS							NÃO	0
2020	0,51	0,36	1,00	0,68	0,00	0,00	0,57	85
2021	0,44	0,25	0,43	1,00	0,00	0,00	0,47	135
2022	0,35	0,83	1,00	1,00	0,06	0,00	0,71	60
2023	0,33	0,53	1,00	1,00	0,35	0,00	0,67	60
2024	0,38	0,89	0,99	1,00	0,88	0,00	0,74	-

<https://srvradar.tce.mt.gov.br/sense/app/93929870-720f-45ba-9695-2c5bd12b5edc>

A série histórica indica que o município obteve resultados oscilantes, embora com melhoria nos 3 últimos exercícios, com índice IGFM Geral 0,76 em 2024 e índice médio de 0,64 pontos, sendo classificado no conceito B - Boa Gestão.

IGFM - Índice de Gestão Fiscal dos Municípios





## 2. 4. GESTORES E RESPONSÁVEIS

As contas do Município no exercício de **2024** estiveram sob gestão dos seguintes agentes responsáveis:

ENTIDADE	CARGO	NOME	PERÍODO
GESTORES E RESPONSÁVEIS			
PREFEITURA MUNICIPAL	CONTROLADOR INTERNO	JAMILSON FERREIRA DE SOUZA	13/01/2015 a 31/12/2024
PREFEITURA MUNICIPAL	ORDENADOR DE DESPESAS	EDERSON FIGUEIREDO	01/01/2021 a 31/12/2024
PREFEITURA MUNICIPAL	RESPONSÁVEL CONTÁBIL	MARIA FERNANDES BEATO	01/03/2010 a 31/12/2024
CÂMARA MUNICIPAL	ORDENADOR DE DESPESAS	VALDEMAR PINHEIRO DOS SANTOS	01/01/2023 a 31/12/2024
CÂMARA MUNICIPAL	RESPONSÁVEL CONTÁBIL	JOELSON VESCOVINI DA SILVA	05/07/2021 a 31/12/2024

Sistema Control-P

## 2. 5. PERFIL DA ENTIDADE PÚBLICA

Compõem a estrutura da administração pública municipal:

ENTIDADE
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS

Sistema APLIC

## 3. PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

O processo de planejamento consiste em procedimentos permanentes e dinâmicos utilizados pelos Entes Federativos para demonstrar quais planos e





programas de trabalho, definidos para um período determinado, serão necessários para atender objetivos previamente estabelecidos. O processo orçamentário refere-se à manutenção das atividades dos Entes e viabiliza a execução dos projetos estabelecidos no processo de planejamento.

A Constituição Federal de 1988 definiu em seu art. 165 os seguintes instrumentos de planejamento e de orçamento:

- Plano Plurianual - PPA;
- Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO;
- Lei Orçamentária Anual - LOA.

Essas peças de planejamento formam uma cadeia lógica de procedimentos que se complementam e devem ser elaboradas em sintonia para que se tenha uma gestão orçamentária de qualidade.

Ressalta-se que as peças de planejamento (PPA, LDO, LOA e suas alterações) são encaminhadas ao TCE-MT conforme estabelecido no art. 171, incisos I e II, da Resolução Normativa TCE-MT n.º 16/2021-TP, para subsidiar a emissão do parecer prévio sobre as Contas Anuais de Governo.

Assim, foram realizados exames nas referidas peças e em suas alterações, a fim de verificar as situações encontradas, mediante critérios estabelecidos pelas normas que tratam a matéria.

### **3. 1. PROCESSO ORÇAMENTÁRIO (Dados Consolidados do Município)**

A seguir, serão descritas as informações de interesse à emissão do Parecer Prévio, bem como as irregularidades e seus respectivos achados resultantes dos exames efetuados.

#### **3. 1. 1. PLANO PLURIANUAL - PPA**

O Plano Plurianual - PPA, conforme determina a Constituição Federal de 1988, no art. 165, § 1º, é instituído por lei a cada quatro anos, para vigor no quadriênio





subsequente. Este instrumento de planejamento estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública municipal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

O **PPA** do Município de **ARENAPOLIS** para o quadriênio 2022 a 2025, foi instituído pela Lei n.º **1.527/2021** de 07/12/2021, a qual foi protocolada no TCE-MT sob o nº 825204/2021.

Em **2024**, segundo dados do Sistema Aplic, o PPA foi alterado pelas seguintes leis:

- Nº 1754/2024, 1758, 1760, 1763, 1767, 1767, 1772, 1775, 1782, 1790, 1792, 1808, 1811, 1826 e 1827/2024, todas de autorização para abertura de créditos adicionais especiais.

### 3. 1. 2. LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO

A Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, conforme determina a Constituição Federal de 1988, no art. 165, § 2º, é uma peça de planejamento que dispõe sobre as metas e prioridades da administração pública federal, estabelece as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orienta a elaboração da lei orçamentária anual, dispõe sobre as alterações na legislação tributária e estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

A LDO do Município de **ARENAPOLIS** para o exercício de **2024** foi instituída pela **Lei Municipal n.º 1.695/2023** de 21/07/2023, a qual foi protocolada no TCE-MT sob o n.º 786969/2024. Essa lei foi alterada pelas Leis nº 1714/2023 (exclusão de ações) e 1715/2023 (inclusão de ações), protocolada no TCE-MT sob o n.º 1800647/2024.

O processo de LDO encontra-se apensado ao processo de prestação de contas de contas anuais/2024 - Control-P nº 1850296/2024, Nº Doc. 420702/2024.





A Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, dispõe no § 1º do artigo 4º, que o Anexo de Metas Fiscais integrará o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias. Neste anexo serão estabelecidas as metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultado nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

De acordo com o Manual de Demonstrativos Fiscais, as metas fiscais são o elo entre o planejamento e a elaboração do orçamento e sua execução. Dessa forma, se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (Manual de Demonstrativos Fiscais: aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios. Válido a partir do exercício financeiro de 2024, Secretaria do Tesouro Nacional. - 14ª ed., pág.243)

Entende-se por:

- **Dívida Consolidada Líquida:** Valor obtido deduzindo-se da Dívida Consolidada o valor do Ativo Disponível e dos haveres financeiros líquidos dos Restos a Pagar Processados.
- **Resultado Nominal:** Diferença entre o saldo da dívida consolidada líquida - DCL no final do período de referência e o saldo ao final do período anterior, representando a intenção do ente em contrair ou reduzir obrigações financeiras.
- **Resultado Primário:** Diferença entre os totais das receitas e despesas não-financeiras, demonstrando a capacidade de pagamento do serviço da dívida.

Consta na LDO/2024 o Anexo de Metas Fiscais, conforme o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal (Art. 4º, § 1º), estabelecendo para o exercício de 2024 as seguintes metas anuais:





- a. a meta de resultado primário para o Município é de déficit de -R\$ 47.830,00, significando que as receitas primárias projetadas serão insuficientes para bancar as despesas primárias projetadas para o exercício;
- b. a meta de resultado nominal para o Município é de -R\$ 268.170,00;
- c. o montante da dívida consolidada líquida para 2024 ficou estabelecida em -R\$ 212.910,97.

Esses valores constam do Anexo I da Lei nº 1.733 de 05/12/2023, que alterou os Anexos da LDO/2024 (Apêndice A) - (APLIC/Informes Mensais/Documentos Diversos/Anexo de Metas Fiscais/Doc.46).

AMF/Tabela 1 - DEMONSTRATIVO I - METAS ANUAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÓPOLIS - MT  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
METAS ANUAIS  
2024

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

ESPECIFICAÇÃO	2024					C
	Valor	Valor	% PIB	% RCL	Valor	
	Corrente	Constante	(a / x 100	(a / RCL) x 100	Corrente	
	(a)				(b)	
Receita Total	53.316.503,04	52.695.285,95	0,02%	102,14	55.449.163,16	54,00
Receitas Primárias (I)	53.000.503,04	52.382.967,83	0,02%	101,53	55.120.523,16	54,00
Receitas Primárias Correntes	52.199.503,04	51.591.300,67	0,02%	100,00	54.287.483,16	53,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	5.262.280,00	5.200.966,56	0,00%	10,08	5.472.771,20	5,00
Contribuições	1.165.000,00	1.151.426,01	0,00%	0,00	1.211.600,00	0,00
Transferências Correntes	45.191.813,04	44.665.260,76	0,02%	86,58	46.999.485,56	48,00
Demais Receitas Primárias Correntes	580.410,00	573.647,35	0,00%	1,11	603.626,40	0,00
Receitas Primárias de Capital	801.000,00	791.667,15	0,00%	1,53	833.040,00	0,00
Despesa Total	53.316.503,04	52.695.285,95	0,02%	102,14	55.449.163,16	54,00
Despesas Primárias (II)	53.048.333,04	52.430.240,53	0,02%	101,63	55.170.266,36	54,00
Despesas Primárias Correntes	50.824.021,78	50.231.845,83	0,02%	97,36	52.856.982,65	53,00
Pessoal e Encargos Sociais	25.956.011,87	25.653.585,47	0,01%	49,72	26.994.252,34	28,00
Outras Despesas Correntes	24.868.009,91	24.578.260,36	0,01%	47,64	25.862.730,31	27,00
Despesas Primárias de Capital	2.224.311,26	2.198.394,70	0,00%	4,26	2.313.283,71	0,00
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00
Resultado Primário (III) = (I - II)	-47.830,00	-47.272,71	0,00%	-0,09	-49.743,20	-0,00
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (IV)	316.000,00	312.318,13	0,00%	0,61	328.640,00	0,00
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (V)	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00
Resultado Nominal - (VI) = (III + (IV - V))	-268.170,00	-265.045,42	0,00%	-0,51	-278.896,80	-0,00
Dívida Pública Consolidada	212.910,97	210.430,24	0,00%	0,41	132.648,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida	-212.910,97	-210.430,24	0,00%	-0,41	-132.648,00	-0,00
Receitas Primárias advindas de PPP (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Primárias geradas por PPP (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impacto do saldo das PPPs (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00







O cumprimento da meta fiscal de resultado primário estabelecida na LDO será objeto de análise específica pela equipe técnica e as conclusões serão apresentadas no Capítulo 7 deste Relatório.

Além do Anexo de Metas Fiscais, a LDO deve conter o Anexo de Riscos Fiscais, nos termos do art. 4º, § 3º, da LRF, a fim de evidenciar os principais riscos capazes de influenciar no alcance das metas fiscais propostas e informar as opções escolhidas para enfrentar.

Assim, para que esses riscos não afetem as metas fiscais propostas, foram definidas na LDO/2024 do Município as seguintes providências (Apêndice A):

**ARF/Tabela 1 - DEMONSTRATIVO DOS RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS**



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS - MT  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS  
ANEXO III - DE RISCOS FISCAIS  
**DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDENCIAS**  
2024

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDENCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	30.000,00	Utilização da Reserva de Contingencia	120.000,00
Dívidas em Processo de	0,00		
Avais e Garantias Concedidas	0,00		
Assunção de Passivos	10.000,00		
Assistências Diversas	20.000,00		
Outros Passivos Contingentes	10.000,00		
<b>SUBTOTAL</b>	<b>70.000,00</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>120.000,00</b>
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDENCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação	500.000,00	Limitação de Empenhos	910.500,00
Restituição de Tributos a Maior	10.000,00		
Discrepância de Projeções:	450.000,00		
Outros Riscos Fiscais	500,00		
<b>SUBTOTAL</b>	<b>960.500,00</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>910.500,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.030.500,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>1.030.500,00</b>

FONTE: Secretaria Municipal de Finanças

Sobre a elaboração do LDO é possível afirmar que:





1) As metas fiscais de resultado nominal e primário foram previstas na LDO (art. 4º, §1º da LRF).

2) Em seu artigo 57, parágrafos 1º e 2º, a LDO estabelece as providências que devem ser adotadas caso a realização das receitas apuradas bimestralmente não comporte o cumprimento das metas de resultado primário e nominal (art. 4º, I, b e art. 9º da LRF).

3) A LDO do exercício de 2024 foi regularmente divulgada em obediência aos arts. 48, II, 48-A da Lei Complementar nº 101/2000, com divulgação em 25/07/2023, no endereço eletrônico ([www.arenapolis.mt.gov.br/publicações/leis](http://www.arenapolis.mt.gov.br/publicações/leis)).

Contudo, não foram divulgados os anexos obrigatórios da LDO.

4) A LDO do exercício de 2024 foi publicada em veículo oficial, conforme arts. 1º, § 1º, 9º, § 4º, 48, 48-A e 49 da Lei Complementar nº 101/2000 - Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios Nº 4.282, em 24/07/2023 ([diariomunicipal.org/mt/amm](http://diariomunicipal.org/mt/amm)).

Contudo, não foram publicados os anexos obrigatórios da LDO, nem indicado o endereço eletrônico para acesso a esses anexos .

(Aplic/Informes mensais/Leis/Decretos e Informes Mensais/Documentos Diversos/Doc. 22 Tipo 5).

5) Consta da LDO o Anexo de Riscos Fiscais com a avaliação dos passivos contingentes e outros Riscos, conforme estabelece o artigo 4º, §3º da LRF.

6) Consta da LDO o percentual mínimo de 0,15% e no máximo 2% da receita corrente líquida para a Reserva de Contingência, conforme art.43, destinada a atender passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

### 3. 1. 3. LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA

A Constituição Federal, no art. 165, inciso III e § 5º, determina que lei de iniciativa do Poder Executivo estabeleça o orçamento anual, o qual compreenderá os







Orçamentos Fiscal, de Investimento e da Seguridade Social, abrangendo as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

A LOA do Município de **ARENAPOLIS** para o exercício de **2024** foi publicada em conformidade com a **Lei Municipal n.º 1.728/2023**, de 05/12/2023, a qual foi protocolada no TCE-MT sob o n.º 1790447/2024 (Apêndice B).

Tal processo encontra-se apensado ao processo de contas anuais de governo/2024.

A LOA/2024 estimou a receita e fixou a despesa no montante de R\$ 53.316.503,04, conforme seu art. 1º, sendo este valor desdobrado nos seguintes orçamentos:

- Orçamento Fiscal: R\$ 32.297.860,35
- Orçamento da Seguridade Social: R\$ 21.018.642,69
- Orçamento de Investimento: R\$ 0,00

Sobre a elaboração da LOA é possível afirmar que:

1) O texto da lei destaca os recursos dos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimentos (art. 165, § 5º da CF).

2) A Lei Orçamentária do exercício de 2024 foi regularmente divulgada, em obediência aos arts. 48, II, 48-A da Lei Complementar nº 101/2000, porém, sem seus anexos obrigatórios.

(em 06/12/2023 - [www.arenapolis.mt.gov.br/publicações/leis](http://www.arenapolis.mt.gov.br/publicações/leis)).

3) A Lei Orçamentária do exercício de 2024 foi publicada em veículo oficial, em obediência aos arts. 1º, § 1º, 9º, § 4º, 48, 48-A e 49 da Lei Complementar nº 101/2000, na data de 07/12/2023, no JOEM Nº 4.375 (conforme APLIC/Informes Mensais /Documentos Diversos/Doc. 23).





4) Não consta na LOA autorização para transposição, remanejamento e transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, obedecendo assim, ao princípio da exclusividade (art. 165, § 8º, CF/1988).

A Lei nº 1.746/2024, de 26/01/2024, em seu artigo 1º, autoriza o Executivo Municipal a realizar a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, dos recursos orçamentários constantes da Lei Orçamentária Anual 2024, em consonância com o Inciso VI, art. 167 da Constituição Federal (Apêndice B).

Seu parágrafo único estabelece que os créditos adicionais de que trata o caput, não devem ultrapassar os limites autorizados no Art. 4º da Lei Municipal Nº.1.728/2023, até o limite de 10% (dez por cento) (Lei Orçamentária Anual 2024).

### 3. 1. 3. 1. ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

A Lei Municipal nº 1.728/2023 (LOA/2024) definiu o seguinte parâmetro para as alterações orçamentárias:

**Art. 4º** - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, créditos adicionais suplementares até o limite de 10% (dez por cento), no curso da execução orçamentária, com base nos recursos efetivamente disponíveis, como determinado pelo art. 42 e 43 da Lei nº 4.320/64, de 17 de março de 1964. e Art. 167, inciso V e VI, da Constituição Federal, do total da despesa fixado no art. 3º desta Lei.

Dessa forma, o total autorizado na LOA para abertura de créditos adicionais suplementares é de R\$ 5.331.650,30.

Por meio de outras leis específicas, houve autorização para abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.





Os créditos abertos com base na Lei nº 1.746/2024 foram tratados na execução orçamentária como "créditos adicionais por anulação de dotação", conforme decretos de abertura.

Na tabela abaixo demonstra-se as alterações realizadas no orçamento por meio da abertura de créditos adicionais, nas respectivas unidades orçamentárias do Município e o correspondente orçamento final.

ORÇAMENTO INICIAL (OI)	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSP.	REDUÇÃO	ORÇAMENTO FINAL (OF)	Variação % OF/OI
	SUP.	ESP.	EXTRA.				
R\$ 53.316.503,04	R\$ 32.887.839,14	R\$ 2.658.268,34	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 9.843.996,67	R\$ 79.018.613,85	48,20%
Percentual de alteração em relação ao orçamento inicial	61,68%	4,98%	0,00%	0,00%	18,46%	148,20%	-

Relatório Contas de Governo > Anexo: Orçamento > Quadro - Créditos Adicionais do Período por Unidade Orçamentária.

O Balanço Orçamentário apresentado pelo Chefe do Poder Executivo em sua prestação de contas (Doc. nº 593589/2025, pág. 39/42) apresenta como valor atualizado para fixação das despesas o montante de R\$ 79.614.185,07, apresentando valor superior ao detectado na análise conjunta do orçamento inicial e o orçamento final após as suplementações autorizadas e efetivadas, conforme informações do Sistema Aplic, que apresenta o valor de R\$ 79.018.613,85.

Da análise dos registros de créditos adicionais pelo sistema Aplic, constatou-se inconsistências como segue (Apêndice C):

- na abertura dos créditos adicionais especiais, conforme autorização, os decretos respectivos no artigo 1º registra "crédito suplementar" e a súmula cita "crédito especial". O Aplic registra como crédito especial, conforme a lei e a súmula do decreto;
- divergência de valores: o decreto nº 29/2024 registra o valor de R\$ 511.636,96 e o Aplic lança R\$ 510.000,00 (crédito suplementar por excesso de arrecadação);

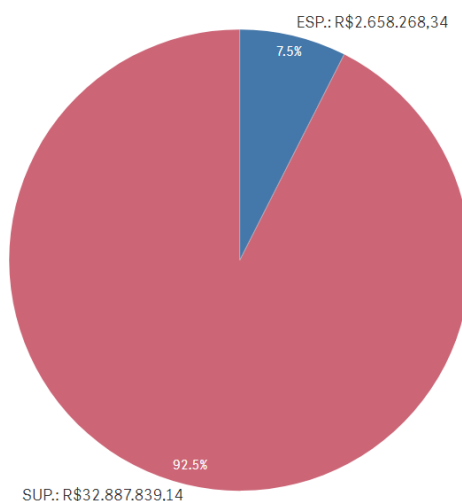




- alguns decretos não foram enviados pelo Aplic, sendo anexados outros estranhos à suplementação, a exemplo do decreto nº 04/2024 da Lei nº 1746/2024, foi enviado o decreto nº 005/2024 da Lei nº 1756/2024.

Apresenta-se a seguir, de forma gráfica, a participação dos créditos adicionais em relação ao total dos créditos abertos no exercício.

Créditos Adicionais do Período



\* O conjunto de dados contém valores negativos ou iguais a zero que não podem ser mostrados neste gráfico.

De acordo com o quadro acima, constata-se que as alterações orçamentárias em **2024** totalizaram 66,67% do Orçamento Inicial.

Ano	Valor Total LOA Município	Valor Total das Alterações do Município	Percentual das Alterações
2024	R\$ 53.316.503,04	R\$ 35.546.107,48	66,67%

Relatório Contas de Governo > Anexo: Orçamento > Quadro - Créditos Adicionais do Período por Unidade Orçamentária.

Na tabela a seguir, constam as fontes de financiamento desses créditos adicionais abertos no exercício em análise:

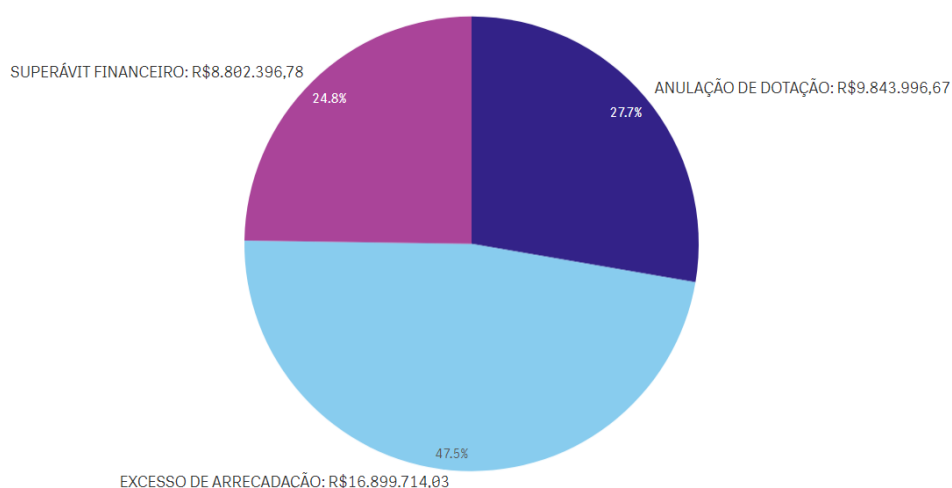




RECURSOS / FONTE DE FINANCIAMENTO	TOTAL
ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO	R\$ 9.843.996,67
EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	R\$ 16.899.714,03
OPERAÇÃO DE CRÉDITO	R\$ 0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO	R\$ 8.802.396,78
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 0,00
RECURSOS SEM DESPESAS CORRESPONDENTES	R\$ 0,00
<b>TOTAL CRÉDITOS ADICIONAIS</b>	<b>R\$ 35.546.107,48</b>

Relatório Contas de Governo > Anexo: Orçamento > Quadro - Créditos Adicionais por Fonte de Financiamento (Agrupados por Destinação de Recursos).

Créditos Adicionais por Fonte de Financiamento



\* O conjunto de dados contém valores negativos ou iguais a zero que não podem ser mostrados neste gráfico.

A partir da análise das alterações orçamentárias realizadas, por meio de créditos adicionais, constatou-se o que segue da amostra aleatória definida constante no Apêndice C:

1) Houve a abertura de créditos adicionais por conta de recursos inexistentes de excesso de arrecadação (art. 167, II e V, da Constituição Federal; art. 43, § 1º, inc. II da Lei nº 4.320/1964). FB03.

### Dispositivo Normativo:





Art. 167, II e V, da Constituição Federal; art. 43, § 1º, inc. II da Lei nº 4.320/1964.

1.1) *Abertura de créditos adicionais por conta de recursos inexistentes de excesso de arrecadação nas Fontes 622 e 701, no total de R\$ 2.659.561,23. - FB03*

Como demonstrado no Anexo 1, quadro 1.4, houve abertura de créditos adicionais por excesso de arrecadação sem recursos disponíveis nas seguintes Fontes:

Fonte	Descrição	Previsão inicial - R\$	Receita arrecadada-R\$	Excesso /Déficit - R\$	Créditos adicionais abertos - R\$	Créditos Adicionais Abertos sem Recursos Disponíveis - R\$
622	Transferências Fundo a Fundo SUS	624.270,78	611.531,85	-12.738,93	130.000,00	130.000,00
701	Outras Transferências de Convênios Estado	2.470.000,00	4.979.071,57	2.509.071,57	5.038.632,80	2.529.561,23
<b>Total</b>						<b>2.659.561,23</b>

2) Em 2024 não houve a abertura de créditos adicionais por conta de recursos de operações de crédito (art. 167, II e V, da Constituição Federal; art. 43, § 1º, inc. IV da Lei nº 4.320/1964).

3) Não houve a abertura de créditos adicionais por conta de recursos inexistentes de Superávit Financeiro (art. 167, II e V, da Constituição Federal; art. 43, § 1º, inc. I da Lei nº 4.320/1964), com exceção da Fonte 540.

Conforme demonstrado no Anexo 1, quadro 1.3, foram abertos créditos adicionais por Superávit Financeiro sem recursos disponíveis na Fonte 540 - Transferência do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos, no valor de R\$ 130,65.

- Superávit Financeiro/2023 - Ajustado: R\$ 521.869,35
- Créditos adicionais abertos: R\$ 522.000,00

Tem em vista o valor de pequena monta, não se apontará irregularidade nesse quesito, recomendando que o gestor verifique previamente a existência de recursos disponíveis quando da abertura de créditos adicionais.

4) Não houve abertura de créditos adicionais sem indicação de recursos orçamentários objeto da anulação parcial ou total de dotações. (art. 167, II e V, da Constituição Federal; art. 43, § 1º, inc. III da Lei nº 4.320/1964).





## 5) Balanço Orçamentário versus Aplic CB05.

Divergência no valor da dotação atualizada da despesa.

### Dispositivo Normativo:

Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade; Instruções de Procedimentos Contábeis editadas pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

*5.1) Divergência no valor da dotação atualizada da despesa entre o registrado no Balanço Orçamentário e o registrado pelo sistema Aplic. - CB05*

Constatou-se divergência no registro do valor atualizado para fixação da despesa (orçamento final), como segue:

- Balanço Orçamentário: R\$ 79.614.185,07 (Doc. nº 593589/2025, pág. 39/42)

- Sistema APLIC: R\$ 79.018.613,85 (Anexo 1, quadro )

- Diferença: R\$ 595.571,22

O valor do orçamento final de Reserva de Contingência considerado no Balanço Orçamentário é de R\$ 595.572,08, já o apresentado pelo Aplic é de R\$ 0,86.

Ocorre que o Orçamento inicial da Reserva de Contingência fixado na LOA/2024 é de R\$ 120.000,00 (quadros por função de governo; por subfunção de governo e por programas), enquanto que no Balanço Orçamentário foi registrado o valor de R\$ 715.571,26 (quadro por categoria econômica).

O valor do orçamento inicial registrado pelo sistema Aplic confere com o registrado pelo Balanço Orçamentário (orçamento inicial: R\$ 53.316.503,04), porém, sendo considerado o valor de R\$ 120.000,00 pelo Aplic e R\$ 715.571,26 pelo Balanço, a título de reserva de contingência.

Constatou-se que as alterações orçamentárias nessa conta de reserva de contingência somaram R\$ 119.999,18, em consulta ao Aplic (APLIC/créditos Adicionais por Dotação/Fonte/Tipo/Lei/Decreto).





0031. Ensino Superior de Graduação	414.060,00
0035. Fortalecimento Regional	1.500,00
9999. Reserva de Contingência	120.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>53.316.503,04</b>

#### 4 - POR CATEGORIA ECONÔMICA

3. DESPESAS CORRENTES	50.824.021,78
4. DESPESAS DE CAPITAL	1.776.910,00
9. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	715.571,26
<b>TOTAL</b>	<b>53.316.503,04</b>

Considerando a obrigatoriedade de envio de todas as alterações orçamentárias e suas respectivas autorizações nas prestações de contas mensais encaminhadas ao TCE-MT, conclui-se pela existência de registros contábeis incorretos que comprometeram a consistência do Balanço Orçamentário.

## 4. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

### 4. 1. RECEITA ORÇAMENTÁRIA CONSOLIDADA

Para o exercício de **2024**, a Receita total prevista após as deduções e considerando a receita Intraorçamentária, foi de **R\$ 70.216.217,07**, sendo arrecadado o montante de **R\$ 69.872.640,56**, conforme demonstrado no Quadro 2.1 do Anexo 2.

#### 4. 1. 1. CONSISTÊNCIA ENTRE O VALOR DAS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E OS VALORES INFORMADOS NA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Dentre as receitas auferidas no exercício de **2024**, foram selecionadas algumas Transferências Constitucionais e Legais efetuadas pela União e pelo Estado







para verificação da consistência entre os valores informados na prestação de contas e os dados públicos divulgados pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN e Banco do Brasil.

#### 4. 1. 1. 1. PRINCIPAIS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DO ESTADO

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e o Banco do Brasil disponibilizam consultas aos valores repassados pela União e pelo Estado aos municípios como transferências constitucionais e legais pelos links abaixo:

- Transferências Constitucionais <http://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2600:1>
- Demonstrativo DAF: <https://demonstrativos.apps.bb.com.br/arrecadacao-federal>

O total dos valores repassados no decorrer do exercício foram comparados com os valores registrados como receita arrecadada:

#### Transferências da União:

Descrição	Informações Externa (A)	Demonstrativo da receita realizada (B)	Diferença (A-B)
Cota Parte FPM	R\$ 15.509.290,47	R\$ 15.509.290,47	R\$ 0,00
Cota-Parte ITR	R\$ 760.946,85	R\$ 760.946,85	R\$ 0,00
IOF-Ouro	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Transf. da Comp. Fin. pela Exploração de Rec. Naturais (União) - FEP / CFEM	R\$ 342.053,89	R\$ 342.053,89	R\$ 0,00
Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundeb - VAAT	R\$ 387.603,11	R\$ 387.603,11	R\$ 0,00
Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundeb - VAAF	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundeb - VAAR	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

APLIC > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária (valores Líquidos) > Consulta Parametrizada > Mês de referência: dezembro > Dados Consolidados do Ente





## Transferências do Estado:

Descrição	Fonte Externa (A)	Demonstrativo da receita realizada (B)	Diferença (A-B)
Cota-Parte do ICMS	R\$ 8.786.101,97	R\$ 8.786.101,97	R\$ 0,00
Cota-Parte do IPVA	R\$ 1.572.658,64	R\$ 1.572.658,64	R\$ 0,00
Cota-Parte do IPI - Municípios	R\$ 73.890,51	R\$ 73.890,51	R\$ 0,00
Cota-Parte da CIDE	R\$ 36.459,85	R\$ 36.459,85	R\$ 0,00
Cota-Parte da Compensação Financeira de Recursos Hídricos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Cota-Parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Cota-Parte Royalties - Compensação Financeira pela Produção do Petróleo	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Receita de Transferências do Fundeb	R\$ 9.670.774,17	R\$ 9.670.774,17	R\$ 0,00

APLIC > APLIC > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária (valores Líquidos) > Consulta Parametrizada > Mês de referência: dezembro > Dados Consolidados do Ente

1) As Transferências Constitucionais e Legais foram contabilizadas adequadamente, nas contas contábeis correspondentes.

## 4. 1. 2. EVOLUÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA

A série histórica das receitas orçamentárias no período de 2020/2024, revela crescimento significativo na arrecadação, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Origens das Receitas	2020	2021	2022	2023	2024
<b>RECEITAS CORRENTES (Exceto intra)</b>	<b>R\$ 33.166.970,01</b>	<b>R\$ 45.378.199,32</b>	<b>R\$ 55.861.274,55</b>	<b>R\$ 60.419.458,54</b>	<b>R\$ 74.255.963,42</b>
Receitas de Impostos, Taxas e Contrib. de Melhoria	R\$ 2.805.838,39	R\$ 3.357.695,34	R\$ 4.327.722,08	R\$ 5.486.685,64	R\$ 6.542.764,25
Receita de Contribuição	R\$ 104.324,11	R\$ 448.644,43	R\$ 833.944,53	R\$ 1.081.994,00	R\$ 1.255.048,98
Receita Patrimonial	R\$ 18.481,34	R\$ 194.958,21	R\$ 1.326.997,07	R\$ 1.410.608,67	R\$ 1.583.648,63





Origens das Receitas	2020	2021	2022	2023	2024
Receita Agropecuária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Receita Industrial	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Receita de serviço	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Transferências Correntes	R\$ 29.619.840,35	R\$ 41.224.901,89	R\$ 48.724.233,88	R\$ 50.083.702,17	R\$ 63.668.893,34
Outras Receitas Correntes	R\$ 618.485,82	R\$ 151.999,45	R\$ 648.376,99	R\$ 2.356.468,06	R\$ 1.205.608
<b>RECEITAS DE CAPITAL (Exceto Intra)</b>	<b>R\$ 2.811.311,09</b>	<b>R\$ 4.409.041,98</b>	<b>R\$ 18.645.166,48</b>	<b>R\$ 8.466.257,14</b>	<b>R\$ 1.830.765,65</b>
Operações de crédito	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Alienação de bens	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 441.600,00	R\$ 647.600,00	R\$ 609.200,00
Amortização de empréstimos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Transferências de capital	R\$ 2.811.311,09	R\$ 4.409.041,98	R\$ 18.203.566,48	R\$ 7.818.657,14	R\$ 1.221.565,65
Outras receitas de capital	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS (Exceto Intra)</b>	<b>R\$ 35.978.281,10</b>	<b>R\$ 49.787.241,30</b>	<b>R\$ 74.506.441,03</b>	<b>R\$ 68.885.715,68</b>	<b>R\$ 76.086.729,07</b>
DEDUÇÕES	-R\$ 2.534.564,29	-R\$ 3.372.609,45	-R\$ 3.905.702,02	-R\$ 4.523.630,54	-R\$ 6.214.088,51
<b>RECEITA LÍQUIDA (Exceto Intra)</b>	<b>R\$ 33.443.716,81</b>	<b>R\$ 46.414.631,85</b>	<b>R\$ 70.600.739,01</b>	<b>R\$ 64.362.085,14</b>	<b>R\$ 69.872.640,56</b>
Receita Corrente Intraorçamentária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Receita de Capital Intraorçamentária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>Total das Receitas Orçamentárias e Intraorçamentárias</b>	<b>R\$ 33.443.716,81</b>	<b>R\$ 46.414.631,85</b>	<b>R\$ 70.600.739,01</b>	<b>R\$ 64.362.085,14</b>	<b>R\$ 69.872.640,56</b>
Receita Tributária Própria	R\$ 2.805.838,39	R\$ 3.357.695,34	R\$ 4.327.722,08	R\$ 5.486.685,64	R\$ 6.542.764,25
% de Receita Tributária Própria em relação ao total da receita corrente	8,46%	7,39%	7,74%	9,08%	8,81%
% Média de RTP em relação ao total da receita corrente	8,30%				

Fonte: Parecer Prévio (exercícios anteriores) , Sistema Aplic (exercício atual) OBS: Quando não detectada a informação no Parecer Prévio, as fontes de dados foram os relatórios técnicos das contas anuais de governo ou das tomadas de contas (exercícios anteriores) e Sistema Aplic.

Verifica-se no quadro acima que as receitas "**Transferências Correntes**" representaram em **2024** a maior fonte de recursos na composição da

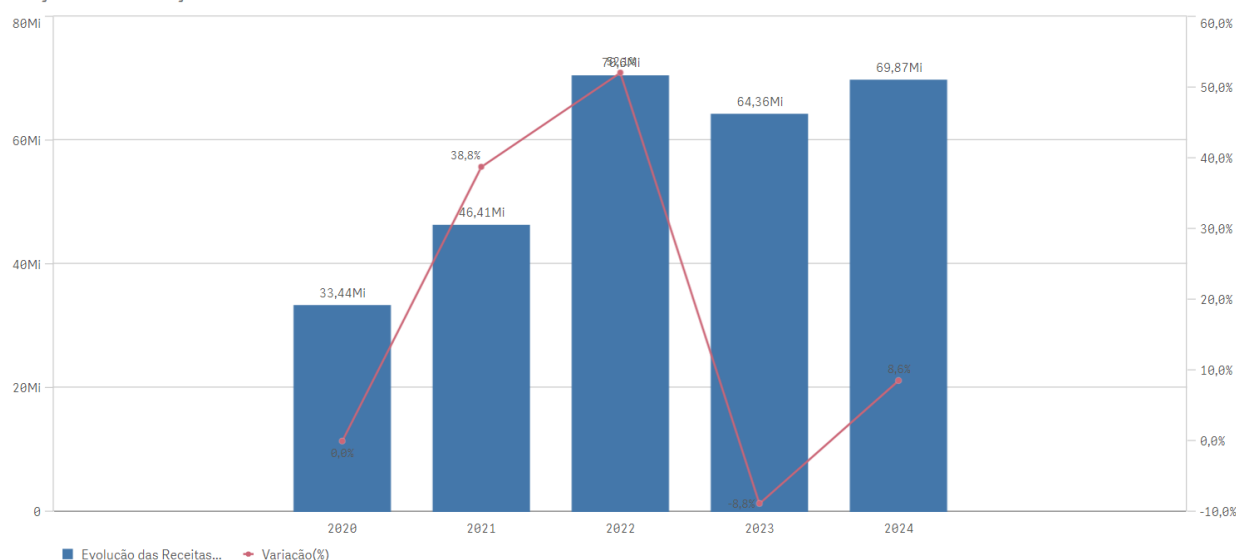




receita municipal, totalizando o valor de R\$ 63.668.893,34, o que corresponde a **83,37% do total da receita orçamentária** (corrente e de capital) contabilizada pelo Município, cujo montante foi de R\$ 76.086.729,07.

Segue demonstrado graficamente essa evolução das Receitas Orçamentárias nos últimos cinco exercícios, considerando os valores informados no quadro anterior:

Evolução das Receitas Orçamentárias



#### 4. 1. 3. RECEITA TRIBUTÁRIA PRÓPRIA

A receita tributária própria em relação ao total de receitas correntes arrecadadas, já descontada a contribuição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) atingiu o percentual de **8,81%**.

A tabela e o gráfico a seguir apresentam a composição da receita tributária própria arrecadada no período de 2020 a 2024, destacando-se, individualmente, os impostos:

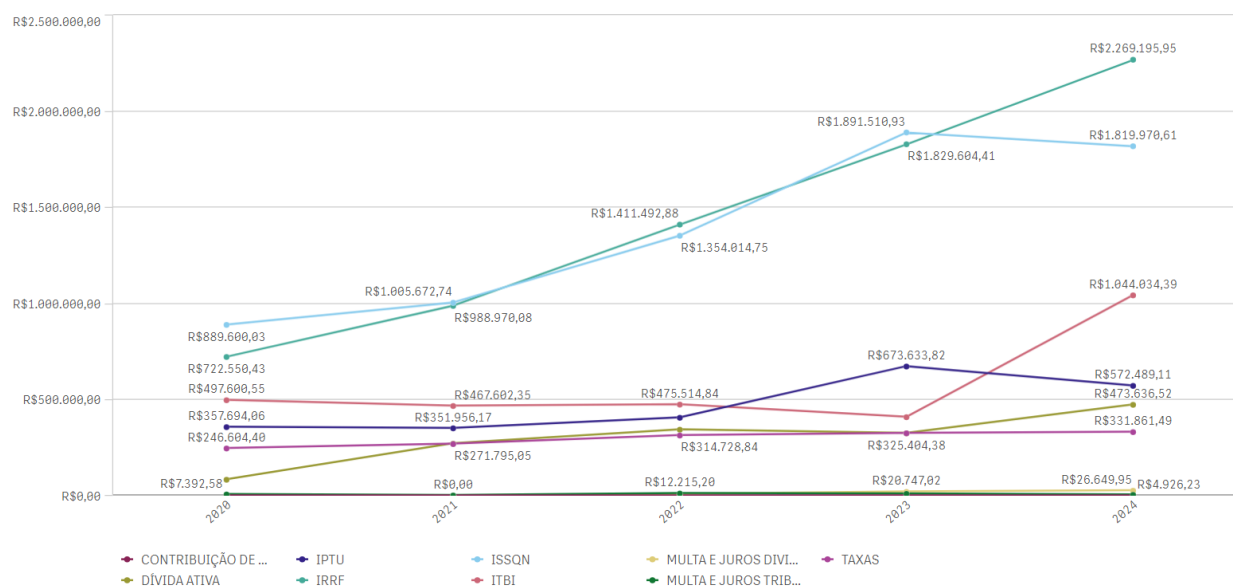




Origens das Receitas	2020	2021	2022	2023	2024
IPTU	R\$ 357.694,06	R\$ 351.956,17	R\$ 406.357,67	R\$ 673.633,82	R\$ 572.489,11
IRRF	R\$ 722.550,43	R\$ 988.970,08	R\$ 1.411.492,88	R\$ 1.829.604,41	R\$ 2.269.195,95
ISSQN	R\$ 889.600,03	R\$ 1.005.672,74	R\$ 1.354.014,75	R\$ 1.891.510,93	R\$ 1.819.970,61
ITBI	R\$ 497.600,55	R\$ 467.602,35	R\$ 475.514,84	R\$ 409.601,20	R\$ 1.044.034,39
TAXAS	R\$ 246.604,40	R\$ 269.900,21	R\$ 314.728,84	R\$ 325.404,38	R\$ 331.861,49
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA +CIP	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
MULTA E JUROS TRIBUTOS	R\$ 7.392,58	R\$ 1.798,74	R\$ 12.215,20	R\$ 10.827,39	R\$ 4.926,23
DÍVIDA ATIVA	R\$ 84.396,34	R\$ 271.795,05	R\$ 344.661,53	R\$ 325.404,38	R\$ 473.636,52
MULTA E JUROS DIVIDA ATIVA	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 8.736,37	R\$ 20.747,02	R\$ 26.649,95
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 2.805.838,39</b>	<b>R\$ 3.357.695,34</b>	<b>R\$ 4.327.722,08</b>	<b>R\$ 5.486.685,64</b>	<b>R\$ 6.542.764,25</b>

Fonte: Parecer Prévio (exercícios anteriores) e Exercício Atual (Aplic) OBS: Quando não detectada a informação no Parecer Prévio, as fontes de dados foram os relatórios técnicos das contas anuais de governo ou das tomadas de contas (exercícios anteriores) e Sistema Aplic.

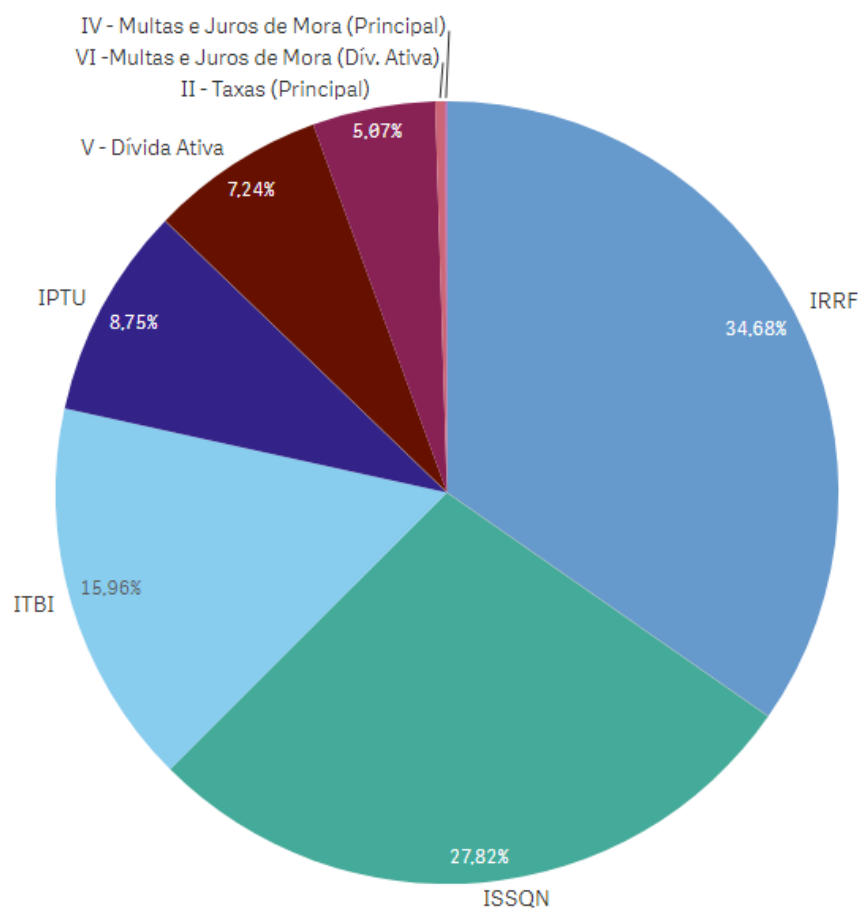
Série Histórica da Receita Tributária Própria por Tributo



Segue ilustrado no gráfico abaixo a composição da Receita Tributária Própria em 2024:

#### % Composição da Receita Tributária Própria





\* O conjunto de dados contém valores negativos ou iguais a zero que não podem ser mostrados neste gráfico.





#### 4. 1. 4. GRAU DE AUTONOMIA FINANCEIRA DOS MUNICÍPIOS

O art. 30, III, da Constituição Federal, estabelece a competência dos Municípios em instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas. Além disso, os municípios dispõem do recebimento das receitas não tributárias as quais se somam ao montante de recursos arrecadados pelo município para a consecução de seus objetivos.

Por outro lado, a previsão constitucional de repasses financeiros da União e do Estado para o Município garante uma receita mínima independentemente de sua capacidade financeira de arrecadação própria, podendo fazer com que os municípios dependam de recursos externos para manutenção de sua estrutura político-administrativa.

O Grau de Autonomia Financeira do Município é caracterizada pelo percentual de participação das receitas próprias do município em relação à receita total arrecadada. Em outras palavras, a autonomia financeira é a capacidade do município de gerar receitas, sem depender das receitas de transferências.

Descrição	Valor - R\$
Receita Orçamentária Executada (Exceto Intra) (A)	R\$ 76.086.729,07
Receita de Transferência Corrente (B)	R\$ 63.668.893,34
Receita de Transferência de Capital (C)	R\$ 1.221.565,65
<b>Total Receitas de Transferências D = (B+C)</b>	<b>R\$ 64.890.458,99</b>
<b>Receitas Próprias do Município E = (A-D)</b>	<b>R\$ 11.196.270,08</b>
<b>Índice de Participação de Receitas Próprias F = (E/A)*100</b>	<b>14,71%</b>
<b>Percentual de Dependência de Transferências G = (D/A)*100</b>	<b>85,28%</b>

Relatório Contas de Governo >Anexo: Receita> Quadro: Resultado da Arrecadação Orçamentária. Origem de recursos da receita.





A autonomia financeira de **14,71%** indica que, a cada R\$ 1,00 recebido, o município contribuiu com R\$ 0,14 de receita própria. Assim, o grau de dependência do município em relação às receitas de transferência foi na ordem de **85,28%**.

A tabela a seguir apresentam o grau de dependência financeira do município no período de 2020 a 2024:

Dependência de Transferência					
Descrição	2020	2021	2022	2023	2024
Percentual de Participação de Receitas Próprias	17,67%	17,19%	10,17%	15,94%	14,71%
Percentual de Dependência de Transferências	82,32%	82,80%	89,82%	84,05%	85,28%

Fonte: Relatórios Contas de Governo - Tópico: Grau de Autonomia Financeira.

Verifica-se no quadro acima que índice de participação de receitas próprias no exercício de 2024 foi de **14,71%** evidenciando uma diminuição em relação aos exercícios anteriores, à exceção de 2022, que ficou abaixo. Por outro lado, o percentual de dependência de receitas de transferências (receitas de terceiros) aumentou de 2023 para 2024.

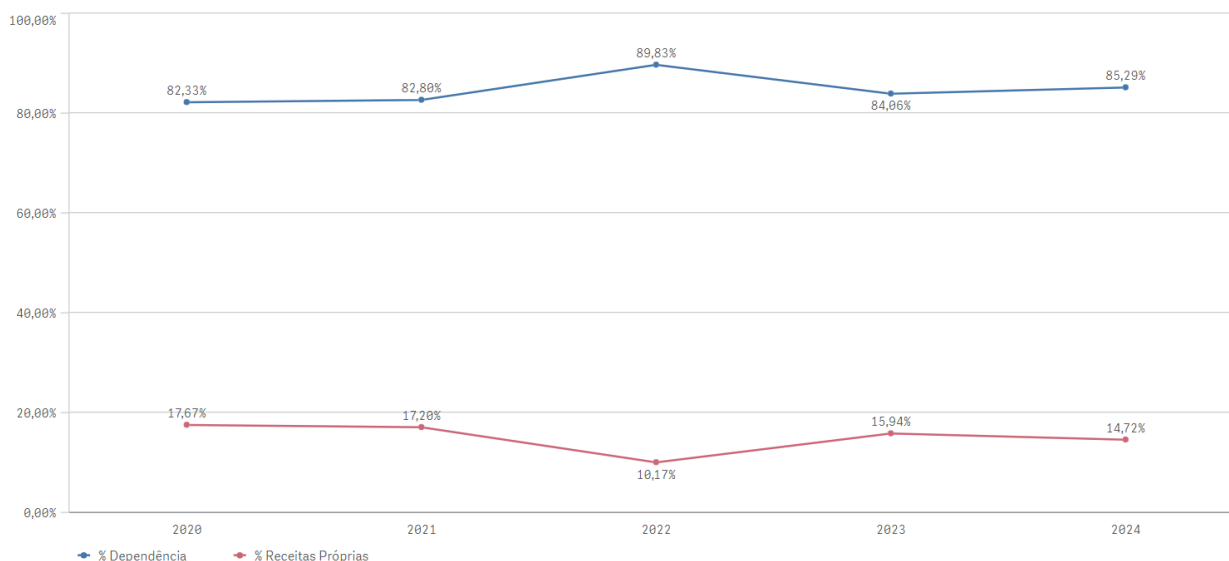
Segue demonstrado graficamente a série histórica do Índice de Participação de Receitas Próprias:







Série Histórica - Dependência Financeira



## 4. 2. DESPESA ORÇAMENTÁRIA CONSOLIDADA

Para o exercício de **2024**, a despesa autorizada foi de **R\$ 79.018.613,85**, sendo realizado (empenhado) o montante de **R\$ 73.129.959,69**, liquidado **R\$ 65.237.259,30** e pago **R\$ 64.466.466,57**

### 4. 2. 1. EVOLUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

A série histórica das despesas orçamentárias do Município, no período de 2020/2024, revela aumento da despesa realizada, à exceção de 2023, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Grupo de despesas	2020	2021	2022	2023	2024
<b>Despesas correntes</b>	<b>R\$ 26.513.428,91</b>	<b>R\$ 36.977.966,73</b>	<b>R\$ 51.541.954,53</b>	<b>R\$ 53.758.598,70</b>	<b>R\$ 62.629.393,18</b>
Pessoal e encargos sociais	R\$ 14.477.922,06	R\$ 16.817.827,30	R\$ 21.613.416,73	R\$ 25.725.039,48	R\$ 27.513.916,29
Juros e Encargos da Dívida	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outras despesas correntes	R\$ 12.035.506,85	R\$ 20.160.139,43	R\$ 29.928.537,80	R\$ 28.033.559,22	R\$ 35.115.476,89
<b>Despesas de</b>					





Grupo de despesas	2020	2021	2022	2023	2024
<b>Capital</b>	<b>R\$ 7.035.751,55</b>	<b>R\$ 6.248.980,48</b>	<b>R\$ 20.706.068,29</b>	<b>R\$ 5.678.404,09</b>	<b>R\$ 10.500.566,51</b>
Investimentos	R\$ 6.694.221,93	R\$ 5.738.891,83	R\$ 20.236.279,45	R\$ 5.327.589,29	R\$ 10.112.172,04
Inversões Financeiras	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Amortização da Dívida	R\$ 341.529,62	R\$ 510.088,65	R\$ 469.788,84	R\$ 350.814,80	R\$ 388.394,47
<b>Total Despesas Exceto Intra</b>	<b>R\$ 33.549.180,46</b>	<b>R\$ 43.226.947,21</b>	<b>R\$ 72.248.022,82</b>	<b>R\$ 59.437.002,79</b>	<b>R\$ 73.129.959,69</b>
<b>Despesas Intraorçamentárias</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Total das Despesas</b>	<b>R\$ 33.549.180,46</b>	<b>R\$ 43.226.947,21</b>	<b>R\$ 72.248.022,82</b>	<b>R\$ 59.437.002,79</b>	<b>R\$ 73.129.959,69</b>
Variação - %	Variação_2020	28,84%	67,13%	-17,73%	23,03%

Fonte: Parecer Prévio (exercícios anteriores), sistema Aplic (exercício atual) OBS: Quando não detectada a informação no Parecer Prévio, as fontes de dados foram os relatórios técnicos das contas anuais de governo ou das tomadas de contas (exercícios anteriores) e Sistema Aplic.

Verifica-se no quadro acima, que o grupo de natureza de despesa que teve maior participação em 2024 na composição da despesa orçamentária municipal foi "**Outras despesas correntes**", totalizando o valor de R\$ 35.115.476,89, o que corresponde a **48,02%** do total da despesa orçamentária contabilizada pelo Município, cujo montante foi de R\$ 73.129.959,69.

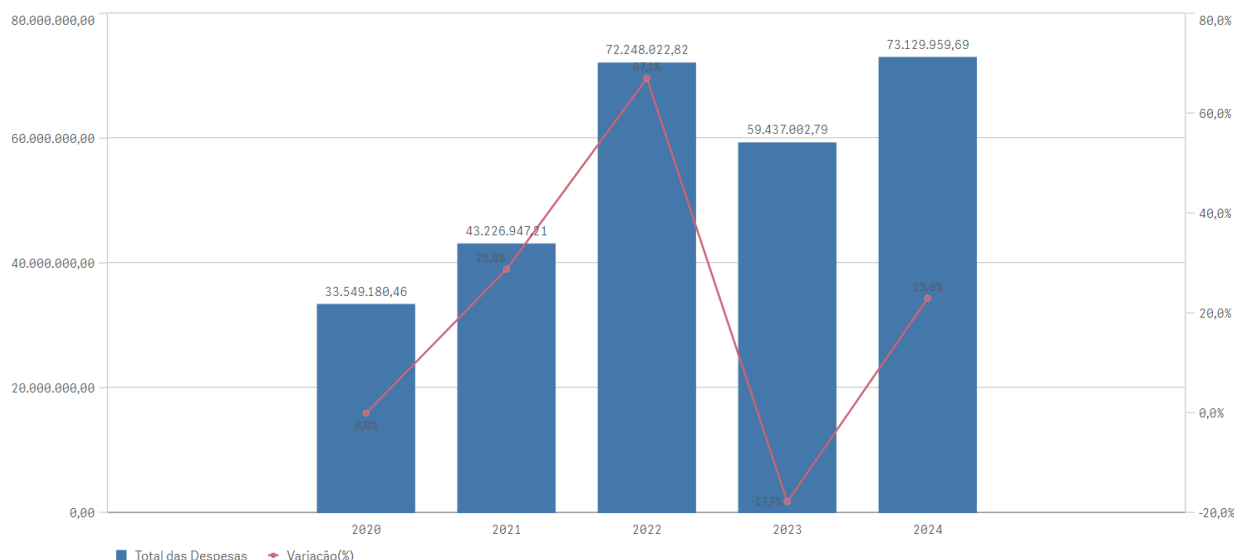
A série história evidencia que as despesas tiveram crescimento sucessivo nos últimos cinco anos (com exceção do exercício de 2023), com uma variação média de 20% de um exercício para outro, sendo a maior variação aumentativa de 2021 para 2022.

Segue demonstrado graficamente a evolução das despesas orçamentárias ocorridas nos últimos cinco exercícios, verificada no quadro acima:





Série Histórica - Despesas Orçamentárias



Ressalta-se que consta demonstrado no Anexo 3, Quadro 3.3, o resultado da execução dos programas de governo previstos no orçamento.

## 5. ANÁLISE DOS BALANÇOS CONSOLIDADOS

Este Tópico tem por objetivo fornecer um diagnóstico acerca da situação financeira, patrimonial, orçamentária e econômica do Município e é por meio dos balanços consolidados que são feitas as análises.

O ponto de partida para a realização das análises deste tópico é a apresentação pelo Chefe do Poder Executivo das Demonstrações Contábeis. Assim, foi verificado se:

1) As Demonstrações Contábeis do exercício de 2024 foram regularmente divulgadas no site municipal > [www.arenapolis.mt.gov.br/Portal da Transparência/Publicações/Contas de Governo-2024-Anexos](http://www.arenapolis.mt.gov.br/Portal da Transparência/Publicações/Contas de Governo-2024-Anexos).





2) As Demonstrações Contábeis foram publicadas em veículo oficial.

Constatou-se a publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios em 25/02/2025, Edição nº 4.683 (consta em APLIC/Prestação de Contas/Contas de Governo /Comprovante de Publicação.Doc. 174).

3) As Demonstrações foram apresentadas e publicadas de forma consolidada.

4) As Demonstrações contábeis apresentadas na Carga de Conta de Governo (Protocolo Control-P nº 1850547/2024, páginas 39 a 68) foram assinadas pelo titular da Prefeitura Sr. Ederson Figueiredo e pela contadora Sr.<sup>a</sup> Maria Fernandes Beato. Não foi indicado o número do registro da profissional no CRC-MT (Conselho Regional de Contabilidade).

## 5. 1. CONVERGÊNCIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Portaria n.º 184, de 25/08/2008, do Ministério da Fazenda dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no setor público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

O aumento da globalização dos negócios exige transparência das demonstrações financeiras em uma jornada rumo à harmonização contábil, uma vez que cada país possui regulamentação própria e entendimentos específicos quanto às técnicas contábeis, o que gera, assim, divergência em muitos aspectos.

A existência de padrões contábeis uniformes e consistentes eleva a qualidade da informação contábil para fins de avaliação e comparação do desempenho e da eficiência orçamentária, financeira e patrimonial do órgão, bem como facilita a compreensão dos dados e promove a transparência. No cenário atual, as demonstrações contábeis assumem papel fundamental, por representarem importantes evidenciações de informações geradas para prestações de contas, responsabilização, desempenho e transparência dos resultados da gestão.





A Secretaria do Tesouro Nacional, com o objetivo de padronizar os procedimentos contábeis no âmbito da federação sob a mesma base conceitual, publica regularmente o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP. Este manual, é de observância obrigatória para todos os entes da Federação e está alinhado às diretrizes das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBC T SP e das Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - IPSAS, assim como está de acordo com a legislação que dá embasamento à contabilidade patrimonial no setor público e à normatização da Contabilidade Aplicada ao Setor Público por parte da Secretaria do Tesouro Nacional e do Conselho Federal de Contabilidade.

As estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei n.º 4.320/1964 foram alteradas pela Portaria STN n.º 438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP).

A convergência das demonstrações contábeis refere-se à conciliação das práticas contábeis aos padrões internacionais visando diminuir as diferenças dos procedimentos da área e com isso viabilizar a comparação de informações em qualquer lugar do mundo. Já a consistência contábil se trata da verificação da uniformização dos critérios contábeis de modo a atingir a convergência das demonstrações contábeis.

Dessa forma, foi verificada a consistência na elaboração das Demonstrações Contábeis apresentadas no Sistema Aplic e sistema Control-P, referentes ao exercício de **2024**, considerando a Portaria do STN n.º 877/2018 e as Instruções de Procedimentos Contábeis - IPCs n.ºs. 04, 05, 06, 07 e 08 expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

Abaixo são apresentados os quesitos analisados, bem como as inconsistências de estrutura e omissões verificadas na análise:

## 5. 1. 1. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO





Quesito Avaliado	Resultado da Análise	Situação
1 Inclui no quadro principal da receita orçamentária detalhada por categoria econômica, origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo a realizar e separadas: receitas correntes, receitas de capital, recursos arrecadados em exercícios anteriores, subtotal das receitas, operações de créditos/refinanciamento, subtotal com refinanciamento, déficit e saldos de exercícios anteriores (utilizados para créditos adicionais).	Estrutura em conformidade com a Instrução de Procedimentos Contábeis (IPC) - IPC 07 - Metodologia para Elaboração do Balanço Orçamentário. Não apresenta coluna para indicação de Notas Explicativas.	ATENDIDO
2 Inclui no quadro principal da despesa orçamentária, por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação e separadas em: despesas correntes, despesas de capital, reserva de contingência, reservas de RPPS, subtotal das despesas, amortização da dívida/refinanciamento, subtotal com refinanciamento e superávit.	Estrutura em conformidade com a IPC 07, com as informações exigidas.	ATENDIDO
3 Composto por um quadro principal; um quadro da execução dos Restos a Pagar não Processados e um quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados e não processados liquidados e inclui no quadro de execução dos Restos a Pagar não Processados: inscritos em exercícios anteriores, inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior, liquidados, pagos, cancelados e saldo.	Estrutura em conformidade com a IPC 07, com as informações exigidas.	ATENDIDO
4 Inclui no quadro de execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados: inscritos em exercícios anteriores, inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior, pagos, cancelados e saldo.	Estrutura em conformidade com a IPC 07, com as informações exigidas.	ATENDIDO
5 Demonstra em caso de desequilíbrio orçamentário o déficit decorrente da utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores para abertura de créditos adicionais ou pela reabertura de créditos adicionais, especificamente os créditos especiais e extraordinários que tiveram o ato de autorização promulgado nos últimos quatro meses do ano anterior.	Em conformidade com a IPC 07, com as informações exigidas.	ATENDIDO
6 Há consistência na conferência de saldos do Demonstrativo - Equação: Sdas contas filhas = S das contas mães.	Há consistência na conferência dos saldos.	ATENDIDO

O Balanço Orçamentário e suas notas explicativas, apresentados pelo município de Arenópolis, encontram-se juntados ao Processo nº 185054-7/2024, Documento Digital nº 593589/2025, p. 39 a 44 (N.E 1.1 a 1.4).

Com base nos quesitos avaliados acima, verifica-se que:





1) O Balanço Orçamentário apresentado e divulgado está de acordo com as normas e orientações expedidas pela STN.

Em relação ao saldo da dotação orçamentária atualizada (despesa) em 31/12/2024, apresenta divergência em relação ao que está registrado pelos sistema Aplic, como demonstrado no Tópico 3.1.3.1.

## 5. 1. 2. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DO BALANÇO FINANCEIRO

Quesito Avaliado	Resultado da Análise	Situação
1 Demonstra a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte/destinação de recurso discriminando as ordinárias e as vinculadas; os recebimentos e pagamentos extraorçamentários; as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária; e o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte ("caixa e equivalente de caixa" e "depósitos restituíveis e valores vinculados").	Estrutura em conformidade com a Instrução de Procedimentos Contábeis (IPC) - IPC 06 - Metodologia para Elaboração do Balanço Financeiro. Foi apresentado o Quadro auxiliar/Anexo demonstrando as deduções das receitas orçamentárias, dos exercícios atual e anterior. Apresenta coluna para indicação de Notas Explicativas, porém, não indica a numeração da respectiva Nota.	ATENDIDO
2 Apresenta informações do exercício anterior e do exercício atual.	O quesito avaliado atende as instruções da IPC 06.	ATENDIDO
3 Há consistência na conferência de saldos do Demonstrativo - Equação: Sdas contas filhas= S das contas mães.	Há consistência na conferência dos saldos.	ATENDIDO

O Balanço Financeiro e suas notas explicativas, apresentados pelo município de Arenópolis, encontram-se juntados ao Processo nº 185054-7/2024, Documento Digital nº 593589/2025, p. 45 a 50 (N.E 2.1 a 2.5).

Com base nos quesitos avaliados acima, verifica-se que:

1) O Balanço Financeiro apresentado/divulgado está de acordo com as normas e orientações expedidas pela STN.

Ressalta-se:







1- O Balanço Financeiro Consolidado do exercício de 2024 apresenta convergência com os saldos do Balanço Financeiro Consolidado do exercício anterior (2023) no que se refere aos valores monetários apresentados (para efeitos de comparação), ou seja, o saldo anterior registrado em 2024 confere com o saldo atual de 2023;

2- Quanto ao Balanço Financeiro do exercício de 2024, os quadros demonstram que no exercício analisado os ingressos totalizaram R\$ 88.623.713,54 e os dispêndios somaram R\$ 89.559.153,66, gerando um resultado financeiro negativo de R\$ 935.440,12 ao final do ano;

3- Esse resultado financeiro está refletido no Balanço Patrimonial do exercício, que apresenta ao final do período um Saldo de Caixa e Equivalente de Caixa de R\$ 16.681.079,98, valor este convergente com o resultado financeiro do período, conforme resumo apresentado a seguir:

Resumo do Balanço Financeiro de 2024			
Ingressos		Dispêndios	
Receita Orçamentária	69.872.640,56	Despesa Orçamentária	73.129.959,69
Transferências financeiras recebidas	2.139.623,19	Transferências financeiras concedidas	2.139.623,19
Recebimentos Extra Orçamentários	16.611.449,79	Pagamentos Extra Orçamentários	14.289.570,78
Subtotal	88.623.713,54	Subtotal	89.559.153,66
Saldo de Caixa e Equivalentes Cx. do exercício anterior	17.616.520,10	Saldo de Caixa e Equivalentes Cx. do exercício atual	16.681.079,98
Total	106.240.233,64	Total	106.240.233,64
Fonte: Balanço Financeiro/2024			
Saldo de Caixa/Equivalente de Caixa de 2023 - Balanço Patrimonial de 2024 (I)			17.616.520,10
Resultado Financeiro de 2024 - Balanço Financeiro (II)			-935.440,12
Saldo de Cx. e Equivalente de Caixa de 2024 - Balanço Financeiro (III = I + II)			16.681.079,98
Saldo de Cx. e Equivalente de Caixa de 2024 - Balanço Patrimonial (IV)			16.681.079,98
Diferença (III-IV)			0,00

4- Conforme registrado no sistema Aplic (Balancete de Verificação), o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa de 2024 (consolidado) está assim detalhado:

- Bancos conta movimento: R\$ 11.811.188,68
- Bancos - Arrecadação: R\$ 8.824,58
- Bancos (moeda estrangeira): R\$ 4.861.066,72





- Total: R\$ 16.681.079,98

### 5. 1. 3. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL

Quesito Avaliado	Resultado da Análise	Situação
1 Composto por quadro principal dos Ativos, incluindo na coluna do ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalente de caixa, créditos de curto prazo, investimentos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente) e Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo: créditos a longo prazo, investimentos temporários a longo prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente; Investimentos, Imobilizado, Intangível).	Apresenta estrutura em conformidade com a Instrução de Procedimentos Contábeis (IPC) - IPC 04 - Metodologia para Elaboração do Balanço Patrimonial. Apresenta coluna para indicação de Notas Explicativas, mas não registra o número das respectivas Notas. Registra as contas do Ativo Não Circulante - Realizável a Longo Prazo e Imobilizado pelo valor líquido, já deduzidos os Ajustes para perdas de dívida ativa e depreciação acumulada (imobilizado), porém, não sendo ainda evidenciados tais ajustes em notas explicativas.	ATENDIDO
2 Composto por quadro principal dos Passivos, incluindo na coluna do Passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de curto prazo, empréstimos e financiamentos a curto prazo, fornecedores e contas a pagar a curto prazo, obrigações fiscais a curto prazo, provisões a curto prazo, demais obrigações a curto prazo) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, empréstimos e financiamentos a longo prazo, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo, provisões a longo prazo, demais obrigações a longo prazo e resultado diferido).	Atende ao formato exigido pela IPC 04.	ATENDIDO
3 Inclui no quadro principal na coluna do Patrimônio Líquido no mínimo o Patrimônio Social, Capital Social e Resultados Acumulados.	Atende ao formato exigido pela IPC 04.	ATENDIDO
4 Inclui no quadro dos ativos e passivos financeiros e permanentes: ativo financeiro, ativo permanente, passivo financeiro, passivo permanente e saldo patrimonial.	O Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes, anexo ao Balanço Patrimonial consolidado, atende às instruções da IPC 04.	ATENDIDO
5 Inclui no quadro das contas de compensação: atos potenciais ativos e atos potenciais passivos.	O Quadro das Contas de Compensação, anexo ao Balanço Patrimonial consolidado, atende aos quesitos analisados, de acordo com a IPC 04.	ATENDIDO
6 Inclui no quadro de Superávit/Déficit Financeiro: Código, descrição e saldos das fontes de recursos.	O Quadro atende aos quesitos analisados, de acordo com a IPC 04.	ATENDIDO
	O quesito avaliado atende as instruções da	





Quesito Avaliado	Resultado da Análise	Situação
7 Apresenta informações comparáveis com o exercício anterior.	IPC 04.	ATENDIDO
8 Há consistência na conferência de saldos do Demonstrativo - Equação: Soma das contas filhas = Soma das contas mães.	Há consistência na conferência dos saldos, e atende as instruções da IPC 04.	ATENDIDO

O Balanço Patrimonial e suas notas explicativas, apresentados pelo município de Arenópolis, encontram-se juntados ao Processo nº 185054-7/2024, Documento Digital nº 593589/2025, p. 51 a 58 (N.E 3.1 a 3.6).

Com base nos quesitos avaliados acima, verifica-se que:

1) O Balanço Patrimonial apresentado e divulgado está de acordo com as normas e orientações expedidas pela STN.

#### 5. 1. 3. 1. COMPARABILIDADE DO BALANÇO PATRIMONIAL (exercício atual versus exercício anterior)

Foram comparados os saldos dos grupos e subgrupos de contas contábeis constantes do quadro principal e dos três quadros anexos ao Balanço Patrimonial, os quais foram contabilizados regularmente, ou seja, os saldos de encerramento em 31/12/2023 foram reabertos com os mesmos valores em 01/01/2024.

Demonstra-se a seguir os saldos apresentados ao final do exercício de 2023 e os saldos iniciais apresentados no exercício de 2024:

ATIVO	EXERCÍCIO ATUAL (2024)	EXERCÍCIO ANTERIOR (2023)	DIFERENÇA (R\$)
Ativo Circulante	R\$ 17.926.276,97	R\$ 17.926.276,97	R\$ 0,00
ARLP	R\$ 1.050.646,66	R\$ 1.050.646,66	R\$ 0,00
Investimentos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Ativo Imobilizado	R\$ 44.585.661,07	R\$ 44.585.661,07	R\$ 0,00
Ativo Intangível	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>R\$ 63.562.584,70</b>	<b>R\$ 63.562.584,70</b>	<b>R\$ 0,00</b>
PASSIVO	EXERCÍCIO ATUAL (2024)	EXERCÍCIO ANTERIOR (2023)	DIFERENÇA (R\$)
Passivo Circulante	R\$ 2.119.273,60	R\$ 2.119.273,60	R\$ 0,00
Passivo Não Circulante	R\$ 426.080,97	R\$ 426.080,97	R\$ 0,00
Patrimônio Líquido	R\$ 61.017.230,13	R\$ 61.017.230,13	R\$ 0,00
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>R\$ 63.562.584,70</b>	<b>R\$ 63.562.584,70</b>	<b>R\$ 0,00</b>

APLIC>Prestação de Contas>Contas de Governo>Balanço patrimonial





Com base nas informações acima, verifica-se que:

- 1) Há convergência entre os saldos apresentados ao final do exercício de 2023 e os saldos iniciais apresentados no exercício de 2024.

### 5. 1. 3. 2. CONSISTÊNCIA ENTRE O ATIVO E O PASSIVO

Demonstra-se a seguir quadro com os saldos dos subgrupos do Ativo e Passivo do Balanço Patrimonial do exercício de 2024:

ATIVO	EXERCÍCIO ATUAL (2024)	PASSIVO	EXERCÍCIO ATUAL (2024)
Ativo Circulante	R\$ 17.082.849,99	Passivo Circulante	R\$ 791.074,50
ARLP	R\$ 618.234,69	Passivo Não Circulante	R\$ 1.797.568,96
Investimentos	R\$ 0,00	Patrimônio Líquido	R\$ 66.650.610,22
Ativo Imobilizado	R\$ 51.538.169,00		
Ativo Intangível	R\$ 0,00		
<b>TOTAL DO ATIVO ( I )</b>	<b>R\$ 69.239.253,68</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO ( II )</b>	<b>R\$ 69.239.253,68</b>
<b>DIFERENÇA ( III ) = I - II</b>	<b>R\$ 0,00</b>		

APLIC>Prestação de Contas> Contas de Governo>Balanço Patrimonial

Da análise do quadro acima, constata-se que:

- 1) Na conferência de saldos do Balanço Patrimonial foi verificado que o total do Ativo e o total do Passivo são iguais entre si.

Ressalta-se:

- a) Na conferência entre os saldos do Balanço Patrimonial e os saldos do sistema APLIC (Balancete de Verificação em 31/12/2024), constatou-se convergências nos registros seguintes:

Conta	B.P. 2024 - R\$	Sistema APLIC - Balancete 2024 - R\$	Diferença - R\$
ATIVO	69.239.253,68	69.239.253,68	0,00
PASSIVO + PL	69.239.253,68	63.605.947,87	5.633.305,80
PL (Patrimônio Líquido)	66.650.610,22	61.017.304,41 (com ajustes)	5.633.305,81





Observa-se que o valor registrado no sistema APLIC como PL em 31/12/2023 (R\$ 61.017.230,13) é o mesmo valor do saldo dessa conta em 31/12/2023 registrado no Balanço Patrimonial de 2023 e saldo anterior em 2024 (R\$ 61.017.230,13).

O resultado patrimonial do exercício (R\$ 5.633.305,80), apurado conforme D.V.P, foi apropriado e lançado pelo sistema APLIC no registro de encerramento do exercício, além de Ajustes de exercícios anteriores de R\$ 74,28, convergindo com o registrado no B.P/2024 como Patrimônio Líquido (R\$ 66.650.610,22).

O Ajuste de Ajustes de exercícios anteriores no valor de R\$ 74,28 não foi evidenciado no Balanço Patrimonial/2024 (PL) nem em Notas Explicativas.

**b)** Registra-se que o Balanço Patrimonial/2024 não evidencia as seguintes contas, não constando porém, em Notas Explicativas (N.E 14 e 15):

- Ajustes de Perdas de Dívida Ativa Tributária

Créditos a Longo Prazo - referente a Dívida Ativa Tributária e Dívida Ativa Não Tributária, com valor lançado pelo líquido, deixando de evidenciar os Ajustes/Provisão para Perdas de créditos a receber. Não consta detalhamento dessa conta retificadora em Notas Explicativas.

Consta lançamento no sistema APLIC:

- Créditos a Longo Prazo - Dívida Ativa Tributária e Não Tributária: R\$ 10.486.924,67
- Ajustes para perdas: (R\$ 9.868.689,98)
- Saldo em 31/12/2024: R\$ 618.234,69

- Depreciação Acumulada - Bens Móveis/Imóveis - Ativo Não Circulante / Imobilizado, registrando o valor do Imobilizado pelo valor líquido. Não consta detalhamento dessa conta retificadora em Notas Explicativas.

Consta lançamento no sistema APLIC:





- Imobilizado: R\$ 64.312.487,09
- Depreciação Acumulada: R\$ 12.774.318,09
- Saldo em 31/12/2024: R\$ 51.538.169,00

### 5. 1. 3. 3. APROPRIAÇÃO DO RESULTADO PATRIMONIAL

O quadro a seguir tem por objetivo demonstrar acerca da apropriação do Resultado Patrimonial no Patrimônio Líquido do Ente:

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Patrimônio Líquido de 2023 (I)	R\$ 61.017.230,13
Patrimônio Líquido de 2024 (II)	R\$ 66.650.610,22
Variação do PL (III) = II - I	R\$ 5.633.380,09
Saldo final de ajustes de Exercícios anteriores registrados em 2024 (IV)	R\$ 74,28
Resultado patrimonial evidenciado na DVP (V)	R\$ 5.633.305,81
Diferença (VI) = III - IV - V	R\$ 0,00

APLIC > Prestação de Contas > Contas de Governo > Balanço Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais

Com base nas informações acima, verifica-se que:

1) Quanto a apropriação do resultado do exercício foi verificado que o total do Patrimônio Líquido (Exercício de 2023) adicionado ao resultado patrimonial apurado na DVP (Exercício de 2024) e os ajustes de exercícios anteriores (se houver) convergem com o total do Patrimônio Líquido do Exercício de 2024.

### 5. 1. 3. 4. RESULTADO FINANCEIRO

As informações apresentadas abaixo, tem por objetivo evidenciar a convergência do Resultado Financeiro apurado no Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros/Permanentes e o apurado no Quadro de Superávit/Déficit Financeiro por fontes de recursos:





QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS	Exercício Atual (2024)	Exercício Anterior (2023)
Ativo Financeiro	R\$ 16.681.079,98	R\$ 17.618.553,98
(-) Passivo Financeiro	R\$ 10.641.667,34	R\$ 8.757.240,27
<b>Resultado Financeiro (I = Ativo Financeiro - Passivo Financeiro)</b>	<b>R\$ 6.039.412,64</b>	<b>R\$ 8.861.313,71</b>

APLIC > Prestação de Contas > Contas de Governo > Balanço Patrimonial

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS VERSUS QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO			
DESCRIÇÕES	QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS	QUADRO DO SUPERÁVIT /DÉFICIT FINANCEIRO	DIFERENÇA
Resultado financeiro 2024	R\$ 6.039.412,64	R\$ 6.039.412,64	R\$ 0,00
Resultado financeiro 2023	R\$ 8.861.313,71	R\$ 8.861.313,71	R\$ 0,00

APLIC > Prestação de Contas > Contas de Governo > Balanço Patrimonial

Assim, verifica-se que:

1) Foi verificado que o total do resultado financeiro é convergente com o total das fontes de recursos.

#### 5. 1. 4. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Quesito Avaliado	Resultado da Análise	Situação
1 Compõe a VPA: (Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria; Contribuições; Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos; Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras; Transferências e Delegações Recebidas; Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos; Outras Variações Patrimoniais Aumentativas).	O quesito avaliado atende às normas e padrões exigidos pela IPC 05 - Metodologia para Elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais. Apresenta coluna para indicação de Notas Explicativas, mas não indica a numeração respectiva.	ATENDIDO
2 Compõe a VPD: (Pessoal e Encargos; Benefícios Previdenciários e Assistenciais; Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo; Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras; Transferências e Delegações Concedidas; Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos; Tributárias; Outras Variações Patrimoniais Diminutivas).	O quesito avaliado atende às normas e padrões exigidos pela IPC 05.	ATENDIDO
3 Apresenta o resultado patrimonial do período.	O quesito avaliado atende às normas e padrões exigidos pela IPC 05.	ATENDIDO
	O quesito avaliado atende às normas e	







Quesito Avaliado	Resultado da Análise	Situação
4 Apresenta informações do exercício anterior e exercício atual.	padrões exigidos pela IPC 05.	ATENDIDO
5 Há consistência na conferência de saldos do Demonstrativo - Equação: Sdas contas filhas = S das contas mães.	Sim, há consistência na conferência de saldos.	ATENDIDO

A Demonstração das Variações Patrimoniais e suas notas explicativas, apresentados pelo município de Arenápolis, encontram-se juntados ao Processo nº 185054-7/2024, Documento Digital nº 593589/2025, p. 59 a 63 (N.E I a XVI).

Com base nos quesitos avaliados acima, verifica-se que:

1) A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) apresentada e divulgada está de acordo com as normas e orientações expedidas pela STN.

O resultado patrimonial do período é apurado na DVP/2024 pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. O valor apurado passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP) do exercício, o que se constatou no B.P/2024.

Conforme DVP/2024, o município de Arenápolis apresentou resultado patrimonial positivo, evidenciando que houve superávit no valor de R\$ 5.633.305,81:

Demonstrações das Variações Patrimoniais (DVP) - 2024	Valor - R\$
Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	83.305.222,25
Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	77.671.916,44
Resultado Patrimonial (III = I - II) > Superávit	5.633.305,81

Considerando o resultado do exercício, lançado à conta de Resultados Acumulados, temos que:

Balanço Patrimonial - 2024	Valor - R\$
Saldo Patrimônio Líquido/2023	61.017.230,13
(+) Ajustes de exercício anterior	74,28
(+) Resultado patrimonial do exercício	5.633.305,81
Saldo do Patrimônio Líquido em 2024	66.650.610,22

Observa-se que o resultado patrimonial passou de R\$ 16.308.039,70 em 2023 para R\$ 5.633.305,81 em 2024, evidenciando a ocorrência de mais gastos e passivos que ganhos e ativos, tendo reduzido o superávit no último exercício.





## 5. 1. 5. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Quesito Avaliado	Resultado da Análise	Situação
1 Composta por quadro principal; quadro de transferências recebidas e concedidas; quadro de desembolsos de pessoal e demais despesas por função; e quadro de juros e encargos da dívida.	O quesito avaliado atende às normas e padrões exigidos pela IPC 08.	ATENDIDO
2 Inclui no quadro principal: Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais (ingressos e desembolsos); Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos (ingressos e desembolsos); e Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (ingressos e desembolsos) e a geração líquida de caixa e equivalente de caixa.	Estrutura em conformidade com a Instrução de Procedimentos Contábeis (IPC) - IPC 08- Metodologia para Elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa. Apresenta coluna para Notas Explicativas, mas não indica a respectiva numeração.	ATENDIDO
3 Há consistência na conferência de saldos do Demonstrativo - Equação: Sdas contas filhas= S das contas mães.	Há consistência na conferência de saldos.	ATENDIDO

A Demonstração dos Fluxos de Caixa e suas notas explicativas, apresentados pelo município de Arenópolis, encontram-se juntados ao Processo nº 185054-7/2024, Documento Digital nº 593589/2025, p. 64 a 68 (N.E 5.1 a 5.7).

Com base nos quesitos avaliados acima, verifica-se que:

1) A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresentada e divulgada está de acordo com as normas e orientações expedidas pela STN.

Da análise dessa Demonstração, temos que:

1- Conforme apresentação em tópicos anteriores, o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa na Demonstração do Fluxo de Caixa ao final do exercício de 2024 é convergente com os saldos ao final do exercício demonstrados no Balanço Financeiro e no Balanço Patrimonial, como se apresenta a seguir:

Conta	D.F.C 2024	B.F 2024	B.P 2024
Caixa e Equivalentes de Caixa em 31/12/2024	16.681.079,98	16.681.079,98	16.681.079,98

2- Verificou-se que o saldo anterior em 31/12/2023 lançado na D.F.C/2024 como "Caixa e Equivalentes de caixa inicial" é de R\$ 17.616.520,10, o que converge com o registrado como saldo final em 2023 na D.F.C, B.F e B.P (D.F.C/2023 em Apêndice G):





- caixa inicial/2024: R\$ 17.616.520,10

- caixa final/2023: R\$ 17.616.520,10

**3-** Os saldos registrados como exercício anterior da D.F.C/2024 são convergentes com os valores registrados como saldo atual na DFC/2023, para efeitos de comparabilidade.

**4-** A D.F.C /2024 apresentou Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa em 31 /12/2024 no valor negativo de -R\$ 935.440,12, demonstrando que em 2024 os desembolsos foram maiores que os ingressos, especialmente nas atividades de investimento e de financiamento.

Conforme apuração com base nos saldos caixa inicial e caixa final, a variação de 2023 para 2024 foi de -R\$ 935.440,12, indicando que a Geração de Caixa Líquida registrada na DFC/2024 encontra-se registrada corretamente, como se demonstra:

- Caixa e Equivalentes caixa inicial (2023): R\$ 17.616.520,10

- Caixa e Equivalentes caixa final (2024): R\$ 16.681.079,98

- Variação: - R\$ 935.440,12

**5-** Conforme registros no sistema Aplic (Informes mensais/Contabilidade/Balancete de Verificação 2024), o saldo final em Caixa e Equivalentes de Caixa é de R\$ 16.681.079,98.

## 5. 1. 6. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS NOTAS EXPLICATIVAS E ASPECTOS GERAIS

Quesito Avaliado	Resultado da Análise	Situação
1 As notas explicativas apresentam informações gerais da entidade; Resumo das políticas contábeis significativas; Informações de suporte e detalhamento de itens apresentados nas demonstrações contábeis e outras informações relevantes.	As Notas Explicativas apresentadas não atenderam às Instruções no que se refere à apresentação de informações gerais da entidade e Resumo das políticas contábeis significativas.	NÃO ATENDIDO
2 As notas explicativas foram apresentadas de forma sistemática e cada quadro ou item nas demonstrações contábeis a que uma nota se aplique teve referência cruzada com a respectiva nota explicativa.	Embora apresente coluna para indicação de Notas Explicativas, não registra a numeração da respectiva Nota, não permitindo a referência cruzada.	NÃO ATENDIDO
3 O Balanço Orçamentário deverá ser acompanhado de notas explicativas que registrem: detalhamento das receitas e despesas intraorçamentárias, quando relevante, é evidenciado		





Quesito Avaliado	Resultado da Análise	Situação
em notas explicativas; Há evidênciação do detalhamento das despesas executadas por tipos de créditos (inicial, suplementar, especial e extraordinário); A utilização do superavit financeiro e da reabertura de créditos especiais e extraordinários, bem como suas influências no resultado orçamentário é evidenciado em notas explicativas; As atualizações monetárias autorizadas por lei, efetuadas antes e após a data da publicação da LOA, que compõem a coluna Previsão Inicial da receita orçamentária são evidenciadas em notas explicativas; O procedimento adotado em relação aos restos a pagar não processados liquidados, ou seja, se o ente transfere o saldo ao final do exercício para restos a pagar processados ou se mantém o controle dos restos a pagar não processados liquidados separadamente é registrado em notas explicativas; Há evidênciação do detalhamento dos "recursos de exercícios anteriores" utilizados para financiar as despesas orçamentárias do exercício corrente, destacando-se os recursos vinculados ao RPPS e outros com destinação vinculada; Há evidênciação do montante da movimentação financeira (transferências financeiras recebidas e concedidas) relacionado à execução do orçamento do exercício (Déficit Orçamentário).	N.E apresentadas às pág. 43 a 44 (Notas 1.1 a 1.4). Não foram apresentadas Notas referente a: (1) O procedimento adotado em relação aos restos a pagar não processados liquidados (se o ente transfere o saldo ao final do exercício para restos a pagar processados ou se mantém o controle dos restos a pagar não processados liquidados separadamente); (2) Detalhamento dos "recursos de exercícios anteriores" utilizados para financiar as despesas orçamentárias do exercício corrente, destacando-se os recursos vinculados ao RPPS e outros com destinação vinculada; (3) Não há evidênciação do montante da movimentação financeira (transferências financeiras recebidas e concedidas) relacionado à execução do orçamento do exercício.	NÃO ATENDIDO
4 O Balanço Financeiro deverá ser acompanhado de notas explicativas que registrem: as receitas orçamentárias líquidas de deduções. Observar se o detalhamento das deduções da receita orçamentária por fonte/destinação de recursos estão apresentados em quadros anexos ou em notas explicativas.	N.E apresentadas às pág. 49 a 50 (Notas 2.1 a 2.5). O detalhamento das deduções da receita orçamentária por fonte /destinação de recursos está apresentado em quadro anexo à demonstração, não citado em notas explicativas. Cita os valores de transferências financeiras recebidas e concedidas, bem como a variação no saldo e resultado financeiro.	ATENDIDO
5 O Balanço Patrimonial deverá ser acompanhado de notas explicativas que indiquem: evidênciação do detalhamento das seguintes contas: Créditos a Curto Prazo e a Longo Prazo; Imobilizado; Intangível; Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo e a Longo Prazo; Provisões a Curto Prazo e a Longo Prazo; evidênciação das políticas contábeis relevantes que tenham reflexos no patrimônio sejam evidenciadas, como as políticas de depreciação, amortização e exaustão; Há evidênciação em notas explicativas dos ganhos e perdas decorrentes da baixa de imobilizado estão reconhecidos no resultado Patrimonial e devidamente evidenciados em nota explicativa; Há evidênciação em notas explicativas, dos critérios de apuração da depreciação, amortização e exaustão e de realização de revisão da vida útil e do valor residual do item do ativo; Há evidênciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e notas	N.E apresentadas às pág. 57/58 (Notas 3.1 a 3.6). Não apresentaram Notas acerca de: (1) Não há evidênciação do detalhamento das contas que compõem os grupos a Curto Prazo e a Longo Prazo, apenas cita o valor total de cada grupo, incluindo provisões; (2) evidênciação das políticas contábeis relevantes que tenham reflexos no patrimônio, como as políticas de depreciação, amortização e exaustão e dívida ativa; (3) dos critérios de apuração da depreciação, amortização e exaustão e de realização de revisão da vida útil e do valor residual do item do ativo, bem como da apuração da dívida ativa e sua provisão de perdas, não evidenciando nem o valor total dessas contas ; (4) houve recebimento de receitas por baixa de ativo (alienação de bens móveis e imóveis), sem o devido detalhamento em N.E quanto aos ganhos ou perdas decorrentes dessa baixa de	NÃO ATENDIDO





Quesito Avaliado	Resultado da Análise	Situação
explicativas; A depreciação, amortização e exaustão para cada período é reconhecida no resultado, contra uma conta retificadora do ativo	imobilizado e se estão reconhecidos no resultado patrimonial; (5) A depreciação, amortização e exaustão para cada período é reconhecida no resultado, contra uma conta retificadora do ativo, mas não foi evidenciada no Balanço.	
6 A Demonstração das Variações Patrimoniais deverá ser acompanhada de notas explicativas que indiquem: evidenciação em notas explicativas da origem e do destino dos recursos provenientes de alienação de ativos, em atendimento ao disposto no art. 50, VI da Lei Complementar 101/2000 (LRF).	N.E apresentadas às páginas 59 a 63 (Notas nº I a XVI). Não apresentou evidenciação em notas explicativas da origem e do destino dos recursos provenientes de alienação de ativos (bens móveis e imóveis).	NÃO ATENDIDO

Com base nos quesitos avaliados acima, verifica-se que:

1) As Notas Explicativas apresentadas e divulgadas não estão de acordo com as normas e orientações expedidas pela STN, com exceção do Balanço Financeiro. CC09.

#### Dispositivo Normativo:

Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade; Instruções de Procedimentos Contábeis editadas pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

1.1) *As Notas Explicativas não atenderam em sua totalidade às normas exigidas quanto à apresentação de forma e conteúdo. - CC09*

Conforme registrado no quadro demonstrativo acima, as Notas Explicativas relacionadas às Demonstrações Contábeis de 2024 não atenderam às instruções quanto à apresentação de forma e conteúdo, ficando em dissonância com as orientações e normas exigidas pela STN.

1- As Notas Explicativas apresentadas não atenderam às Instruções no que se refere à apresentação de informações gerais da entidade e resumo das políticas contábeis significativas.

2- Deixou de apresentar algumas evidenciações ou detalhamentos, que não foram colocados em Notas, deixando de explicar fatos e ocorrências relevantes ou complementares de forma detalhada, para fins de transparência e entendimento das demonstrações contábeis (Balanço Orçamentário, Balanço Patrimonial e D.V.P).





3- Os quadros principais das demonstrações contábeis trouxeram uma coluna específica para indicar o número da Nota e a que se aplique, porém, não foram indicadas as numerações das notas, não havendo referência cruzada com a respectiva nota explicativa, portanto, não foram apresentadas de forma sistemática.

## 5. 2. PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS

Além da análise quanto à estrutura das demonstrações contábeis, e, em continuidade ao processo de convergência da contabilidade aplicada ao setor público aos padrões internacionais, foi verificado se o Município divulgou em notas explicativas informações sobre o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP, conforme estabelecido no artigo 1º, na Portaria do STN n.º 548, de 24 de setembro de 2015:

§ 4º Os entes da Federação deverão evidenciar em notas explicativas às demonstrações contábeis o estágio de adequação ao PIPCP constante do Anexo desta Portaria, sem prejuízo do efetivo cumprimento dos prazos-limite definidos.

Dessa análise, observou-se que o Município de Arenápolis não divulgou o estágio de implementação do PIPCP em notas explicativas.

Assim, sugere-se ao Conselheiro Relator que expeça a seguinte Determinação do Prefeito Municipal de **ARENAPOLIS**:

Faça expedir determinação à Contadoria Municipal para que, as notas explicativas das Demonstrações Consolidadas do exercício de 2025, sejam integradas por informações acerca do Plano de Implementação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP, em observância a Portaria STN 548/2015 e visando subsidiar análises futuras nas Contas de Governo. Prazo de implementação: até a publicação das demonstrações contábeis do exercício de 2025 e seguintes.







## 5. 2. 1. APROPRIAÇÃO DE 13º SALÁRIO (GRATIFICAÇÃO NATALINA) E FÉRIAS

Um dos procedimentos patrimoniais exigidos pela Portaria do STN n.º 548 /2015 é a apropriação por competência das obrigações decorrentes de benefícios a empregados, dentre eles a gratificação natalina e férias.

Segundo o MCASP (STN, 10ª Ed, p. 307):

O 13º salário (gratificação natalina) e férias são exemplos de obrigações consideradas passivos derivados de apropriações por competência... e para o reconhecimento dos passivos relacionados ao 13º salário e às férias deve-se realizar a apropriação mensal em conformidade com o regime de competência.

A apropriação mensal das férias, do abono constitucional de 1/3 e da gratificação natalina por competência deve ser registrada em contas de Variações Patrimoniais Diminutivas.

O prazo para implementação do reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados para municípios com mais de 50 mil habitantes encerrou-se em 2018 e para os municípios com até 50 mil habitantes encerrou-se em 2019.

A consulta à movimentação contábil das contas de variações patrimoniais diminutivas registrada no Sistema Aplic evidencia que foi efetuado o registro contábeis por competência das férias vencidas e proporcionais e não o sendo da gratificação natalina e do adicional de 1/3 das férias-abono constitucional (Informes Mensais /Contabilidade/Lançamento Contábil/Razão Contábil e Contabilidade/Balancete de Verificação):

31111012200 13º salário







Tribunal de Contas  
Mato Grosso

5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7595 / 7624

Email: quintasecex@tce.mt.gov.br

31111012100 férias vencidas e proporcionais

31111012400 férias abono constitucional

APLIC [Módulo Auditoria] :: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS :: CNPJ: 24977654000138 ::

Sistema Peças de Planejamento Prestação de Contas Informes Mensais Informes Envio Imediato Auditoria Impressões Cruzamento de Dados Ajuda...

**Razão Contábil**  
:: Clique com o botão direito do mouse sobre a tabela para mais opções

Resultado(s) da consulta

☒ Consulta parametrizada

Mês de referência	Conta contábil
DEZEMBRO	31111012100

Data	C.	Num. Imp.	Seq.	Cód. Conta	Descrição	L.	Val. débito	Val. crédito	Detalhamento	Histórico
30/12/2024	2	2120023451	1	31111012100	FÉRIAS VENCIDAS E PROPORC.		822.338,65	0,00		INSERÇÃO DE PROVISÃO DE FÉRIAS

1) Ausência de apropriação mensal das provisões trabalhistas de férias abono constitucional e décimo terceiro. CB03.

## Dispositivo Normativo:

Itens 7 e 69 da NBC TSP 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

1.1) *Não houve apropriação por competência (mensal) das obrigações decorrentes de benefícios a empregados: 13º salário e abono de férias. - CB03*

A consulta ao Razão contábil das contas de variações patrimoniais diminutivas 31111012200 13º salário e 31111012400 férias abono constitucional registrados no Sistema Aplic, referente ao exercício de 2024, evidencia que não foram efetuados os registros contábeis por competência da gratificação natalina e do adicional de 1 /3 das férias (abono).

APLIC [Módulo Auditoria] :: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS :: CNPJ: 24977654000138 ::

Sistema Peças de Planejamento Prestação de Contas Informes Mensais Informes Envio Imediato Auditoria Impressões

**Razão Contábil**  
:: Clique com o botão direito do mouse sobre a tabela para mais opções

Resultado(s) da consulta

☒ Consulta parametrizada

Mês de referência	Conta contábil
DEZEMBRO	31111012200





Data	C...	Num. lanç...	Seq.	Cód. Conta	Descrição	I...	Val. débito	Val. crédito	Detalhamento
------	------	--------------	------	------------	-----------	------	-------------	--------------	--------------

APLIC [Módulo Auditoria] :: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS :: CNPJ: 24977654000138 ::

Sistema Pgças de Planejamento Prestação de Contas Informes Mensais Informes Egvio Imediato Auditoria Impressões Cruzamento de Dados Ajuda...

Razão Contábil  
:: Clique com o botão direito do mouse sobre a tabela para mais opções

Resultado(s) da consulta

☒ Consulta parametrizada

Mês de referência

Conta contábil

DEZEMBRO

31111012400

Data	C...	Num. lanç...	Seq.	Cód. Conta	Descrição	I...	Val. débito	Val. crédito	Detalhamento	Histórico
------	------	--------------	------	------------	-----------	------	-------------	--------------	--------------	-----------

## 5. 3. SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Abaixo, segue a análise de alguns quocientes da situação orçamentária referente ao exercício de **2024** do Município de **ARENAPOLIS**, com base nos demonstrativos e nas informações prestadas pelo gestor.

### 5. 3. 1. RESULTADO DA ARRECADAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA RECEITA

Este quociente tem por objetivo verificar se houve excesso de arrecadação (indicador maior que 1) ou déficit de arrecadação (indicador menor que 1).

#### 5. 3. 1. 1. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA RECEITA (QER) - EXCETO INTRA

-	2020	2021	2022	2023	2024
Receita Líquida Prevista - Exceto Intra (A)	R\$ 33.357.195,50	R\$ 42.285.053,97	R\$ 72.411.130,10	R\$ 61.028.922,59	R\$ 70.216.217,07
Receita Líquida Arrecadada - Exceto Intra (B)	R\$ 33.443.716,81	R\$ 46.414.631,85	R\$ 70.600.739,01	R\$ 64.362.085,14	R\$ 69.872.640,56
Quociente de execução da Receita					





-	2020	2021	2022	2023	2024
(QER)=B/A	1,0025	1,0976	0,9750	1,0546	0,9951

Relatórios dos Exercícios 2020-2023

Conforme demonstrado na série histórica, as receitas orçamentárias arrecadadas se mantiveram acima da previsão nos dois primeiros exercícios (superávit), oscilando nos três últimos exercícios, ora com déficit de arrecadação ora com excesso.

Em relação ao exercício de **2024** o resultado indica que a receita arrecadada foi menor do que a prevista, correspondendo a **0,49% abaixo do valor estimado**, indicando a ocorrência de frustração de receita para a cobertura de despesas, resultado influenciado pela frustração da receita de capital.

### 5. 3. 1. 2. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA RECEITA CORRENTE (QERC) - EXCETO INTRA

-	2020	2021	2022	2023	2024
Receita Corrente Prevista - Exceto Intra (A)	R\$ 30.487.174,17	R\$ 39.406.571,97	R\$ 53.312.473,42	R\$ 55.303.328,73	R\$ 69.909.684,27
Receita Corrente Arrecadada - Exceto Intra (B)	R\$ 33.166.970,01	R\$ 45.378.199,32	R\$ 55.861.274,55	R\$ 60.419.458,54	R\$ 74.255.963,42
Quociente execução da receita corrente (QERC)=B/A	1,0879	1,1515	1,0478	1,0925	1,0621

Relatórios dos Exercícios 2020-2023

Conforme demonstrado na série histórica, as receitas correntes arrecadadas se mantiveram acima da previsão, porém, oscilando entre redução e aumento de um ano para outro.





No exercício de **2024** o resultado indica que a receita corrente arrecadada foi maior do que a prevista, correspondendo a 6,21% **acima do valor estimado** (excesso de arrecadação).

### 5. 3. 1. 3. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA RECEITA DE CAPITAL (QRC) - EXCETO INTRA

-	2020	2021	2022	2023	2024
Receita de Capital Prevista - Exceto Intra (A)	R\$ 5.569.271,33	R\$ 5.753.194,00	R\$ 22.576.356,68	R\$ 10.287.693,86	R\$ 5.448.632,80
Receita de Capital Arrecadada - Exceto Intra (B)	R\$ 2.811.311,09	R\$ 4.409.041,98	R\$ 18.645.166,48	R\$ 8.466.257,14	R\$ 1.830.765,65
Quociente execução da receita de capital (QRC)+B/A	0,5047	0,7663	0,8258	0,8229	0,3360

Relatórios dos Exercícios 2020-2023

Como evidenciado na série histórica, as receitas de capital arrecadadas se mantiveram sempre abaixo da previsão, revelando que o histórico dessa receita não está sendo considerado na previsão orçamentária (LOA), registrando orçamento superestimado.

No exercício de 2024 o resultado indica que a receita de capital arrecadada foi **menor** do que a prevista, correspondendo a 66,40% **abaixo do valor estimado** (frustração de receitas de capital).

### 5. 3. 2. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA DESPESA

Este quociente relaciona a Despesa Orçamentária Executada em confronto com a Despesa Orçamentária Atualizada com o objetivo de verificar se houve economia orçamentária (indicador menor que 1) ou excesso de despesa (indicador maior que 1).

#### 5. 3. 2. 1. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA DESPESA (QED) - EXCETO INTRA





-	2020	2021	2022	2023	2024
Despesa Orçamentária (Exceto Intra) - Dotação Atualizada (A)	R\$ 34.319.388,74	R\$ 43.743.388,22	R\$ 74.476.634,23	R\$ 65.240.562,09	R\$ 79.018.613,85
Despesa Orçamentária (Exceto Intra) - Execução (B)	R\$ 33.549.180,46	R\$ 43.226.947,21	R\$ 72.248.022,82	R\$ 59.437.002,79	R\$ 73.129.959,69
Quociente execução da despesa (QED)+B/A	0,9775	0,9881	0,9700	0,9110	0,9254

Relatórios dos Exercícios 2020-2023

Historicamente, nos últimos cinco anos, as despesas executadas obedeceram à regra fiscal e constitucional dos créditos autorizados, ou seja, as despesas realizadas não ultrapassaram as despesas autorizadas, obtendo-se economia orçamentária no período analisado.

No exercício de 2024 o resultado indica que a despesa realizada foi menor do que a autorizada, representando a 92,54% do valor inicial orçado, indicando economia orçamentária.

Não se constatou normativa sobre contingenciamento no exercício.

#### 5. 3. 2. 2. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA DESPESA CORRENTE (QEDC) - EXCETO INTRA

-	2020	2021	2022	2023	2024
Despesa Corrente					





-	2020	2021	2022	2023	2024
(Exceto Intra) - Dotação Atualizada (A)	R\$ 26.920.457,26	R\$ 37.255.028,76	R\$ 52.019.839,47	R\$ 55.610.993,67	R\$ 64.479.538,08
Despesa Corrente (Exceto Intra) - Execução (B)	R\$ 26.513.428,91	R\$ 36.977.966,73	R\$ 51.541.954,53	R\$ 53.758.598,70	R\$ 62.629.393,18
Quociente execução da Despesa Corrente (QEDC)=B/A	0,9848	0,9925	0,9908	0,9666	0,9713

Relatórios dos Exercícios 2020-2023

Conforme a série histórica, as despesas correntes realizadas obedeceram o limite dos créditos autorizados, ficando abaixo destes e indicando economia orçamentária.

No exercício de 2024 o resultado indica que a despesa corrente realizada foi menor do que a prevista, correspondendo a 2,87% abaixo do valor estimado.

### 5. 3. 2. 3. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA DESPESA DE CAPITAL (QDC) - EXCETO INTRA

-	2020	2021	2022	2023	2024
Despesa de Capital (Exceto Intra) - Dotação Atualizada (A)	R\$ 7.398.931,47	R\$ 6.488.359,46	R\$ 22.456.794,72	R\$ 9.629.568,42	R\$ 14.539.074,91
Despesa de Capital (Exceto Intra) - Execução (B)	R\$ 7.035.751,55	R\$ 6.248.980,48	R\$ 20.706.068,29	R\$ 5.678.404,09	R\$ 10.500.566,51
Quociente execução da Despesa de Capital (QDC)=A/B	0,9509	0,9631	0,9220	0,5896	0,7222

Relatórios dos Exercícios 2020-2023

A série histórica demonstra que o percentual de execução das despesas de capital atinge uma média de 82,95% das despesas fixadas autorizadas no período, sendo reduzido nos dois últimos exercícios.





A receita de capital prevista atualizada foi menor que a despesa de capital fixada atualizada, indicando a utilização de receitas correntes para fazer face à parte das despesas de capital.

No exercício de 2024 o resultado indica que a despesa de capital realizada foi menor do que a prevista, correspondendo a 27,78% abaixo do valor estimado.

### **5. 3. 3. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Os valores da Receita e da Despesa Orçamentárias estão ajustados conforme Anexo Único da Resolução Normativa TCE/MT n.º 43/2013, a qual dispõe sobre as diretrizes para apuração e valoração do Resultado da Execução Orçamentária nas Contas de Governo dos Fiscalizados, conforme demonstrados no Anexo 4 - Análise da Situação Orçamentária, Quadro 4.1 - Resultado da Execução Orçamentária Ajustado - Poderes e Órgãos Integrantes do OFSS.

#### **5. 3. 3. 1. REGRA DE OURO (Art. 167, III, CF)**

O art. 167, III, da CF, determina que é vedada a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade específica, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.

Complementar a esse ditame, a Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu art. 32, § 3º, enfatiza que são consideradas para essa análise, em cada exercício financeiro, o total dos recursos de operações de crédito ingressados e o das despesas de capital executadas.

Assim, denomina-se Regra de Ouro a vedação de que os ingressos financeiros provenientes de endividamento (operações de crédito) sejam superiores às despesas de capital (investimentos, inversões financeiras e amortização da dívida).







O objetivo é impedir que o ente se endivida para o pagamento de despesas correntes como: pessoal, benefícios sociais, juros da dívida e o custeio da máquina pública. Categoricamente a regra determina que a Receita de Capital não deve ultrapassar o montante da Despesa de Capital.

Apresenta-se abaixo a série histórica para verificação do cumprimento da regra de ouro:

-	2020	2021	2022	2023	2024
Despesa de Capital (A)	R\$ 7.035.751,55	R\$ 6.248.980,48	R\$ 20.706.068,29	R\$ 5.678.404,09	R\$ 10.500.566,51
Operações de Créditos (B)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Regra de Ouro B/A	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000

Relatórios dos Exercícios 2020-2023

A série histórica evidencia que não houve contratação de operações de crédito nos últimos 05 anos, não afetando o cumprimento da regra de ouro.

Em relação ao exercício de 2024, constatou-se que:

## 1) C. GOV M - REGRA DE OURO

**As receitas de operações de créditos não ultrapassaram o montante das despesas de capital.**

Houve obediência da regra de ouro, uma vez que não houve contratação/recebimento de receitas de operações de créditos no exercício, não ultrapassando assim, o montante das despesas de capital, conforme estabelece o Art. 167, III, CF.

### 5. 3. 3. 2. QUOCIENTE DO RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (QREO)

A seguir, apresenta-se o histórico da execução orçamentária de 2020 a 2024:



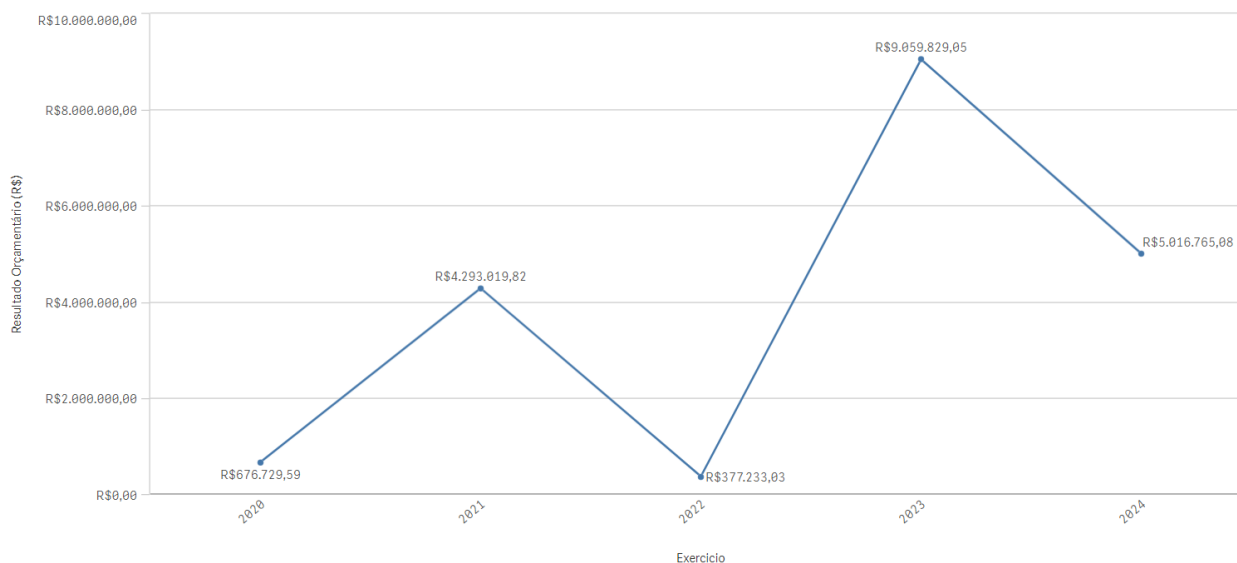


-	2020	2021	2022	2023	2024
Desp. Empenhada decorrentes de Créditos Adicionais Superávit Financeiro - Créditos Adicionais (A)	R\$ 0,00	R\$ 1.105.335,18	R\$ 2.024.516,84	R\$ 4.134.746,70	R\$ 8.274.084,21
Despesa Orçamentária Consolidada Ajustada (B)	R\$ 33.549.180,46	R\$ 43.226.947,21	R\$ 72.248.022,82	R\$ 59.437.002,79	R\$ 73.129.959,69
Receita Orçamentária Consolidada Ajustada (C)	R\$ 34.225.910,05	R\$ 46.414.631,85	R\$ 70.600.739,01	R\$ 64.362.085,14	R\$ 69.872.640,56
QREO--->2020 a 2023=C+A/B Exercício 2024= Se (C-B)<0; (C+A/B); (C /B)	1,0201	1,0993	1,0052	1,1524	1,0686

Relatórios dos Exercícios 2020-2023

A série histórica evidencia que no período indicado houve superávit de execução orçamentária, sendo que em 2022 e 2024 as receitas foram menores que as despesas, utilizando-se dos créditos adicionais por superávit financeiro para garantir o superávit orçamentário.

Série Histórica - Execução Orçamentária





A partir da análise do quociente da situação orçamentária, constatou-se o que segue:

### 1) C. GOV M - Quociente da Execução Orçamentária

O quociente do resultado da execução orçamentária tem por objetivo verificar se houve superavit orçamentário (indicador maior que 1) ou déficit orçamentário (indicador menor que 1).

Esse resultado (1.0686), apurado conforme diretrizes estabelecidas na Resolução Normativa n.º 43/2013, indica que receita arrecadada é maior que a despesa realizada, obtendo **superávit de execução orçamentária** no valor de R\$ 5.016.755,08, como demonstrado no Anexo 4, quadros 4.1 e 4.2.

## 5. 4. SITUAÇÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

Abaixo, segue a análise de alguns quocientes da situação financeira e patrimonial referente ao exercício de **2024** do Município de **ARENAPOLIS**, com base nos demonstrativos e nas informações prestadas pelo gestor.

### 5. 4. 1. QUOCIENTE DE RESTOS A PAGAR

Trata-se de compromissos assumidos, porém não pagos durante o exercício, podendo ser classificados como processados (despesas liquidadas e não pagas) e não processados (despesas apenas empenhadas). Destaca-se que os saldos dos Restos a Pagar são cumulativos e consideram todas as despesas empenhadas ou liquidadas em exercícios anteriores sem o devido pagamento.

O Quadro 5.1 - Restos a Pagar Processados e Não Processados, do Anexo 5 (Restos a Pagar) apresentam os valores existentes de Restos a Pagar no total de R\$ 10.621.385,57, sendo:





- Restos a Pagar Processados de R\$ 770.792,73
- Restos a Pagar Não Processados de R\$ 9.850.592,84.

#### **5. 4. 1. 1. QUOCIENTE DE DISPONIBILIDADE FINANCEIRA PARA PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR**

O cálculo da Disponibilidade Financeira por Fonte de recursos encontra-se detalhado no Quadros 5.2 e 5.4 do Anexo 5 (Restos a Pagar) deste Relatório de Contas de Governo.

O Município deve garantir recursos para quitação das obrigações financeiras, incluindo os restos a pagar não processados do exercício ao final de 2024.

Disciplinando o assunto, a Secretaria do Tesouro Nacional esclarece da seguinte forma sobre o controle da disponibilidade de caixa:

“como regra geral, que as despesas devem ser executadas e pagas no exercício financeiro e, extraordinariamente, podem ser deixadas obrigações a serem cumpridas no exercício seguinte, por meio da inscrição em restos a pagar, com a suficiente disponibilidade de caixa. Assim, o controle da disponibilidade de caixa e da geração de obrigações deve ocorrer simultaneamente à execução financeira da despesa em todos os exercícios”. (Manual de Demonstrativos Fiscais: aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios. Válido a partir do exercício financeiro de 2023, Secretaria do Tesouro Nacional - 14ª ed., pág. 567).





De modo a garantir o princípio do equilíbrio financeiro, neste mesmo sentido há decisão deste Tribunal de Contas sobre a necessidade de garantir recursos para o pagamento tanto dos restos a pagar processados quanto não processados do exercício, conforme transcrição a seguir:

1. Para efeito de verificação do cumprimento das disposições constantes no art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a relação entre a assunção de obrigação de despesa e a suficiente disponibilidade de caixa deve ser calculada, individualmente, por fontes de recursos. Inclui-se como assunção de obrigação de despesa tanto os restos a pagar processados quanto os não processados, inscritos no exercício." (Contas Anuais de Governo. Relator: Conselheiro Substituto Moisés Maciel. Parecer Prévio n.º 41 /2017-TP. Julgado em 03/10/2017. Publicado no DOC/TCE-MT em 24 /10/2017. Processo n.º 8.385-2/2016).(Item 7.8. Boletim de Jurisprudência. Edição Consolidada | fevereiro de 2014 a junho de 2019, página 30)

Este quociente tem por objetivo medir a capacidade de pagamento das obrigações de curto prazo (Restos a Pagar Processados, Restos a Pagar Não Processados e Demais Obrigações Financeiras).

Apresenta-se a seguir o quadro da série histórica:

-	2020	2021	2022	2023	2024
Disp. Bruto - Exceto RPPS (A)	R\$ 3.441.390,79	R\$ 9.738.461,94	R\$ 19.723.914,10	R\$ 17.616.520,10	R\$ 16.681.079,98
Demais Obrigações - Exceto RPPS (B)	R\$ 0,00	R\$ 190.712,27	R\$ 331.900,22	R\$ 184.966,92	R\$ 20.281,77
Restos a Pagar Processados - Exceto RPPS (C)	R\$ 1.583.857,28	R\$ 575.192,92	R\$ 1.361.322,08	R\$ 1.934.296,12	R\$ 770.792,73
Restos a Pagar Não Processados - Exceto RPPS (D)	R\$ 2.327.769,58	R\$ 4.250.153,97	R\$ 14.813.777,36	R\$ 6.637.977,23	R\$ 9.850.592,84
Quociente Disponibilidade					





-	2020	2021	2022	2023	2024
Financeira (QDF)= (A-B)/(C+D)	0,8797	1,9786	1,1988	2,0334	1,5686

Relatórios dos Exercícios 2020-2023

A série histórica evidencia que no período indicado, com exceção de 2020, o ente garantiu recursos para quitação das obrigações financeiras, incluindo o total de restos a pagar, havendo uma redução nessa capacidade financeira de 2023 para 2024.

O resultado do exercício em análise indica que para cada R\$ 1,00 de restos a pagar inscritos, há R\$ 1,56 de disponibilidade financeira.

Esse resultado indica equilíbrio financeiro, ou seja, existência de recursos financeiros suficientes para pagamento dos Restos a Pagar Processados e Não Processados, tanto pela análise global (total das disponibilidades) como pela análise individual por fonte de recursos, conforme detalhado nos Quadros 5.2 e 5.4 do Anexo 5.

#### 5. 4. 1. 2. QUOCIENTE DE INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR

Este indicador tem por objetivo verificar a proporcionalidade de inscrição de Restos a Pagar no exercício em relação ao total das despesas executadas (despesas empenhadas no exercício).

-	2020	2021	2022	2023	2024
Total Inscrição de Restos a Pagar no Exercício (A)	R\$ 3.553.080,78	R\$ 4.650.486,97	R\$ 15.889.650,88	R\$ 4.730.214,94	R\$ 8.663.493,12
Total Despesa - Execução (B)	R\$ 33.549.180,46	R\$ 43.226.947,21	R\$ 72.248.022,82	R\$ 59.437.002,79	R\$ 73.129.959,69
Quociente inscrição de restos a pagar (QIRP)=A/B	0,1059	0,1075	0,2199	0,0795	0,1184

Relatórios dos Exercícios 2020-2023





A série histórica evidencia que o gestor manteve uma média de 12,62% de inscrição em restos a pagar no período indicado, reduzindo esse percentual nos dois últimos exercícios.

No exercício de 2024 o resultado indica que para cada R\$ 1,00 de despesa empenhada, R\$ 0,1184 foram inscritos em restos a pagar, ou seja, 11,84% das despesas empenhadas em 2024 não foram pagas dentro do exercício financeiro.

#### 5. 4. 1. 3. QUOCIENTE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA (QSF) - EXCETO RPPS

Este indicador é obtido da relação entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, com o objetivo de apurar a ocorrência de déficit (indicador menor que 1) ou superávit financeiro (indicador maior que 1).

O superávit financeiro pode ser utilizado como fonte de recursos para abertura de Créditos Adicionais no exercício seguinte, desde que respeitadas a fonte e a destinação de recursos específicas. No entanto, para fins de abertura de crédito adicional, deve-se conjugar, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas, em cumprimento ao parágrafo 1º, inciso I, do artigo 43 da Lei n.º 4.320/64.

O cálculo detalhado da Situação Financeira por Fonte de Recursos, exceto RPPS, encontra-se no Quadro 6.3 do Anexo 6 (Análise da Situação Financeira e Patrimonial) deste Relatório de Contas de Governo.

-	2020	2021	2022	2023	2024
Total Ativo Financeiro - Exceto RPPS (A)	R\$ 3.441.390,79	R\$ 9.738.461,94	R\$ 19.728.221,24	R\$ 17.618.553,98	R\$ 16.681.079,98
Total Passivo Financeiro - Exceto RPPS (B)	R\$ 4.021.243,21	R\$ 5.016.059,16	R\$ 16.506.999,66	R\$ 8.757.240,27	R\$ 10.641.667,34
Quociente Situação Financeira (QSF)=A/B	0,8558	1,9414	1,1951	2,0118	1,5675

Relatórios dos Exercícios 2020-2023







Observa-se que, historicamente, ocorreu superávit financeiro no período analisado, sendo que o ativo financeiro (direitos) é superior ao passivo financeiro (obrigações a pagar), revelando que há suporte para pagamento das obrigações financeiras, bem como superávit financeiro suficiente para respaldar abertura de créditos adicionais no exercício seguinte.

No exercício de 2024 o resultado indica que houve **Superávit Financeiro** no valor de R\$ 6.039.412,34, considerando todas as fontes de recursos.

## 6. LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

Abaixo, seguem análises dos cumprimentos dos limites constitucionais e legais, que devem ser observados pelo Município:

### 6. 1. DÍVIDA PÚBLICA

Conforme estabelecido no art. 29, inciso I, e § 3º, da LRF e art. 1º, §1º, inciso III, da Resolução n.º 40/2001, do Senado Federal, a Dívida Pública Consolidada (DC) corresponde ao montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas para amortização em prazo superior a doze meses, decorrentes de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito. Também integram a dívida pública consolidada as operações de crédito de prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento.

A Dívida Consolidada Líquida (DCL) representa o montante da Dívida Consolidada (DC) deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros. O entendimento sobre a composição dos demais haveres financeiros engloba os valores a receber líquidos e certos (devidamente





deduzidos das respectivas provisões para perdas prováveis reconhecidas nos balanços), como empréstimos e financiamentos concedidos (art. 1º, § 1º, inciso V, da Resolução n.º 40/2001 do Senado Federal).

### 6. 1. 1. QUOCIENTE DO LIMITE DE ENDIVIDAMENTO (QLE)

Quociente do Limite de Endividamento (QLE) verifica os limites de endividamento de que trata a legislação e outras informações relevantes, quanto à Dívida Consolidada Líquida (DCL), demonstrada no Quadro 7.1 (Dívida Consolidada Líquida - LRF, art. 55, inciso I, alínea "b"), Exceto RPPS, do Anexo 7 (Limites Constitucionais e Legais).

Conforme art. 52, inc. VI, da Constituição Federal, compete ao Senado Federal fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, fixados em percentual da receita corrente líquida para cada esfera de governo e aplicados igualmente a todos os entes da Federação que a integrem, constituindo, para cada um deles, limites máximos (Art. 30, § 3º, LRF).

Assim, o art. 3º, inciso II, da Resolução n.º 40/2001 do Senado Federal estabeleceu, no caso dos Municípios, que a dívida consolidada líquida (DCL) não poderá exceder a 1,2 (um inteiro e dois décimos) vezes a receita corrente líquida (RCL).

-	2020	2021	2022	2023	2024
DCL (A)	-R\$ 443.033,92	-R\$ 8.258.858,08	-R\$ 11.681.205,44	-R\$ 15.071.176,09	-R\$ 15.869.447,90
RCL AJUSTADA ENDIVIDAMENTO (B)	R\$ 30.632.405,72	R\$ 42.005.589,87	R\$ 49.727.898,53	R\$ 54.695.784,00	R\$ 66.841.830,91
Quociente Limite de Endividamento (QLE) = SE(A<=0,0,A/B)	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000

Relatórios dos Exercícios 2020-2023





A série histórica indica que a DCL do município nos últimos 05 anos foi negativa, ou seja, a dívida pública é menor que as disponibilidades de caixa, estas suficientes para dar quitação àquelas.

Em relação ao exercício de 2024, constatou-se que:

### 1) C. GOV M - Quociente do Limite de Endividamento (QLE)

**A dívida consolidada líquida é negativa, pois as disponibilidades são maiores que a dívida pública consolidada, conforme demonstrado no Anexo 6, Quadro 6.5 deste Relatório.**

O resultado de ( 0,0000 ) indica que a DCL ao final do exercício é negativa, não afetando o limite estabelecido na Resolução do Senado nº 40/2001.

## 6. 1. 2. QUOCIENTE DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA (QDPC)

A Dívida Pública Contratada baseia-se em contratos de empréstimo ou financiamentos com organismos multilaterais, agências governamentais ou credores privados.

Constitui as chamadas “operações de crédito”, definida no art. 3º, da Resolução do Senado Federal nº43/2001, como “os compromissos assumidos com credores situados no País ou no exterior, em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros”.

O art. 7º, inciso I, da supracitada Resolução do Senado Federal, determina que deve ser observado, pelos Entes da Federação, que o montante global





das operações realizadas em um exercício financeiro não poderá ser superior a 16% (dezesseis por cento) da receita corrente líquida (RCL).

Segue, abaixo, a série histórica do indicador:

-	2020	2021	2022	2023	2024
RCL Ajustada Endividamento (A)	R\$ 30.632.405,72	R\$ 42.005.589,87	R\$ 49.727.898,53	R\$ 54.695.784,00	R\$ 66.841.830,91
Total Dívida Contratada (B)	R\$ 889.139,01	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 143.799,77	R\$ 0,00
Quociente Dívida Pública Contratada no exercício (QDPC) =B/A	0,0290	0,0000	0,0000	0,0026	0,0000

Relatórios dos Exercícios 2020-2023

Historicamente, o quadro demonstra os indicadores de contratação de dívida pública pelo município, evidenciando que nos últimos 05 exercícios, as contratações não ultrapassaram o limite definido pelo Senado Federal.

No exercício de 2024, verificou-se:

#### 1) C. GOV M - Quociente da Dívida Pública Contratada no Exercício (QDPC)

Este resultado indica que não houve contratação de dívida no exercício, não afetando o cumprimento do limite legal (art. 7º, I, da Resolução do Senado nº 43 /2001).

### 6. 1. 3. QUOCIENTE DE DISPÊNDIO DA DÍVIDA PÚBLICA (QDDP)

Os dispêndios da Dívida Pública constituem-se nas despesas realizadas com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada, inclusive relativos





a valores a desembolsar de operações de crédito já contratadas e a contratar, e, de acordo com o art. 7º, inciso II, da Resolução n.º 43/2001, do Senado Federal, não poderá exceder a 11,5% (onze inteiros e cinco décimos por cento) da receita corrente líquida.

Apresenta-se, a seguir, a série histórica do quociente:

-	2020	2021	2022	2023	2024
RCL Ajustada Endividamento (A)	R\$ 30.632.405,72	R\$ 42.005.589,87	R\$ 49.727.898,53	R\$ 54.695.784,00	R\$ 66.841.830,91
Total Dispendio da Dívida Pública (B)	R\$ 341.529,62	R\$ 510.088,65	R\$ 469.788,84	R\$ 350.814,80	R\$ 388.394,47
Quociente Dispendios da Dívida Pública (QDDP)=B/A	0,0111	0,0121	0,0094	0,0064	0,0058

Relatórios dos Exercícios 2020-2023

Conforme demonstra a série histórica, o pagamento da dívida (amortização e juros/encargos) pelo município nos últimos 05 anos não ultrapassou o percentual permitido pela Resolução n.º 43/2001 do Senado Federal.

Em relação ao exercício de 2024, constatou-se que:

#### 1) C. GOV M - Quociente de Dispendio da Dívida Pública (QDDP)

**Este resultado indica que os dispendios da dívida pública efetuados no exercício representaram 0,58% da Receita Corrente Líquida Ajustada para fins de Endividamento.**

O resultado de 0,0058 indica que os dispendios da Dívida Pública estão dentro do limite estabelecido na legislação vigente.

## 6. 2. EDUCAÇÃO





A Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, dispõe em seu art. 212 sobre o percentual mínimo que o município deverá aplicar com manutenção e desenvolvimento do ensino em cada ano.

Esse mínimo é fixado para o município em 25% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências.

Quanto à formação da base de cálculo da MDE, é importante ressaltar que a tese prejudgada contida no Acórdão TCE-MT n.º 1.098/2004 e constante do inciso VIII do artigo 1º da Decisão Administrativa TCE-MT n.º 16/2005, que excluía o IRRF da referida base de cálculo, foi revogada pela Resolução de Consulta TCE-MT n.º 16/2018.

Essa Resolução modulou os efeitos do novo entendimento para aplicação a partir de 1º de janeiro de 2020, com a inclusão do IRRF na Receita Base para Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

Até o exercício de 2020, o TCE-MT para verificação anual do cumprimento do limite constitucional de aplicação em gastos com a Manutenção e Desenvolvimento do ensino considerava as despesas após a sua regular liquidação conforme Resolução Normativa TCE-MT n.º 14/2012. Todavia, em função da revogação do item que trata do cálculo da aplicação em MDE da citada Resolução, ocorrida na Sessão Presencial realizada em 03 de maio de 2022, por ocasião do julgamento de Embargos de Declaração opostos pelo Governo do estado de Mato Grosso, o cálculo passou a ser pela despesa empenhada, conforme item c.1 do Acórdão 207/2022-TP (Sessão de Julgamento 3-5-2022 - Tribunal Pleno - Processo n.º 22.153-8/2020) transcrito abaixo:

c.1) para efeito de verificação anual do cumprimento dos limites referentes à aplicação em gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino e Fundeb, deve-se considerar as despesas empenhadas, conforme critério previsto no art. 24, II, da LC n.º 141/2012, que dispõe sobre os gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde; e, c.2) para efeito de verificação anual do cumprimento do limite constitucional de aplicação em gastos com a





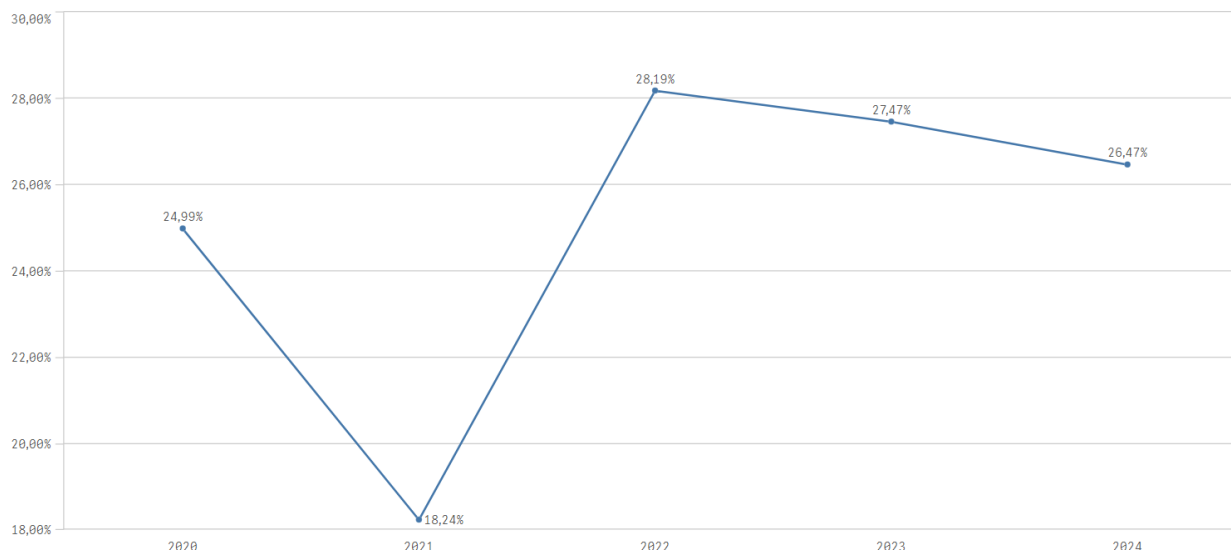
manutenção e desenvolvimento do ensino do Estado de Mato Grosso, deve-se incluir as despesas empenhadas com o ensino superior, sendo inaplicável, neste caso, o que dispõe a Resolução de Consulta n.º 21/2008.

A série histórica da aplicação de recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, no período de 2020/2024, indica que a administração municipal de **ARENAPOLIS** vem **cumprindo** a exigência constitucional, conforme se pode observar:

HISTÓRICO - APLICAÇÃO NA EDUCAÇÃO (art. 212 CF) - Limite Mínimo fixado 25%					
	2020	2021	2022	2023	2024
Aplicado - %	24,99%	18,24%	28,19%	27,47%	26,47%

Fonte: Parecer Prévio (exercícios anteriores) e Exercício Atual (Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino) - art.212,CF OBS: Quando não detectada a informação no Parecer Prévio, as fontes de dados foram os relatórios técnicos das contas anuais de governo ou das tomadas de contas (exercícios anteriores).

Série Histórica - Aplicação na Educação







A análise das despesas que se enquadram (ou não) na MDE foi feita com base na amostra definida conforme Apêndice D, além de outras informações registradas no sistema Aplic.

Da análise das informações, é possível verificar o cumprimento desse dever constitucional por parte do Município:

### 1) C. GOV M - Aplicação em MDE

**Esse resultado indica que o limite mínimo foi cumprido.**

O percentual aplicado ( 26,47% ) assegura o cumprimento do percentual mínimo de 25% da receita de impostos, compreendida a proveniente de transferências, conforme o estabelecido no art. 212 da Constituição Federal.

## 6. 2. 1. FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB

O FUNDEB foi criado pela Emenda Constitucional n.º 53/2006, regulamentado pela Lei n.º 11.494, de 20/06/2007 e pelo Decreto n.º 6.253/2007, trata-se de um fundo especial, de natureza contábil, formado, na quase totalidade, por recursos provenientes dos impostos e das transferências dos Estados, Distrito Federal e Municípios, vinculados à educação por força do disposto no art. 212 da Constituição Federal.

A Emenda Constitucional 108, de 26/08/2020, dá nova redação ao art. 212-A, da Constituição Federal:

Art. 212-A. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos a que se refere o caput do art. 212 desta Constituição à manutenção e ao desenvolvimento do ensino na educação básica e à remuneração condigna de seus profissionais, respeitadas as seguintes disposições:





I - a distribuição dos recursos e de responsabilidades entre o Distrito Federal, os Estados e seus Municípios é assegurada mediante a instituição, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, de um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de natureza contábil;

O inciso XI, dessa EC, determina que a proporção não inferior a 70% (setenta por cento) do Fundeb será destinada ao pagamento dos profissionais da educação básica em efetivo exercício (Art. 26 da Lei nº 14.113/2020 alterado pela Lei 14.276/2021).

Diante disso, a Lei n.º 14.113, de 25/12/2020, regulamenta o Fundeb e revoga, a partir de 1º de janeiro de 2021, a Lei n.º 11.494/2007, ressalvado o caput do art. 12 e mantidos seus efeitos financeiros no que se refere à execução dos Fundos relativa ao exercício de 2020. Além disso, o Decreto n.º 10.656, de 22/03/2021, revoga o Decreto n.º 6.253/2007, sendo a nova norma regulamentadora do Fundeb.

Essa lei definiu os seguintes parâmetros:

- a) haverá complementação da União aos recursos do Fundeb, sendo que a proporção de 50% (cinquenta por cento) dos recursos globais, será destinada à educação infantil (art. 3º, § 2º; art. 4º, art. 5º, art. 13, art. 16, § 2º, art. 28, da Lei n.º 14.113/2020);
- b) até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional. (art. 25, § 3º) (antes era 5%)

Ressalta-se que o superávit de 10% se refere somente ao Fundeb 30%, sendo que a parte de 70%, destinada à remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública, deve ser aplicado integralmente até o final do exercício em que os recursos forem recebidos.

Nesse sentido, a jurisprudência do TCE/MT, na vigência da Lei 11.494/2007:





Educação. Superávit nos recursos do Fundeb 40%. Aplicação no exercício subsequente. Parte Fundeb 60%. Utilização exclusiva no exercício corrente.

1. Sendo apurado superávit financeiro de até 5% nos recursos recebidos do Fundeb no exercício corrente, poderá ser aplicado no primeiro trimestre do exercício subsequente, mediante abertura de créditos adicionais (art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007). Tal previsão legal aplica-se exclusivamente à parte disponível do Fundeb 40%.

2. A parte do Fundeb 60%, vinculada ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública, deve ser aplicada anualmente, sendo incabível, neste caso, a possibilidade prevista no art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007. (Contas Anuais de Governo. Relator: Conselheiro Substituto João Batista Camargo. Parecer Prévio n.º 81/2017-TP. Julgado em 28/11/2017. Publicado no DOC/TCE-MT em 14/12/2017. Processo n.º 7.816-6/2016). (Boletim de Jurisprudência. Edição Consolidada. fevereiro de 2014 a dezembro de 2020, p. 39)

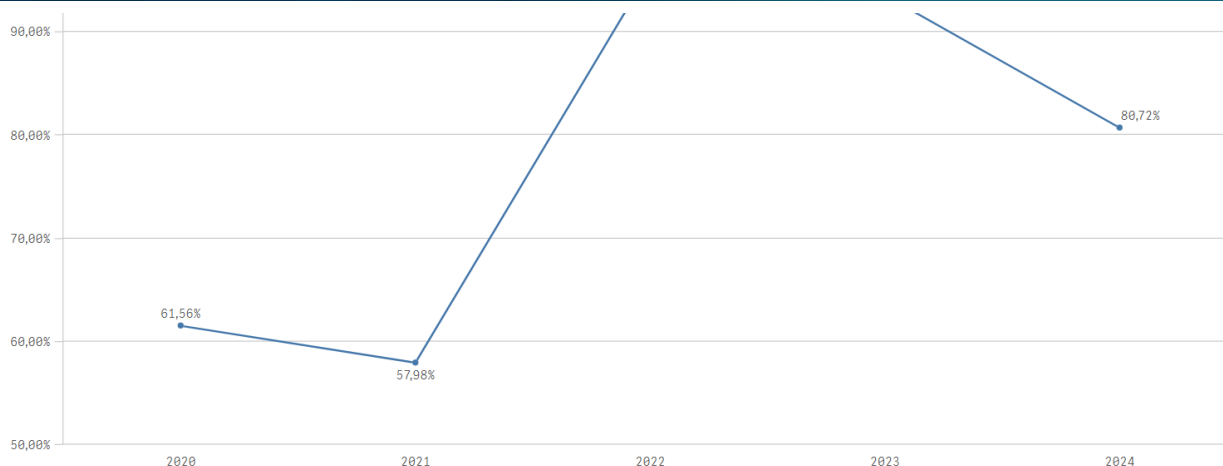
Apresenta-se abaixo série histórica de remuneração dos profissionais da Educação Básica, período 2020/2024, sendo possível concluir o quanto, percentualmente, o município investiu na remuneração dos educadores, nos últimos anos:

HISTÓRICO - Remuneração dos Profissionais da Educação Básica - Limite Mínimo Fixado 60% até 2020 e 70% a partir de 2021					
	2020	2021	2022	2023	2024
Aplicado - %	61,56%	57,98%	95,97%	93,54%	80,72%

Parecer Prévio (exercícios anteriores) e Exercício Atual (Gastos com remuneração e valorização dos profissionais do magistério. Recursos do FUNDEB). OBS: Quando não detectada a informação no Parecer Prévio, as fontes de dados foram os relatórios técnicos das contas anuais de governo ou das tomadas de contas (exercícios anteriores). A partir de 2021 o % mínimo de Aplicação é de 70%.

Série Histórica - Remuneração dos Profissionais da Educação Básica





Da análise das informações das quais é possível verificar o **cumprimento** desse dever por parte do Município no atual exercício, constata-se que:

#### 1) C. GOV M - FUNDEB 70%

**Este resultado indica que o limite mínimo foi cumprido.**

O percentual destinado para os profissionais da educação básica em efetivo exercício ( 80,72% ) assegura o cumprimento do percentual mínimo de 70% estabelecido pela legislação.

#### 2) C. GOV M - FUNDEB - Aplicação Mínimo 90%

**Indica que o percentual não aplicado no exercício das receitas recebidas do FUNDEB está dentro do limite estabelecido na legislação vigente.**

**Foi aplicado mais de 90% dos recursos do Fundeb em 2024 (aplicou 97,89%), conforme demonstrado no Anexo 7, quadro 7.8 - FUNDEB - Receita Recebida e não aplicada no exercício.**





O resultado de ( 2,11% ) indica o cumprimento do limite estabelecido no art. 25, § 3º, da Lei nº 14.113/2020 (até 10%), como se demonstra no Anexo 7, quadro 7.8., não sendo aplicado no exercício o valor de R\$ 214.578,13.

3) Foi aplicado até o encerramento do primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente 100% dos recursos creditados pelo Fundeb no exercício.

Conforme consta do relatório técnico das contas anuais de 2023 (processo nº 538418 /2023 - FUNDEB Anexo 7, quadro 7.13) deixou de ser aplicado no exercício o valor de R\$ 451.133,23.

**Quadro: 7.13 - FUNDEB - Receita Recebida e não aplicada no Exercício**

DESCRIÇÃO	VALOR R\$
Receita Recebida no Exercício (FUNDEB) - Fontes: 1.540, 1.541, 1.542 e 1.543 (A)	R\$ 8.832.076,73
Despesas Empenhada no Exercício (FUNDEB) - Fontes: 1.540, 1.541, 1.542 e 1.543 (B)	R\$ 8.380.943,50
RP FUNDEB inscrito sem Disponibilidade - Fontes 1.540, 1.541, 1.542 e 1.543 (C )	R\$ 0,00
Desp Empenhada (FUNDEB) superior ao total das receitas recebidas no exercício (D)	R\$ 0,00
Vlr. Máximo Permitido (E) A*10%	R\$ 883.207,67
Vlr. Não Aplicado (F)= A-(B-D)	R\$ 451.133,23
Vlr. Não Aplicado após ajustes (G) = F+(se(C-D<=0;0;C-D))	R\$ 451.133,23
Vlr. Não Aplicado excedente ao Máximo de 10% (H)= (se(G-	

De acordo com o Anexo 7, quadro 7.10 do relatório técnico de 2024, esse valor total foi aplicado até o 1º quadrimestre/2024.

## 6. 2. 1. 1. FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO UNIÃO

A Complementação da União ao FUNDEB é um mecanismo de repasse de recursos federais para a educação básica pública, com o objetivo de promover equidade na distribuição dos recursos, reduzindo desigualdades regionais e socioeconômicas.





A complementação da União é distribuída em três modalidades, de acordo com critérios específicos:

- **Valor Anual por Aluno FUNDEB (VAAF) - 50% da complementação**  
Destinado a estados e municípios que não atingem um valor mínimo de investimento por aluno com os recursos próprios do FUNDEB.
- **Valor Anual Total por Aluno (VAAT) - 35% da complementação**  
Beneficia redes de ensino cuja arrecadação total vinculada à educação (incluindo outros impostos e transferências) não atinge um patamar mínimo por aluno.
  1. Pelo menos 50% dos recursos da complementação VAAT, nos municípios, devem ser aplicados na educação infantil.
  2. No mínimo 15% desses recursos devem ser aplicados em despesas de capital.
- **Valor Anual por Aluno para Equidade e Qualidade (VAAR) - 15% da complementação**  
Mecanismo que reconhece o esforço das redes de ensino na redução de desigualdades educacionais e na melhoria da qualidade da educação.

Dessa forma, os municípios que recebem recursos da Complementação VAAT devem cumprir duas exigências principais:

### 1. Mínimo de 50% dos recursos destinados à Educação Infantil

- Aplicação prioritária em creches e pré-escolas, visando ampliar e qualificar a oferta de atendimento às crianças de 0 a 5 anos.

### 2. Mínimo de 15% dos recursos aplicados em Despesas de Capital

Esses recursos devem ser investidos em melhorias permanentes na rede de ensino.

Da análise das informações do exercício atual é possível verificar que:

### 1) C. GOV M - FUNDEB 50% - Ed. Infantil - COMPL UNIÃO

**Este resultado indica que o limite mínimo foi cumprido.**





O percentual destinado na Educação Infantil da Complementação da União (VAAT) (93,03%) assegura o cumprimento do percentual mínimo de 50% estabelecido no Art. 212 - A, §3º, CF/88.

## **2) C. GOV M - FUNDEB 15% - DESP CAPITAL - COMPL UNIÃO**

**Este resultado indica que o limite mínimo foi cumprido.**

O percentual destinado para despesas de capital da Complementação da União (VAAT) (19,62%) assegura o cumprimento do percentual mínimo de 15% estabelecido no Art. 212 - A, XI, CF/88.

### **6. 3. SAÚDE**

O art. 77, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, estabelecia que os municípios deveriam aplicar, anualmente, no mínimo, 15% da receita de impostos a que se refere o artigo 156 e dos recursos de que tratam os artigos 158 e 159, inciso I, alínea "b" e § 3º, todos da Constituição Federal.

A referida imposição deveria ser observada até que viesse a Lei Complementar, descrita no art. 198, § 3º, da Constituição Federal. Fato esse que ocorreu até o ano de 2011.

Atendendo ao comando do art. 77, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, foi publicada a Lei Complementar n.º 141, de 13 de janeiro de 2012, estabelecendo em seu art. 7º que os municípios deverão aplicar anualmente, no mínimo, 15 % da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam o art. 158 e a alínea "b" do inciso I do caput e o § 3º do art. 159, todos da Constituição Federal.

Quanto à formação da base de cálculo para as ASPS, é importante ressaltar que a tese prejudgada contida no Acórdão TCE-MT n.º 1.098/2004 e constante do inciso VIII do artigo 1º da Decisão Administrativa TCE-MT n.º 16/2005, que exclui o IRRF da base de cálculo, foi revogada pela Resolução de Consulta TCE-MT n.º 16/2018.







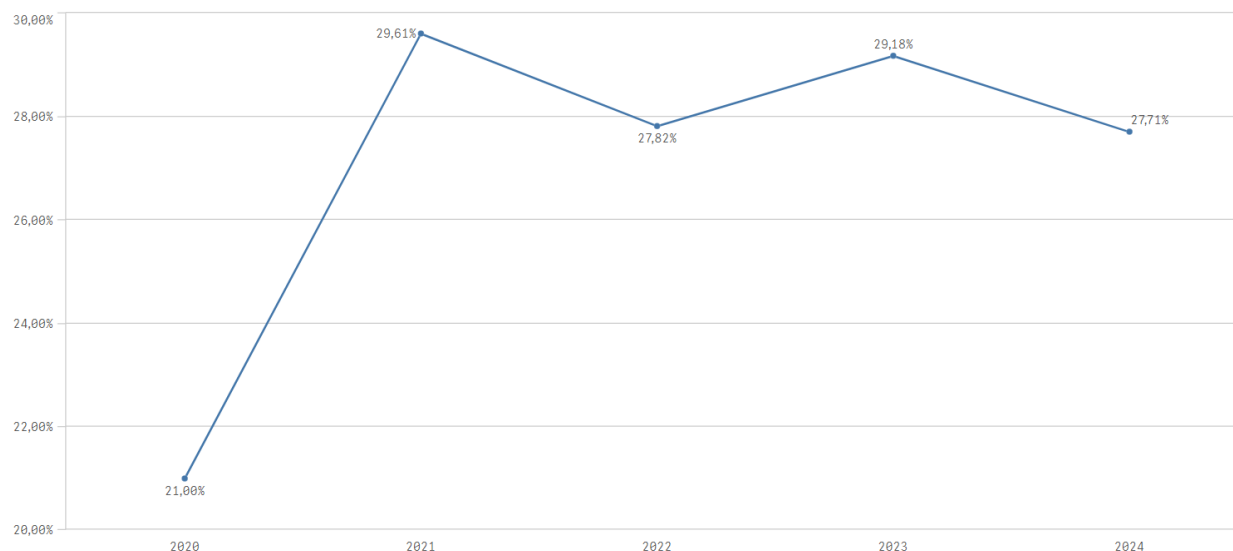
Essa Resolução modulou os efeitos do novo entendimento para aplicação a partir de 1º de janeiro de 2020, com a inclusão do IRRF na Receita Base para verificação da aplicação mínima de recursos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde.

No período 2020/2024, os gastos com ações e serviços públicos de saúde, **atenderam** à exigência constitucional, superando o percentual de aplicação obrigatória, conforme demonstrado a seguir:

HISTÓRICO - APLICAÇÃO NA SAÚDE - Limite Mínimo Fixado 15%					
	2020	2021	2022	2023	2024
Aplicado - %	21,00%	29,61%	27,82%	29,18%	27,70%

Parecer Prévio (exercícios anteriores) e Exercício Atual (Despesas com ações e serviços públicos de saúde - APLIC). OBS: Quando não detectada a informação no Parecer Prévio, as fontes de dados foram os relatórios técnicos das contas anuais de governo ou das tomadas de contas (exercícios anteriores).

Série Histórica - Aplicação na Saúde



A análise das despesas que se enquadram (ou não) em ASPS foi feita com base na amostra definida conforme Apêndice E, além de outras informações registradas no sistema Aplic.

Assim, da análise das informações, constata-se que:





## 1) C. GOV M - Aplicação em ASPS

**Esse resultado indica que o limite mínimo foi cumprido.**

O percentual aplicado ( 27,70% ) assegura o cumprimento do percentual mínimo de 15%, de acordo com o que determina o art. 7º da Lei Complementar nº 141/2012.

### 6. 4. DESPESAS COM PESSOAL

A Lei Complementar n.º 101/2000, em seu art. 20, inciso III, da LRF, fixou limite baseado em percentual da Receita Corrente Líquida, de 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Poder Executivo e 6% (seis por cento) para o Poder Legislativo.

#### 6. 4. 1. PESSOAL - LIMITES LRF

A Lei Complementar n.º 101/2000, em seu art. 20, inciso III, da LRF, fixou limite baseado em percentual da Receita Corrente Líquida, de 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Poder Executivo e 6% (seis por cento) para o Poder Legislativo.

A série histórica de percentuais dos gastos com pessoal do Poder Executivo e Legislativo em relação à Receita Corrente Líquida, no período 2020/2024, **mantiveram-se abaixo** do valor máximo permitido, conforme se observa a seguir:

LIMITES COM PESSOAL - LRF					
	2020	2021	2022	2023	2024
Limite máximo Fixado - Poder Executivo					
Aplicado - %	51,09%	43,23%	41,59%	47,36%	40,45%
Limite máximo Fixado - Poder legislativo					
Aplicado - %	1,75%	1,67%	1,84%	2,02%	1,71%
Limite máximo Fixado - Município					
Aplicado - %	52,84%	44,90%	43,43%	49,38%	42,16%





Parecer Prévio (exercícios anteriores) e Exercício Atual: Quadro: Apuração do Cumprimento do limite legal individual. OBS: Quando não detectada a informação no Parecer Prévio, as fontes de dados foram os relatórios técnicos das contas anuais de governo ou das tomadas de contas (exercícios anteriores).

## GRÁFICO - LIMITE COM PESSOAL - LRF

Destaca-se que foi incluído no cálculo da despesa com pessoal o montante de R\$ 1.642.957,20 com base nos arquivos do sistema Aplic, por se tratarem de serviços relacionados à mão de obra e que não correspondem ao conceito de caráter complementar aos serviços prestados pelo município e a despesas com contratos de terceirização de serviços que não se caracterizam como atividades acessórias às atribuições legais do Ente, sendo inerentes a categorias funcionais abrangidas pelo quadro de pessoal do órgão ou entidade.

Demonstra-se em resumo (Apêndice F):

Dotação	Credor	Descrição	Valor Liquidado - R\$
3390.39.50	CEMID - Centro Especialidades Médicas	Prestação de serviços médicos nas Unidades Básicas de Saúde de Arenápolis	922.914,06
3390.39.50	Diversos conforme Apêndice F	Serviços médicos de plantões nas unidades de pronto atendimento e unidades básicas de saúde	462.095,47
3390.36.30 3390.36.35	Prestação de serviços pessoa física: nutricionista, psicólogo, enfermeiros, técnicos em enfermagem, fonoaudiólogo, educador físico, e outros	Prestação de serviços pessoa física: nutricionista, psicólogo, enfermeiros, técnicos em enfermagem, fonoaudiólogo, e outros	257.947,67
Total			1.642.957,20

Fonte: sistema APLIC (informes Mensais/Despesas) - Apêndice F.

A partir da análise das informações sobre o total de gastos com pessoal do Poder Executivo é possível verificar o que segue:





## 1) C. GOV M - Pessoal \_Limite\_LRF

**Nos gastos com pessoal do Poder Executivo foi assegurado o cumprimento do limite de 54%.**

Os gastos com pessoal do Poder Executivo totalizaram o montante de R\$ 26.617.768,08, correspondente a 40,45% da RCL Ajustada, assegurando o cumprimento do limite máximo de 54% estabelecido no art. 20, inc. III, "b" da LRF.

### 6. 4. 1. 1. LIMITE PRUDENCIAL E LEGAL DO PODER EXECUTIVO

O total da despesa com pessoal e encargos do Poder Executivo (Quadros 9.3 e 9.4 do Anexo 9 - Pessoal) foi de R\$ 26.617.768,08, que correspondeu a 40,45% da Receita Corrente Líquida Ajustada, estando abaixo do Limite de Alerta (48,6%) estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que corresponde a 90% do valor máximo permitido para gastos com pessoal.

### 6. 5. LIMITES DA CÂMARA MUNICIPAL

A Constituição Federal dispõe, em seu art. 29-A, sobre o Poder Legislativo Municipal, sendo que o total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior:

- I - 7% (sete por cento) para Municípios com população de até 100.000 (cem mil) habitantes;
- II - 6% (seis por cento) para Municípios com população entre 100.000 (cem mil) e 300.000 (trezentos mil) habitantes;
- III - 5% (cinco por cento) para Municípios com população entre 300.001 (trezentos mil e um) e 500.000 (quinhentos mil) habitantes;
- IV - 4,5% (quatro inteiros e cinco décimos por cento) para Municípios





com população entre 500.001 (quinhentos mil e um) e 3.000.000 (três milhões) de habitantes;

V - 4% (quatro por cento) para Municípios com população entre 3.000.001 (três milhões e um) e 8.000.000 (oito milhões) de habitantes;

VI - 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento) para Municípios com população acima de 8.000.001 (oito milhões e um) habitantes.

Além disso, constitui crime de responsabilidade do Prefeito Municipal:

- I - efetuar repasse que supere os limites definidos no artigo 29-A, CF;
- II - não enviar o repasse até o dia vinte de cada mês; ou
- III - enviá-lo a menor em relação à proporção fixada na Lei Orçamentária.

No caso do Município de **ARENAPOLIS**, com Estimativa de População do Município - IBGE - 2024 de **10.747** habitantes, o percentual de repasse fica estabelecido em **7,00%** da Receita Base.

A série histórica de percentuais dos repasses para o Poder Legislativo, no período de 2020/2024 está apresentada a seguir, evidenciando o cumprimento do percentual limite permitido.

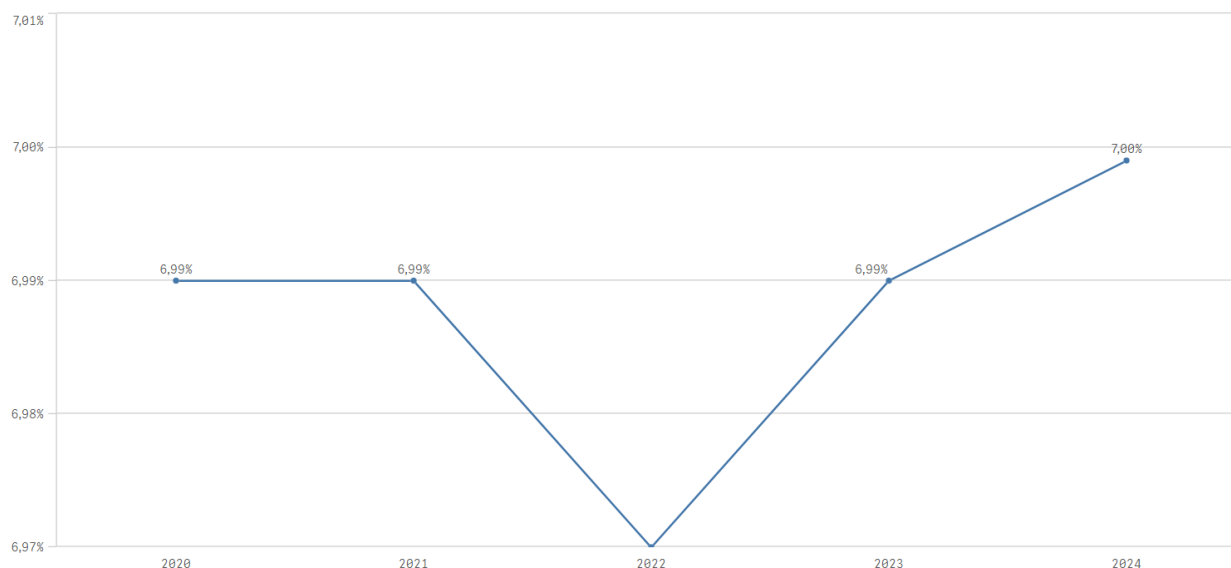
REPASSE PARA O LEGISLATIVO					
	2020	2021	2022	2023	2024
Percentual máximo Fixado	7,00%				
Aplicado - %	6,99%	6,99%	6,97%	6,99%	6,99%

Parecer Prévio (exercícios anteriores) e APLIC (Exercício Atual). OBS: Quando não detectada a informação no Parecer Prévio, as fontes de dados foram os relatórios técnicos das contas anuais de governo ou das tomadas de contas (exercícios anteriores).





Série Histórica - Repasse Legislativo



A partir da análise dos quadros 10.1 e 10.2, constantes no Anexo 10 - Repasse à Câmara Municipal deste relatório, constata-se:

1) Os repasses ao Poder Legislativo não foram superiores aos limites definidos no art. 29-A da Constituição Federal.

Foi repassado o valor de R\$ 2.056.800,00 (6,99% da receita base), de acordo com o limite constitucional (7% > R\$ 2.057.114,66) - Anexo 10, quadros 10.1 e 10.2.

Em dezembro/2024 houve devolução de transferências de duodécimos concedidos, no valor de R\$ 82.823,19 (conta contábil 45112090100), em função do gasto do Poder Legislativo (quadro 10.2).

2) Os repasses ao Poder Legislativo não foram inferiores à proporção estabelecida na LOA (art. 29-A, § 2º, III, CF).

O orçamento final do Legislativo foi de R\$ 2.056.800,00, sendo repassado o mesmo valor em 2024.





3) Os repasses ao Poder Legislativo ocorreram até o dia 20 de cada mês (art. 29-A, § 2º, II, CF).

RAZÃO CONTÁBIL > Cód. Conta 35112020100		
UG/EXERCÍCIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS/2024		
GERADO EM: 20/08/2025 16:20:16		
Data	Descrição	Valor - R\$
22/01/2024	REPASSE CONCEDIDO - DUODÉCIMO	171.400,00
19/02/2024	REPASSE CONCEDIDO - DUODÉCIMO	171.400,00
14/03/2024	REPASSE CONCEDIDO - DUODÉCIMO	171.400,00
19/04/2024	REPASSE CONCEDIDO - DUODÉCIMO	171.400,00
20/05/2024	REPASSE CONCEDIDO - DUODÉCIMO	171.400,00
20/06/2024	REPASSE CONCEDIDO - DUODÉCIMO	171.400,00
19/07/2024	REPASSE CONCEDIDO - DUODÉCIMO	171.400,00
19/08/2024	REPASSE CONCEDIDO - DUODÉCIMO	171.400,00
20/09/2024	REPASSE CONCEDIDO - DUODÉCIMO	171.400,00
18/10/2024	REPASSE CONCEDIDO - DUODÉCIMO	171.400,00
19/11/2024	REPASSE CONCEDIDO - DUODÉCIMO	171.400,00
19/12/2024	REPASSE CONCEDIDO - DUODÉCIMO	171.400,00
<b>TOTAL</b>		<b>2.056.800,00</b>

## 6. 6. LIMITE - DESPESAS CORRENTES/RECEITAS CORRENTES - Art. 167-A CF

O dispositivo constitucional 167-A preconiza que:

**Art. 167-A.** Apurado que, no período de 12 (doze) meses, a relação entre despesas correntes e receitas correntes supera 95% (noventa e cinco por cento), no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, é facultado aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas e à Defensoria Pública do ente, enquanto permanecer a situação, aplicar o mecanismo de ajuste fiscal de vedação da:

I - concessão, a qualquer título, de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração de membros de Poder ou de órgão, de servidores e empregados públicos e de militares, exceto dos







derivados de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior ao início da aplicação das medidas de que trata este artigo;

II - criação de cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa;

III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, ressalvadas:

a) as reposições de cargos de chefia e de direção que não acarretem aumento de despesa;

b) as reposições decorrentes de vacâncias de cargos efetivos ou vitalícios;

c) as contratações temporárias de que trata o inciso IX do caput do art. 37 desta Constituição; e;

d) as reposições de temporários para prestação de serviço militar e de alunos de órgãos de formação de militares;

V - realização de concurso público, exceto para as reposições de vacâncias previstas no inciso IV deste caput;

VI - criação ou majoração de auxílios, vantagens, bônus, abonos, verbas de representação ou benefícios de qualquer natureza, inclusive os de cunho indenizatório, em favor de membros de Poder, do Ministério Público ou da Defensoria Pública e de servidores e empregados públicos e de militares, ou ainda de seus dependentes, exceto quando derivados de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior ao início da aplicação das medidas de que trata este artigo;

VII - criação de despesa obrigatória;

VIII - adoção de medida que implique reajuste de despesa obrigatória acima da variação da inflação, observada a preservação do poder aquisitivo referida no inciso IV do caput do art. 7º desta Constituição;

IX - criação ou expansão de programas e linhas de financiamento, bem como remissão, renegociação ou refinanciamento de dívidas que impliquem ampliação das despesas com subsídios e subvenções;

X - concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza





tributária.

§ 1º Apurado que a despesa corrente supera 85% (oitenta e cinco por cento) da receita corrente, sem exceder o percentual mencionado no caput deste artigo, as medidas nele indicadas podem ser, no todo ou em parte, implementadas por atos do Chefe do Poder Executivo com vigência imediata, facultado aos demais Poderes e órgãos autônomos implementá-las em seus respectivos âmbitos.

§ 2º O ato de que trata o § 1º deste artigo deve ser submetido, em regime de urgência, à apreciação do Poder Legislativo.

§ 3º O ato perde a eficácia, reconhecida a validade dos atos praticados na sua vigência, quando:

I - rejeitado pelo Poder Legislativo;

II - transcorrido o prazo de 180 (cento e oitenta) dias sem que se ultime a sua apreciação; ou

III - apurado que não mais se verifica a hipótese prevista no § 1º deste artigo, mesmo após a sua aprovação pelo Poder Legislativo.

§ 4º A apuração referida neste artigo deve ser realizada bimestralmente

§ 5º As disposições de que trata este artigo.

I - não constituem obrigação de pagamento futuro pelo ente da Federação ou direitos de outrem sobre o erário;

II - não revogam, dispensam ou suspendem o cumprimento de dispositivos constitucionais e legais que disponham sobre metas fiscais ou limites máximos de despesas.

**§ 6º Ocorrendo a hipótese de que trata o caput deste artigo, até que todas as medidas nele previstas tenham sido adotadas por todos os Poderes e órgãos nele mencionados, de acordo com declaração do respectivo Tribunal de Contas, é vedada:**

I - a concessão, por qualquer outro ente da Federação, de garantias ao ente envolvido;

II - a tomada de operação de crédito por parte do ente envolvido com outro ente da Federação, diretamente ou por intermédio de seus fundos, autarquias, fundações ou empresas estatais dependentes, ainda que sob a forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente, ressalvados os financiamentos





destinados a projetos específicos celebrados na forma de operações típicas das agências financeiras oficiais de fomento. (grifo nosso)

Em linhas gerais, o artigo 167-A da Constituição Federal prevê que nos casos em que a relação entre as despesas e receitas correntes do Ente atingir o limite de 95%, algumas restrições deverão ser adotadas visando controlar as despesas com pessoal, como, por exemplo, a concessão, a qualquer título, de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração de membros de Poder ou de órgão, de servidores e empregados públicos e de militares, exceto dos derivados de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior, criação de cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa e alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa (...).

Importa constar que conforme redação do dispositivo constitucional mencionado, trata-se de uma “faculdade” aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas e à Defensoria Pública do ente, enquanto permanecer a situação, aplicar o mecanismo de ajuste fiscal de vedação prevista nos incisos I ao X, quando apurado que, no período de 12 (doze) meses, a relação entre despesas correntes e receitas correntes supera 95% (noventa e cinco por cento).

Todavia, se o ente que extrapolar o limite de 95% informado não poderá tomar empréstimos com a União e nem com outros entes, o que torna o dispositivo obrigatório de cumprimento e de verificação nos casos de análises e concessões de créditos pelos Órgãos e Poderes a que se refere.

Os Tribunais de Contas serão responsáveis por atestar o percentual da relação entre a receita e a despesa corrente e, caso esse percentual supere 95% (noventa e cinco por cento), atestar a adoção dos mecanismos de ajustes fiscal estabelecidos.

A seguir apresenta a relação entre despesas correntes e receitas correntes dos exercícios de 2021 a 2024:





Tribunal de Contas  
Mato Grosso

5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7595 / 7624

Email: quintasecex@tce.mt.gov.br

Exercicio	Receita Corrente Arrecadada (a) R\$	Despesa Corrente Liquidada (b) R\$	Despesas Inscritas em RPNP (c) R\$	Indicador Despesa /Receita (d) %
2021	R\$ 42.005.589,87	R\$ 35.879.303,77	R\$ 1.098.662,96	88,03%
2022	R\$ 51.955.572,53	R\$ 48.657.521,85	R\$ 2.884.432,68	99,20%
2023	R\$ 55.895.828,00	R\$ 52.786.183,26	R\$ 972.415,44	96,17%
2024	R\$ 68.041.874,91	R\$ 62.011.932,34	R\$ 617.460,84	92,04%

Anexo: Receita> Quadro: Resultado da Arrecadação Orçamentária. Origem de recursos da receita (valores Líquidos). Anexo: Despesa> Quadro: Despesa por Categoria Econômica.

Como evidenciado pela série histórica, em dois exercícios o limite despesas correntes *versus* receita correntes foi descumprido (2022 e 2023), havendo uma redução em 2024, observando a recomendação de proceder ao ajuste fiscal.

Em relação ao exercício de 2024 verifica-se que o indicador revela que a relação entre as despesas correntes e as receitas correntes foi de 92,04%, indicando que o limite constitucional foi cumprido, ou seja, as despesas correntes não ultrapassaram 95% das receitas correntes.

## 7. REGIME PREVIDENCIÁRIO

O município não possui Regime Próprio de Previdência - RPPS, estando todos os servidores públicos municipais vinculados ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS/INSS.



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL  
SECRETARIA DE REGIME PRÓPRIO E COMPLEMENTAR  
Departamento dos Regimes Próprios de Previdência Social

### Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP

Ente Federativo: **Arenápolis UF: MT**

CNPJ Principal: 24.977.654/0001-38

É CERTIFICADO, NA FORMA DO DISPOSTO NO ART. 9º DA LEI Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998, COM FUNDAMENTO NO ART. 167, XIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NO DECRETO Nº 3.788, DE 11 DE ABRIL DE 2001, E DA PORTARIA Nº 1.467, DE 2 DE JUNHO DE 2022, QUE O MUNICÍPIO ESTÁ EM **SITUAÇÃO REGULAR** EM RELAÇÃO A LEI Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998.

#### FINALIDADE DO CERTIFICADO





Os órgãos ou entidades da administração direta e indireta da União deverão observar, previamente, a regularidade dos estados, do Distrito Federal e dos municípios quanto ao seu regime Próprio de Previdência Social, nos seguintes casos, conforme o disposto no art 7º da lei nº 9.717, de 1998:

- i. Realização de transferências voluntárias de recursos pela União;
- ii. Celebração de acordos, contratos, convênios ou ajustes, bem como de empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da administração direta e indireta da União;
- iii. Liberação de recursos de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais;

Certificado emitido em nome do Ente Federativo e válido para todos os órgãos e entidades do município

A aceitação do presente certificado está condicionada à verificação, por meio da internet, de sua autenticidade e validade no endereço: <http://www.previdencia.gov.br>, pois está sujeito a cancelamento por decisão judicial ou administrativa.

Este certificado deve ser juntado ao processo referente ao ato ou contrato para o qual foi EXIGIDO.



EMITIDO EM 16/06/2025  
VÁLIDO ATÉ 13/12/2025

N.º 989025 -  
244550

## 8. CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS

De acordo com o Manual de Demonstrativos Fiscais e a Lei de Responsabilidade Fiscal, as metas fiscais representam os resultados a serem alcançados para variáveis fiscais visando atingir os objetivos desejados pelo ente da Federação quanto à trajetória de endividamento no médio prazo. Pelo princípio da gestão fiscal responsável, as metas representam a conexão entre o planejamento, a elaboração e a execução do orçamento. Esses parâmetros indicam os rumos da condução da política fiscal para os próximos exercícios e servem de indicadores para a promoção da limitação de empenho e de movimentação financeira. (**Manual de Demonstrativos Fiscais: aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios**. Válido a partir do exercício financeiro de 2023, Secretaria do Tesouro Nacional. - 13ª ed., pág. 74).

### 8. 1. RESULTADO PRIMÁRIO

O Resultado Primário é calculado com base somente nas receitas e nas despesas não financeiras e tem por objetivo demonstrar a capacidade de pagamento





do serviço da dívida.

**Receitas Não Financeiras - RNF ou Primárias:** corresponde ao total da receita orçamentária deduzidas as operações de crédito, as provenientes de rendimentos de aplicações financeiras e retorno de operações de crédito (juros e amortizações), recebimento de recursos oriundos de empréstimos concedidos, as receitas de privatização e aquelas relativas a superávits financeiros. Para evitar a dupla contagem, não devem ser consideradas como receitas não financeiras as provenientes de transferências entre as entidades que compõem o Ente federativo.

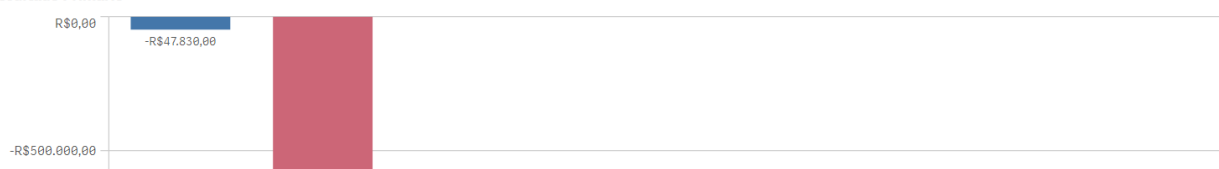
**Despesas Não Financeiras - DNF ou Primárias:** corresponde ao total da despesa orçamentária deduzidas as despesas com juros e amortização da dívida interna e externa, com aquisição de títulos de capital integralizado e as despesas com concessão de empréstimos com retorno garantido.

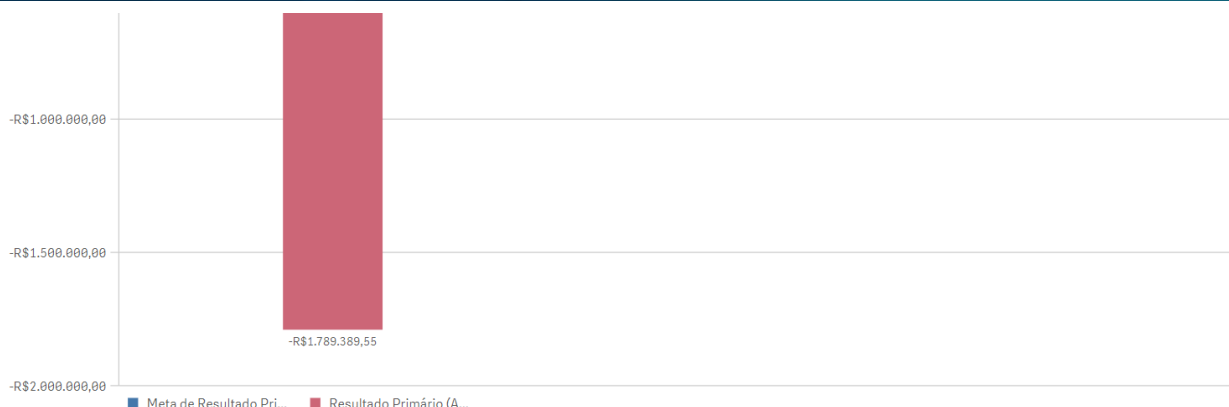
Déficits primários indicam parcela do aumento da Dívida, resultante do financiamento de gastos não financeiros que ultrapassaram as receitas não financeiras. Superávits primários direcionados para o pagamento de serviços da dívida contribuem para a redução do estoque da dívida líquida.

A meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para 2024 é deficitário de -R\$ 47.830,00 e o Resultado Primário alcançou déficit no montante de -R\$ 1.789.389,55 ou seja, o valor alcançado está acima da meta estipulada na LDO, conforme demonstra o Quadro 11.2 - Resultado Primário constante no Anexo 11 - Metas Fiscais.

Ressalta-se que se utiliza, para fins de análise, o Resultado “Acima da Linha”, ou seja, a partir da mensuração dos fluxos de ingressos (receitas) e saídas (despesas). Essa metodologia permite a avaliação dos resultados da política fiscal corrente por meio de um retrato amplo e detalhado da atual situação fiscal.

Resultado Primário





1) Houve o descumprimento da meta de resultado primário estabelecida na LDO/2024. DA04.

### Dispositivo Normativo:

Art. 9º, LRF.

#### 1.1) Descumprimento da meta de resultado primário fixada na LDO. - DA04

O resultado primário deficitário foi maior que a meta fixada na LDO, havendo o descumprimento da meta de resultado primário fixada na LDO.

Em 2024 as despesas orçamentárias ultrapassaram as receitas orçamentárias em 4,66%, sem adoção de providências para incrementar a receita ou limitar despesas (empenho), como estabelecido no artigo 9º da LRF e artigo 57 da LDO, ocasionando o resultado deficitário acima do previsto.

Necessário destacar que o resultado superavitário da execução orçamentária demonstrado no Tópico 5, Item 5.3.3.2 ocorreu devido a ajustes como a utilização de créditos adicionais abertos por superávit financeiro do exercício anterior.

## 9. POLÍTICAS PÚBLICAS

### 9. 1. INDICADORES DE EDUCAÇÃO







A educação é um direito fundamental garantido pela Constituição Federal, essencial para o desenvolvimento pessoal e social dos cidadãos. As políticas públicas de educação são ações e programas implementados pelos governos federal, estadual e municipal visando assegurar o acesso à educação de qualidade para todos. Essas políticas visam não somente a universalização do ensino, mas também a melhoria contínua da qualidade educacional, a valorização dos profissionais da educação e a adequação da infraestrutura escolar.

Os municípios possuem responsabilidades prioritárias em relação às políticas públicas de educação. A Constituição Federal estabelece, no art. 211, § 2º que os municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil, que abrange creches (que atendem bebês e crianças de até 3 anos) e pré-escolas (4 e 5 anos).

Para a análise das Contas Anuais de Governo dos municípios de Mato Grosso priorizaram-se indicadores do exercício de 2024, que refletem a situação dos municípios no exercício analisado. Entretanto, há mais indicadores relevantes como Adequação da Formação Docente, Média de Alunos por Turma, Taxa de Distorção Idade-série, Taxas de Rendimento Escolar, e outros que até o fechamento deste tópico, não continham dados de 2024. Estes indicadores podem ser acessados no site do Inep (<https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais>).

### 9. 1. 1. ALUNOS MATRICULADOS

O Censo Escolar é a principal ferramenta de coleta de informações sobre a educação básica no Brasil, sendo a mais importante pesquisa estatística educacional do país. Coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o Censo Escolar é realizado anualmente em colaboração com as secretarias estaduais e municipais de educação, abrangendo todas as escolas públicas e privadas do território nacional.

A pesquisa estatística do Censo Escolar é dividida em duas etapas principais. A primeira etapa coleta dados sobre os estabelecimentos de ensino, gestores, turmas, alunos e profissionais escolares em sala de aula. A segunda etapa,







realizada ao final do ano letivo, coleta informações sobre o movimento e o rendimento escolar dos alunos.

O objetivo do Censo Escolar é fornecer um panorama da situação educacional do país, permitindo a análise de diversos indicadores, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), taxas de rendimento e fluxo escolar, e a distorção idade-série. Esses indicadores são fundamentais para o monitoramento e a avaliação das políticas públicas educacionais, além de servirem de base para o planejamento e a distribuição de recursos governamentais.

A realização do Censo Escolar é obrigatória para todas as escolas, conforme regulamentado por instrumentos normativos que estabelecem prazos, responsabilidades e procedimentos para a coleta de dados.

De acordo com o Censo Escolar, em 2024 a quantidade de matrículas na rede pública municipal de **ARENAPOLIS** era:

Alunos Matriculados - Ensino Regular								
Zona	Educação Infantil				Ensino Fundamental			
	Creche		Pré- escola		Anos Iniciais		Anos Finais	
	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral
Urbana	202.0	77.0	260.0	0.0	667.0	0.0	0.0	0.0
Rural	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Alunos Matriculados - Educação Especial								
Zona	Educação Infantil				Ensino Fundamental			
	Creche		Pré- escola		Anos Iniciais		Anos Finais	
	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral
Urbana	1.0	0.0	5.0	0.0	34.0	0.0	0.0	0.0
Rural	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Dados do Censo Escolar 2024 - Planilhas no site <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>  
DOU Anexo I (ensino regular) e DOU Anexo II (educação especial).





### 9. 1. 2. IDEB

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado por meio da Portaria MEC n.º 931, de 21 de março de 2007 e reúne, em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. O Ideb é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e das médias de desempenho no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb).

Ademais, sua relevância está reforçada em legislações posteriores, como: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei n.º 9.394/1996: estabelece a necessidade de avaliação do ensino e do desempenho escolar, o Decreto n.º 6.094/2007: define o IDEB como referência para monitoramento da qualidade da educação no Brasil e a Lei n.º 13.005/2014 - Plano Nacional de Educação (PNE): fixa metas educacionais baseadas no IDEB.

O Ideb agrega ao enfoque pedagógico das avaliações em larga escala a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis, e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas. O índice varia de 0 a 10. A combinação entre fluxo e aprendizagem tem o mérito de equilibrar as duas dimensões: se um sistema de ensino reter seus alunos para obter resultados de melhor qualidade no Saeb, o fator fluxo será alterado, indicando a necessidade de melhoria do sistema. Se, ao contrário, o sistema apressar a aprovação do aluno sem qualidade, o resultado das avaliações indicará igualmente a necessidade de melhoria do sistema.

O índice também é importante condutor de política pública em prol da qualidade da educação. É a ferramenta para acompanhamento das metas de qualidade para a educação básica.

Embora este indicador não englobe dados do exercício de 2024, ele foi trazido às Contas Anuais de Governo, pois os impactos dos indicadores da educação geralmente demoram alguns anos para aparecerem de forma significativa, especialmente quando se referem a mudanças estruturais em políticas públicas, formação de professores, currículo ou gestão escolar. Educação é uma política de





longo prazo. Entretanto, os dados aqui trazidos são informativos e não gerarão punição ao gestor neste relatório.

No último Ideb realizado, no ano de 2023, cuja divulgação ocorreu em 2024, o município de **ARENAPOLIS** atingiu os índices, conforme detalhamento abaixo:

Descrição	Nota Município	Meta Nacional	Nota - Média MT	Nota - Média Brasil
Ideb - anos iniciais	6,4	6,0	6,02	5,23
Ideb - anos finais	5,7	5,5	4,8	4,6

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

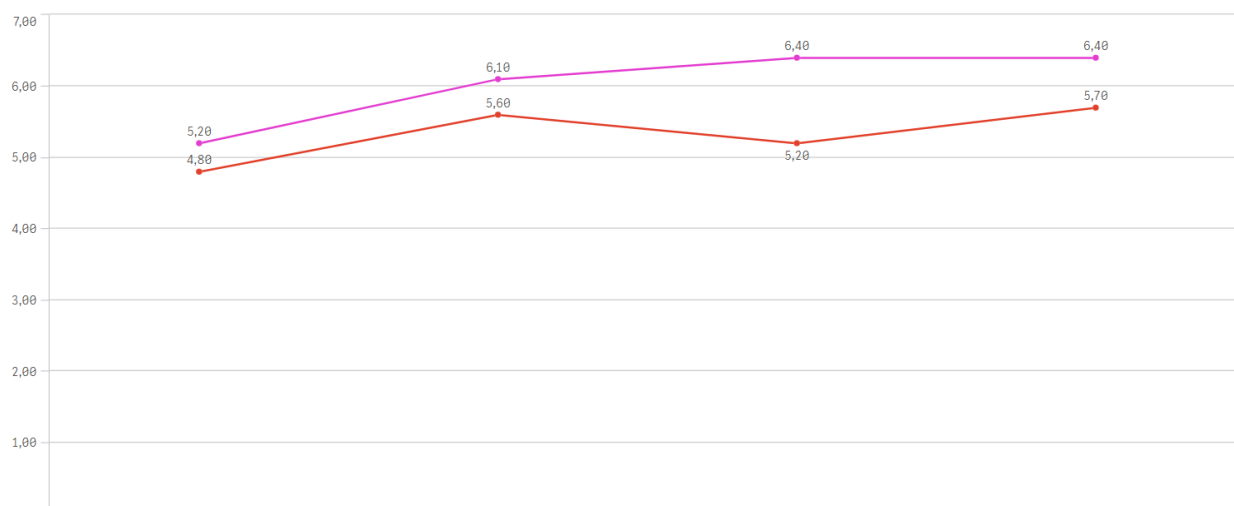
Conforme demonstrado, o desempenho do município está acima da meta do Plano Nacional de Educação - PNE, bem como acima das médias MT e da média Brasil, tanto nos anos iniciais como nos anos finais.

Abaixo apresenta-se o histórico da nota do Ideb do município das últimas 5 avaliações:

Descrição	2017	2019	2021	2023
Ideb - anos iniciais	5,2	6,1	6,4	6,4
Ideb - anos finais	4,8	5,6	5,2	5,7

Séries Históricas - IDEB

Séries Históricas - IDEB





Conforme se observa, os índices revelam de maneira geral crescimento na nota Ideb ao longo dos últimos 8 anos no município, demonstrando um resultado satisfatório do esforço dos gestores, em conjunto com a comunidade escolar. Entretanto, continua sendo necessário o gerenciamento permanente de eventuais riscos ou ameaças para a reversão da tendência positiva.

### 9. 1. 3. FILA EM CRECHES E PRÉ-ESCOLA EM MT

A primeira infância (0 a 6 anos de idade) é a fase mais importante no desenvolvimento do ser humano, pois o que acontece nessa etapa gera impactos positivos ou negativos por toda a vida.

Esses anos iniciais marcam o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (art 29 c/c art 30 da Lei n.º 9.394 /1996)

Neste aspecto, as unidades de educação infantil desempenham um papel crucial para garantir o direito de acesso e de qualidade na educação, recebendo todos os estímulos necessários e a atenção para o seu desenvolvimento integral, neste período. (Lei n.º 8090/1990 - Estatuto da criança e do Adolescente).

Cita-se a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) proferida no Recurso Extraordinário (RE) 1.008.166 (Tema 548 de Repercussão Geral), que considerou a responsabilidade do poder público de garantir a oferta de vagas em creches e pré-escolas para crianças até 5 anos de idade.

Registra-se, ainda, as diretrizes do Plano Nacional de Educação (Lei 13.005/2014), especificamente a sua Meta 1, que consiste em atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência do PNE, bem como dois dos seus indicadores, o "1A", que previa a universalização, até





2016, da educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade; e o “1B”, que estabelece a ampliação e oferta de vagas em creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o ano de 2024.

Diante desse cenário, considerando que as creches públicas são ambientes que contribuem diretamente no desenvolvimento físico, mental e cognitivo da criança, o TCE/MT, em conjunto com o GAEPE/MT, realizou diagnóstico para conhecer a realidade de cada município de MT quanto à existência de filas por vagas em creche e pré-escolas em MT, no ano de 2024.

De acordo com os dados declarados pelos gestores municipais de educação, o município de **ARENAPOLIS** apresentou os seguintes resultados:

Item	Resposta	Quantidade
Possui fila de espera por vaga em creche?	SIM	14
Possui fila de espera por vaga em pré-escola?	NÃO	0
Possui obras de creches em andamento? Se sim, quantas vagas serão ampliadas?	NÃO	0
Possui obras paralisadas de creches?	NÃO	0

Resultados do questionário sobre creches e pré-escolas aplicado pelo GAEPE MT em 2024

Conforme se observa, os resultados revelam uma situação grave diante da existência de crianças sem acesso e atendimento à educação na primeira infância, sendo imprescindível e urgente a implementação de medidas para expandir a oferta de vagas em creches de modo a atender toda demanda manifesta.

A par da gravidade da situação, o TCE/MT elaborou uma Matriz de Risco a partir dos dados da pesquisa, identificando as situações mais críticas bem como os municípios que são os maiores responsáveis pela fila em MT, de modo a auxiliar na tomada de decisão pelos gestores, legisladores e demais formuladores e controladores da política de educação no estado, nas esferas estadual e municipal. A matriz pode ser acessada por meio do link:





[https://docs.google.com/spreadsheets/d/1k93H1puoRHW9Gk24y60Mcd27bXvewyrh/edit?usp=drive\\_link&oid=107361362299863107312&rtpof=true&sd=true](https://docs.google.com/spreadsheets/d/1k93H1puoRHW9Gk24y60Mcd27bXvewyrh/edit?usp=drive_link&oid=107361362299863107312&rtpof=true&sd=true).

A matriz revela que o município de **ARENAPOLIS** está no rol dos municípios com situações críticas, já que possui fila de espera e ainda não há medidas concretas para eliminação da demanda. Não possui obras em andamento ou paralisadas, que poderiam ser retomadas, a fim de aumentar o número de vagas e suprir a demanda, permitindo zerar a fila de espera em creche.

## 9. 2. INDICADORES DE MEIO AMBIENTE

A gestão ambiental eficiente é fundamental para o desenvolvimento sustentável dos municípios e para a garantia de qualidade de vida da população. O monitoramento de indicadores ambientais permite avaliar a efetividade das políticas públicas, orientar a tomada de decisão e assegurar o cumprimento da legislação vigente.

A utilização desses indicadores permite uma análise detalhada e precisa do desempenho ambiental dos municípios, facilitando a identificação de áreas que necessitam de melhorias e a implementação de ações corretivas. Além disso, são essenciais para a formulação de políticas públicas eficazes, promovendo a sustentabilidade, a conservação dos recursos naturais e a qualidade de vida das comunidades. Ao monitorar e avaliar continuamente esses indicadores, os gestores públicos podem tomar decisões informadas e estratégicas, contribuindo para um futuro mais sustentável e equilibrado.

O art. 23, incisos VI e VII, da Constituição Federal, dispõe ser competência comum da União, Estados, Distrito Federal e Municípios proteger o meio ambiente, combater a poluição e preservar as florestas, a fauna e a flora, cuja regulamentação se dá pela Lei Complementar n.º 140/2011 que, em seu art. 9º, dispõe sobre as ações administrativas de competência dos Municípios.





Ademais, a Lei n.º 12.651/2012 - Código Florestal estabelece normas gerais sobre a proteção da vegetação, áreas de Preservação Permanente e as áreas de Reserva Legal; a exploração florestal, o suprimento de matéria-prima florestal, o controle da origem dos produtos florestais e o controle e prevenção dos incêndios florestais. Em seu art. 1º, parágrafo único, reforça a responsabilidade comum dos entes federativos e da sociedade civil na criação de políticas para a preservação e restauração da vegetação nativa em áreas urbanas e rurais. Dessa forma, os municípios possuem papel ativo na fiscalização, implementação de políticas ambientais e de incentivo a práticas sustentáveis para a conservação de seus biomas.

Apresenta-se os seguintes indicadores ambientais:

### 9. 2. 1. DESMATAMENTO

O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) disponibiliza, periodicamente, indicadores de desmatamento por meio dos sistemas PRODES e DETER. O PRODES (Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite) mede anualmente a taxa de desmatamento consolidada, fornecendo informações sobre a área desmatada e permitindo análises históricas da supressão da vegetação nativa. Já o DETER (Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real) é um sistema de alerta rápido que identifica desmatamentos em estágios iniciais, possibilitando ações imediatas de fiscalização.

A divulgação desses indicadores é fundamental para orientar políticas públicas, estratégias de combate ao desmatamento ilegal e planejamento territorial sustentável nos municípios.

No ranking estadual dos Municípios com maior área desmatada em 2024, não constam na base de dados do INPE informações sobre as áreas de desmatamento do Município de Arenópolis no bioma Amazônia e nem no bioma Cerrado. Da mesma forma, em relação ao ranking nacional. (site Terra Brasilis - DETER <https://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/alerts/biomes/amazonia-nb/daily>).





Tribunal de Contas  
Mato Grosso

#### 5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7595 / 7624

Email: quintasecex@tce.mt.gov.br



## Meio Ambiente



Os dados são declaratórios, não documentais e não auditados.

Município  
ARENAPOLIS

Ano  
2024

Focos de Queima

Desmatamento

Processos Minerários

CFEM

Barragens

Geração de Energia

Geração Distribuída

Acesso a Água Potável

Saneamento

Ano

Município

Bioma

ÁREA TOTAL DESMATADA KM²

Dados não disponíveis para o ano atual

### Área por estados



### Municípios com maior área de desmatamento

Filtro: Arenapolis/MT

Bioma Amazônia



### Procure por Municípios

Arenapolis/MT



Sem valor

Bioma Cerrado

## 9. 2. 2. FOCOS DE QUEIMA







De acordo com o INPE, os termos foco de queima, foco de calor, foco de queimada e foco de incêndio têm o mesmo significado no monitoramento, via satélite, e se referem à detecção de locais com queima de vegetação. Devido à impossibilidade de diferenciar pelo satélite se o fogo é controlado ou um incêndio descontrolado, algumas fontes preferem “fogo ativo”. O Programa Queimadas do INPE adota o termo “foco de queima”, pois a maioria das detecções ocorre em vegetação.

Ainda, segundo o INPE:

(...) “focos de queima” detectados por satélites são excelentes indicadores da queima da vegetação e não uma medida precisa e absoluta do que está ocorrendo na superfície. O número dos focos é diretamente relacionado à extensão queimada e permite comparações temporais e regionais da ocorrência de fogo na vegetação.

A Lei n.º 14.944, de 31 de julho de 2024, institui a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo, estabelecendo diretrizes para o seu manejo adequado e a prevenção de incêndios florestais no Brasil. Os municípios têm um papel fundamental na implementação dessa política, conforme previsão acerca de sua responsabilidade compartilhada na articulação e execução das ações relacionadas ao manejo do fogo.

Em seu art. 6º, § 2º, prevê a participação dos municípios no Comitê Nacional de Manejo Integrado do Fogo, instância consultiva e deliberativa vinculada ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, responsável por facilitar a articulação institucional e propor normas. Outrossim, a mencionada lei, no art. 17, ainda, prevê que os municípios que atuam no manejo integrado do fogo devem inserir informações no Sistema Nacional de Informações sobre Fogo (Sisfogo), garantindo a transparência e o compartilhamento de dados sobre incêndios florestais, queimas controladas e prescritas.

O artigo 21, por sua vez, estabelece os instrumentos para implementação dessa política, que visam promover o manejo integrado do fogo, a recuperação de áreas afetadas por incêndios florestais e a implementação de técnicas sustentáveis para a substituição gradual do uso do fogo como prática agrossilvipastoril. Esses objetivos são alcançados por meio de incentivos e investimentos em ações, estudos,





pesquisas e projetos científicos e tecnológicos. Entre os instrumentos financeiros, mencionados no artigo 22, destacam-se as dotações orçamentárias dos municípios, que incentivam investimentos municipais em ações de prevenção e combate a incêndios florestais.

O indicador de Foco de Queima, divulgado pelo INPE, apresentado no Radar de Controle Público do Meio Ambiente, auxilia na identificação e monitoramento de queima da vegetação, sendo uma ferramenta importante para ações preventivas e de combate. O sistema de detecção de focos de calor baseia-se na análise de imagens de satélite que captam emissões térmicas, permitindo que órgãos ambientais e de defesa civil ajam rapidamente para conter os incêndios.

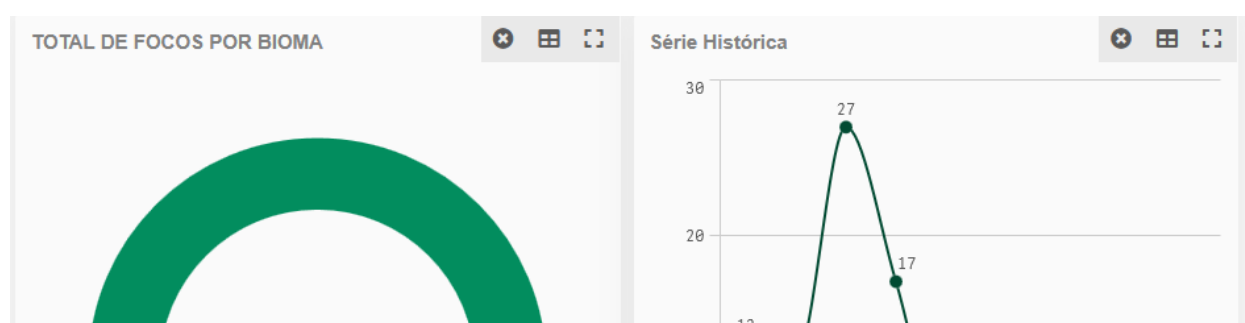
Esse indicador é, especialmente, relevante para a gestão municipal, pois possibilita a implementação de medidas de mitigação, como campanhas educativas, criação de brigadas municipais de incêndio e a formulação de planos de resposta rápida.

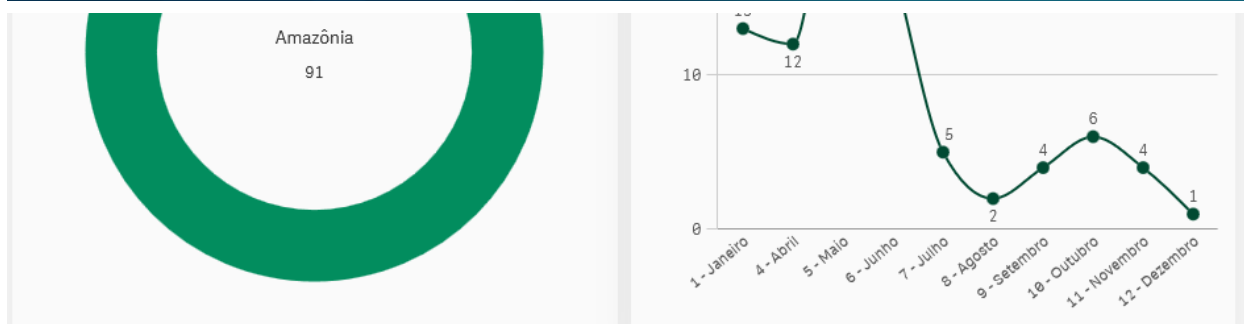
A seguir, apresentam-se os gráficos das séries históricas dos focos de queima dos anos de 2020 a 2024, todos no Bioma Amazônia.

(fonte: site do Radar de Controle Público - Meio Ambiente: <https://radarmeioambiente.queima.tce.mt.gov.br/extensions/radarmeioambiente/radarmeioambiente-painel.html>, acesso em 29/08/2025).

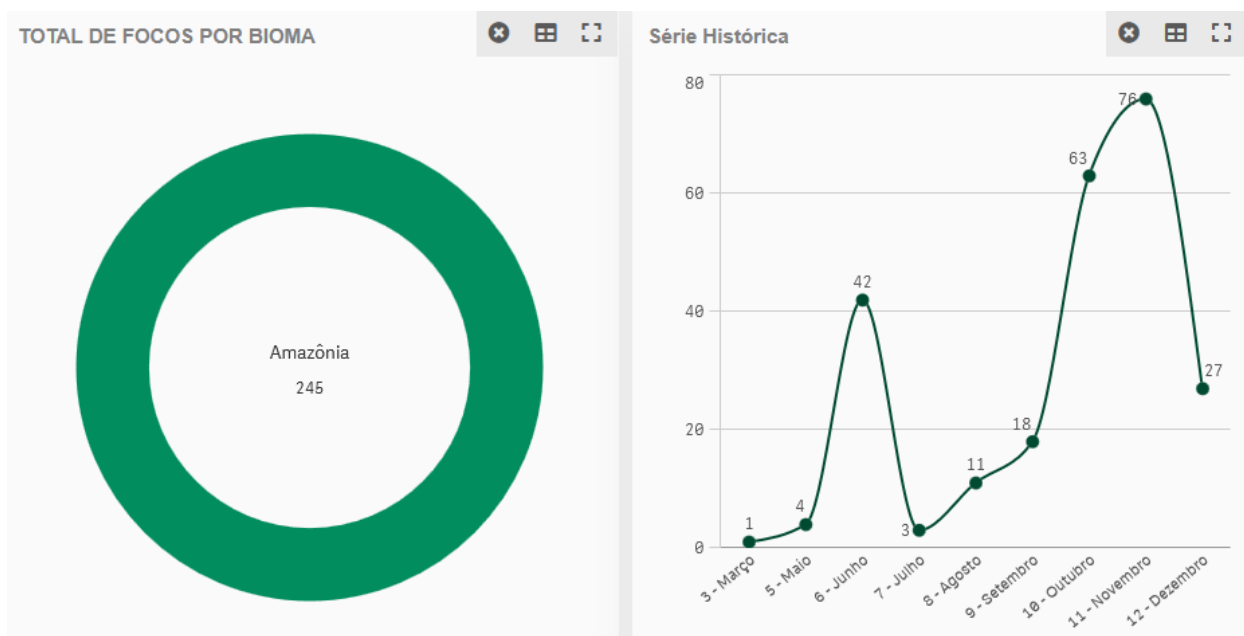
## Série Histórica de Focos de Queima

### a) Série histórica de focos de queima em 2022: 91 focos de queima

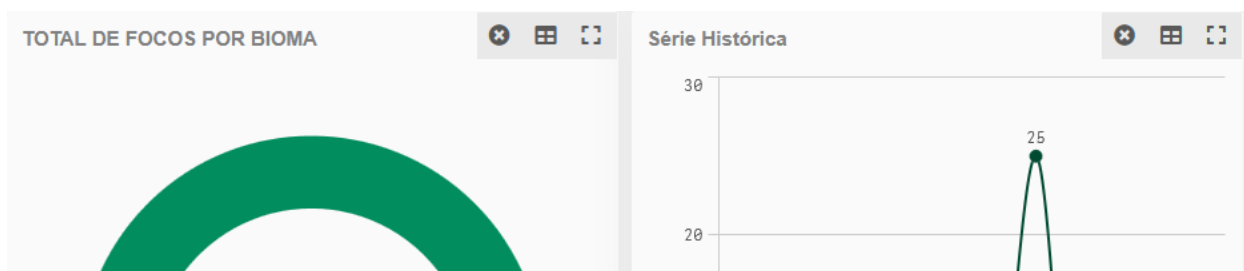


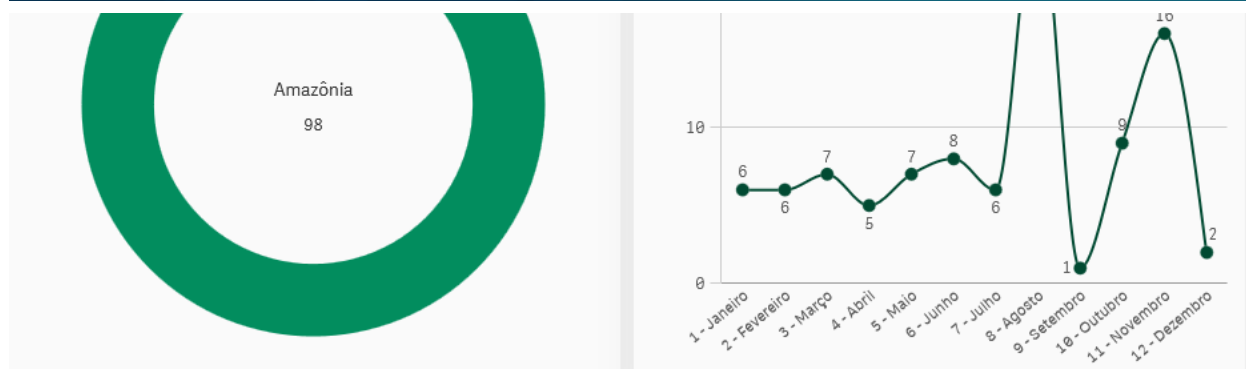


**b) Série histórica de focos de queima em 2023: 245 focos de queima**

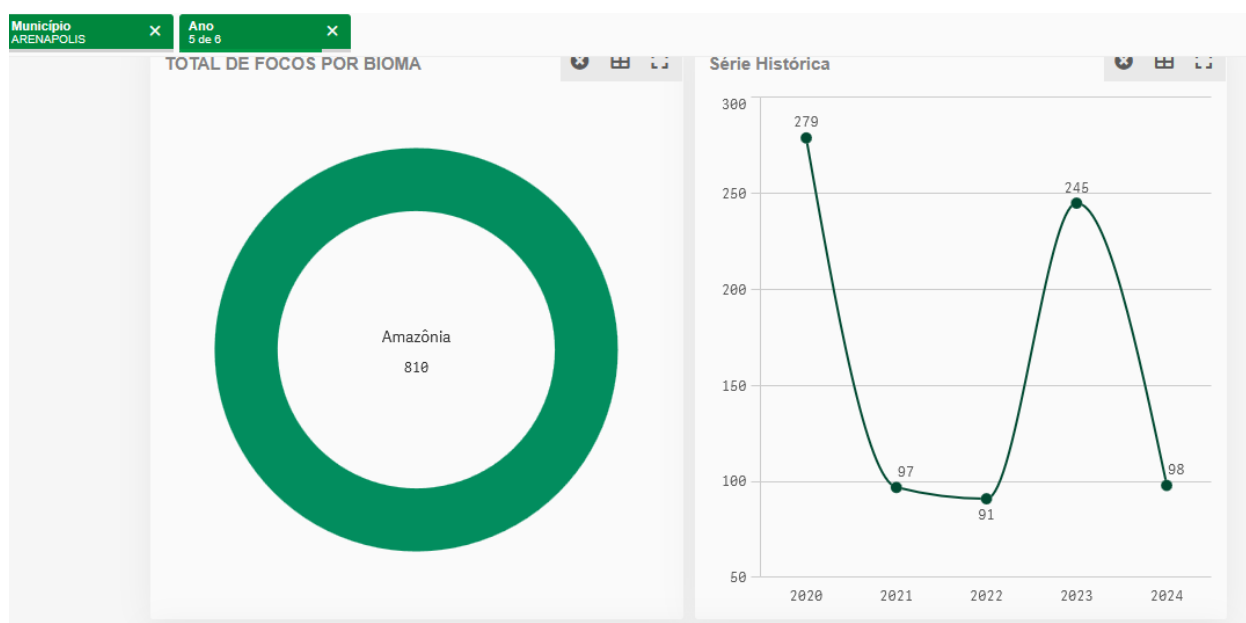


**c) Série histórica de focos de queima em 2024: 98 focos de queima**





O Radar Meio Ambiente divulga as séries históricas de focos de queimas e, no período de 2020 a 2024, o total de foco de queima no município de Arenápolis somou 810 focos, verificando-se que houve uma redução significativa de queimas do exercício de 2023 para 2024.



### 9. 3. INDICADORES DE SAÚDE

No exercício de sua função de controle externo, o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT) tem ampliado sua atuação para além da análise contábil e financeira, incorporando o monitoramento de indicadores estratégicos de





saúde nas Contas de Governo. Essa iniciativa visa qualificar a avaliação da gestão municipal e promover a tomada de decisão baseada em evidências.

Os indicadores selecionados refletem aspectos fundamentais da política pública de saúde, como cobertura assistencial, qualidade do atendimento, vigilância epidemiológica e despechos populacionais. Ao disponibilizar uma série histórica de cinco anos (2020-2024), o Tribunal permite a identificação de tendências e o diagnóstico da efetividade das ações implementadas, contribuindo também para o fortalecimento do controle social.

A análise concentra-se nos dados referentes ao exercício de 2024, que serve como base para as recomendações e conclusões deste relatório. Ainda que alguns dados estejam em fase de consolidação, os resultados apresentados possibilitam identificar avanços, estagnações ou retrocessos, apoiando os gestores na reorientação de suas políticas e no aprimoramento dos serviços ofertados à população.

Os critérios de classificação utilizados, ainda que não formalizadas por norma legal em alguns casos, são amplamente aceitos e respaldados por diretrizes técnicas nacionais e internacionais. Para garantir transparência e objetividade na avaliação, **as fontes oficiais e metodologias utilizadas para apuração dos dados** encontram-se detalhadas no **subtópico 9.3.6 - Fonte e Metodologia de Apuração dos Dados em Saúde - Anexo Políticas Públicas de Saúde**.

**Os critérios utilizados para classificar cada indicador como de situação boa, média ou ruim** estão sistematizados no **subtópico 9.3.6.1 - Quadro de Referência Técnica para Classificação dos Indicadores de Saúde nas Contas de Governo - Exercício 2024 - Anexo Políticas Públicas de Saúde**.

Adicionalmente, para fins de síntese avaliativa, foi adotado um critério de agrupamento proporcional que permite classificar o desempenho geral do município nos indicadores de saúde como **bom, regular ou ruim**, conforme detalhado no **subtópico 9.3.6.2 - Critério de Classificação da Situação Geral dos Indicadores de Saúde (Anexo Políticas Públicas de Saúde)**. Esse modelo proporciona uma visão integrada do cenário municipal, respeitando a diversidade dos indicadores analisados e orientando a gestão para ações de maior impacto.





Por fim, a análise de cada indicador tem como referência principal os dados de 2024, mas considera também a série histórica dos anos anteriores (2020 a 2023). Para o cálculo da média histórica, o auditor responsável deverá aplicar a seguinte metodologia: valores **iguais a zero** devem ser tratados como **dados válidos** se informados oficialmente; **campos vazios** devem ser considerados **dados ausentes** e excluídos do cálculo. A média será obtida pela **soma dos valores válidos dividida pelo número de anos com dados disponíveis**, desconsiderando os anos sem informação. Essa abordagem assegura a comparabilidade dos dados e evita distorções em função da ausência de registros.

### 9. 3. 1. INDICADORES ESTRATÉGICOS DE SAÚDE

A análise de indicadores como mortalidade infantil, materna, por doenças crônicas, homicídios e acidentes de trânsito permite avaliar a efetividade das políticas públicas de saúde nos municípios. Esses dados revelam aspectos essenciais da gestão, como acesso, qualidade do cuidado e condições socioeconômicas locais.

#### 9. 3. 1. 1. TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL - TMI

Taxa de Mortalidade Infantil - TMI	
Conceito	Proporção de óbitos em crianças menores de 1 ano de idade para cada 1000 nascidos vivos no mesmo período.
Interpretação	Estima o risco de um nascido vivo morrer antes de completar o primeiro ano de vida.
Aplicação	Permite aos gestores identificar áreas com maior incidência de mortalidade infantil, orientando intervenções para qualificar o pré-natal, o parto e os cuidados neonatais. Envolve a ampliação do acesso aos serviços, a capacitação das equipes de saúde e o incentivo à realização de partos seguros.
Fonte	Numerador: SIM-DATASUS
	Denominador: SINASC-DATASUS
Endereço eletrônico	DATASUS
Divulgação	Anual
Último dado	30/08/2024 - Dados parciais de óbitos para o ano de 2024

DATASUS - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde

#### Série Histórica dos indicadores de Taxa de Mortalidade Infantil





2020	2021	2022	2023	2024
Não Informado	5,3	17,9	6,2	26,8

DATASUS - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde

A TMI é considerada Alta (20 ou mais), Média (entre 10 e 19,99) e Baixa (<10) por 1000 nascidos vivos no mesmo período.

Com base nos dados do Município de **ARENAPOLIS** e nos parâmetros técnicos amplamente utilizados na saúde pública, a situação da Taxa de Mortalidade Infantil (TMI) em 2024 é classificada como: **Alta (situação Ruim)**.

A taxa de mortalidade infantil está elevada, indicando falhas na assistência pré-natal, parto ou cuidados ao recém-nascido. Recomendam-se medidas urgentes para qualificar os serviços de saúde materno-infantil e ampliar o acesso à atenção básica.

A média histórica dos últimos 05 anos é de 14,05, indicando situação média/estável no período, porém, elevando-se significativamente em 2024.

### 9. 3. 1. 2. TAXA DE MORTALIDADE MATERNA

Indicador de Saúde: Taxa de Mortalidade Materna - TMM	
Conceito	Razão de óbitos femininos ocorridos durante a gestação ou até 42 dias após o término da gestação a cada 100 mil nascidos vivos.
Interpretação	Estima a frequência de óbitos femininos em idade fértil atribuídos a causas ligadas a gravidez, parto e puerpério, em relação ao total de gestações (representado pelo total de nascidos vivos)
Aplicação	Auxilia gestores a identificar falhas e melhorar os serviços de saúde materna, exigindo qualificação da assistência obstétrica, redução de cesarianas desnecessárias e ampliação do acesso ao planejamento reprodutivo.
Fonte	Numerador: SIM-DATASUS
	Denominador: SINASC-DATASUS
Endereço eletrônico	DATASUS
Divulgação	Anual
Último dado	30/08/2024 - Dados parciais de óbitos para o ano de 2024

### Série Histórica dos indicadores de Taxa de Mortalidade Materna

2020	2021	2022	2023	2024
Não Informado	Não Informado	Não Informado	Não Informado	Não Informado





A TMM é considerada Alta (>110 por 100 mil nascidos vivos), Média (entre 70 e 110) e Baixa (<70).

Com base nos dados do Município de **ARENAPOLIS** e nos parâmetros técnicos amplamente utilizados na saúde pública, a situação da Taxa de Mortalidade Materna (TMM) não pode ser classificada, visto que não há dados disponíveis no período (dados ausentes ou não informados), como demonstrado na série histórica.

### 9. 3. 1. 3. TAXA DE MORTALIDADE POR HOMICÍDIO

Indicador de Saúde: Taxa de Mortalidade por homicídio - TMH	
Conceito	Proporção de óbitos causados por agressões (causa básica CID-10 X85-Y09) a cada 100 mil habitantes.
Interpretação	Avalia o risco de morte por homicídios e sua relevância como problema de saúde pública. Reflete fatores culturais, socioeconômicos e específicos da violência interpessoal, além de indicar condições da assistência médica e qualidade dos registros das ocorrências.
Aplicação	Orienta políticas e ações intersetoriais para reduzir a violência, refletindo desafios na segurança pública e desenvolvimento social. Exige abordagens integradas, incluindo inclusão social de jovens, combate à violência doméstica, fortalecimento das forças de segurança e ampliação da assistência às populações vulneráveis.
Fonte	Numerador: SIM-DATASUS
	Denominador: IBGE
Divulgação	Anual
Endereço eletrônico	DATASUS
Último dado	30/08/2024 - Dados parciais de óbitos para o ano de 2024

#### Série Histórica dos indicadores de Taxa de Mortalidade por Homicídio

2020	2021	2022	2023	2024
115,8	53,2	66,8	28,6	37,2

A TMH é considerada: Alta: > 30 por 100 mil habitantes, Média: 10 a 30 e Baixa: < 10 (referência ideal OMS).

Com base nos dados do Município de **ARENAPOLIS** e nos parâmetros técnicos amplamente utilizados na saúde pública, a situação da TMH em 2024 é classificada como: **Alta (situação Ruim)**.







A elevada taxa de homicídios indica cenário crítico de violência, exigindo ações integradas entre saúde, segurança pública e assistência social, com foco especial na juventude e nas populações vulneráveis.

A média histórica dos últimos 05 anos é de 60,32, indicando situação alta (ruim) durante o período, havendo um declínio dos anos anteriores para 2023, mas um aumento para 2024.

#### 9. 3. 1. 4. TAXA DE MORTALIDADE POR ACIDENTE DE TRÂNSITO - TMAT

Indicador de Saúde: Taxa de Mortalidade por Acidentes de Trânsito - TMAT	
Conceito	Proporção de óbitos causados por acidentes de transporte (causa básica CID-10 V01-V99) a cada 100 mil habitantes.
Interpretação	Avalia o risco de morte por acidentes de transporte, relacionado à insegurança, falta de educação no trânsito e consumo de álcool, afetando especialmente jovens do sexo masculino, com variações ligadas à qualidade da assistência médica. A TMAT é considerada: Alta: < 20 por 100 mil habitantes, Média: 10 a 20 e Baixa: < 10.
Aplicação	Oferece subsídios para ações educativas, melhoria da infraestrutura viária e reforço na fiscalização, visando reduzir acidentes de trânsito. Destaca a importância da educação desde a infância, fiscalização intensificada, modernização das vias, programas de mobilidade segura e controle de fatores como consumo de álcool e excesso de velocidade.
Fonte	Numerador: SIM-DATASUS
	Denominador: IBGE
Divulgação	Anual
Endereço eletrônico	DATASUS
Último dado	30/08/2024 - Dados parciais de óbitos para o ano de 2024

#### Série Histórica dos indicadores de Taxa de Mortalidade por Acidente de Trânsito

2020	2021	2022	2023	2024
105,2	31,9	9,5	47,7	27,9

DATASUS - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde

A TMAT é considerada: Alta: > 20 por 100 mil habitantes, Média: 10 a 20 e Baixa: < 10.

Com base nos dados do Município de **ARENAPOLIS** e nos parâmetros técnicos amplamente utilizados na saúde pública, a situação da TMAT em 2024 é classificada como: **Alta (situação Ruim)**.





A taxa elevada de mortes no trânsito evidencia falhas na infraestrutura viária, fiscalização e conscientização da população. O município deve adotar medidas urgentes para melhorar a segurança no trânsito e prevenir novos óbitos.

A média histórica dos últimos 05 anos de 44,44 indicando situação ruim no período, com bastante oscilação de um ano para outro.

### 9. 3. 2. INDICADORES ESTRATÉGICOS DE ACESSO E COBERTURA

Os indicadores de acesso e cobertura em saúde avaliam a capacidade do sistema em garantir atendimento adequado à população nos diferentes níveis de atenção. Esses parâmetros refletem o alcance e a organização dos serviços básicos de saúde, como atenção primária, vacinação, disponibilidade de profissionais e infraestrutura hospitalar. Altos níveis de cobertura tendem a melhorar a prevenção, reduzir a sobrecarga hospitalar e ampliar a resolutividade do cuidado. Por outro lado, déficits nesses indicadores revelam desigualdades de acesso e demandam ações estruturantes por parte da gestão municipal.

A análise a seguir apresenta os principais indicadores dessa dimensão, com base na série histórica 2020-2024 e ênfase nos resultados do exercício de 2024.

#### 9. 3. 2. 1. COBERTURA DA ATENÇÃO BÁSICA - CAB

Indicador de Acesso e Cobertura: Cobertura da Atenção Básica - CAB	
Conceito	A <b>Cobertura da Atenção Básica (CAB)</b> representa a estimativa percentual da população residente em um território que potencialmente tem acesso aos serviços de Atenção Primária à Saúde, por meio de equipes de Saúde da Família (eSF) e/ou de Atenção Primária (eAP) registradas no Sistema Único de Saúde (SUS). É um dos principais indicadores de acesso da população aos cuidados essenciais em saúde.
Interpretação	O indicador de cobertura populacional estimada na Atenção Básica atualmente é utilizado para o monitoramento do acesso aos serviços de Atenção Básica, com vistas ao fortalecimento do planejamento do SUS.
Aplicação	Permite identificar áreas com baixa cobertura, orientando a expansão dos serviços de saúde. A ampliação requer novas UBS em regiões desassistidas, horários estendidos e fortalecimento da Estratégia Saúde da Família (ESF), melhorando o acesso ao atendimento primário e reduzindo a sobrecarga hospitalar.
Fonte	Numerador: CNES
	Denominador: IBGE
Divulgação	Mensal
Endereço	





Indicador de Acesso e Cobertura: Cobertura da Atenção Básica - CAB

eletrônico	DATASUS
Último dado	Dezembro, 2024

Série Histórica dos indicadores de Cobertura da Atenção Básica

2020	2021	2022	2023	2024
126,3	127,7	114,5	114,5	111,7

DATASUS - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde

A CAB É calculada com base no número de equipes de Saúde da Família (eSF) e equipes de Atenção Primária (eAP) ativas e parametrizadas, em relação à população estimada pelo IBGE. Sua classificação considera como alta (adequada) a cobertura acima de 80%, média entre 50% e 80%, e baixa quando inferior a 50%.

Nesse sentido, tem-se que, com base nos dados do Município **ARENAPOLIS**, a situação quanto à CAB em 2024 é: **Alta (adequada, situação Boa)**.

A cobertura da atenção básica está em nível satisfatório, garantindo acesso ampliado à rede primária de saúde. Recomenda-se a continuidade da expansão territorial e qualificação das equipes de saúde da família.

A média histórica dos últimos 05 anos é de 118,94, indicando situação alta/adequada, mantida em 2024.

### 9. 3. 2. 2. COBERTURA VACINAL

Indicador de Acesso e Cobertura: Cobertura Vacinal - CV

Conceito	Percentual da população contemplado com doses de imunizantes do calendário vacinal em relação ao total da população para a mesma faixa etária, multiplicado por 100.e.
Interpretação	Quanto maior melhor, uma maior cobertura reflete uma população com melhor bloqueio para a circulação do agente infeccioso.
	Orienta campanhas de vacinação e identificação de grupos vulneráveis, prevenindo surtos e doenças imunopreveníveis. Sua ampliação exige conscientização educativa, descentralização dos pontos de vacinação e oferta ampliada nos serviços de saúde, incluindo horários estendidos e estratégias móveis para atingir maior





Indicador de Acesso e Cobertura: Cobertura Vacinal - CV	
Aplicação	cobertura.
Fonte	Numerador: PNI
	Denominador: IBGE
Divulgação	Anual
Endereço eletrônico	DATASUS
Último dado	Dezembro, 2024

### Série Histórica dos indicadores de Cobertura Vacinal

2020	2021	2022	2023	2024
89,1	75,9	145,0	96,0	88,1

DATASUS - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde

A Cobertura Vacinal (CV), para a maioria das vacinas, tem meta de cobertura de 90% a 95%.

Com base nos dados do Município de **ARENAPOLIS** e nos parâmetros técnicos amplamente utilizados na saúde pública, a situação da CV Geral em 2024 é classificada como: **Média (situação estável)**.

A cobertura vacinal manteve-se sem grandes variações, mas abaixo do ideal. O município deve reforçar a busca ativa e expandir os pontos e horários de vacinação.

A média histórica dos últimos 05 anos é de 98,82, indicando situação Alta (Boa), havendo um aumento significativo nos anos de 2022 e 2023, mas caindo para média/estável em 2024.

### 9. 3. 2. 3. NÚMERO DE MÉDICOS POR HABITANTES - NMH

Indicador de Acesso e Cobertura: Número de Médicos por Habitante - NMH	
Conceito	Razão de profissionais médicos por mil habitantes, em determinado espaço geográfico, no ano considerado.
Interpretação	Mede a disponibilidade de profissionais de saúde, por categorias selecionadas, segundo a sua localização geográfica.
Aplicação	Facilita o planejamento da distribuição de médicos e a identificação de áreas com escassez, assegurando atendimento equitativo. Pode ser ampliada com incentivos à fixação profissional em regiões remotas, expansão da telemedicina e parcerias com instituições de ensino para capacitação médica alinhada às necessidades locais.





Indicador de Acesso e Cobertura: Número de Médicos por Habitante - NMH	
Fonte	Numerador: CNES
	Denominador: IBGE
Divulgação	Mensal
Endereço eletrônico	DATASUS
Último dado	Dezembro, 2024

### Série Histórica dos indicadores de Número de Médicos por Habitantes

2020	2021	2022	2023	2024
1,6	2,1	1,9	2,1	2,0

DATASUS - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde

O NMH é considerado: Alto (acima de 2,5 médico por 1 mil habitantes - Acima da Média Nacional), Médio (entre 1,0 e 2,5 - Zona Intermediária) e Baixo (Abaixo de 1,0 - déficit de cobertura).

Com base nos dados do Município de **ARENAPOLIS** nos parâmetros técnicos amplamente utilizados na saúde pública, a situação da NMH em 2024 é classificada como: **Médio (situação estável)**.

O número de médicos por habitante manteve-se estável, mas ainda abaixo do ideal em algumas áreas. É necessário adotar estratégias para melhorar a distribuição e ampliar a cobertura em regiões com déficit.

A média histórica dos últimos 05 anos é de 1,94, indicando situação média/estável no período.

### 9. 3. 3. INDICADORES DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE SAÚDE

Os indicadores de qualidade apresentados nesta seção permitem avaliar a efetividade dos serviços ofertados no âmbito da atenção básica, especialmente em relação à capacidade de prevenir hospitalizações evitáveis e de acompanhar adequadamente o pré-natal. Mais do que mensurar a cobertura, esses indicadores revelam a capacidade do sistema municipal de saúde em garantir cuidado contínuo, acesso oportuno e intervenções eficazes.





Altas proporções de internações por condições sensíveis à atenção primária e baixa realização de consultas pré-natais adequadas sugerem falhas na organização e desempenho da rede de serviços, exigindo revisão das estratégias de gestão e fortalecimento da atenção básica. A seguir, apresentam-se os dois principais indicadores de qualidade selecionados, com base na série histórica de 2020 a 2024 e foco nos dados mais recentes do exercício de 2024.

### 9. 3. 3. 1. PROPORÇÃO DE INTERNAÇÕES POR CONDIÇÕES SENSÍVEIS À ATENÇÃO BÁSICA - ICSAP

Indicador de Qualidade dos Serviços de Saúde: Proporção de Internações por Condições Sensíveis à Atenção Básica - ICSAP	
Conceito	Percentual de internações hospitalares pagas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), por condições sensíveis à atenção primária em relação ao número total de internações hospitalares pagas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), em determinado espaço geográfico, no ano considerado.
Interpretação	Revela o resultado das ações e serviços de promoção da saúde, prevenção de riscos, e do diagnóstico e tratamento precoces. Mensura, de forma indireta, a avaliação da atenção primária e a eficiência no uso dos recursos. Em síntese, o ICSAP mede o percentual de internações hospitalares que poderiam ser evitadas por ações eficazes da Atenção Básica, como prevenção, diagnóstico precoce e tratamento adequado de doenças comuns. Altas proporções indicam falhas na resolutividade da APS.
Aplicação	Facilita a avaliação da resolutividade e efetividade da Atenção Primária à Saúde (APS), orientando o planejamento de ações para reduzir hospitalizações evitáveis. Sua melhoria envolve o fortalecimento da APS, ampliação do acesso aos serviços primários, capacitação das equipes multiprofissionais e implementação de estratégias que garantam diagnóstico e tratamento oportunos, reduzindo internações desnecessárias e otimizando recursos.
Fonte	Numerador: CNES
	Denominador: IBGE
Divulgação	Mensal
Endereço eletrônico	DATASUS
Último dado	Dezembro, 2024 - (Ainda não disponível 100%)

### Série Histórica dos indicadores de Proporção de Internações por Condições Sensíveis à Atenção Básica

2020	2021	2022	2023	2024
16,0	9,6	12,5	14,9	17,9

DATASUS - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde

O ICSAP é considerado Alto (acima de 30% - Indicativo de baixa resolutividade da Atenção Básica), Médio (entre 15% e 30% - Situação intermediária)





e Baixo (desejável) (abaixo de 15% - Boa atuação da APS na prevenção de internações).

Com base nos dados do Município de **ARENAPOLIS** e nos parâmetros técnicos amplamente utilizados na saúde pública, a situação do ICSAP em 2024 é classificado como: **Médio (situação Estável)**.

A proporção manteve-se em níveis semelhantes aos anos anteriores, indicando necessidade de reforçar a qualificação da atenção básica para evitar internações desnecessárias.

A média histórica dos últimos 05 anos é de 14,18, indicando situação desejável/boa resolutividade da atenção básica, mas bem próximo da média, como ocorreu em 2024.

### 9. 3. 3. 2. PROPORÇÃO DE CONSULTAS PRÉ-NATAIS ADEQUADAS

Indicador de Qualidade dos Serviços de Saúde: Proporção de Consultas Pré-Natais Adequadas	
Conceito	Percentual de gestantes que realizaram o número recomendado de consultas pré-natais do total de nascidos vivos (seis ou mais consultas de pré-natal, com início até a 12ª semana de gestação) em relação ao total de nascidos vivos com informações disponíveis, multiplicado por 100.
Interpretação	Demonstra a capacidade de oferta de consultas médicas e do acompanhamento pré-natal entre os nascidos vivos, quanto maior melhor.
Aplicação	Facilita a avaliação e o planejamento da assistência pré-natal, orientando ações para ampliar o acesso das gestantes às consultas recomendadas. A melhoria envolve qualificação das equipes de saúde, fortalecimento da rede de atenção primária, busca ativa das gestantes com acompanhamento irregular e ações educativas sobre a importância do pré-natal, visando garantir maior cobertura e qualidade na atenção à gestante e ao recém-nascido.
Fonte	Numerador: SINASC
	Denominador: SINASC
Divulgação	Mensal
Endereço eletrônico	DATASUS
Último dado	Dezembro, 2024 - (Ainda não disponível 100%)

### Série Histórica dos indicadores de Proporção de Consultas Pré-Natais Adequadas





2020	2021	2022	2023	2024
91,7	91,0	95,5	97,1	97,7

DATASUS - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde

A Proporção de Consultas Pré-Natal Adequadas é considerada Alta (adequada) quando o percentual for  $\geq 60\%$  (Meta do Previne Brasil), Média entre 40% a 59,9% (situação intermediária) e Baixa (inadequada) que é  $< 40\%$ .

Com base nos dados do Município de **ARENAPOLIS** e nos parâmetros técnicos amplamente utilizados na saúde pública, a situação da Proporção de Consultas Pré-Natal Adequadas em 2024 é classificado como: **Alta (adequada, situação Boa)**.

A proporção de gestantes com pré-natal adequado é satisfatória, refletindo bom acompanhamento da gestação. Recomenda-se manter a busca ativa e o acolhimento qualificado das gestantes na atenção primária.

A média histórica dos últimos 05 anos é de 94,6, indicando situação Boa /adequada.

### 9. 3. 4. INDICADORES EPIDEMIOLÓGICOS

Os indicadores epidemiológicos permitem monitorar o perfil de adoecimento da população, fornecendo subsídios para ações de prevenção, controle e resposta a surtos e doenças transmissíveis. Avaliam, sobretudo, a efetividade da vigilância em saúde, a cobertura das ações de diagnóstico e a capacidade de resposta dos serviços públicos.

Diferentemente de outros indicadores, taxas elevadas podem refletir um sistema de vigilância atuante e sensível, enquanto valores muito baixos, em alguns casos, podem indicar subnotificação ou falhas na identificação precoce. Dessa forma, é essencial interpretar esses indicadores à luz do contexto local, sazonalidade e estrutura da rede de atenção à saúde.







A seguir, apresentam-se os principais indicadores epidemiológicos utilizados na avaliação das contas públicas municipais, com base na série histórica de 2020 a 2024, destacando os dados do exercício de 2024.

### 9. 3. 4. 1. PREVALÊNCIA DE ARBOVIROSES

Indicador Epidemiológico: Prevalência de Arboviroses	
Conceito	Proporção de casos confirmados de Dengue, Chikungunya e Zika em relação ao total da população, multiplicado por 100 mil habitantes.
Interpretação	Revela o risco da população ser infectada e desenvolver sintomatologia condizente com o quadro clínico diagnóstico dessas doenças infecciosas.
Aplicação	Orienta ações para controle das arboviroses, incluindo intensificação das estratégias de prevenção, monitoramento ambiental e epidemiológico, fortalecimento das ações educativas e melhoria das condições de saneamento básico, visando reduzir o risco de surtos e epidemias.
Fonte	Numerador: SINAN
	Denominador: IBGE
Divulgação	Anual
Endereço eletrônico	DATASUS
Último dado	Dezembro, 2024 - (Ainda não disponível 100%)

#### Série Histórica dos indicadores de Taxa de Detecção de Dengue

2020	2021	2022	2023	2024
999,8	53,2	553,2	114,5	1619,1

DATASUS - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde

#### Série Histórica dos indicadores de Taxa de Detecção Chikungunya

2020	2021	2022	2023	2024
10,5	Não Informado	Não Informado	Não Informado	4559,4

DATASUS - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde

A Prevalência de Arboviroses é considerada Baixa (menor que 100) - Situação controlada; Média (100 a 299) - Alerta intermediário; Alta (300 a 499) - Alta transmissão; e Muita Alta/Epidêmica (500 ou mais) - Situação epidêmica.





Com base nos dados do Município de **ARENAPOLIS** e nos parâmetros técnicos amplamente utilizados na saúde pública, a situação quanto à Prevalência de Arboviroses em 2024 é: **Muito Alta / Epidêmica (situação Ruim)**.

A elevada prevalência de arboviroses indica falhas no controle de vetores e na prevenção. É urgente intensificar ações integradas de vigilância, saneamento e mobilização social para conter a transmissão.

A média histórica dos últimos 05 anos é de 667,96, indicando situação Muito Alta / Epidêmica no caso da Dengue, mantida essa taxa em 2024.

No caso da Chikungunya, a média histórica é de 2.284,95 (Muito Alta / Epidêmica), elevada devido à taxa epidêmica em 2024, já que em 2020 era considerada baixa.

#### 9. 3. 4. 2. TAXA DE DETECÇÃO DE HANSENÍASE

Indicador Epidemiológico: Taxa de Detecção de Hanseníase	
Conceito	Número de casos novos de hanseníase por 100 mil habitantes, em determinado espaço geográfico, no ano considerado (CID-10 A30).
Interpretação	Estima o risco de ocorrência de casos novos da doença, refletindo níveis de exposição ao bacilo causador ( <i>Mycobacterium leprae</i> ) e indicando as condições socioeconômicas e assistenciais locais.
Aplicação	Facilita o planejamento de ações para o controle da hanseníase, exigindo fortalecimento das equipes de atenção primária, campanhas de diagnóstico precoce, capacitação profissional e melhoria das condições socioeconômicas e de vida da população.
Fonte	Numerador: SINAN
	Denominador: IBGE
Divulgação	Anual
Endereço eletrônico	DATASUS
Último dado	Dezembro, 2024 - (Ainda não disponível 100%)

#### Série Histórica dos indicadores de Taxa de Detecção de Hanseníase

2020	2021	2022	2023	2024
21,0	31,9	57,2	Não Informado	Não Informado

DATASUS - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde





A Taxa de Detecção de Hanseníase é considerada Muito Forte ( $\geq 40$ ) - Forte transmissão comunitária; Alta (20,00 a 39,99) - Endemia relevante; Média (10,00 a 19,99) - Situação intermediária; e Baixa (2,00 a 9,99) - Controle Razoável e Muito baixa ( $<2,00$ ) - Meta da OMS, todos por 100 mil habitantes.

Com base nos dados do Município de **ARENAPOLIS** e nos parâmetros técnicos amplamente utilizados na saúde pública, a situação quanto à Taxa de Detecção de Hanseníase em 2024 não foi informada (ausência de dados).

A média histórica no período de 2020 a 2022 é de 36,7, indicando situação Alta (Ruim, com endemia relevante).

A elevada taxa de detecção de hanseníase pode indicar falhas no controle da doença e transmissão ativa. O município deve intensificar ações de diagnóstico precoce, capacitação das equipes e melhoria das condições sociais.

### 9. 3. 4. 3. TAXA DE DETECÇÃO DE HANSENÍASE EM MENORES DE 15 ANOS

Indicador Epidemiológico: Taxa de Detecção de Hanseníase em Menores de 15 anos	
Conceito	Número de casos novos de hanseníase em pessoas menores de 15 anos (CID-10 A30), a cada 100 mil habitantes da mesma faixa etária.
Interpretação	Indica a existência de transmissão ativa e descontrole da doença, sugerindo fragilidades na vigilância epidemiológica e no sistema de saúde.
Aplicação	Orienta ações específicas para interromper a cadeia de transmissão, com estratégias intensificadas de diagnóstico precoce, acompanhamento familiar, capacitação das equipes e fortalecimento da vigilância epidemiológica, especialmente em áreas mais vulneráveis.
Fonte	Numerador: SINAN
	Denominador: IBGE
Divulgação	Anual
Endereço eletrônico	DATASUS
Último dado	Dezembro, 2024 - (Ainda não disponível 100%)

### Série Histórica dos indicadores de Taxa de Detecção de Hanseníase em Menores de 15 anos

2020	2021	2022	2023	2024
0,0	0,0	0,0	Não Informado	Não Informado

DATASUS - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde





A Taxa de Detecção de Hanseníase em Menores de 15 anos é considerada Muito Alta ( $\geq 10$ ) - Transmissão intensa e recente; Alta (5,00 a 9,99) - Endemia relevante para crianças; Média (2,5 a 4,99) - Sinal de transmissão ativa; Baixa (0,50 a 2,49) - Situação Controlada e Muito baixa/eliminação ( $<0,50$ ) - Indicador de interrupção da cadeia de transmissão.

Com base nos dados do Município de **ARENAPOLIS** e nos parâmetros técnicos amplamente utilizados na saúde pública, a situação quanto à Taxa de Detecção de Hanseníase em Menores de 15 anos em 2024 não foi informada (ausência de dados).

A média histórica dos anos de 2020 a 2022 é de 0,00, indicando situação de interrupção da cadeia de transmissão. A taxa é inexistente, sugerindo controle da transmissão da hanseníase em populações jovens. Ainda assim, é necessário manter vigilância ativa e acompanhamento de contatos, especialmente devido à ausência de informações nos exercícios de 2023 e 2024.

#### 9. 3. 4. 4. PERCENTUAL DE CASOS DE HANSENÍASE COM GRAU 2 DE INCAPACIDADE

Indicador Epidemiológico: Percentual de Casos de Hanseníase Grau 2 de Incapacidade	
Conceito	Proporção de casos novos de hanseníase diagnosticados já com grau 2 de incapacidade física em relação ao total de casos novos, multiplicado por 100.
Interpretação	Revela a gravidade dos casos diagnosticados, refletindo falhas no diagnóstico precoce e nas ações preventivas e assistenciais.
Aplicação	Subsida o planejamento para ampliar estratégias de diagnóstico precoce, prevenção das incapacidades, capacitação das equipes de saúde e melhoria do acompanhamento dos pacientes, reduzindo sequelas e promovendo qualidade de vida.
Fonte	Numerador: SINAN
	Denominador: IBGE
Divulgação	Anual
Endereço eletrônico	DATASUS
Último dado	Dezembro, 2024

Série Histórica dos indicadores de Taxa de Detecção de Hanseníase com Grau 2 de Incapacidade





2020	2021	2022	2023	2024
0,0	0,0	16,7	Não Informado	Não Informado

DATASUS - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde

Segundo a OMS/MS, a classificação de grau de incapacidade varia de grau 0 a 2, sendo 0 (zero) - sem comprometimento neural evidente; 1 (um) - perda de sensibilidade em mãos, pés ou olhos e 2 (dois) - deformidades ou incapacidades visíveis (ex. retração de mão, úlcera plantar, lagofalmo).

O Percentual de Casos de Hanseníase com Grau 2 de Incapacidade considera como Muito Alta ( $\geq 10\%$ ) - Diagnóstico muito tardio; Alta (5% a 9,99%) - Situação preocupante; Média (1% a 4,9%) - Alerta moderado; Baixa ( $<1\%$ ) - Boa detecção precoce.

Com base nos dados do Município de **ARENAPOLIS** e nos parâmetros técnicos amplamente utilizados na saúde pública, a situação quanto ao Percentual de Casos de Hanseníase com Grau 2 em 2024 não foi informada.

A média histórica dos anos de 2020 a 2022 é de 5,56, indicando situação Alta (Ruim/preocupante).

O percentual elevado indica diagnóstico tardio da hanseníase e falhas no acompanhamento. O município deve ampliar estratégias de prevenção de incapacidades, capacitar profissionais e fortalecer o diagnóstico oportuno.

### 9. 3. 5. CONCLUSÃO TÉCNICA GERAL

O desempenho geral do município no exercício de 2024 pode ser resumido e demonstrado como segue:

Indicador	Classificação/Situação
1-Taxa de Mortalidade Infantil (TMI)	Alta / Ruim
2-Taxa de Mortalidade Materna (TMM)	Sem informações (ausência de dados)
3-Mortalidade por Homicídios (TMH)	Alta / Ruim





4-Mortalidade por Acidentes de Trânsito (TMAT)	Alta / Ruim
5-Cobertura da Atenção Básica (CAB)	Alta / Boa
6-Cobertura Vacinal (CV)	Média / Estável
7-Nº de Médicos por Habitante (NMH)	Média / Estável
8-ICSAP (Internações por Condições Sensíveis à APS)	Média / Estável
9-Consultas Pré-Natal Adequadas	Alta / Boa
10-Prevalência de Arboviroses - Dengue/Chikungunya	Muito Alta / Ruim
11-Detecção de Hanseníase (geral)	Muito Alta / Ruim (pela média histórica)
12- Hanseníase em < 15 anos	Inexistente / Boa (pela média histórica)
13-Hanseníase com Grau 2 de Incapacidade	Alta / Ruim (pela média histórica)

Considerando o total de 12 indicadores (01 não tem informações no período de 05 anos) e a média histórica para aqueles com ausência de dados em 2024 (03), temos a seguinte classificação do município de **Arenápolis em 2024**:

- Boa: 25% dos indicadores;
- Média/Estável: 25% dos indicadores;
- Ruim: 50% dos indicadores.

Com base nessa classificação e nos critérios de classificação da situação geral dos indicadores, exposto no subitem 9.3.6.2 deste relatório e colacionado abaixo, pode-se concluir que a opção que melhor representa o desempenho geral do município no exercício de 2024 é a **SITUAÇÃO RUIM**.

- Situação Ruim: até 25% dos indicadores avaliados classificados como "Boa";





- Situação Regular: mais de 25% e até 75% dos indicadores classificados como "Boa";
- Situação Boa: mais de 75% dos indicadores classificados como "Boa".

Para os indicadores classificados como **"RUIM"**, a análise dos indicadores evidencia um cenário crítico na gestão da saúde municipal, com desempenho insatisfatório em múltiplas dimensões avaliadas. Os dados revelam fragilidades na estrutura da rede assistencial, baixa resolutividade da atenção primária, falhas na vigilância epidemiológica e carência de ações efetivas de prevenção.

**Recomenda-se:** máxima atenção do gestor municipal na adoção de medidas corretivas urgentes, priorizando a ampliação da cobertura, a qualificação das equipes, o controle de agravos e o fortalecimento da gestão baseada em evidências.

Indicadores que exigem máxima atenção do gestor municipal:

- 1-Taxa de Mortalidade Infantil (TMI)
- 2- Mortalidade por Homicídios (TMH)
- 3- Mortalidade por Acidentes de Trânsito (TMAT)
- 4- Prevalência de Arboviroses - Dengue/Chikungunya
- 5- Detecção de Hanseníase (geral)
- 6- Hanseníase com Grau 2 de Incapacidade.

Para os indicadores classificados como situação **"Boa"** e **"Estável"**, recomenda-se:

**a) Boa:** os indicadores de saúde avaliados como "situação Boa" revelam que o conjunto de indicadores analisados demonstra desempenho satisfatório em diversos aspectos da gestão em saúde, com avanços observados nos eixos de acesso, cobertura, qualidade dos serviços e vigilância epidemiológica. Os resultados sugerem que o município tem estruturado políticas públicas eficientemente, promovendo o





cuidado contínuo, o monitoramento adequado dos agravos e o acesso equitativo da população aos serviços de saúde.

**Recomenda-se:** a manutenção das boas práticas e o fortalecimento das estratégias exitosas já implementadas.

1- Cobertura da Atenção Básica (CAB)

2- Consultas Pré-Natal Adequadas

3- Hanseníase em < 15 anos.

**b) Estável:** os indicadores de saúde avaliados como "situação Estável" revelam uma situação intermediária, com manutenção dos níveis alcançados nos anos anteriores e, embora não se observe piora significativa, também não foram identificados avanços expressivos nos principais eixos de avaliação.

**Recomenda-se:** maior atenção do gestor municipal no sentido de revisar as estratégias de atenção primária, prevenção e organização dos serviços, de modo a ampliar o impacto das ações em saúde pública.

1- Cobertura Vacinal (CV)

2- Nº de Médicos por Habitante (NMH)

3- ICSAP (Internações por Condições Sensíveis à APS) Média.

### 9. 3. 6. FONTES E METODOLOGIA DE APURAÇÃO DOS DADOS EM SAÚDE

Os dados utilizados na análise dos indicadores de saúde municipal foram extraídos e tratados com base em microdados oficiais disponibilizados por sistemas públicos nacionais de informação em saúde, especialmente aqueles gerenciados pelo Ministério da Saúde e acessíveis via DATASUS, OpenDATASUS, TABNET e bases do IBGE. A série histórica contempla os exercícios de 2020 a 2024, com prioridade para os dados do exercício de 2024.







A extração, tratamento, padronização e cálculo dos indicadores foram automatizados por meio de scripts desenvolvidos em linguagem R, seguindo critérios metodológicos uniformes, descritos detalhadamente no documento interno “Metodologia Indicadores Municipais”. As bases de origem incluem, entre outras:

- SIM - Sistema de Informações sobre Mortalidade
- SINASC - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos
- SIH - Sistema de Informações Hospitalares
- SINAN - Sistema de Informação de Agravos de Notificação
- SIVEP-Gripe, CNES, TABNET, OpenDATASUS e base IBGE

Para cada indicador, foram adotados critérios específicos de cálculo, respeitando normas técnicas como a Portaria SAS/MS nº 221/2008 e classificações CID-10 conforme orientações do MS e da OMS. A apuração dos dados considera o município de residência e utiliza identificadores padronizados de código IBGE.

Em casos de ausência de informação para determinado ano, o campo foi considerado como dado ausente e excluído do cálculo da média histórica. Valores informados como zero foram mantidos, desde que constassem nas bases oficiais. O cálculo da média histórica segue a seguinte fórmula-padrão, a ser aplicada pelo analista ou auditor:

Média histórica = Soma dos valores válidos / Número de anos com dado disponível.

Esta metodologia visa garantir transparência, comparabilidade e equidade na avaliação dos municípios, sendo replicável e auditável. O procedimento técnico encontra-se documentado com versionamento e scripts arquivados no repositório interno do TCE-MT, podendo ser acessado para fins de verificação metodológica sempre que necessário.

#### **9. 3. 6. 1. REFERÊNCIA TÉCNICA PARA CLASSIFICAÇÃO DOS INDICADORES DE SAÚDE**





Este quadro apresenta os critérios utilizados para classificar os indicadores de saúde como de situação **boa (adequada)**, **média (intermediária)** ou **ruim (inadequada)**, com base em diretrizes técnicas de organismos nacionais e internacionais como o **Ministério da Saúde (MS)**, a **Organização Mundial da Saúde (OMS)** e outros documentos de referência oficial.

Indicador	Critérios de Classificação	Referência Técnica
Taxa de Mortalidade Infantil (TMI)	Boa: < 10% Média: 10 a 19,99% Ruim: =20%	OMS, MS, Unicef
Taxa de Mortalidade Materna (TMM)	Boa: < 70/100 mil Média: 70 a 110 Ruim: > 110	ODS/OMS/MS
Mortalidade por Homicídios (TMH)	Boa: < 10/100 mil Média: 10 a 30 Ruim: > 30	OMS
Mortalidade por Acidentes de Trânsito (TMAT)	Boa: < 10/100 mil Média: 10 a 20 Ruim: > 20	OMS, MS
Cobertura da Atenção Básica (CAB)	Boa: > 80% Média: 50% a 80% Ruim: < 50%	e-Gestor AB/MS
Cobertura Vacinal (CV)	Boa: = 90% a 95% Média: abaixo da meta Ruim: muito abaixo	PNI/S
Nº de Médicos por Habitante (NMH)	Boa: = 2,5/1.000 hab. Média: 1,0 a 2,49 Ruim: < 1,0	CFM, OMS
ICSAP (Internações por Condições Sensíveis à APS)	Boa: < 15% Média: 15% a 30% Ruim: > 30%	MS, estudos técnicos sobre APS
Consultas Pré-Natal Adequadas	Boa: = 60% Média: 40% a 59,9% Ruim: < 40%	Programa Previne Brasil/MS
Prevalência de Arboviroses	Boa: < 100/100 mil Média: 100 a 299 Alta: 300 a 499 Muito Alta: = 500	MS (vigilância epidemiológica)
Deteção de Hanseníase (geral)	Boa: < 10 Média: 10 a 19,99 Alta: 20 a 39,99 Muito Alta: = 40 por 100 mil hab.	OMS, MS
Hanseníase em < 15 anos	Boa: < 0,5 Média: 0,5 a 2,49 Alta: 2,5 a 9,99 Muito Alta: = 10 por 100 mil	OMS, MS





Indicador	Critérios de Classificação	Referência Técnica
Hanseníase com Grau 2 de Incapacidade	Boa: < 1% Média: 1% a 4,9% Alta: 5% a 9,99% Muito Alta: = 10%	OMS, MS

A avaliação dos indicadores de saúde tem como base principal os dados do exercício de 2024, por refletirem a situação mais recente da gestão municipal. Contudo, dada a natureza dinâmica e sensível da área da saúde, considerou-se também a série histórica dos últimos cinco anos (2020 a 2024) como elemento complementar para análise de tendência, estabilidade ou regressão dos resultados.

Para fins de cálculo da média histórica, o auditor deverá considerar as seguintes diretrizes:

Valores **iguais a zero** devem ser tratados como **dados válidos**, desde que informados nos sistemas oficiais, por representarem uma situação efetivamente monitorada (mesmo que sem ocorrência).

Campos **vazios ou não preenchidos** devem ser considerados como **dados ausentes**, sendo excluídos do denominador da média.

A **fórmula recomendada** para o cálculo da média histórica consiste na soma dos valores válidos informados dividida pelo número de exercícios com dado disponível, desconsiderando os anos sem informação.

Essa metodologia deve ser aplicada pelo analista responsável no momento da apuração dos dados, assegurando que a ausência de registros não comprometa a média histórica nem penalize o município por eventual falha de reporte. Os indicadores com dados incompletos deverão ser analisados com a devida ressalva quanto à confiabilidade da tendência histórica.

#### 9. 3. 6. 2. CRITÉRIO DE CLASSIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO GERAL DOS INDICADORES

Para fins de análise integrada, o desempenho geral do município nos indicadores de saúde avaliados foi classificado em três categorias: Boa, Regular e





Ruim. Essa classificação considera o percentual de indicadores que se enquadraram na faixa de “Situação Boa”, conforme os critérios técnicos previamente estabelecidos. A categorização obedece aos seguintes parâmetros:

- **Situação Ruim:** até 25% dos indicadores avaliados classificados como “Boa”;
- **Situação Regular:** mais de 25% e até 75% dos indicadores classificados como “Boa”;
- **Situação Boa:** mais de 75% dos indicadores classificados como “Boa”.

Essa métrica permite uma visão global da gestão municipal em saúde no exercício analisado, respeitando as especificidades de cada indicador individualmente, mas orientando a tomada de decisão a partir de um referencial sintético e objetivo.

## 10. REGRAS FISCAIS DE FINAL DE MANDATO

A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n.º 101/2000) postula o equilíbrio das contas públicas por meio de uma gestão responsável que evite o endividamento público não sustentável. Em relação ao último ano de mandato do gestor, a LRF tem regras e proibições específicas que serão relacionadas nos tópicos a seguir:

### 10. 1. COMISSÃO DE TRANSIÇÃO DE MANDATO

A transição de mandato é o processo em que o gestor atual deve propiciar condições efetivas ao novo gestor para implementar a nova administração, razão pela qual se torna um importante instrumento da gestão pública.

No TCE-MT, a matéria é abordada por meio da Resolução Normativa 19 /2016 que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelos atuais e futuros Chefes de Poderes Estaduais e Municipais e dirigentes de órgãos autônomos, por ocasião da transmissão de mandato.





Nesse sentido, na verificação do cumprimento ou descumprimento desse dever por parte do Município, constata-se que:

1) O atual prefeito foi reeleito para a legislatura 2025-2028, tratando-se do Sr. Ederson Figueiredo, dessa forma, não houve a constituição da comissão de transmissão de mandato, bem como a apresentação do Relatório Conclusivo, nos termos da RN 19/2016 (Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelos atuais e futuros Chefes de Poderes Estaduais e Municipais e dirigentes de órgãos autônomos, por ocasião da transmissão de mandato) (Apêndice H).

## **10. 2. OBRIGAÇÃO DE DESPESAS CONTRAÍDA NOS ÚLTIMOS QUADRIMESTRES DO ANO DE FINAL DE MANDATO**

Ao titular de Poder ou Órgão é vedado contrair despesas nos últimos 8 meses do último ano de mandato que não possam ser cumpridas de forma integral dentro do exercício financeiro ou que tenham parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja disponibilidade de caixa para este efeito.

Ressalta-se que as despesas e encargos compromissados a pagar até o final do exercício são utilizados para determinação da disponibilidade de caixa, conforme previsto no parágrafo único do art. 42 da LRF.

A metodologia adotada pela equipe técnica para apurar se houve ou não despesas contraídas nos últimos 8 meses do final de mandato, foi comparar o valor registrado por fonte de recurso, nos quadros do Anexo 13 deste Relatório, nas datas de 30/04/2020 e 31/12/2020 (Regras de Final de Mandato):

- a)** Quadro: 13.1 - Disponibilidade Líquida Pagamento de Restos a Pagar em 31/12/2024 - Poder Executivo (Art. 42 LRF);
- b)** Quadro: 13.2 - Disponibilidade Líquida em 30/04/2024 - (Art. 42 – LRF).





A comparação por fonte de recursos nessas duas datas resulta nas seguintes hipóteses conclusivas, conforme as naturezas dos saldos em 30/04 e em 31/12/2024:

Natureza do saldo da fonte de recursos	Conclusão do saldo
a) Fonte de recursos com saldo positivo em 31/12/2024	Regular
b) Fonte de recursos com saldo negativo em 31/12/2024 deve ser comparado o saldo da mesma fonte em 30/04/2024: b1) a indisponibilidade pode ter aumentado de 30/4 para 31/12/2024; b2) a situação positiva ficou negativa (com indisponibilidade)	Irregular
c) a fonte de recurso estava com indisponibilidade em 30/04, mas esta não aumentou, diminuiu ou ficou positiva em 31/12/2024	Regular
d) a fonte de recurso estava com indisponibilidade em 30/04 e aumentou em 31/12/2024	Irregular

Seguindo essa metodologia, e após análise e comparação dos saldos das (in)disponibilidades registradas nos quadros 13.1 e 13.2, constatou-se que fontes de recursos com indisponibilidades em 30/04/2024 apresentaram saldo positivo em 31/12/2024 (caso das fontes 500, 600, 621, 622 e 751) e as demais mantiveram o saldo positivo em 31/12/2024, evidenciando a regularidade das despesas contraídas nos últimos 08 meses do último ano de mandato.

1) Não foram contraídas obrigações de despesa nos dois últimos quadrimestres do mandato sem disponibilidade financeira para seu pagamento (art. 42, caput, e parágrafo único da Lei Complementar nº 101/2000).

### 10. 3. CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO NOS 120 DIAS ANTERIORES AO FINAL DE MANDATO





A contratação de operação de crédito é vedada nos 120 (cento e vinte) dias anteriores ao final do mandato do Chefe do Poder Executivo, conforme preceitua o art. 15, caput, da Resolução do Senado Federal nº 43/2001.

São exceções a essa regra:

1. O refinanciamento da Dívida Mobiliária;
2. As operações de crédito autorizadas pelo Senado Federal ou Ministério da Fazenda, até 120 dias antes do final do mandato.

1) Não houve a contratação de operação de crédito nos 120 (cento e vinte) dias anteriores ao final do mandato do Chefe do Poder Executivo do Município (art. 15, caput, da Resolução do Senado Federal nº 43/2001), conforme demonstrado no Anexo 16 - Demonstrativo da Dívida Fundada e informações da U.C.I via e-mail.

O sistema Aplic não registra a contratação nem recebimento de receitas de operações de crédito em 2024.

#### **10. 4. CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DE RECEITA NO ÚLTIMO ANO DE MANDATO**

A contratação de operação de crédito por antecipação de receita (ARO) são aquela em que o setor financeiro antecipa aos entes públicos as receitas tributárias futuras, sendo que, nessas operações, os tributos são oferecidos em garantia.

Quanto às operações de crédito por antecipação de receita orçamentária vedou-se a realização dessas operações no último ano de mandato do Chefe do Executivo, a fim de dificultar ainda mais a possibilidade de que sejam transferidas dívidas para o mandato subsequente (art. 38, IV, b da LRF).

Em consulta no sistema Aplic 2024 (Informes: Mensais > Contabilidade > Lançamento Contábil > Razão Contábil), verificou-se que as contas contábeis a seguir não foram movimentadas:

- a) 21211020501 - Antecipação da Receita Orçamentária (F) e
- b) 21211020551 - Antecipação da Receita Orçamentária (P).







1) Não houve a contratação de antecipação de receita orçamentária no último ano de mandato do municipal (art. 38, IV, “b”, da Lei Complementar nº 101/2000; art. 15, § 2º, da Resolução do Senado Federal nº 43/2001).

#### **10. 5. AUMENTO DE DESPESAS COM PESSOAL REALIZADO NOS 180 DIAS ANTERIORES AO FINAL DE MANDATO**

De acordo com o art. 21, II da LRF é nulo de pleno direito o ato de que resulte aumento de despesa com pessoal nos 180 dias anteriores ao final do mandato do titular do Poder Executivo.

A vedação prevista no artigo 21, IV, a, da LRF incide sobre o ato de aprovação de lei expedido nos 180 dias anteriores ao final do mandato que implique em aumento da remuneração dos agentes públicos, independentemente da data em que o respectivo projeto de lei foi proposto ou colocado em pauta para apreciação legislativa, com base na jurisprudência do TCE-MT -Resolução Consulta n.º 21/2014-TP e Acórdão n.º 1.784/2006.

Não se encontra vedada pelo art. 21, IV, a, da LRF, a edição de atos vinculados e decorrentes de direitos já assegurados constitucionalmente ou legalmente, ou provenientes de situações jurídicas consolidadas antes do período de vedação, independentemente do momento em que tenham sido expedidos.

1) Não foi expedido ato de que resulte em aumento de despesa com pessoal nos 180 dias anteriores ao final do mandato e/ou preveja parcelas a serem implementadas em períodos posteriores ao final de mandato. (Art. 21, II e IV, “a”, da Lei Complementar nº 101/2000 e/ou Art. 21, III e IV, “b”, da Lei Complementar nº 101/2000).

A Lei nº 1.745/2024 foi sancionada em 09/01/2024, entrando em vigor na data da publicação e dispõe sobre autorização para alterar dispositivo da L.C. municipal nº 787/2002 - dispõe sobre alteração do plano de cargos, carreiras e vencimentos da Prefeitura Municipal de Arenópolis-MT.







O artigo 1º da Lei nº 1.745/2024 altera as tabelas salariais constantes no Anexo III da L.C. nº 787/2002. (Apêndice F).

Considerando que todas as leis devem ser publicadas, presume-se pela veracidade das informações (leis) divulgadas no site municipal e enviadas a esta Corte de Contas.

## **11. PRESTAÇÃO DE CONTAS**

### **11. 1. PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GOVERNO AO TCE**

O Chefe do Poder Executivo deve prestar contas ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, conforme dispõe os incisos I e II, do artigo 71 da Constituição Federal; nos incisos I e II do artigo 47 e artigo 210 da Constituição Estadual; nos artigos 26 e 34 da Lei Complementar n.º 269/2007.

As contas anuais de governo demonstram a conduta do Prefeito no exercício das funções políticas de planejamento, organização, direção e controle das políticas públicas e devem ser remetidas ao Tribunal de Contas do Estado no dia seguinte ao prazo estabelecido no art. 209, da Constituição do Estado de Mato Grosso (sessenta dias, a partir do dia quinze de fevereiro), para emissão do parecer prévio (Resolução Normativa n.º 10/2008-TCE/MT-TP).





A Resolução Normativa n.º 03/2020 - TCE/MT-TP, em seu art. 1º, XI determina que a remessa das Contas Anuais de Governo prestadas pelo Chefe do Poder Executivo seja feita exclusivamente por meio eletrônico, via internet, conforme informações/documentos detalhados no leiaute do Anexo 1 desse normativo.

Além disso, a Orientação Normativa n.º 04/2016, do Comitê Técnico deste Tribunal de Contas, prescreve que a elaboração dos relatórios de contas de governo dos Poderes Executivos Municipais deve ser realizada por meio do sistema Conex-e, com base nas informações mensalmente encaminhadas por meio do sistema Aplic.

O quadro a seguir apresenta o resumo dos envios de informações e documentos, referentes ao exercício de 2024, ressalta-se que os envios intempestivos serão objeto de RNI em momento oportuno, cabendo neste processo apenas a apuração quanto a prestação de contas de governo (APLIC/PRESTAÇÃO DE CONTAS/PRESTAÇÃO DE CONTAS):

Competência	Prazo	1º envio	Último envio	Situação
Carga Inicial	15/03/2024	18/04/2024 07:09	15/05/2024 12:41	Enviado Fora do Prazo
Peças de Planejamento	30/01/2024	18/01/2024 10:50	24/05/2024 07:53	Enviado no Prazo
Janeiro	01/04/2024	30/04/2024 09:56	24/05/2024 10:51	Enviado Fora do Prazo
Fevereiro	16/04/2024	23/05/2024 10:55	24/05/2024 11:36	Enviado Fora do Prazo
Março	30/04/2024	28/05/2024 11:50	28/05/2024 11:50	Enviado Fora do Prazo
Abril	03/06/2024	06/06/2024 11:16	28/06/2024 11:26	Enviado Fora do Prazo
Maio	01/07/2024	02/07/2024 11:49	02/07/2024 11:49	Enviado Fora do Prazo
Junho	31/07/2024	31/07/2024 19:41	31/07/2024 19:41	Enviado no Prazo
Julho	02/09/2024	30/08/2024 09:00	30/08/2024 09:00	Enviado no Prazo
Agosto	30/09/2024	25/09/2024 08:19	25/09/2024 08:19	Enviado no Prazo
Setembro	31/10/2024	29/10/2024 12:06	25/11/2024 15:08	Enviado no Prazo
Outubro	10/12/2024	29/11/2024 15:21	29/11/2024 15:21	Enviado no Prazo
Novembro	03/02/2025	27/12/2024 10:52	29/01/2025 13:45	Enviado no Prazo
Dezembro	10/03/2025	13/02/2025 16:29	19/03/2025 13:32	Enviado no Prazo
Encerramento	17/03/2025	19/03/2025 16:34	19/03/2025 16:34	Enviado Fora do Prazo
<b>Contas de Governo</b>	<b>16/04/2025</b>	<b>16/04/2025 07:25</b>	<b>16/04/2025 07:25</b>	<b>ENVIADO NO PRAZO</b>
PPA				Não se aplica
LDO	29/01/2024	29/12/2023 11:46	28/02/2024 10:26	Enviado no Prazo
LOA	29/01/2024	08/02/2024 09:44	08/02/2024 09:44	Enviado Fora do Prazo

1) O Chefe do Poder Executivo encaminhou ao TCE/MT a Prestação de Contas Anuais dentro do prazo legal (16/04/2025) e conforme a Resolução Normativa n.º 16 /2021.





2) As contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo foram colocadas à disposição dos cidadãos na Câmara Municipal e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, conforme o art. 49 da LRF, conforme faz prova os documentos em Apêndice I:

- Ofício nº 075/2025 enviando as Contas Anuais de Governo 2024 ao Presidente da Câmara Municipal de Arenápolis, com recebimento em 17/02/2025;

- Edital de Publicação Nº 002/2025 colocando as contas municipais à disposição da municipalidade, com publicação no JOEM / AMM em 14/02/2025 (amm.diariomunicipal.org).

3) O poder executivo contratou solução tecnológica para a implantação do SIAFIC no âmbito do município, nos termos do Decreto nº 10.540/2020.

Foi celebrado o Contrato Nº 296/2022, de 21/10/2022, com a empresa ÁGILI Software Brasil Ltda, vigência: 21/10/2022 a 21/10/2023, podendo ser prorrogado, com o seguinte objeto (Aplic/Documentos Diversos/176.Contrato de prestação de serviços /Siafic):

- contratação de empresa especializada para fornecimento de licenciamento de software de sistema integrado de gestão pública, com acesso ilimitado de usuários e suporte técnico, inclusive com a prestação de serviços de instalação, configuração, conversão de dados e treinamento aos servidores, incluindo o fornecimento para a Câmara de Vereadores atendendo os critérios do sistema único e integrado de execução orçamentária, administração financeira e controle (SIAFIC).

E ainda os seguintes contratos, com inclusão de outras unidades municipais:

- contrato nº 70/2023, de 13/04/2023, vigência: 13/04/2023 a 13/04/2024, podendo ser prorrogado - Câmara Municipal de Arenápolis;

- contrato nº 003/2024, de 21/02/2024, vigência: 21/02/2024 a 21/02/2025, podendo ser prorrogado - Assistência Social Municipal.

Não apresentaram Termos Aditivos aos contratos citados, tendo em vista a vigência dos mesmos.





Consta Declaração do Prefeito Municipal de que o sistema da empresa Ágili Software Brasil Ltda atende o SIAFIC e que o sistema é o mesmo utilizado pela Prefeitura e Câmara Municipal e estão em ambiente integrado e único.

Por meio da Portaria nº 0114/2021, de 03/05/2021, foi nomeada Comissão de Estudos para Implantação do SIAFIC.

Considerando as disposições do Decreto Federal nº 10.540/2020, o Município deve adotar as providências necessárias para a efetiva contratação de solução tecnológica que viabilize a implementação do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle (SIAFIC), conforme os padrões mínimos de qualidade exigidos. Tal medida é fundamental para assegurar a unificação dos registros contábeis, orçamentários e financeiros dos Poderes e órgãos do Município, promovendo maior transparência, segurança da informação e conformidade com os normativos da Secretaria do Tesouro Nacional.

## 12. RESULTADO DOS PROCESSOS DE FISCALIZAÇÃO

De acordo com a Orientação Normativa n.º 02/2016 TCE/MT, as irregularidades relevantes identificadas nos processos de fiscalização julgados do Poder Executivo municipal devem ser elencadas no relatório das contas de governo com a finalidade de formar o convencimento do relator sobre o parecer prévio e subsidiar o julgamento pela Câmara Municipal.

Assim, segue abaixo quadro contendo o Resultado dos Processos de Fiscalização, incluindo os processos de RNI e RNE:

Processos		Descrição do Processo	Houve Julgamento
Assunto	Número		
Resultado dos Processos de Fiscalização			
			SIM - Julgamento Singular nº 183





Processos		Descrição do Processo	Houve Julgamento
Assunto	Número		
MONITORAMENTO	1941747/2024	MONITORAMENTO DO PROGRAMA DE ARRECADAÇÃO, ORIGINADA DA RNE Nº 527998 /2023.	/JCN/2025; declara a revelia do gestor..
REPRESENTAÇÃO (NATUREZA EXTERNA)	1880519/2024	REPRESENTAÇÃO DE NATUREZA EXTERNA EM FACE DE POSSÍVEIS IRREGULARIDADES REFERENTE AO QUARTO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 102/2021 - REF. ANO 2023	SIM, Julgamento singular nº 825 /JCN/2024 - pelo não conhecimento da RNE.
REPRESENTAÇÃO (NATUREZA EXTERNA)	1938479/2024	REPRESENTAÇÃO DE NATUREZA EXTERNA REFERENTE CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 102 /2021, ADITIVO/2023 - NOTA FISCAL N. 1480	SIM, Julgamento Singular nº 251 /JCN/2025 - pela inadmissibilidade da RNE.
REPRESENTAÇÃO (NATUREZA INTERNA)	1873156/2024	REPRESENTAÇÃO DE NATUREZA INTERNA PARA APURAR SUPOSTA IRREGULARIDADE NA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICO DECORRENTE DOS CONTRATOS Nº 42/2023, 43/2023, 46/2023, 47 /2023, 131/2023, 133/2023, 134/2023, 135/2023, 136 /2023, 137/2023, 138/2023.	NÃO
REPRESENTAÇÃO (NATUREZA INTERNA)	1873164/2024	REPRESENTAÇÃO DE NATUREZA INTERNA PARA APURAR SUPOSTA IRREGULARIDADE NA EXECUÇÃO DE DESPESA PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR.	SIM, Julgamento Singular nº 250 /JCN/2025 - delação da revelia dos gestor, seretária de educação e nutricionista.
REPRESENTAÇÃO (NATUREZA INTERNA)	1873199/2024	REPRESENTAÇÃO DE NATUREZA INTERNA PARA APURAR SUPOSTA IRREGULARIDADE NO CONTROLE E GESTÃO PATRIMONIAL.	SIM, Julgamento Singular nº 188 /JCN/2025 - declara revelia do gestor, do secretário de saúde e da secretária de educação.

Sistema Control-P

### 13. CUMPRIMENTO DAS DECISÕES TCE/MT





Entre outras atribuições, o TCE-MT exerce a atividade de monitoramento que consiste em verificar se suas determinações e recomendações decorrentes de decisões anteriores foram observadas pelo gestor municipal.

Nesse sentido, a seguir é descrita a postura do gestor diante das recomendações relevantes contidas nos Pareceres Prévios dos exercícios de 2022 e 2023:

EXERCÍCIO	Nº PROCESSO	PARECER	DT PARECER	RECOMENDAÇÃO	SITUAÇÃO VERIFICADA
Processo de Contas de Governo Anteriores					
2023	538418 /2023	115/2024	05/11/2024	b) recomende ao Chefe do Poder Executivo Municipal que: continue adotando medidas efetivas para melhorar o Índice de Gestão Fiscal Municipal - IGFM, tendo em vista que a melhoria na gestão é um fim a ser perseguido constantemente e a identificação de boas práticas devem ser aprimoradas e aperfeiçoadas; e	Recomendação implementada, ocorrendo aumento no índice do IGFM de 2024, mantendo a classificação no conceito B - Boa Gestão.
				Adote providências céleres e efetivas para que as exigências das Leis nos 9.394/1996 e 14.164/2021 sejam integralmente cumpridas, em especial a inserção de conteúdos acerca da violência contra a criança, o adolescente e a mulher bem como a instituição/realização da "Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher".	Recomendação não implementada, conforme disposto no Tópico 13.2.
2022	89656/2022	46/2023	12/09/2023	Recomendando ao Poder Legislativo Municipal que, quando da deliberação destas contas, determine ao Chefe do Poder Executivo de Arenápolis que cumpra o prazo quanto aos repasses mensais (duodécimo) ao Poder Legislativo, conforme o artigo 29-A, § 2º, inciso II, da Constituição da República.	Recomendação implementada em 2023 e em 2024.
Control-p					

## 13. 1. TRANSPARÊNCIA PÚBLICA





Considerando a relevância da transparência pública na aferição da responsabilidade legal, social e como indicador da boa e regular governança pública - em especial por garantir o acesso às prestações de contas e demais informações e serviços públicos, em observância aos princípios constitucionais e disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei de Acesso à Informação - este Tribunal de Contas, juntamente com a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), o Tribunal de Contas da União (TCU), com o apoio de outros Tribunais de Contas brasileiros e instituições do sistema, instituíram o Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP), com os objetivos de padronizar, orientar, estimular, induzir e fiscalizar a transparência nos Poderes e órgãos públicos em todo o país.

De acordo com a metodologia nacionalmente padronizada, os portais avaliados são classificados a partir dos índices obtidos, que variam de 0 a 100%. Assim, a metodologia definiu níveis de transparência para cada faixa de índices, conforme se demonstra abaixo:

Faixa de Transparência	Nível Mínimo de Transparência	Requisito Adicional
Diamante	Entre 95% e 100%	100% dos critérios essenciais
Ouro	Entre 85% e 94%	100% dos critérios essenciais
Prata	Entre 75% e 84%	100% dos critérios essenciais
Elevado	Entre 75% e 100%	Menos de 100% dos critérios essenciais
Intermediário	Entre 50% e 74%	-
Básico	Entre 30% e 49%	-
Inicial	Entre 1% e 29%	-
Inexistente	0%	-

Fonte: Cartilha PNTD 2024

Assim, apresenta-se abaixo o resultado da avaliação realizada em 2024 acerca da transparência da Prefeitura Municipal de **ARENAPOLIS**, cujos resultados foram homologados por este Tribunal mediante Acórdão 918/2024 - PV.

EXERCÍCIO	ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA	NÍVEL DE TRANSPARÊNCIA
2023	0.4394	Básico
2024	0.4767	Básico

Conforme se observa, os índices revelam níveis preocupantes de transparência da Prefeitura Municipal de **ARENAPOLIS**, sendo imprescindível e urgente a implementação de medidas para o atingimento de níveis mais elevados e satisfatórios.







As avaliações completas e demais informações atinentes ao ciclo de 2024, assim como toda metodologia e ferramentas do PNTP, estão disponíveis em [www.radardatransparencia.atricon.org.br](http://www.radardatransparencia.atricon.org.br).

1) No exercício de 2024, a Prefeitura Municipal de Arenápolis apresentou nível crítico de transparência (básico), descumprindo a Lei n.º 12.527/2011 e comprometendo o amplo acesso às informações públicas à sociedade, conforme Processo n.º 1937286/2024 e dados divulgados no Radar da Transparência Pública (<https://radardatransparencia.atricon.org.br/panel.html>).

Assim, sugere-se a expedição de recomendação à atual gestão da Prefeitura Municipal para que implemente medidas visando ao atendimento de 100% dos requisitos de transparência, em observância aos preceitos constitucionais e legais.

### 13. 2. PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES (Decisão Normativa n.º 10/2024)

A Lei n.º 14.164/2021 alterou a Lei 9.394/1996 (LDB Nacional), determinando no § 9º, do art. 26, a inclusão de temas transversais, conteúdos sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio, e no art. 2º, instituiu a realização da “Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher” a se realizar preferencialmente no mês de março.

Assim, a publicação desse normativo incentiva a comunidade escolar a uma reflexão sobre a prevenção e o combate à violência contra a mulher, bem como permite o debate desse tema desde a infância (Fonte: Agência Senado).







Dada a importância do tema foram avaliadas as ações adotadas pelo município:

1) Não foram alocados recursos na Lei Orçamentária Anual para execução de políticas públicas de prevenção à violência contra a mulher. OC99.

### **Dispositivo Normativo:**

Lei 14.164/2021.

*1.1) O município não alocou recursos na Lei Orçamentária Anual para execução de políticas públicas de prevenção à violência contra a mulher. - OC99*

Não foram alocados recursos na Lei Orçamentária Anual para execução de políticas públicas de prevenção à violência contra a mulher, conforme resposta ao Anexo Questionário sobre Ações Preventivas de Violência contra a Mulher (APLIC /Informes Mensais/Documentos Diversos/Doc.173) e Apêndice J.

A Lei nº 14.164/2021 instituiu a semana escolar de combate à violência contra a mulher e entre os seus objetivos consta a capacitação de educadores, a conscientização da comunidade e a produção e distribuição de materiais educativos relativos ao tema, o que importa em recursos orçamentários e financeiros para fazer face às despesas correspondentes (artigo 2º, incisos V, VII).

Tendo em vista que a normativa citada é relativamente recente, estando os municípios ainda em construção dessa temática é que a irregularidade foi classificada como "moderada".

2) Foram adotadas as seguintes ações, segundo informações declarativas do município, a fim de dar cumprimento à Lei n.º 14.164/2021:

- Roda de conversa com os alunos, apresentações, palestras e momentos de acolhidas das mães das escolas, com distribuição de panfletos, abraços e bombons por parte dos alunos.





Como não foram alocados recursos nem instituída a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher, as informações e evidências relatadas direcionam à comemoração do Dia Internacional das Mulheres e/ou Dia das Mães (Apêndice ).

3) Não foram inseridos nos currículos escolares conteúdos acerca da prevenção da violência contra a criança, o adolescente e a mulher, conforme preconiza o art. 26, § 9º, da Lei nº 9.394/1996. OC19.

### Dispositivo Normativo:

Art. 26, § 9º, da Lei nº 9.394/1996 e Lei nº 14.164/2021

*3.1) Não foram incluídos nos currículos escolares municipais conteúdos acerca da prevenção de violência contra as mulheres. - OC19*

Conforme informado pela Secretaria Municipal de Educação de Arenópolis, os currículos escolares não contemplam conteúdos acerca da prevenção da violência contra as mulheres, contrariando a legislação pertinente (Apêndice J).

Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

(...)

§ 9º Conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança, o adolescente e a mulher serão incluídos, como temas transversais, nos currículos de que trata o caput deste artigo, observadas as diretrizes da legislação correspondente e a produção e distribuição de material didático adequado a cada nível de ensino. (Redação dada pela Lei nº 14.164, de 2021)





4) Não foi instituída/realizada a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher, no mês de março de 2024, conforme preconiza o art. 2º da Lei nº 1.164/2021. OC20.

### Dispositivo Normativo:

Lei nº 14.164/2021, art. 2º.

*4.1) Não foi instituída/realizada a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher, conforme preconiza o art. 2º da Lei nº 1.164/2021. - OC20*

Não foi instituída a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher, no mês de março de 2024, embora tenha sido declarado que essa semana fora realizada em 08/03/2024 (Apêndice J). Não foi emitida normativa instituindo essa Semana no âmbito das escolas municipais.

Observa-se que na data de 08/03/2024 é comemorado o Dia Internacional das Mulheres, cujas atividades realizada nessa data forma informadas como sendo pertencente à Semana Escolar.

Assim preconiza o art. 2º da Lei nº 1.164/2021:

Art. 2º Fica instituída a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher, a ser realizada anualmente, no mês de março, em todas as instituições públicas e privadas de ensino da educação básica, com os seguintes objetivos:

I - contribuir para o conhecimento das disposições da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha);

II - impulsionar a reflexão crítica entre estudantes, profissionais da educação e comunidade escolar sobre a prevenção e o combate à violência contra a mulher;





III - integrar a comunidade escolar no desenvolvimento de estratégias para o enfrentamento das diversas formas de violência, notadamente contra a mulher;

IV - abordar os mecanismos de assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar, seus instrumentos protetivos e os meios para o registro de denúncias;

V - capacitar educadores e conscientizar a comunidade sobre violência nas relações afetivas;

VI - promover a igualdade entre homens e mulheres, de modo a prevenir e a coibir a violência contra a mulher; e

VII - promover a produção e a distribuição de materiais educativos relativos ao combate da violência contra a mulher nas instituições de ensino.

### **13. 3. ACS E ACE (Decisão Normativa n.º 07/2023)**

A Decisão Normativa n.º 7/2023 - PP/TCE-MT homologou as soluções técnico-jurídicas produzidas na Mesa Técnica n.º 4/2023, que teve como objetivo estabelecer consenso sobre questões relacionadas ao vínculo empregatício e à remuneração dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e dos Agentes de Combate às Endemias (ACE). Essa decisão visa promover o cumprimento dos dispositivos legais e constitucionais que regulamentam essas categorias, especialmente aqueles introduzidos pelas Emendas Constitucionais n.º 51/2006 e n.º 120/2022.

Dessa forma, foram analisados os seguintes pontos destacados na Decisão Normativa n.º 7/2023:

1) O salário inicial percebido pelos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e pelos Agentes de Combate às Endemias (ACE) se encontra no patamar correspondente ao montante de, no mínimo, 02 (dois) salários-mínimos conforme estabelece a Emenda





Constitucional nº 120/2022, nos termos da Lei Municipal nº 1.600/2022, de 21/07/2022, que estabelece o piso salarial desses servidores - artigo 1º, e comprovante de remuneração Folha de Pagamento 12/2024 (APLIC/Informes Mensais/Documentos Diversos.165/166) - Apêndice J.

Informa-se que o valor do salário mínimo em 2024 foi de R\$ 1.412,00.

2) Houve pagamento de adicional de insalubridade aos ACS e ACE no percentual de 20% (vinte por cento) do vencimento ou salário-base (atividades de grau médio), nos termos da Lei Municipal nº 1.600/2022, de 21/07/2022, artigo 2º, e comprovante de remuneração Folha de Pagamento 12/2024 (APLIC/Informes Mensais/Documentos Diversos.165/166/167).

Anexou-se Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho pela seguradora Porto SegVida, relacionando os riscos que implicam em adicional de 20% de insalubridade e enquadramento de aposentadoria especial.

3) Houve concessão de RGA para a categoria de forma igualitária com as demais carreiras - Decreto Municipal nº 005/2024, de 01/01/2024 e com base na Lei Municipal nº 1.533/2021 e Lei Orgânica do município (APLIC/Informes Mensais/Documentos Diversos.168).

#### 13. 4. OUVIDORIA

A existência de ouvidorias ou unidades responsáveis pelo recebimento de manifestações é uma exigência legal prevista na Lei nº 13.460/2017, que dispõe sobre a participação, proteção e defesa dos direitos dos usuários dos serviços públicos da administração pública. No contexto das contas de governo analisadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT), a implementação dessas estruturas tem papel fundamental na promoção da transparência, no fortalecimento do controle social e na melhoria da gestão pública.

Com o objetivo de fomentar a criação e o funcionamento dessas unidades nos municípios, o TCE-MT lançou, em 2021, o projeto "Ouvidoria para





Todos", estruturado em quatro fases. A primeira fase consistiu em uma pesquisa de cenário sobre a existência das ouvidorias municipais, acompanhada da atualização cadastral.

Na segunda fase, foi emitida a Nota Técnica n.º 002/2021 (<https://www.tce.mt.gov.br/conteudo/download/nota-tecnica-no-02-2021-processo-no-6008572021/103596>), que dispõe sobre o posicionamento do TCE-MT quanto à adequação das unidades jurisdicionadas à Lei nº 13.460/2017, além da realização de um evento de sensibilização para gestores e servidores. A terceira fase teve foco na capacitação, por meio de um curso voltado à implantação e funcionamento das ouvidorias. Agora, na quarta e última fase, será realizada a fiscalização da efetiva implementação dessas unidades nos municípios.

O presente relatório técnico tem como propósito analisar a existência e o funcionamento das ouvidorias no âmbito municipal, bem como a existência e atualização de carta de serviços subsidiando a avaliação das contas de governo e contribuindo para o aprimoramento das políticas de transparência e participação cidadã.

1) Existe um ato formal de criação da Ouvidoria no âmbito da entidade pública - Lei Municipal nº 1154/2013, de 08/07/2013 (APLIC/Informes Mensais/Documents Diversos.Doc. Código 161).



Estado de Mato Grosso  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS**

*Arenápolis nós amamos, nós cuidamos*

CNPJ: 24.977.654/0001-38

**LEI Nº. 1154/2013**

**Ementa:** Dispõe sobre a criação da Ouvidoria do Município de Arenápolis e dá outras providências.





JOSÉ MAURO FIGUEIREDO, Prefeito Municipal de Arenápolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, consoante às normas gerais de direito Público, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei.

**Art. 1º.** Fica criada a Ouvidoria do Município de Arenápolis/MT, tendo por objetivo segurar, de modo permanente e eficaz, a preservação dos princípios de legalidade, moralidade e eficiência dos atos dos agentes da Administração Direta e Indireta e, entidades privadas de qualquer natureza que operem com recursos públicos, na prestação de serviços à população.

**Art. 2º.** A Ouvidoria será o canal de comunicação direta entre a sociedade e a Administração Municipal, recebendo reclamações, denúncias, sugestões e elogios, de modo a estimular a participação do cidadão no controle e avaliação dos serviços prestados e na gestão dos recursos públicos.

**Art. 3º.** Compete à Ouvidoria do Município de Arenápolis:

- 2) Existe um um funcionário municipal que atende a Ouvidoria, mas não de forma oficial, com respaldo em ato administrativo, não se tratando portanto, da figura do "Ouvidor Municipal", conforme Declaração do Sr. Prefeito, alegando providências nesse sentido ainda no exercício de 2025 (Apêndice J - APLIC/Prefeitura/Informes Mensais/Documentos Diversos/Doc. 162).
- 3) Há regulamentação específica que estabelece as regras, competências e funcionamento da Ouvidoria - Lei nº 1154/2013, de 08/07/2013, artigo 3º, incisos e parágrafos (APLIC/Prefeitura/Informes Mensais/Documentos Diversos/Doc. 163) (Apêndice J).
- 4) A entidade pública disponibiliza Carta de Serviços ao Usuário atualizada com informações claras sobre os serviços prestados, requisitos, prazos e formas de acesso







e com os canais disponíveis para contato com a Ouvidoria e para registro de manifestações.

A Carta de Serviços da Ouvidoria está inserida na Carta de Serviços do Município (APLIC/Prefeitura/Informes Mensais/Documentos Diversos/Doc. 164).

# CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO

## MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS/MT

Os canais de comunicação para atendimento do cidadão

### 2. Ouvidoria Municipal

#### 2.1. Serviços prestados:

É receber manifestações, como reclamações, denúncias, elogios, críticas e sugestões dos cidadãos, instituições, entidades, Agentes Públicos, quanto aos serviços e atendimentos prestados por determinado órgão ou setor. Todas as manifestações são analisadas criteriosamente e encaminhadas às áreas competentes.

#### 2.2. Onde acessar:

Site: <https://www.arenapolis.mt.gov.br/ouvidoria>

Endereço: Rua Presidente Costa e Silva, 105/E, esquina com a Rua Castelo Branco – Vila Nova, Fone: (65) 3343 -1105. CEP 78.420-000 – Arenápolis/MT.

Horário de Atendimento: segunda a sexta-feira, das 07h às 11h e das 13h às 17h, presencial e por telefone.

Contato: (65) 3343-1105

---

Informa o endereço eletrônico do site para acesso à Ouvidoria:

Site: <https://www.arenapolis.mt.gov.br/ouvidoria>







Em consulta a esse endereço (em 22/08/2025), constatou-se que o acesso é direto à Ouvidoria, com informações acerca dos canais de atendimento para registro de manifestações, horário de atendimento presencial e de outras formas (telefone, email, on line), links para acesso às ações da ouvidoria (por tipo de manifestação) e pesquisa de satisfação (Apêndice J).

## 14. CONCLUSÃO DA ANÁLISE DAS CONTAS DE GOVERNO

Após análise da prestação de contas anuais apresentada pelo gestor do município de **ARENÁPOLIS, exercício de 2024**, conclui-se pelo que segue:

### 14. 1. PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

Sugere-se ao Exmo Sr. Relator que apresente as seguintes **Recomendações** ao atual Chefe do Poder Executivo Municipal:

- a-** Atentar-se para a redação correta e convergente nos decretos de abertura de créditos adicionais conforme autorização legislativa, bem como o registro correto das informações referente a alterações orçamentárias via sistema APLIC;
- b-** Abrir créditos adicionais com recursos suficientes de acordo com o disposto no art. 167, II e V, da Constituição Federal; art. 43, § 1º, da Lei nº 4.320/1964;
- c-** Faça expedir determinação à Contadoria Municipal para que as notas explicativas das demonstrações consolidadas do exercício de 2025, sejam integradas por informações acerca do Plano de Implementação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP, em observância a Portaria nº 548/2015 da STN e visando subsidiar análises futuras nas contas de governo. Prazo de implementação: até a publicação das demonstrações contábeis do exercício de 2025 e seguintes;
- d-** Apropriar por competência mensal as obrigações decorrentes de benefícios a





empregados: 13º salário e férias;

**e-** Elaborar notas explicativas que atendam em totalidade às normas exigidas quanto à apresentação de forma e conteúdo;

**f-** Adotar providências para assegurar o cumprimento das metas fiscais, caso a previsão de receitas não seja confirmada, nos termos do artigo 9º da LRF;

**g-** Implementar medidas visando ao atendimento de 100% dos requisitos de transparência, em observância aos preceitos constitucionais e legais.

**h-** Implementar medidas urgentes visando garantir o atendimento de todas as demandas por vagas em creche/pré-escola (ou ambos), e zerar a fila no ano de 2025;

**i-** Incluir nos currículos escolares municipais conteúdos acerca da prevenção de violência contra as mulheres;

**j-** Instituir a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher;

**k-** Alocar recursos nas próximas Leis Orçamentárias para execução de políticas públicas de prevenção à violência contra a mulher;

**l-** Expedir ato oficial de nomeação de servidor para o cargo de Ouvidor municipal.

## 14. 2. CONCLUSÃO DA ANÁLISE DESTE RELATÓRIO TÉCNICO

No entendimento desta equipe, o (a) Senhor (a) **EDERSON FIGUEIREDO**, Prefeito do Município de **ARENAPOLIS** - exercício **2024** deve ser citado para prestar esclarecimentos sobre as seguintes irregularidades, das quais decorrem achados, constantes deste relatório sobre as contas anuais de governo:





**EDERSON FIGUEIREDO - ORDENADOR DE DESPESAS / Período: 01/01/2021 a 31/12/2024**

**1) CB03 CONTABILIDADE\_GRAVE\_03.** Registros de fatos/atos contábeis em inobservância aos princípios da competência e oportunidade (Itens 7 e 69 da NBC TSP 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis).

*1.1) Não houve apropriação por competência (mensal) das obrigações decorrentes de benefícios a empregados: 13º salário e abono de férias. - Tópico - 5. 2. 1. APROPRIAÇÃO DE 13º SALÁRIO (GRATIFICAÇÃO NATALINA) E FÉRIAS*

**2) CB05 CONTABILIDADE\_GRAVE\_05.** Registros contábeis incorretos sobre fatos relevantes, implicando a inconsistência das demonstrações contábeis (arts. 83 a 106 da Lei nº 4.320/1964; arts. 176, caput, e 177 da Lei nº 6.404/1976; itens 3.3 a 3.6 da NBC TSP Estrutura Conceitual; itens 27 a 58 da NBC TSP 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis).

*2.1) Divergência no valor da dotação atualizada da despesa entre o registrado no Balanço Orçamentário e o registrado pelo sistema Aplic. - Tópico - 3. 1. 3. 1. ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS*

**3) CC09 CONTABILIDADE\_MODERADA\_09.** Forma e/ou conteúdo das Demonstrações Contábeis divergente dos modelos estabelecidos nas normas contábeis (Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade; Instruções de Procedimentos Contábeis editadas pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN).

*3.1) As Notas Explicativas não atenderam em sua totalidade às normas exigidas quanto à apresentação de forma e conteúdo. - Tópico - 5. 1. 6. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS NOTAS EXPLICATIVAS E ASPECTOS GERAIS*

**4) DA04 GESTÃO FISCAL/FINANCEIRA\_GRAVISSIMA\_04.** Frustração de receitas verificada ao final de cada bimestre, sem providências para limitação de empenho e movimentação financeira, ocasionando o descumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias (art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000; art. 5º, III, da Lei nº 10.028 /2000).





4.1) *Descumprimento da meta de resultado primário fixada na LDO.* - Tópico - 8. 1. RESULTADO PRIMÁRIO

**5) FB03 PLANEJAMENTO/ORÇAMENTO\_GRAVE\_03.** Abertura de créditos adicionais por conta de recursos inexistentes: excesso de arrecadação, superávit financeiro, anulação total ou parcial de dotações e operações de crédito (art. 167, II e V, da Constituição Federal; art. 43 da Lei 4.320/1964).

5.1) *Abertura de créditos adicionais por conta de recursos inexistentes de excesso de arrecadação nas Fontes 622 e 701, no total de R\$ 2.659.561,23.* - Tópico - 3. 1. 3. 1. ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

**6) OC19 POLÍTICAS PÚBLICAS\_MODERADA\_19.** Currículo escolar da educação infantil, do ensino fundamental e/ou ensino médio, sem abranger os conteúdos mínimos exigidos pela legislação (art. 26 da Lei nº 9.394/1996).

6.1) *Não foram incluídos nos currículos escolares municipais conteúdos acerca da prevenção de violência contra as mulheres.* - Tópico - 13. 2. PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES (Decisão Normativa n.º 10/2024)

**7) OC20 POLÍTICAS PÚBLICA\_MODERADA\_20.** Ano letivo escolar sem a realização da “semana escolar de combate à violência contra a mulher” (art. 2º da Lei nº 14.164/2021).

7.1) *Não foi instituída/realizada a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher, conforme preconiza o art. 2º da Lei nº 14.164/2021.* - Tópico - 13. 2. PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES (Decisão Normativa n.º 10/2024)

**8) OC99 POLITICAS PÚBLICAS\_MODERADA\_99.** Irregularidade referente a Políticas Públicas não contemplada em classificação específica).

8.1) *O município não alocou recursos na Lei Orçamentária Anual para execução de políticas públicas de prevenção à violência contra a mulher.* - Tópico - 13. 2. PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES (Decisão Normativa n.º 10/2024)





Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7595 / 7624

Email: [quintasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quintasecex@tce.mt.gov.br)

### 14. 3. APÊNDICES

Este relatório possui apêndices quais podem ser acessados via ferramenta de leitura de PDF pela opção Anexos.

Em Cuiabá-MT, 2 de setembro de 2025

---

**NUCIA FALCAO CAMARGO DA SILVA**

AUDITOR PUBLICO EXTERNO

RESPONSÁVEL DA EQUIPE TÉCNICA





## ANEXOS

### REL. PRELIMINAR CONTAS ANUAIS GOVERNO MUNICIPAL MUNICÍPIO DE ARENAPOLIS - 2024

#### Anexo: 1 - ORÇAMENTO

#### Quadro: 1.1 - Créditos Adicionais - por Fonte de Financiamento (Agrupados por Destinação de Recursos)

FONTE	DESCRIÇÃO DA DESTINAÇÃO DE RECURSO	VALOR (R\$)
FONTE DE FINANCIAMENTO: ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO		
500	Recursos não Vinculados de Impostos	R\$ 4.782.152,48
540	Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos	R\$ 2.606.916,02
550	Transferência do Salário Educação	R\$ 125.154,00
552	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	R\$ 3.292,00
571	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	R\$ 148.301,89
600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 17.095,02
602	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0.	R\$ 1.302,54
605	Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem	R\$ 61.971,65
621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	R\$ 249.498,23
622	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes dos Governos Municipais	R\$ 7.068,33
660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	R\$ 142.181,38
669	Outros Recursos Vinculados à Assistência Social	R\$ 1.377,01
701	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	R\$ 1.136.325,08
749	Outras vinculações de transferências	R\$ 289.446,86
750	Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	R\$ 165,54
751	Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	R\$ 73.795,36
755	Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta	R\$ 22.057,14
759	Recursos Vinculados a Fundos	R\$ 175.896,14
		<b>R\$ 9.843.996,67</b>





FONTE	DESCRIÇÃO DA DESTINAÇÃO DE RECURSO	VALOR (R\$)
FONTE DE FINANCIAMENTO: EXCESSO DE ARRECADAÇÃO		
500	Recursos não Vinculados de Impostos	R\$ 5.717.766,41
501	Outros Recursos não Vinculados	R\$ 230.800,20
502	Recursos não vinculados da compensação de impostos	R\$ 12.130,77
540	Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos	R\$ 436.478,96
542	Transferências do FUNDEB Complementação da União VAAT	R\$ 360.593,96
550	Transferência do Salário Educação	R\$ 77.937,88
553	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	R\$ 2.510,25
600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 1.471.791,77
604	Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias	R\$ 30.741,32
605	Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem	R\$ 437.975,45
621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	R\$ 2.179.635,45
622	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes dos Governos Municipais	R\$ 130.000,00
701	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	R\$ 5.038.632,80
706	Transferência Especial da União	R\$ 32.000,00
749	Outras vinculações de transferências	R\$ 42.795,75
750	Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	R\$ 16.587,54
751	Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	R\$ 47.571,00
755	Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta	R\$ 589.000,00
759	Recursos Vinculados a Fundos	R\$ 44.764,52
		<b>R\$ 16.899.714,03</b>
FONTE DE FINANCIAMENTO: OPERAÇÕES DE CRÉDITOS		
FONTE DE FINANCIAMENTO: SUPERÁVIT FINANCEIRO		
502	Recursos não vinculados da compensação de impostos	R\$ 91.805,57
540	Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos	R\$ 522.000,00
550	Transferência do Salário Educação	R\$ 42.302,00
569	Outras Transferências de Recursos do FNDE	R\$ 208,54
571	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	R\$ 65.704,44
600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 532.031,73
601	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	R\$ 47.978,90
	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do	





FONTE	DESCRIÇÃO DA DESTINAÇÃO DE RECURSO	VALOR (R\$)
602	Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0.	R\$ 65.618,24
603	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0.	R\$ 4.519,50
621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	R\$ 750.153,24
660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	R\$ 67.173,62
700	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	R\$ 178.381,11
701	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	R\$ 4.756.554,54
704	Transferências da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	R\$ 18.098,00
706	Transferência Especial da União	R\$ 1.088.460,10
715	Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 5º Audiovisual	R\$ 66.336,74
716	Transferências Destinadas ao Setor cultural - LC nº 195/2022 - Art. 8º Demais Setores da Cultura	R\$ 26.872,11
749	Outras vinculações de transferências	R\$ 85.891,45
755	Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta	R\$ 325.342,64
759	Recursos Vinculados a Fundos	R\$ 66.964,31
		<b>R\$ 8.802.396,78</b>
FONTE DE FINANCIAMENTO: RESERVA DE CONTINGÊNCIA		
FONTE DE FINANCIAMENTO: RECURSOS SEM DESPESAS CORRESPONDENTES		
	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>R\$ 35.546.107,48</b>

APLIC > Peças de Planejamento > Créditos Adicionais > por Fonte/Financiamento > Dados Consolidados do Ente







Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7595 / 7624

Email: [quintasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quintasecex@tce.mt.gov.br)

**Quadro: 1.2 - Créditos Adicionais do Período por Unidade Orçamentária**

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO INICIAL (OI)	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO/ TRANSFERÊNCIAS/ REMANEJAMENTOS	REDUÇÃO	ORÇAMENTO FINAL (OF)	Variação % OF/OI
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO				
Orçamentários								
CAMARA MUNICIPAL	R\$ 2.010.000,00	R\$ 244.695,21	R\$ 111.800,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 309.695,21	R\$ 2.056.800,00	2,32%
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO	R\$ 370.300,00	R\$ 59.774,56	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 46.480,69	R\$ 383.593,87	3,59%
DEPARTAMENTO DE CONVENIOS E LICITACOES	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 66.802,55	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 66.802,55	0,00%
DEPARTAMENTO DE DESPORTO E LAZER.	R\$ 414.060,00	R\$ 23.274,50	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 55.235,81	R\$ 382.098,69	-7,71%
DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	R\$ 5.200,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.097,00	R\$ 103,00	-98,01%
DEPARTAMENTO DE SERVICOS PUBLICOS	R\$ 4.969.790,50	R\$ 7.254.486,09	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.228.853,92	R\$ 10.995.422,67	121,24%
DEPARTAMENTO DE TURISMO	R\$ 344.682,00	R\$ 135.858,10	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 137.982,00	R\$ 342.558,10	-0,61%
DEPARTAMENTO DE TURISMO	R\$ 3.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.000,00	R\$ 0,00	-100,00%
DEPARTAMENTO DESPORTO E LAZER	R\$ 361.620,00	R\$ 366.922,69	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 98.735,48	R\$ 629.807,21	74,16%
DEPTO DE PLANEJAMENTO								





Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7595 / 7624

Email: [quintasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quintasecex@tce.mt.gov.br)

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO INICIAL (OI)	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO/ TRANSFERÊNCIAS/ REMANEJAMENTOS	REDUÇÃO	ORÇAMENTO FINAL (OF)	Variação % OF/OI
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO				
ACOMPANHAMENTO DE PROGRAMAS	R\$ 114.220,00	R\$ 3.831,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 21.544,76	R\$ 96.506,24	-15,50%
FUMAPI - FUNDO MUNIC. APOIO POL. IDOSO	R\$ 11.607,54	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 11.602,54	R\$ 5,00	-99,95%
FUNDEF	R\$ 3.835.015,40	R\$ 2.017.421,39	R\$ 155.602,19	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 701.942,97	R\$ 5.306.096,01	38,35%
FUNDO MANUT. DESENV. EDUC. BAS. VAL. PROFIS. EDUC. FUNDEB	R\$ 1.766.497,50	R\$ 3.153.223,96	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 317.385,00	R\$ 4.602.336,46	160,53%
GABINETE DO PREFEITO	R\$ 1.653.871,26	R\$ 382.244,86	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 751.655,65	R\$ 1.284.460,47	-22,33%
GABINETE DO SECRETÁRIO	R\$ 1.823.945,03	R\$ 578.822,85	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 282.478,43	R\$ 2.120.289,45	16,24%
GABINETE DO SECRETÁRIO	R\$ 1.434.814,50	R\$ 741.238,24	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 240.638,43	R\$ 1.935.414,31	34,89%
GABINETE DO SECRETÁRIO	R\$ 673.854,96	R\$ 133.768,83	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 163.771,92	R\$ 643.851,87	-4,45%
GABINETE DO SECRETÁRIO	R\$ 443.480,00	R\$ 74.492,64	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 100.219,26	R\$ 417.753,38	-5,80%
GABINETE DO SECRETÁRIO	R\$ 19.054.709,73	R\$ 6.455.301,84	R\$ 2.297.063,60	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.686.730,99	R\$ 26.120.344,18	37,08%
GABINETE DO SECRETÁRIO	R\$ 1.324.294,24	R\$ 489.217,86	R\$ 27.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 478.791,44	R\$ 1.361.720,66	2,82%
GABINETE DO SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO	R\$ 1.854.882,50	R\$ 940.503,98	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 299.691,97	R\$ 2.495.694,51	34,54%





Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7595 / 7624

Email: [quintasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quintasecex@tce.mt.gov.br)

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO INICIAL (OI)	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO/ TRANSFERÊNCIAS/ REMANEJAMENTOS	REDUÇÃO	ORÇAMENTO FINAL (OF)	Variação % OF/OI
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO				
PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	R\$ 137.200,00	R\$ 35.140,54	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 33.049,13	R\$ 139.291,41	1,52%
SETOR DE CONTABILIDADE E TESOUREARIA	R\$ 412.622,00	R\$ 41.841,82	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 61.872,51	R\$ 392.591,31	-4,85%
SETOR DE CULTURA E DESPORTO	R\$ 9.181.922,30	R\$ 4.076.988,94	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.591.460,74	R\$ 10.667.450,50	16,17%
SETOR DE ESTRADAS E RODAGENS	R\$ 628.031,18	R\$ 102.295,62	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 97.196,88	R\$ 633.129,92	0,81%
SETOR DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	R\$ 3.182,40	R\$ 5.564.801,50	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.980,40	R\$ 5.565.003,50	174.768,13%
SETOR DE PESSOAL	R\$ 483.700,00	R\$ 11.692,12	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 115.903,54	R\$ 379.488,58	-21,54%
	<b>R\$ 53.316.503,04</b>	<b>R\$ 32.887.839,14</b>	<b>R\$ 2.658.268,34</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 9.843.996,67</b>	<b>R\$ 79.018.613,85</b>	
Intraorçamentários								
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 53.316.503,04</b>	<b>R\$ 32.887.839,14</b>	<b>R\$ 2.658.268,34</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 9.843.996,67</b>	<b>R\$ 79.018.613,85</b>	<b>48,20%</b>

APLIC > Peças de Planejamento>Créditos Adicionais > Por Unidade Orçamentária>Dados Consolidados do Ente





Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7595 / 7624

Email: [quintasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quintasecex@tce.mt.gov.br)

**Quadro: 1.3 - Superávit Financeiro Exercício anterior X Créditos Adicionais  
Financiados por Superávit**

Fonte (a)	Descrição da Fonte de Recurso (b)	Superávit/Déficit Financeiro - Exercício Anterior (c)	Cancelamento de Restos a Pagar Não Processados (R\$) (d)	Superávit/Déficit Financeiro Ajustado (R\$) (e) = c + d	Créditos Adicionais por Superávit Financeiro (R\$) (f)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (g) Se (E<=0; F); Se(E>=F; 0; F-E)	Empenhado com Recursos do Superávit Financeiro (R\$) (h)
Superávit/Déficit Financeiro X Créditos Adicionais por Superávit							
500	Recursos não Vinculados de Impostos	-R\$ 1.482.416,86	R\$ 112.334,17	-R\$ 1.370.082,69	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
501	Outros Recursos não Vinculados	R\$ 8.415,85	R\$ 0,00	R\$ 8.415,85	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
502	Recursos não vinculados da compensação de impostos	R\$ 91.805,57	R\$ 0,00	R\$ 91.805,57	R\$ 91.805,57	R\$ 0,00	R\$ 91.803,48
540	Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos	R\$ 521.869,35	R\$ 0,00	R\$ 521.869,35	R\$ 522.000,00	R\$ 130,65	R\$ 521.875,92
542	Transferências do FUNDEB Complementação da União VAAT	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
550	Transferência do Salário Educação	R\$ 42.302,44	R\$ 0,00	R\$ 42.302,44	R\$ 42.302,00	R\$ 0,00	R\$ 42.301,49
	Transferências de Recursos do FNDE						





Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7595 / 7624

Email: [quintasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quintasecex@tce.mt.gov.br)

FONTE (a)	DESCRIÇÃO DA FONTE DE RECURSO (b)	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO - EXERCÍCIO ANTERIOR (c)	Cancelamento de Restos a Pagar Não Processados (R\$) (d)	Superávit/Déficit Financeiro Ajustado (R\$) (e) = c + d	Créditos Adicionais por Superávit Financeiro (R\$) (f)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (g) Se (E<=0; F); Se(E>=F; 0; F-E)	Empenhado com Recursos do Superávit Financeiro (R\$) (h)
552	referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	R\$ 1,00	R\$ 0,00	R\$ 1,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
553	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	R\$ 0,94	R\$ 0,00	R\$ 0,94	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
569	Outras Transferências de Recursos do FNDE	R\$ 89.252,34	R\$ 0,00	R\$ 89.252,34	R\$ 208,54	R\$ 0,00	R\$ 208,32
571	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	R\$ 65.704,44	R\$ 0,00	R\$ 65.704,44	R\$ 65.704,44	R\$ 0,00	R\$ 65.703,87
600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 550.267,62	R\$ 7.528,90	R\$ 557.796,52	R\$ 532.031,73	R\$ 0,00	R\$ 507.462,79
	Transferências Fundo a						





Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7595 / 7624

Email: [quintasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quintasecex@tce.mt.gov.br)

<b>FONTE (a)</b>	<b>DESCRIÇÃO DA FONTE DE RECURSO (b)</b>	<b>SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO - EXERCÍCIO ANTERIOR (c)</b>	<b>Cancelamento de Restos a Pagar Não Processados (R\$) (d)</b>	<b>Superávit/Déficit Financeiro Ajustado (R\$) (e) = c + d</b>	<b>Créditos Adicionais por Superávit Financeiro (R\$) (f)</b>	<b>Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (g) Se (E&lt;=0; F); Se(E&gt;=F; 0; F-E)</b>	<b>Empenhado com Recursos do Superávit Financeiro (R\$) (h)</b>
601	Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	R\$ 48.090,23	R\$ 0,00	R\$ 48.090,23	R\$ 47.978,90	R\$ 0,00	R\$ 17.000,00
602	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0.	R\$ 65.618,24	R\$ 0,00	R\$ 65.618,24	R\$ 65.618,24	R\$ 0,00	R\$ 65.618,24
603	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Recursos destinados ao enfrentamento da	R\$ 4.519,50	R\$ 0,00	R\$ 4.519,50	R\$ 4.519,50	R\$ 0,00	R\$ 4.519,00





Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7595 / 7624

Email: [quintasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quintasecex@tce.mt.gov.br)

FONTE (a)	DESCRIÇÃO DA FONTE DE RECURSO (b)	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO - EXERCÍCIO ANTERIOR (c)	Cancelamento de Restos a Pagar Não Processados (R\$) (d)	Superávit/Déficit Financeiro Ajustado (R\$) (e) = c + d	Créditos Adicionais por Superávit Financeiro (R\$) (f)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (g) Se (E<=0; F); Se(E>=F; 0; F-E)	Empenhado com Recursos do Superávit Financeiro (R\$) (h)
	COVID-19 no bojo da ação 21C0.						
604	Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias	R\$ 948,80	R\$ 0,00	R\$ 948,80	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
605	Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem	R\$ 79.160,24	R\$ 0,00	R\$ 79.160,24	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	R\$ 938.209,87	R\$ 3.780,00	R\$ 941.989,87	R\$ 750.153,24	R\$ 0,00	R\$ 386.868,56
622	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes dos Governos Municipais	-R\$ 123.680,72	R\$ 56.432,72	-R\$ 67.248,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00





Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7595 / 7624

Email: [quintasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quintasecex@tce.mt.gov.br)

FONTE (a)	DESCRIÇÃO DA FONTE DE RECURSO (b)	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO - EXERCÍCIO ANTERIOR (c)	Cancelamento de Restos a Pagar Não Processados (R\$) (d)	Superávit/Déficit Financeiro Ajustado (R\$) (e) = c + d	Créditos Adicionais por Superávit Financeiro (R\$) (f)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (g) Se (E<=0; F); Se(E>=F; 0; F-E)	Empenhado com Recursos do Superávit Financeiro (R\$) (h)
660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	R\$ 89.048,35	R\$ 0,00	R\$ 89.048,35	R\$ 67.173,62	R\$ 0,00	R\$ 67.171,17
661	Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	R\$ 22.506,38	R\$ 0,00	R\$ 22.506,38	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
669	Outros Recursos Vinculados à Assistência Social	R\$ 16.743,19	R\$ 0,00	R\$ 16.743,19	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
700	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	R\$ 191.492,22	R\$ 0,00	R\$ 191.492,22	R\$ 178.381,11	R\$ 0,00	R\$ 178.381,11
701	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	R\$ 5.811.338,79	R\$ 0,00	R\$ 5.811.338,79	R\$ 4.756.554,54	R\$ 0,00	R\$ 4.756.554,54
	Transferências da União Referentes a Compensações						







Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7595 / 7624

Email: [quintasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quintasecex@tce.mt.gov.br)

FONTE (a)	DESCRIÇÃO DA FONTE DE RECURSO (b)	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO - EXERCÍCIO ANTERIOR (c)	Cancelamento de Restos a Pagar Não Processados (R\$) (d)	Superávit/Déficit Financeiro Ajustado (R\$) (e) = c + d	Créditos Adicionais por Superávit Financeiro (R\$) (f)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (g) Se (E<=0; F); Se(E>=F; 0; F-E)	Empenhado com Recursos do Superávit Financeiro (R\$) (h)
704	Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	R\$ 28.484,66	R\$ 0,00	R\$ 28.484,66	R\$ 18.098,00	R\$ 0,00	R\$ 18.098,00
706	Transferência Especial da União	R\$ 1.159.525,00	R\$ 0,00	R\$ 1.159.525,00	R\$ 1.088.460,10	R\$ 0,00	R\$ 980.000,00
711	Demais Transferências Obrigatórias não Decorrentes de Repartições de Receitas	R\$ 191,23	R\$ 0,00	R\$ 191,23	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
715	Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195 /2022 - Art. 5º Audiovisual	R\$ 66.336,74	R\$ 0,00	R\$ 66.336,74	R\$ 66.336,74	R\$ 0,00	R\$ 66.336,74
716	Transferências Destinadas ao Setor cultural - LC nº 195 /2022 - Art. 8º Demais Setores da Cultura	R\$ 26.872,11	R\$ 0,00	R\$ 26.872,11	R\$ 26.872,11	R\$ 0,00	R\$ 26.872,11
719	Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399 /2022	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Outras vinculações de						





Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7595 / 7624

Email: [quintasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quintasecex@tce.mt.gov.br)

FONTE (a)	DESCRIÇÃO DA FONTE DE RECURSO (b)	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO - EXERCÍCIO ANTERIOR (c)	Cancelamento de Restos a Pagar Não Processados (R\$) (d)	Superávit/Déficit Financeiro Ajustado (R\$) (e) = c + d	Créditos Adicionais por Superávit Financeiro (R\$) (f)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (g) Se (E<=0; F); Se(E>=F; 0; F-E)	Empenhado com Recursos do Superávit Financeiro (R\$) (h)
749	transferências	R\$ 85.891,45	R\$ 0,00	R\$ 85.891,45	R\$ 85.891,45	R\$ 0,00	R\$ 85.506,63
750	Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	R\$ 6,76	R\$ 0,00	R\$ 6,76	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
751	Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	R\$ 16.435,24	R\$ 0,00	R\$ 16.435,24	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
755	Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta	R\$ 379.225,68	R\$ 0,00	R\$ 379.225,68	R\$ 325.342,64	R\$ 0,00	R\$ 325.341,56
759	Recursos Vinculados a Fundos	R\$ 67.147,06	R\$ 3.523,06	R\$ 70.670,12	R\$ 66.964,31	R\$ 0,00	R\$ 66.460,68
		<b>R\$ 8.861.313,71</b>	<b>R\$ 183.598,85</b>	<b>R\$ 9.044.912,56</b>	<b>R\$ 8.802.396,78</b>	<b>R\$ 130,65</b>	<b>R\$ 8.274.084,21</b>

APLIC>Peças de Planejamento>Créditos Adicionais > Financiados por Superávit Financeiro > Dados Consolidados do Ente.





Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7595 / 7624

Email: [quintasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quintasecex@tce.mt.gov.br)

**Quadro: 1.4 - Excesso de Arrecadação X Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação/Operação de Crédito**

FONTE (a)	DESCRIÇÃO DA FONTE DE RECURSO (b)	PREVISÃO INICIAL DA RECEITA (c)	RECEITA ARRECADADA (R\$) (d)	EXCESSO/DÉFICIT ARRECADAÇÃO (R\$) (e) =d-c	CRÉDITOS ADICIONAIS EXCESSO DE ARRECADAÇÃO (R\$) (f)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (g)=Se (e<0; f; Se (e>=f; 0; f-e))
Excesso de Arrecadação X Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação						
500	Recursos não Vinculados de Impostos	R\$ 27.974.190,00	R\$ 34.484.885,50	R\$ 6.510.695,50	R\$ 5.717.766,41	R\$ 0,00
501	Outros Recursos não Vinculados	R\$ 255.000,00	R\$ 557.746,22	R\$ 302.746,22	R\$ 230.800,20	R\$ 0,00
502	Recursos não vinculados da compensação de impostos	R\$ 0,00	R\$ 14.872,49	R\$ 14.872,49	R\$ 12.130,77	R\$ 0,00
540	Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos	R\$ 9.181.922,30	R\$ 9.775.385,29	R\$ 593.462,99	R\$ 436.478,96	R\$ 0,00
542	Transferências do FUNDEB Complementação da União VAAT	R\$ 0,00	R\$ 387.603,11	R\$ 387.603,11	R\$ 360.593,96	R\$ 0,00
550	Transferência do Salário Educação	R\$ 404.500,00	R\$ 592.563,72	R\$ 188.063,72	R\$ 77.937,88	R\$ 0,00
552	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	R\$ 183.750,00	R\$ 178.501,67	-R\$ 5.248,33	R\$ 0,00	R\$ 0,00
553	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	R\$ 9.051,80	R\$ 11.665,07	R\$ 2.613,27	R\$ 2.510,25	R\$ 0,00
569	Outras Transferências de Recursos do FNDE	R\$ 0,00	R\$ 99.560,48	R\$ 99.560,48	R\$ 0,00	R\$ 0,00
571	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	R\$ 352.675,60	R\$ 353.435,17	R\$ 759,57	R\$ 0,00	R\$ 0,00





Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7595 / 7624

Email: [quintasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quintasecex@tce.mt.gov.br)

FONTE (a)	DESCRIÇÃO DA FONTE DE RECURSO (b)	PREVISÃO INICIAL DA RECEITA (c)	RECEITA ARRECADADA (R\$) (d)	EXCESSO/DÉFICIT ARRECADADO (R\$) (e) =d-c	CRÉDITOS ADICIONAIS EXCESSO DE ARRECADADO (R\$) (f)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (g)=Se (e<0; f; Se (e>=f; 0; f-e))
600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 2.331.478,68	R\$ 4.313.248,79	R\$ 1.981.770,11	R\$ 1.471.791,77	R\$ 0,00
601	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	R\$ 0,00	R\$ 4.126,63	R\$ 4.126,63	R\$ 0,00	R\$ 0,00
604	Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias	R\$ 945.120,00	R\$ 1.042.984,00	R\$ 97.864,00	R\$ 30.741,32	R\$ 0,00
605	Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem	R\$ 0,00	R\$ 463.671,23	R\$ 463.671,23	R\$ 437.975,45	R\$ 0,00
621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	R\$ 5.814.049,84	R\$ 8.101.166,26	R\$ 2.287.116,42	R\$ 2.179.635,45	R\$ 0,00
622	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes dos Governos Municipais	R\$ 624.270,78	R\$ 611.531,85	-R\$ 12.738,93	R\$ 130.000,00	R\$ 130.000,00
660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	R\$ 241.506,00	R\$ 234.587,97	-R\$ 6.918,03	R\$ 0,00	R\$ 0,00
661	Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	R\$ 39.920,00	R\$ 42.631,23	R\$ 2.711,23	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Outros Recursos Vinculados à Assistência					





Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7595 / 7624

Email: [quintasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quintasecex@tce.mt.gov.br)

FONTE (a)	DESCRIÇÃO DA FONTE DE RECURSO (b)	PREVISÃO INICIAL DA RECEITA (c)	RECEITA ARRECADADA (R\$) (d)	EXCESSO/DÉFICIT ARRECADADO (R\$) (e) =d-c	CRÉDITOS ADICIONAIS EXCESSO DE ARRECADADO (R\$) (f)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (g)=Se (e<0; f; Se (e>=f; 0; f-e))
669	Social	R\$ 39.333,04	R\$ 40.892,35	R\$ 1.559,31	R\$ 0,00	R\$ 0,00
700	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	R\$ 101.000,00	R\$ 51.509,87	-R\$ 49.490,13	R\$ 0,00	R\$ 0,00
701	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	R\$ 2.470.000,00	R\$ 4.979.071,57	R\$ 2.509.071,57	R\$ 5.038.632,80	R\$ 2.529.561,23
706	Transferência Especial da União	R\$ 0,00	R\$ 46.857,75	R\$ 46.857,75	R\$ 32.000,00	R\$ 0,00
719	Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399 /2022	R\$ 0,00	R\$ 94.290,65	R\$ 94.290,65	R\$ 0,00	R\$ 0,00
749	Outras vinculações de transferências	R\$ 222.000,00	R\$ 441.974,33	R\$ 219.974,33	R\$ 42.795,75	R\$ 0,00
750	Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	R\$ 20.000,00	R\$ 36.801,23	R\$ 16.801,23	R\$ 16.587,54	R\$ 0,00
751	Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	R\$ 1.166.000,00	R\$ 1.261.927,12	R\$ 95.927,12	R\$ 47.571,00	R\$ 0,00
755	Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta	R\$ 20.000,00	R\$ 645.205,90	R\$ 625.205,90	R\$ 589.000,00	R\$ 0,00
759	Recursos Vinculados a Fundos	R\$ 920.735,00	R\$ 1.003.943,11	R\$ 83.208,11	R\$ 44.764,52	R\$ 0,00
		<b>R\$ 53.316.503</b>	<b>R\$ 69.872.640,56</b>	<b>R\$ 16.556.137,52</b>	<b>R\$ 16.899.714,03</b>	<b>R\$ 2.659.561,23</b>

APLIC > Peças de Planejamento > Créditos Adicionais > Financiados por Excesso de Arrecadação > Dados Consolidados do Ente.





Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7595 / 7624

Email: [quintasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quintasecex@tce.mt.gov.br)

**Quadro: 1.5 - Resultado da Execução Orçamentária X Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação**

Fonte	Descrição da Fonte de Recurso	Excesso/Déficit de Arrecadação (R\$) (a)	Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação (R\$) (b)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (c) = Se (a<0; b; Se (a>=b; 0; b-a))	Receita Arrecadada (R\$) (d)	Despesa Empenhada com Recursos Arrecadados no Exercício (R\$) (e)	Superávit (Déficit) de Execução Orçamentária no Exercício (R\$) (f) = d - e	Créditos Adicionais abertos, sem Recursos Disponíveis, que impactaram negativamente no Resultado Orçamentário
Execução Orçamentária X Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação								
500	Recursos não Vinculados de Impostos	R\$ 6.510.695,50	R\$ 5.717.766,41	R\$ 0,00	R\$ 34.484.885,50	R\$ 32.957.180,36	R\$ 1.527.705,14	R\$ 0,00
501	Outros Recursos não Vinculados	R\$ 302.746,22	R\$ 230.800,20	R\$ 0,00	R\$ 557.746,22	R\$ 508.751,23	R\$ 48.994,99	R\$ 0,00
502	Recursos não vinculados da compensação de impostos	R\$ 14.872,49	R\$ 12.130,77	R\$ 0,00	R\$ 14.872,49	R\$ 12.133,05	R\$ 2.739,44	R\$ 0,00
540	Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos	R\$ 593.462,99	R\$ 436.478,96	R\$ 0,00	R\$ 9.775.385,29	R\$ 9.587.816,31	R\$ 187.568,98	R\$ 0,00
542	Transferências do FUNDEB Complementação da União VAAT	R\$ 387.603,11	R\$ 360.593,96	R\$ 0,00	R\$ 387.603,11	R\$ 360.593,96	R\$ 27.009,15	R\$ 0,00
550	Transferência do Salário Educação	R\$ 188.063,72	R\$ 77.937,88	R\$ 0,00	R\$ 592.563,72	R\$ 477.718,85	R\$ 114.844,87	R\$ 0,00
552	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	-R\$ 5.248,33	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 178.501,67	R\$ 166.205,48	R\$ 12.296,19	R\$ 0,00





Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7595 / 7624

Email: [quintasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quintasecex@tce.mt.gov.br)

Fonte	Descrição da Fonte de Recurso	Excesso/Déficit de Arrecadação (R\$) (a)	Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação (R\$) (b)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (c) = Se (a<0; b; Se (a>=b; 0; b-a))	Receita Arrecadada (R\$) (d)	Despesa Empenhada com Recursos Arrecadados no Exercício (R\$) (e)	Superávit (Déficit) de Execução Orçamentária no Exercício (R\$) (f) = d - e	Créditos Adicionais abertos, sem Recursos Disponíveis, que impactaram negativamente no Resultado Orçamentário
553	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	R\$ 2.613,27	R\$ 2.510,25	R\$ 0,00	R\$ 11.665,07	R\$ 11.029,56	R\$ 635,51	R\$ 0,00
569	Outras Transferências de Recursos do FNDE	R\$ 99.560,48	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 99.560,48	R\$ 7,08	R\$ 99.553,40	R\$ 0,00
571	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	R\$ 759,57	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 353.435,17	R\$ 351.102,78	R\$ 2.332,39	R\$ 0,00
600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 1.981.770,11	R\$ 1.471.791,77	R\$ 0,00	R\$ 4.313.248,79	R\$ 3.722.643,84	R\$ 590.604,95	R\$ 0,00
601	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	R\$ 4.126,63	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.126,63	R\$ 0,00	R\$ 4.126,63	R\$ 0,00
	Transferências Fundo a Fundo							





Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7595 / 7624

Email: [quintasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quintasecex@tce.mt.gov.br)

Fonte	Descrição da Fonte de Recurso	Excesso/Déficit de Arrecadação (R\$) (a)	Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação (R\$) (b)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (c) = Se (a<0; b; Se (a>=b; 0; b-a))	Receita Arrecadada (R\$) (d)	Despesa Empenhada com Recursos Arrecadados no Exercício (R\$) (e)	Superávit (Déficit) de Execução Orçamentária no Exercício (R\$) (f) = d - e	Créditos Adicionais abertos, sem Recursos Disponíveis, que impactaram negativamente no Resultado Orçamentário
602	de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0.	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.302,54	-R\$ 1.302,54	R\$ 0,00
604	Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias	R\$ 97.864,00	R\$ 30.741,32	R\$ 0,00	R\$ 1.042.984,00	R\$ 975.861,32	R\$ 67.122,68	R\$ 0,00
605	Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem	R\$ 463.671,23	R\$ 437.975,45	R\$ 0,00	R\$ 463.671,23	R\$ 499.947,10	-R\$ 36.275,87	R\$ 0,00
621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	R\$ 2.287.116,42	R\$ 2.179.635,45	R\$ 0,00	R\$ 8.101.166,26	R\$ 7.195.830,07	R\$ 905.336,19	R\$ 0,00
	Transferências Fundo a Fundo							







Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7595 / 7624

Email: [quintasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quintasecex@tce.mt.gov.br)

Fonte	Descrição da Fonte de Recurso	Excesso/Déficit de Arrecadação (R\$) (a)	Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação (R\$) (b)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (c) =Se (a<0; b; Se (a>=b; 0; b-a))	Receita Arrecadada (R\$) (d)	Despesa Empenhada com Recursos Arrecadados no Exercício (R\$) (e)	Superávit (Déficit) de Execução Orçamentária no Exercício (R\$) (f) = d - e	Créditos Adicionais abertos, sem Recursos Disponíveis, que impactaram negativamente no Resultado Orçamentário
622	de Recursos do SUS provenientes dos Governos Municipais	-R\$ 12.738,93	R\$ 130.000,00	R\$ 130.000,00	R\$ 611.531,85	R\$ 521.178,04	R\$ 90.353,81	R\$ 0,00
660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	-R\$ 6.918,03	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 234.587,97	R\$ 220.653,13	R\$ 13.934,84	R\$ 0,00
661	Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	R\$ 2.711,23	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 42.631,23	R\$ 22.758,00	R\$ 19.873,23	R\$ 0,00
669	Outros Recursos Vinculados à Assistência Social	R\$ 1.559,31	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 40.892,35	R\$ 30.279,51	R\$ 10.612,84	R\$ 0,00
700	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	-R\$ 49.490,13	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 51.509,87	R\$ 253,14	R\$ 51.256,73	R\$ 0,00
701	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	R\$ 2.509.071,57	R\$ 5.038.632,80	R\$ 2.529.561,23	R\$ 4.979.071,57	R\$ 4.134.284,65	R\$ 844.786,92	R\$ 0,00
706	Transferência Especial da União	R\$ 46.857,75	R\$ 32.000,00	R\$ 0,00	R\$ 46.857,75	R\$ 32.000,00	R\$ 14.857,75	R\$ 0,00
719	Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022	R\$ 94.290,65	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 94.290,65	R\$ 0,00	R\$ 94.290,65	R\$ 0,00
	Outras vinculações de							





Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7595 / 7624

Email: [quintasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quintasecex@tce.mt.gov.br)

Fonte	Descrição da Fonte de Recurso	Excesso/Déficit de Arrecadação (R\$) (a)	Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação (R\$) (b)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (c) =Se (a<0; b; Se (a>=b; 0; b-a))	Receita Arrecadada (R\$) (d)	Despesa Empenhada com Recursos Arrecadados no Exercício (R\$) (e)	Superávit (Déficit) de Execução Orçamentária no Exercício (R\$) (f) = d - e	Créditos Adicionais abertos, sem Recursos Disponíveis, que impactaram negativamente no Resultado Orçamentário
749	transferências	R\$ 219.974,33	R\$ 42.795,75	R\$ 0,00	R\$ 441.974,33	R\$ 267.603,75	R\$ 174.370,58	R\$ 0,00
750	Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	R\$ 16.801,23	R\$ 16.587,54	R\$ 0,00	R\$ 36.801,23	R\$ 36.587,27	R\$ 213,96	R\$ 0,00
751	Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	R\$ 95.927,12	R\$ 47.571,00	R\$ 0,00	R\$ 1.261.927,12	R\$ 1.182.359,00	R\$ 79.568,12	R\$ 0,00
755	Recursos de Alienação de Bens /Ativos - Administração Direta	R\$ 625.205,90	R\$ 589.000,00	R\$ 0,00	R\$ 645.205,90	R\$ 614.737,04	R\$ 30.468,86	R\$ 0,00
759	Recursos Vinculados a Fundos	R\$ 83.208,11	R\$ 44.764,52	R\$ 0,00	R\$ 1.003.943,11	R\$ 965.058,42	R\$ 38.884,69	R\$ 0,00
		<b>R\$ 16.556.137,52</b>	<b>R\$ 16.899.714,03</b>	<b>R\$ 2.659.561,23</b>	<b>R\$ 69.872.640,56</b>	<b>R\$ 64.855.875,48</b>	<b>R\$ 5.016.765,08</b>	<b>R\$ 0,00</b>

APLIC > Peças de Planejamento > Créditos Adicionais > Execução Orçamentaria vs Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação > Dados Consolidados do Ente.





## Quadro: 1.6 - Alterações de Fontes de Recursos das dotações orçamentárias

TIPO UG	LEI	DECRETO	DESTINAÇÃO DE RECURSOS	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO
Alterações de Fontes de Recursos das dotações orçamentárias					
PREFEITURA MUNICIPAL	01746/2024	00000/2024	1.500.0000000	R\$ 10.000,00	-R\$ 11.779,96
PREFEITURA MUNICIPAL	01746/2024	00000/2024	1.500.1001000	R\$ 0,00	-R\$ 7,11
PREFEITURA MUNICIPAL	01746/2024	00000/2024	1.500.1002000	R\$ 0,00	-R\$ 21.000,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01746/2024	00000/2024	1.501.0000000	R\$ 27.400,00	R\$ 0,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01746/2024	00000/2024	1.502.0000000	R\$ 10,00	R\$ 0,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01746/2024	00000/2024	1.569.0000000	R\$ 7,11	R\$ 0,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01746/2024	00000/2024	1.621.0000602	R\$ 1.000,00	R\$ 0,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01746/2024	00000/2024	1.701.0000000	R\$ 1.000,00	-R\$ 10.000,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01746/2024	00000/2024	1.749.0000000	R\$ 3.369,96	R\$ 0,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01746/2024	00000/2024	2.600.0000602	R\$ 0,00	-R\$ 6.315,02
PREFEITURA MUNICIPAL	01746/2024	00000/2024	2.621.0000602	R\$ 6.315,02	R\$ 0,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01814/2024	00000/2024	1.500.0000000	R\$ 0,00	-R\$ 100,00
PREFEITURA MUNICIPAL	01814/2024	00000/2024	1.501.0000000	R\$ 100,00	R\$ 0,00
				<b>R\$ 49.202,09</b>	<b>-R\$ 49.202,09</b>
				<b>R\$ 49.202,09</b>	<b>-R\$ 49.202,09</b>

APLIC > Peças de Planejamento > Créditos Adicionais > Alterações de Fontes de Recursos/Destações de Recursos > Dados Consolidados do Ente.





Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7595 / 7624

Email: [quintasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quintasecex@tce.mt.gov.br)

**Quadro: 1.7 - Alterações Orçamentárias - Leis Autorizativas/Fontes de Financiamento**

LEI	DECRETO	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO					
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO		ANULAÇÃO	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	SUPERÁVIT FINANCEIRO	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	RECURSOS SEM DESPESAS CORRESPONDENTES
Alterações Orçamentárias											
01728 /2023	00001/2024	R\$ 88.524,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 88.524,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01728 /2023	00029/2024	R\$ 510.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 510.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01728 /2023	00036/2024	R\$ 3.591,98	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.591,98	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01728 /2023	00057/2024	R\$ 37.568,03	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 37.568,03	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01728 /2023	00060/2024	R\$ 32.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 32.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01728 /2023	00061/2024	R\$ 214.290,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 214.290,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01728 /2023	00077/2024	R\$ 251.400,04	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 251.400,04	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01728 /2023	00080/2024	R\$ 15.038,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 15.038,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01728 /2023	00083/2024	R\$ 231.790,47	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 231.790,47	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01728											





Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7595 / 7624

Email: [quintasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quintasecex@tce.mt.gov.br)

LEI	DECRETO	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO					
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO		ANULAÇÃO	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	SUPERÁVIT FINANCEIRO	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	RECURSOS SEM DESPESAS CORRESPONDENTES
/2023	00087/2024	R\$ 139.907,70	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 139.907,70	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01728 /2023	00089/2024	R\$ 35.453,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 35.453,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01728 /2023	00098/2024	R\$ 115.784,76	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 115.784,76	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01728 /2023	00123/2024	R\$ 53.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 53.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01746 /2024	00002/2024	R\$ 64.327,65	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 64.327,65	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01746 /2024	00004/2024	R\$ 149.220,18	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 149.220,18	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01746 /2024	00013/2024	R\$ 11.435,17	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 11.435,17	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01746 /2024	00014/2024	R\$ 10.809,09	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 10.809,09	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01746 /2024	00019/2024	R\$ 51.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 51.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01746 /2024	00021/2024	R\$ 22.708,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 22.708,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01746 /2024	00022/2024	R\$ 18.279,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 18.279,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01746 /2024	00027/2024	R\$ 53.534,02	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 53.534,02	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01746 /2024	00030/2024	R\$ 296.610,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 296.610,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00





Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7595 / 7624

Email: [quintasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quintasecex@tce.mt.gov.br)

LEI	DECRETO	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO					
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO		ANULAÇÃO	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	SUPERÁVIT FINANCEIRO	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	RECURSOS SEM DESPESAS CORRESPONDENTES
01746/2024	00035/2024	R\$ 81.614,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 81.614,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01746/2024	00038/2024	R\$ 49.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 49.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01746/2024	00040/2024	R\$ 159.925,40	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 159.925,40	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01746/2024	00041/2024	R\$ 38.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 38.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01746/2024	00043/2024	R\$ 356.606,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 356.606,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01746/2024	00045/2024	R\$ 31.186,50	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 31.186,50	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01746/2024	00046/2024	R\$ 67.860,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 67.860,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01746/2024	00048/2024	R\$ 189.892,76	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 189.892,76	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01746/2024	00050/2024	R\$ 331.916,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 331.916,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01746/2024	00052/2024	R\$ 97.751,39	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 97.751,39	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01746/2024	00054/2024	R\$ 10.333,33	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 10.333,33	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01746/2024	00055/2024	R\$ 7.415,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 7.415,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01746						R\$					





Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7595 / 7624

Email: quintasecex@tce.mt.gov.br

LEI	DECRETO	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO					
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO		ANULAÇÃO	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	SUPERÁVIT FINANCEIRO	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	RECURSOS SEM DESPESAS CORRESPONDENTES
/2024	00059/2024	R\$ 213.878,46	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	213.878,46	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01746 /2024	00062/2024	R\$ 232.180,48	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 232.180,48	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01746 /2024	00063/2024	R\$ 90.146,52	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 90.146,52	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01746 /2024	00068/2024	R\$ 7.450,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 7.450,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01746 /2024	00072/2024	R\$ 14.000,54	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 14.000,54	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01746 /2024	00075/2024	R\$ 8.092,51	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 8.092,51	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01746 /2024	00078/2024	R\$ 305.605,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 305.605,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01746 /2024	00081/2024	R\$ 10.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 10.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01746 /2024	00082/2024	R\$ 147.321,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 147.321,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01746 /2024	00084/2024	R\$ 10.686,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 10.686,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01746 /2024	00085/2024	R\$ 1.300,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.300,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01746 /2024	00086/2024	R\$ 316.004,99	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 316.004,99	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01746 /2024	00088/2024	R\$ 31.034,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 31.034,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00





Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7595 / 7624

Email: [quintasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quintasecex@tce.mt.gov.br)

LEI	DECRETO	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO					
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO		ANULAÇÃO	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	SUPERÁVIT FINANCEIRO	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	RECURSOS SEM DESPESAS CORRESPONDENTES
01746/2024	00099/2024	R\$ 56.484,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 56.484,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01746/2024	00100/2024	R\$ 47.658,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 47.658,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01746/2024	00105/2024	R\$ 12.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 12.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01750/2024	00003/2024	R\$ 100.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 100.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01753/2024	00015/2024	R\$ 50.138,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 50.138,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01753/2024	00018/2024	R\$ 12.499,03	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 12.499,03	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01753/2024	00034/2024	R\$ 75.136,06	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 75.136,06	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01754/2024	00010/2024	R\$ 0,00	R\$ 83.853,14	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 83.853,14	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01755/2024	00006/2024	R\$ 439.706,90	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 439.706,90	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01755/2024	00007/2024	R\$ 184.892,25	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 184.892,25	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01755/2024	00008/2024	R\$ 137.724,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 137.724,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01755/2024	00009/2024	R\$ 109.589,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 109.589,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01756											







Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7595 / 7624

Email: [quintasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quintasecex@tce.mt.gov.br)

LEI	DECRETO	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO					
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO		ANULAÇÃO	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	SUPERÁVIT FINANCEIRO	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	RECURSOS SEM DESPESAS CORRESPONDENTES
/2024	00005/2024	R\$ 615.752,22	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 615.752,22	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01758 /2024	00016/2024	R\$ 0,00	R\$ 26.400,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 26.400,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01759 /2024	00017/2024	R\$ 444.446,19	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 444.446,19	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01759 /2024	00039/2024	R\$ 77.553,81	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 77.553,81	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01760 /2024	00024/2024	R\$ 0,00	R\$ 46.800,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 46.800,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01761 /2024	00023/2024	R\$ 929.292,16	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 929.292,16	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01761 /2024	00028/2024	R\$ 4.808.302,73	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.808.302,73	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01761 /2024	00037/2024	R\$ 24.986,80	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 24.986,80	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01761 /2024	00042/2024	R\$ 33.325,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 33.325,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01761 /2024	00044/2024	R\$ 112.826,08	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 112.826,08	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01761 /2024	00049/2024	R\$ 55.332,80	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 55.332,80	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01761 /2024	00051/2024	R\$ 208,54	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 208,54	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01761 /2024	00053/2024	R\$ 119.734,78	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 119.734,78	R\$ 0,00	R\$ 0,00





Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7595 / 7624

Email: [quintasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quintasecex@tce.mt.gov.br)

LEI	DECRETO	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO					
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO		ANULAÇÃO	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	SUPERÁVIT FINANCEIRO	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	RECURSOS SEM DESPESAS CORRESPONDENTES
01761/2024	00058/2024	R\$ 430.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 430.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01761/2024	00069/2024	R\$ 18.098,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 18.098,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01761/2024	00070/2024	R\$ 153.394,31	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 153.394,31	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01761/2024	00071/2024	R\$ 47.056,45	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 47.056,45	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01761/2024	00076/2024	R\$ 38.835,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 38.835,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01761/2024	00079/2024	R\$ 66.964,31	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 66.964,31	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01761/2024	00092/2024	R\$ 8.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 8.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01761/2024	00103/2024	R\$ 65.295,38	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 65.295,38	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01761/2024	00108/2024	R\$ 29.874,78	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 29.874,78	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01761/2024	00111/2024	R\$ 15.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 15.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01761/2024	00122/2024	R\$ 12.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 12.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01761/2024	00126/2024	R\$ 25.977,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 25.977,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01761											





Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7595 / 7624

Email: [quintasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quintasecex@tce.mt.gov.br)

LEI	DECRETO	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO					
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO		ANULAÇÃO	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	SUPERÁVIT FINANCEIRO	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	RECURSOS SEM DESPESAS CORRESPONDENTES
/2024	00130/2024	R\$ 6.767,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 6.767,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01761 /2024	00148/2024	R\$ 4.760,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.760,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01761 /2024	00162/2024	R\$ 66.336,74	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 66.336,74	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01761 /2024	00163/2024	R\$ 26.872,11	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 26.872,11	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01761 /2024	00176/2024	R\$ 48.704,44	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 48.704,44	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01761 /2024	00185/2024	R\$ 68.226,98	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 68.226,98	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01763 /2024	00025/2024	R\$ 0,00	R\$ 9.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 9.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01765 /2024	00026/2024	R\$ 14.305,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 14.305,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01766 /2024	00031/2024	R\$ 130.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 130.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01767 /2024	00032/2024	R\$ 0,00	R\$ 12.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 12.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01767 /2024	00033/2024	R\$ 0,00	R\$ 15.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 15.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01772 /2024	00047/2024	R\$ 0,00	R\$ 56.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 56.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01775 /2024	00056/2024	R\$ 0,00	R\$ 953.927,23	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 953.927,23	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00





Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7595 / 7624

Email: [quintasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quintasecex@tce.mt.gov.br)

LEI	DECRETO	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO					
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO		ANULAÇÃO	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	SUPERÁVIT FINANCEIRO	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	RECURSOS SEM DESPESAS CORRESPONDENTES
01781/2024	00067/2024	R\$ 510.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 510.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01782/2024	00066/2024	R\$ 0,00	R\$ 108.460,10	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 108.460,10	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01783/2024	00064/2024	R\$ 423.253,18	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 423.253,18	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01783/2024	00065/2024	R\$ 61.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 61.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01785/2024	00073/2024	R\$ 569.171,22	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 569.171,22	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01789/2024	00090/2024	R\$ 60.973,54	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 60.973,54	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01790/2024	00091/2024	R\$ 0,00	R\$ 66.802,55	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 66.802,55	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01792/2024	00093/2024	R\$ 0,00	R\$ 200.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 200.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01793/2024	00094/2024	R\$ 40.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 40.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01795/2024	00095/2024	R\$ 283.299,90	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 283.299,90	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01796/2024	00096/2024	R\$ 30.857,29	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 30.857,29	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01796/2024	00097/2024	R\$ 83.032,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 83.032,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01797						R\$					





Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7595 / 7624

Email: [quintasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quintasecex@tce.mt.gov.br)

LEI	DECRETO	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO					
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO		ANULAÇÃO	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	SUPERÁVIT FINANCEIRO	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	RECURSOS SEM DESPESAS CORRESPONDENTES
/2024	00102/2024	R\$ 123.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	123.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01797 /2024	00109/2024	R\$ 47.889,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 47.889,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01797 /2024	00110/2024	R\$ 120.546,50	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 120.546,50	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01797 /2024	00112/2024	R\$ 38.259,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 38.259,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01797 /2024	00113/2024	R\$ 367.990,30	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 367.990,30	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01797 /2024	00114/2024	R\$ 33.238,73	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 33.238,73	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01797 /2024	00115/2024	R\$ 86.099,50	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 86.099,50	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01797 /2024	00117/2024	R\$ 45.124,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 45.124,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01797 /2024	00118/2024	R\$ 203.574,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 203.574,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01798 /2024	00101/2024	R\$ 37.500,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 37.500,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01798 /2024	00116/2024	R\$ 37.499,65	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 37.499,65	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01798 /2024	00137/2024	R\$ 37.499,65	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 37.499,65	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01798 /2024	00160/2024	R\$ 37.499,65	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 37.499,65	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00





Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7595 / 7624

Email: [quintasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quintasecex@tce.mt.gov.br)

LEI	DECRETO	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO					
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO		ANULAÇÃO	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	SUPERÁVIT FINANCEIRO	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	RECURSOS SEM DESPESAS CORRESPONDENTES
01798/2024	00186/2024	R\$ 39.223,78	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 39.223,78	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01798/2024	00198/2024	R\$ 33.431,58	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 33.431,58	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01799/2024	00107/2024	R\$ 3.755.332,90	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.755.332,90	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01800/2024	00104/2024	R\$ 156.318,03	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 156.318,03	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01800/2024	00106/2024	R\$ 274.299,90	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 274.299,90	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01802/2024	00132/2024	R\$ 500.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 500.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01804/2024	00124/2024	R\$ 272.042,20	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 272.042,20	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01804/2024	00125/2024	R\$ 336.261,84	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 336.261,84	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01804/2024	00127/2024	R\$ 21.342,85	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 21.342,85	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01804/2024	00128/2024	R\$ 127.749,93	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 127.749,93	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01804/2024	00129/2024	R\$ 69.116,75	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 69.116,75	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01804/2024	00133/2024	R\$ 83.588,98	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 83.588,98	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01804											





Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7595 / 7624

Email: [quintasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quintasecex@tce.mt.gov.br)

LEI	DECRETO	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO					
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO		ANULAÇÃO	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	SUPERÁVIT FINANCEIRO	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	RECURSOS SEM DESPESAS CORRESPONDENTES
/2024	00134/2024	R\$ 93.318,70	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 93.318,70	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01804 /2024	00147/2024	R\$ 19.484,18	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 19.484,18	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01804 /2024	00155/2024	R\$ 28.695,21	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 28.695,21	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01804 /2024	00156/2024	R\$ 11.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 11.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01804 /2024	00158/2024	R\$ 2.943,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.943,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01808 /2024	00121/2024	R\$ 0,00	R\$ 779.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 779.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01809 /2024	00131/2024	R\$ 151.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 151.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01811 /2024	00135/2024	R\$ 0,00	R\$ 47.142,09	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 47.142,09	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01812 /2024	00144/2024	R\$ 225.914,40	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 225.914,40	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01812 /2024	00154/2024	R\$ 546.673,13	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 546.673,13	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01813 /2024	00138/2024	R\$ 47.860,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 47.860,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01813 /2024	00145/2024	R\$ 162.815,60	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 162.815,60	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01814 /2024	00136/2024	R\$ 24.631,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 24.631,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00





Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7595 / 7624

Email: [quintasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quintasecex@tce.mt.gov.br)

LEI	DECRETO	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO					
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO		ANULAÇÃO	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	SUPERÁVIT FINANCEIRO	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	RECURSOS SEM DESPESAS CORRESPONDENTES
01814/2024	00139/2024	R\$ 40.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 40.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01814/2024	00140/2024	R\$ 200.212,56	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 200.212,56	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01814/2024	00142/2024	R\$ 9.610,22	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 9.610,22	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01814/2024	00143/2024	R\$ 303.022,52	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 303.022,52	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01814/2024	00146/2024	R\$ 186.392,35	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 186.392,35	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01814/2024	00149/2024	R\$ 21.654,79	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 21.654,79	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01814/2024	00150/2024	R\$ 132.127,18	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 132.127,18	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01814/2024	00151/2024	R\$ 184.231,56	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 184.231,56	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01814/2024	00152/2024	R\$ 4.559,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.559,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01814/2024	00153/2024	R\$ 10.550,50	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 10.550,50	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01814/2024	00157/2024	R\$ 10.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 10.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01814/2024	00159/2024	R\$ 12.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 12.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01814						R\$					







Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7595 / 7624

Email: [quintasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quintasecex@tce.mt.gov.br)

LEI	DECRETO	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO					
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO		ANULAÇÃO	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	SUPERÁVIT FINANCEIRO	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	RECURSOS SEM DESPESAS CORRESPONDENTES
/2024	00161/2024	R\$ 265.191,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	265.191,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01814 /2024	00166/2024	R\$ 186.197,57	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 186.197,57	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01814 /2024	00175/2024	R\$ 2.443,33	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.443,33	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01822 /2024	00169/2024	R\$ 314.492,02	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 314.492,02	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01824 /2024	00167/2024	R\$ 157.998,24	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 157.998,24	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01824 /2024	00178/2024	R\$ 32.564,68	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 32.564,68	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01824 /2024	00182/2024	R\$ 80.301,94	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 80.301,94	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01824 /2024	00190/2024	R\$ 2.279,52	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.279,52	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01824 /2024	00193/2024	R\$ 79.131,70	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 79.131,70	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01824 /2024	00202/2024	R\$ 2.570,30	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.570,30	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01825 /2024	00168/2024	R\$ 456.967,67	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 456.967,67	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01825 /2024	00174/2024	R\$ 48.805,08	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 48.805,08	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01825 /2024	00177/2024	R\$ 186.105,78	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 186.105,78	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00





Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7595 / 7624

Email: [quintasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quintasecex@tce.mt.gov.br)

LEI	DECRETO	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO					
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO		ANULAÇÃO	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	SUPERÁVIT FINANCEIRO	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	RECURSOS SEM DESPESAS CORRESPONDENTES
01825/2024	00179/2024	R\$ 10.102,32	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 10.102,32	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01825/2024	00180/2024	R\$ 15.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 15.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01825/2024	00181/2024	R\$ 80.320,43	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 80.320,43	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01825/2024	00183/2024	R\$ 388.477,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 388.477,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01825/2024	00187/2024	R\$ 20.125,43	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 20.125,43	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01825/2024	00188/2024	R\$ 51.000,55	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 51.000,55	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01825/2024	00189/2024	R\$ 58.583,09	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 58.583,09	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01825/2024	00191/2024	R\$ 69.663,68	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 69.663,68	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01825/2024	00199/2024	R\$ 213.360,83	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 213.360,83	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01826/2024	00170/2024	R\$ 0,00	R\$ 100.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 100.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01827/2024	00171/2024	R\$ 0,00	R\$ 153.883,23	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 153.883,23	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01828/2024	00172/2024	R\$ 400.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 400.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01828											





Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7595 / 7624

Email: [quintasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quintasecex@tce.mt.gov.br)

LEI	DECRETO	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO					
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO		ANULAÇÃO	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	SUPERÁVIT FINANCEIRO	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	RECURSOS SEM DESPESAS CORRESPONDENTES
/2024	00173/2024	R\$ 40.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 40.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01834 /2024	00194/2024	R\$ 560.127,12	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 560.127,12	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01834 /2024	00195/2024	R\$ 434.985,58	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 434.985,58	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01834 /2024	00196/2024	R\$ 318.154,33	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 318.154,33	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01834 /2024	00200/2024	R\$ 143.613,52	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 143.613,52	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01834 /2024	00203/2024	R\$ 50.482,84	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 50.482,84	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01835 /2024	00184/2024	R\$ 600.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 600.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01844 /2024	00197/2024	R\$ 1.304.555,02	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.304.555,02	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		R\$ 32.887.839,14	R\$ 2.658.268,34	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 9.843.996,67	R\$ 16.899.714,03	R\$ 0,00	R\$ 8.802.396,78	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		R\$ 32.887.839,14	R\$ 2.658.268,34	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 9.843.996,67	R\$ 16.899.714,03	R\$ 0,00	R\$ 8.802.396,78	R\$ 0,00	R\$ 0,00

APLIC > Peças de Planejamento > Créditos Adicionais > Alterações orçamentárias/leis autorizativas/fontes de financiamento > Dados Consolidados do Ente.





## Anexo: 2 - RECEITA

### Quadro: 2.1 - Resultado da arrecadação orçamentária - Origem de recursos da receita

ORIGEM	PREVISÃO ATUALIZADA R\$	VALOR ARRECADADO R\$	% DA ARRECAÇÃO S/ PREVISÃO
<b>I - RECEITAS CORRENTES (Exceto Intra)</b>	<b>R\$ 69.909.684,27</b>	<b>R\$ 74.255.963,42</b>	<b>106,21%</b>
Receita de Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria	R\$ 6.267.807,42	R\$ 6.542.764,25	104,38%
Receita de Contribuições	R\$ 1.212.571,00	R\$ 1.255.048,98	103,50%
Receita Patrimonial	R\$ 509.463,95	R\$ 1.583.648,63	310,84%
Receita Agropecuária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Receita Industrial	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Receita de Serviços	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Transferências Correntes	R\$ 60.798.012,20	R\$ 63.668.893,34	104,72%
Outras Receitas Correntes	R\$ 1.121.829,70	R\$ 1.205.608,22	107,46%
<b>II - RECEITAS DE CAPITAL (Exceto Intra)</b>	<b>R\$ 5.448.632,80</b>	<b>R\$ 1.830.765,65</b>	<b>33,60%</b>
Operações de Crédito	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Alienação de Bens	R\$ 609.000,00	R\$ 609.200,00	100,03%
Amortização de Empréstimos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Transferências de Capital	R\$ 4.839.632,80	R\$ 1.221.565,65	25,24%
Outras Receitas de Capital	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
<b>III - RECEITA BRUTA (Exceto Intra)</b>	<b>R\$ 75.358.317,07</b>	<b>R\$ 76.086.729,07</b>	<b>100,96%</b>
<b>IV - DEDUÇÕES DA RECEITA</b>	<b>-R\$ 5.142.100,00</b>	<b>-R\$ 6.214.088,51</b>	<b>120,84%</b>
Deduções para o FUNDEB	-R\$ 5.140.000,00	-R\$ 6.214.088,51	120,89%
Renúncias de Receita	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Outras Deduções	-R\$ 2.100,00	R\$ 0,00	0,00%
<b>IV - RECEITA LÍQUIDA (exceto Intraorçamentária)</b>	<b>R\$ 70.216.217,07</b>	<b>R\$ 69.872.640,56</b>	<b>99,51%</b>
<b>V - Receita Corrente Intraorçamentária</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>0,00%</b>
<b>VI - Receita de Capital Intraorçamentária</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>0,00%</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>R\$ 70.216.217,07</b>	<b>R\$ 69.872.640,56</b>	<b>99,51%</b>

APLIC > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária > Mês de dezembro > Dados Consolidados do Ente.





## Quadro: 2.2 - Resultado da arrecadação orçamentária - Origem de Receitas (Valores Líquidos)

ORIGEM	PREVISÃO ATUALIZADA R\$	VALOR ARRECADADO R\$	% DA ARRECADADAÇÃO S/ PREVISÃO
<b>I - RECEITAS CORRENTES (Exceto Intra)</b>	<b>R\$ 64.767.584,27</b>	<b>R\$ 68.041.874,91</b>	<b>105,05%</b>
Receita de Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria	R\$ 6.265.707,42	R\$ 6.542.764,25	104,42%
Receita de Contribuições	R\$ 1.212.571,00	R\$ 1.255.048,98	103,50%
Receita Patrimonial	R\$ 509.463,95	R\$ 1.583.648,63	310,84%
Receita Agropecuária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Receita Industrial	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Receita de Serviços	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Transferências Correntes	R\$ 55.658.012,20	R\$ 57.454.804,83	103,22%
Outras Receitas Correntes	R\$ 1.121.829,70	R\$ 1.205.608,22	107,46%
<b>II - RECEITAS DE CAPITAL (Exceto Intra)</b>	<b>R\$ 5.448.632,80</b>	<b>R\$ 1.830.765,65</b>	<b>33,60%</b>
Operações de Crédito	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Alienação de Bens	R\$ 609.000,00	R\$ 609.200,00	100,03%
Amortização de Empréstimos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Transferências de Capital	R\$ 4.839.632,80	R\$ 1.221.565,65	25,24%
Outras Receitas de Capital	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
<b>III - RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>0,00%</b>
<b>IV - SUBTOTAL DA RECEITA</b>	<b>R\$ 70.216.217,07</b>	<b>R\$ 69.872.640,56</b>	<b>99,51%</b>
<b>V - OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>0,00%</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>R\$ 70.216.217,07</b>	<b>R\$ 69.872.640,56</b>	<b>99,51%</b>

APLIC > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária > Mês de dezembro > Dados Consolidados do Ente.

## Quadro: 2.3 - Receita Corrente Líquida (RCL)

Receitas	Total R\$
Total de Receitas Correntes (I)	R\$ 74.255.963,42
(-) Deduções da Receita Corrente (Exceto deduções para o FUNDEB) (II)	R\$ 0,00
<b>(=) Subtotal (III) = (I - II)</b>	<b>R\$ 74.255.963,42</b>
(-) Receita Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência (IV)	R\$ 0,00
(-) Receita Compensação Financeira entre regimes previdenciários (V)	R\$ 0,00
(-) Deduções da Receita para formação do FUNDEB (VI)	R\$ 6.214.088,51
<b>(=) RCL antes da dedução da Receita de Aplicação Financeira do RPPS - Res. Consulta TCE/MT nº 19/2017 (VII) = (III-IV-V-VI)</b>	<b>R\$ 68.041.874,91</b>
(-) Receita de Aplicação Financeira do RPPS - Res. Consulta TCE/MT nº 19/2017 (VIII)	R\$ 0,00
<b>(=) Receita Corrente Líquida (IX) = (VII - VIII)</b>	<b>R\$ 68.041.874,91</b>
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da	





Receitas	Total R\$
CF) (X)	R\$ 1.200.044,00
<b>(=) Receita Corrente Líquida Ajustada para o Cálculo dos Limites de Endividamento (XI) = (IX-X)</b>	<b>R\$ 66.841.830,91</b>
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (XII)	R\$ 0,00
<b>(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11) (XIII)</b>	<b>R\$ 1.042.984,00</b>
<b>(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (XIX)</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>(=) Receita Corrente Líquida Ajustada para o Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal (XV) = (XI-XII-XIII-XIV)</b>	<b>R\$ 65.798.846,91</b>

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF Limites/Documentações > Receita Corrente Líquida Anual (preliminar)

## Quadro: 2.4 - Deduções da Receita Corrente (Exceto deduções para FUNDEB)

DESCRIÇÃO	Total R\$
Receitas de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	R\$ 0,00
Receita de Contribuição	R\$ 0,00
Receita Patrimonial	R\$ 0,00
Receita Agropecuária	R\$ 0,00
Receita Industrial	R\$ 0,00
Receita de Serviços	R\$ 0,00
Transferências Correntes	R\$ 0,00
Outras receitas correntes	R\$ 0,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 0,00</b>

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF Limites/Documentações > Receita Corrente Líquida Anual (preliminar)

## Quadro: 2.5 - Receita Tributária Própria (Valores Líquidos)

Receita Tributária Própria	Previsão Atualizada R\$	Valor Arrecadado R\$	% Total da Receita Arrecadada
I - Impostos	R\$ 5.735.727,42	R\$ 5.705.690,06	87,20%
IPTU	R\$ 799.900,00	R\$ 572.489,11	8,75%
IRRF	R\$ 2.046.817,67	R\$ 2.269.195,95	34,68%
ISSQN	R\$ 1.899.900,00	R\$ 1.819.970,61	27,81%
ITBI	R\$ 989.109,75	R\$ 1.044.034,39	15,95%
II - Taxas (Principal)	R\$ 298.900,00	R\$ 331.861,49	5,07%
III - Contribuição de Melhoria (Principal)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
IV - Multas e Juros de Mora (Principal)	R\$ 4.620,00	R\$ 4.926,23	0,07%
V - Dívida Ativa	R\$ 220.320,00	R\$ 473.636,52	7,23%





Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7595 / 7624

Email: [quintasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quintasecex@tce.mt.gov.br)

Receita Tributária Própria	Previsão Atualizada R\$	Valor Arrecadado R\$	% Total da Receita Arrecadada
VI -Multas e Juros de Mora (Div. Ativa)	R\$ 6.140,00	R\$ 26.649,95	0,40%
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 6.265.707,42</b>	<b>R\$ 6.542.764,25</b>	

APLIC > Informes Mensais > Receitas > Receita Tributária Própria (a partir de 2018).





## Anexo: 3 - DESPESA

### Quadro: 3.1 - Despesa por Categoria Econômica

ORIGEM	DOTAÇÃO ATUALIZADA R\$	VALOR EXECUTADO R\$	% DA EXECUÇÃO S/ PREVISÃO
<b>I - DESPESAS CORRENTES</b>	<b>R\$ 64.479.538,08</b>	<b>R\$ 62.629.393,18</b>	<b>97,13%</b>
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 27.621.357,80	R\$ 27.513.916,29	99,61%
Juros e Encargos da Dívida	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Outras Despesas Correntes	R\$ 36.858.180,28	R\$ 35.115.476,89	95,27%
<b>II - DESPESA DE CAPITAL</b>	<b>R\$ 14.539.074,91</b>	<b>R\$ 10.500.566,51</b>	<b>72,22%</b>
Investimentos	R\$ 14.150.679,37	R\$ 10.112.172,04	71,46%
Inversões Financeiras	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Amortização da Dívida	R\$ 388.395,54	R\$ 388.394,47	100,00%
<b>III - RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>R\$ 0,86</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>0,00%</b>
<b>IV - TOTAL DESPESA ORÇAMENTÁRIA (Exceto Intra)</b>	<b>R\$ 79.018.613,85</b>	<b>R\$ 73.129.959,69</b>	<b>92,54%</b>
<b>V - DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>0,00%</b>
VI - Despesa Corrente Intraorçamentária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
VII - Despesa de Capital Intraorçamentária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
<b>IX - TOTAL DESPESA</b>	<b>R\$ 79.018.613,85</b>	<b>R\$ 73.129.959,69</b>	<b>92,54%</b>

APLIC> Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária > Dados Consolidados do Ente> Mês: Dezembro







Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7595 / 7624

Email: [quintasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quintasecex@tce.mt.gov.br)

**Quadro: 3.2 - Despesa por Função de Governo**

FUNÇÃO	DESCRIÇÃO DA FUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL (R\$)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (R\$)	EMPENHADO (R\$)	LIQUIDADO (R\$)	PAGO (R\$)
Despesa Orçamentária por Função						
01	Legislativa	R\$ 2.010.000,00	R\$ 2.056.800,00	R\$ 1.973.976,81	R\$ 1.973.976,81	R\$ 1.973.976,81
04	Administração	R\$ 5.937.615,76	R\$ 6.286.872,19	R\$ 6.268.957,30	R\$ 6.252.457,30	R\$ 6.244.518,27
08	Assistência Social	R\$ 1.963.932,96	R\$ 1.994.855,58	R\$ 1.933.645,43	R\$ 1.932.145,43	R\$ 1.930.585,43
10	Saúde	R\$ 19.054.709,73	R\$ 26.120.344,18	R\$ 24.421.114,18	R\$ 23.521.575,62	R\$ 23.517.171,27
11	Trabalho	R\$ 524.955,03	R\$ 683.449,84	R\$ 680.418,75	R\$ 680.418,75	R\$ 623.985,47
12	Educação	R\$ 14.104.852,66	R\$ 16.999.497,07	R\$ 16.761.438,23	R\$ 15.413.138,23	R\$ 15.164.949,30
13	Cultura	R\$ 1.766.497,50	R\$ 4.602.336,46	R\$ 4.520.727,96	R\$ 4.078.705,68	R\$ 3.628.959,60
15	Urbanismo	R\$ 4.969.790,50	R\$ 10.995.422,67	R\$ 7.311.287,83	R\$ 6.267.896,85	R\$ 6.267.896,85
16	Habitação	R\$ 3.182,40	R\$ 5.565.003,50	R\$ 5.565.000,00	R\$ 1.423.551,43	R\$ 1.423.551,43
18	Gestão Ambiental	R\$ 5.200,00	R\$ 103,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
20	Agricultura	R\$ 788.162,00	R\$ 760.311,48	R\$ 751.484,24	R\$ 751.484,24	R\$ 751.484,24
23	Comércio e Serviços	R\$ 3.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
26	Transporte	R\$ 1.434.814,50	R\$ 1.935.414,31	R\$ 1.930.172,74	R\$ 1.930.172,74	R\$ 1.927.651,68
27	Desporto e Lazer	R\$ 361.620,00	R\$ 629.807,21	R\$ 623.341,75	R\$ 623.341,75	R\$ 623.341,75
28	Encargos Especiais	R\$ 268.170,00	R\$ 388.395,54	R\$ 388.394,47	R\$ 388.394,47	R\$ 388.394,47
99	Reserva de Contingência ou Reserva Legal do RPPS	R\$ 120.000,00	R\$ 0,82	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		<b>R\$ 53.316.503,04</b>	<b>R\$ 79.018.613,85</b>	<b>R\$ 73.129.959,69</b>	<b>R\$ 65.237.259,30</b>	<b>R\$ 64.466.466,57</b>
Despesa Intraorçamentária por Função						
		<b>R\$ 53.316.503,04</b>	<b>R\$ 79.018.613,85</b>	<b>R\$ 73.129.959,69</b>	<b>R\$ 65.237.259,30</b>	<b>R\$ 64.466.466,57</b>

APLIC > Informes Mensais > Despesas > Despesa por Função/Subfunção > Mês de dezembro > Dados Consolidados do Ente.





Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7595 / 7624

Email: [quintasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quintasecex@tce.mt.gov.br)





### Quadro: 3.3 - Programas de Governo - Previsão e Execução

COD. PROGRAMA	DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL (R\$)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (R\$)	EXECUÇÃO (EMPENHADO - R\$)	% Execução / Dotação Atualizada
Execução Orçamentária - Programas de Governo Previsão e Execução					
0021	AMPLIACAO E REQUALIFICAO DA INFRAESTRUTURA DO MUNICIPIO	R\$ 593.204,50	R\$ 659.314,47	R\$ 659.310,47	99,99%
0031	APOIO A GRADUACAO SUPERIOR	R\$ 414.060,00	R\$ 382.098,69	R\$ 382.097,69	100,00%
0011	ARENAPOLIS NOSSA TERRA, TRADICAO E CULTURA	R\$ 1.700.257,50	R\$ 3.999.553,61	R\$ 3.999.545,11	100,00%
0014	ASSISTENCIA FARMACEUTICA	R\$ 517.508,88	R\$ 1.044.427,23	R\$ 995.838,96	95,34%
0013	ATENCAO BASICA	R\$ 6.256.439,77	R\$ 9.230.142,68	R\$ 8.707.684,39	94,34%
0017	CIDADANIA E INCLUSAO SOCIAL	R\$ 844.174,24	R\$ 925.396,59	R\$ 889.132,98	96,08%
0030	COMUNICACAO E PUBLICIDADE	R\$ 100.000,00	R\$ 73.103,00	R\$ 73.102,89	100,00%
0010	DESPORTO E LAZER, VIDA E SAUDE	R\$ 72.800,00	R\$ 324.709,86	R\$ 324.320,39	99,88%
0024	ESPACO URBANO ESTRUTURA, HUMANIZADO E COM QUALIDADE	R\$ 2.202.630,50	R\$ 6.793.393,39	R\$ 3.146.520,01	46,31%
0019	FAMILIA CIDADADA	R\$ 203.520,00	R\$ 125.840,05	R\$ 107.820,38	85,68%
0035	FORTELECIMENTO REGIONAL	R\$ 1.500,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
0008	GESTAO DE POLITICAS EDUCACIONAIS	R\$ 2.191.357,40	R\$ 2.747.079,72	R\$ 2.718.647,87	98,96%
0012	GESTAO DO SUS	R\$ 1.564.440,00	R\$ 1.650.170,02	R\$ 1.648.922,67	99,92%
0002	GESTAO EFICIENTE E EFICAZ	R\$ 11.959.257,75	R\$ 14.997.972,72	R\$ 14.829.703,25	98,87%
0001	GESTAO LEGISLATIVA	R\$ 2.010.000,00	R\$ 2.056.800,00	R\$ 1.973.976,81	95,97%
0023	HABITACAO CIDADADA	R\$ 3.182,40	R\$ 5.565.003,50	R\$ 5.565.000,00	100,00%
0006	MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO	R\$ 5.000,00	R\$ 3,00	R\$ 0,00	0,00%
	MEDIA E ALTA				





COD. PROGRAMA	DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL (R\$)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (R\$)	EXECUÇÃO (EMPENHADO - R\$)	% Execução /Dotação Atualizada
0016	COMPLEXIDADE	R\$ 10.185.902,08	R\$ 13.625.338,95	R\$ 12.524.893,53	91,92%
0009	NOSSA ESCOLA, NOSSO FUTURO	R\$ 10.828.640,30	R\$ 13.226.466,79	R\$ 13.021.509,45	98,45%
0020	PROTECAO SOCIAL E INCLUSIVA	R\$ 639.638,72	R\$ 633.134,92	R\$ 629.763,74	99,46%
0026	RECUPERACAO AMBIENTAL	R\$ 3.700,00	R\$ 3,00	R\$ 0,00	0,00%
0028	REGULARIZACAO FISCAL	R\$ 268.170,00	R\$ 388.395,54	R\$ 388.394,47	100,00%
9999	RESERVA DE CONTINGENCIA	R\$ 120.000,00	R\$ 0,82	R\$ 0,00	0,00%
0005	SEMEANDO UM FUTURO MELHOR	R\$ 100.700,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
0015	VIGILANCIA EM SAUDE	R\$ 530.419,00	R\$ 570.265,30	R\$ 543.774,63	95,35%
		<b>R\$ 53.316.503,04</b>	<b>R\$ 79.018.613,85</b>	<b>R\$ 73.129.959,69</b>	

APLIC > Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária por Programa > Dados Consolidados do Ente.





## Anexo: 4 - ANÁLISE DA SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

### Quadro: 4.1 - Resultado da Execução Orçamentária Ajustado - Poderes e Órgãos Integrantes do OFSS

Receita	Valor (R\$)
Receita Arrecadada (líquida das deduções) (I)	R\$ 69.872.640,56
Receitas próprias do RPPS superavitário (Item 10 do Anexo da RN TCE-MT n° 43/2013) (II)	R\$ 0,00
Outros acréscimos promovidos pela equipe técnica (III)	R\$ 0,00
<b>Total Receita Ajustado (IV) = I - II + III</b>	<b>R\$ 69.872.640,56</b>
Despesa	Valor (R\$)
Total da Despesa Empenhada (V)	R\$ 73.129.959,69
Despesas próprias do RPPS superavitário (Item 10 do Anexo da RN TCE-MT n° 43/2013) (VI)	R\$ 0,00
Despesas efetivamente realizadas, cujo fato gerador já tenham ocorrido, mas que não foram empenhadas no exercício (Item 5 do Anexo da RN TCE-MT n° 43/2013) (VII)	R\$ 0,00
Ajustes promovidos pela equipe técnica na despesa empenhada (VIII)	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Total Despesa Ajustado (IX) = V - VI + VII + VIII</b>	<b>R\$ 73.129.959,69</b>
<b>SUBTOTAL ANTES DO AJUSTE PREVISTO NO ITEM 6 DO ANEXO ÚNICO DA RN 43/2013 (X) = IV - IX</b>	<b>-R\$ 3.257.319,13</b>
Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro - Item 6 Anexo único da RN 43/2013 (XI)	R\$ 8.274.084,21
<b>Resultado da Execução Ajustado (Conforme itens 5, 6 e 10 do Anexo da RN TCE-MT n° 43/2013) (XII) = Se (X) &lt;0; (X+XI); (X)</b>	<b>R\$ 5.016.765,08</b>
APLIC	

### Quadro: 4.2 - [AUXILIAR] - Resultado Orçamentário

Descrição	Valor (R\$)
(A) RESULTADO ORÇAMENTÁRIO DO RPPS	R\$ 0,00
(B) RECEITA ORÇAMENTÁRIA RPPS	R\$ 0,00
(C) DESPESA ORÇAMENTÁRIA RPPS	R\$ 0,00
(D) DESPESA FINANCIADA POR CRÉDITO SUPERÁVIT FINANCEIRO RPPS AJUSTADA	R\$ 0,00
<b>(E) RECEITA - RPPS - SUPERAVITÁRIO</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>(F) DESPESA - RPPS - SUPERAVITÁRIO</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>(G) DESPESA FINANCIADA POR SUPERÁVIT FINANCEIRO - RPPS - SUPERAVITÁRIO</b>	<b>R\$ 0,00</b>
(H) DESPESA FINANCIADA POR CRÉDITO SUPERÁVIT	





Descrição	Valor (R\$)
FINANCEIRO - RECURSOS NÃO VINCULADOS	R\$ 91.803,48
(I) DESPESA FINANCIADA POR CRÉDITO SUPERÁVIT FINANCEIRO - RECURSOS VINCULADOS	R\$ 8.182.280,73
(J) TOTAL DESPESA FINANCIADA POR CRÉDITO SUPERÁVIT FINANCEIRO - EXCETO RPPS (H+I)	R\$ 8.274.084,21
(K) TOTAL DESPESA FINANCIADA POR CRÉDITO SUPERÁVIT FINANCEIRO - INCLUSIVE RPPS (D+H+I)	R\$ 8.274.084,21
(L) DESPESA FINANCIADA POR SUPERÁVIT FINANCEIRO A SER CONSIDERADA NO QUADRO RESULTADO DA EXECUÇÃO	R\$ 8.274.084,21

APLIC





Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7595 / 7624

Email: [quintasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quintasecex@tce.mt.gov.br)

**Quadro: 4.3 - Execução Orçamentária por Fonte X Superávit Financeiro  
(Exercício Corrente) - Inclusive RPPS**

Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Despesa Orçamentária Empenhada (b)	Resultado Execução Orçamentária (c) = a - b	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício Anterior (+) Cancelamento de RPNP no exercício (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (e)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT n° 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) > =(e); (e); (d)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (g) = Se (c) >=0; (c); (c + f)	Superávit/Déficit Financeiro no Encerramento do Exercício (h)
Recursos Não Vinculados (Exceto RPPS)									
500	Recursos não Vinculados de Impostos	R\$ 34.484.885,50	R\$ 32.957.180,36	R\$ 1.527.705,14	-R\$ 1.361.409,81	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.527.705,14	R\$ 326.847,72
501	Outros Recursos não Vinculados	R\$ 557.746,22	R\$ 508.751,23	R\$ 48.994,99	R\$ 8.415,85	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 48.994,99	R\$ 147.467,15
502	Recursos não vinculados da compensação de impostos	R\$ 14.872,49	R\$ 103.936,53	-R\$ 89.064,04	R\$ 91.805,57	R\$ 91.803,48	R\$ 91.803,48	R\$ 2.739,44	R\$ 22.335,05
		<b>R\$ 35.057.504,21</b>	<b>R\$ 33.569.868,12</b>	<b>R\$ 1.487.636,09</b>	<b>-R\$ 1.261.188,39</b>	<b>R\$ 91.803,48</b>	<b>R\$ 91.803,48</b>	<b>R\$ 1.579.439,57</b>	<b>R\$ 496.649,92</b>





Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7595 / 7624

Email: [quintasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quintasecex@tce.mt.gov.br)

Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Despesa Orçamentária Empenhada (b)	Resultado Execução Orçamentária (c) = a - b	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício Anterior (+) Cancelamento de RPNP no exercício (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (e)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT nº 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) > =(e); (e); (d)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (g) = Se (c) >=0; (c); (c + f)	Superávit/Déficit Financeiro no Encerramento do Exercício (h)
Recursos Vinculados (Exceto RPPS)									
540	Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos	R\$ 9.775.385,29	R\$ 10.109.692,23	-R\$ 334.306,94	R\$ 522.182,67	R\$ 521.875,92	R\$ 521.875,92	R\$ 187.568,98	R\$ 188.031,42
542	Transferências do FUNDEB Complementação da União VAAT	R\$ 387.603,11	R\$ 360.593,96	R\$ 27.009,15	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 27.009,15	R\$ 27.009,15
550	Transferência do Salário Educação	R\$ 592.563,72	R\$ 520.020,34	R\$ 72.543,38	R\$ 42.302,44	R\$ 42.301,49	R\$ 42.301,49	R\$ 72.543,38	R\$ 114.845,82
	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa								







Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7595 / 7624

Email: [quintasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quintasecex@tce.mt.gov.br)

Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Despesa Orçamentária Empenhada (b)	Resultado Execução Orçamentária (c) = a - b	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício Anterior (+) Cancelamento de RPNP no exercício (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (e)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT nº 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) > =(e); (e); (d)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (g) = Se (c) >=0; (c); (c + f)	Superávit/Déficit Financeiro no Encerramento do Exercício (h)
552	Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	R\$ 178.501,67	R\$ 166.205,48	R\$ 12.296,19	R\$ 1,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 12.296,19	R\$ 12.297,19
553	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	R\$ 11.665,07	R\$ 11.029,56	R\$ 635,51	R\$ 0,94	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 635,51	R\$ 625,45
569	Outras Transferências de Recursos do FNDE	R\$ 99.560,48	R\$ 215,40	R\$ 99.345,08	R\$ 89.252,34	R\$ 208,32	R\$ 208,32	R\$ 99.345,08	R\$ 188.608,50
	Transferências do Estado referentes a Convênios e								





Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7595 / 7624

Email: [quintasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quintasecex@tce.mt.gov.br)

Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Despesa Orçamentária Empenhada (b)	Resultado Execução Orçamentária (c) = a - b	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício Anterior (+) Cancelamento de RPNP no exercício (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (e)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT nº 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) > =(e); (e); (d)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (g) = Se (c) >=0; (c); (c + f)	Superávit/Déficit Financeiro no Encerramento do Exercício (h)
571	Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	R\$ 353.435,17	R\$ 416.806,65	-R\$ 63.371,48	R\$ 65.704,44	R\$ 65.703,87	R\$ 65.703,87	R\$ 2.332,39	R\$ 2.318,96
600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 4.313.248,79	R\$ 4.230.106,63	R\$ 83.142,16	R\$ 548.810,32	R\$ 507.462,79	R\$ 507.462,79	R\$ 83.142,16	R\$ 652.286,75
	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS								





Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7595 / 7624

Email: [quintasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quintasecex@tce.mt.gov.br)

Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Despesa Orçamentária Empenhada (b)	Resultado Execução Orçamentária (c) = a - b	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício Anterior (+) Cancelamento de RPNP no exercício (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (e)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT n° 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) > =(e); (e); (d)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (g) = Se (c) >=0; (c); (c + f)	Superávit/Déficit Financeiro no Encerramento do Exercício (h)
601	provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	R\$ 4.126,63	R\$ 17.000,00	-R\$ 12.873,37	R\$ 48.090,23	R\$ 17.000,00	R\$ 17.000,00	R\$ 4.126,63	R\$ 33.994,86
	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos								





Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7595 / 7624

Email: [quintasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quintasecex@tce.mt.gov.br)

Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Despesa Orçamentária Empenhada (b)	Resultado Execução Orçamentária (c) = a - b	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício Anterior (+) Cancelamento de RPNP no exercício (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (e)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT nº 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) > =(e); (e); (d)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (g) = Se (c) >=0; (c); (c + f)	Superávit/Déficit Financeiro no Encerramento do Exercício (h)
602	destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0.	R\$ 0,00	R\$ 66.920,78	-R\$ 66.920,78	R\$ 65.618,24	R\$ 65.618,24	R\$ 65.618,24	-R\$ 1.302,54	R\$ 0,00
	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Recursos destinados ao enfrentamento da								





Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7595 / 7624

Email: [quintasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quintasecex@tce.mt.gov.br)

Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Despesa Orçamentária Empenhada (b)	Resultado Execução Orçamentária (c) = a - b	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício Anterior (+) Cancelamento de RPNP no exercício (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (e)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT nº 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) > =(e); (e); (d)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (g) = Se (c) >=0; (c); (c + f)	Superávit/Déficit Financeiro no Encerramento do Exercício (h)
603	COVID-19 no bojo da ação 21C0.	R\$ 0,00	R\$ 4.519,00	-R\$ 4.519,00	R\$ 4.519,50	R\$ 4.519,00	R\$ 4.519,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
604	Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias	R\$ 1.042.984,00	R\$ 975.861,32	R\$ 67.122,68	R\$ 948,80	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 67.122,68	R\$ 56.486,10
	Assistência financeira da União destinada à								





Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7595 / 7624

Email: [quintasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quintasecex@tce.mt.gov.br)

Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Despesa Orçamentária Empenhada (b)	Resultado Execução Orçamentária (c) = a - b	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício Anterior (+) Cancelamento de RPNP no exercício (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (e)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT nº 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) > =(e); (e); (d)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (g) = Se (c) >=0; (c); (c + f)	Superávit/Déficit Financeiro no Encerramento do Exercício (h)
605	complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem	R\$ 463.671,23	R\$ 499.947,10	-R\$ 36.275,87	R\$ 79.160,24	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 36.275,87	R\$ 0,00
621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	R\$ 8.101.166,26	R\$ 7.582.698,63	R\$ 518.467,63	R\$ 941.989,87	R\$ 386.868,56	R\$ 386.868,56	R\$ 518.467,63	R\$ 1.460.429,45
622	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes dos Governos Municipais	R\$ 611.531,85	R\$ 521.178,04	R\$ 90.353,81	-R\$ 67.248,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 90.353,81	R\$ 0,00





Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7595 / 7624

Email: [quintasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quintasecex@tce.mt.gov.br)

Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Despesa Orçamentária Empenhada (b)	Resultado Execução Orçamentária (c) = a - b	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício Anterior (+) Cancelamento de RPNP no exercício (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (e)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT nº 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) > =(e); (e); (d)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (g) = Se (c) >=0; (c); (c + f)	Superávit/Déficit Financeiro no Encerramento do Exercício (h)
660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	R\$ 234.587,97	R\$ 287.824,30	-R\$ 53.236,33	R\$ 89.048,35	R\$ 67.171,17	R\$ 67.171,17	R\$ 13.934,84	R\$ 56.388,07
661	Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	R\$ 42.631,23	R\$ 22.758,00	R\$ 19.873,23	R\$ 22.506,38	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 19.873,23	R\$ 30.849,00
669	Outros Recursos Vinculados à Assistência Social	R\$ 40.892,35	R\$ 30.279,51	R\$ 10.612,84	R\$ 16.743,19	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 10.612,84	R\$ 26.857,50
	Outras Transferências de Convênios ou								





Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7595 / 7624

Email: [quintasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quintasecex@tce.mt.gov.br)

Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Despesa Orçamentária Empenhada (b)	Resultado Execução Orçamentária (c) = a - b	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício Anterior (+) Cancelamento de RPNP no exercício (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (e)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT nº 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) > =(e); (e); (d)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (g) = Se (c) >=0; (c); (c + f)	Superávit/Déficit Financeiro no Encerramento do Exercício (h)
700	Instrumentos Congêneres da União	R\$ 51.509,87	R\$ 178.634,25	-R\$ 127.124,38	R\$ 191.492,22	R\$ 178.381,11	R\$ 178.381,11	R\$ 51.256,73	R\$ 64.377,73
701	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	R\$ 4.979.071,57	R\$ 8.890.839,19	-R\$ 3.911.767,62	R\$ 5.811.338,79	R\$ 4.756.554,54	R\$ 4.756.554,54	R\$ 844.786,92	R\$ 1.919.361,60
704	Transferências da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	R\$ 0,00	R\$ 18.098,00	-R\$ 18.098,00	R\$ 28.484,66	R\$ 18.098,00	R\$ 18.098,00	R\$ 0,00	R\$ 10.757,56
	Transferência								







Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7595 / 7624

Email: [quintasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quintasecex@tce.mt.gov.br)

Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Despesa Orçamentária Empenhada (b)	Resultado Execução Orçamentária (c) = a - b	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício Anterior (+) Cancelamento de RPNP no exercício (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (e)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT nº 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) > =(e); (e); (d)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (g) = Se (c) >=0; (c); (c + f)	Superávit/Déficit Financeiro no Encerramento do Exercício (h)
706	Especial da União	R\$ 46.857,75	R\$ 1.012.000,00	-R\$ 965.142,25	R\$ 1.159.525,00	R\$ 980.000,00	R\$ 980.000,00	R\$ 14.857,75	R\$ 194.382,75
711	Demais Transferências Obrigatórias não Decorrentes de Repartições de Receitas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 191,23	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 191,23
715	Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 5º Audiovisual	R\$ 0,00	R\$ 66.336,74	-R\$ 66.336,74	R\$ 66.336,74	R\$ 66.336,74	R\$ 66.336,74	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Transferências Destinadas ao Setor cultural - LC nº 195/2022 - Art.								





Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7595 / 7624

Email: [quintasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quintasecex@tce.mt.gov.br)

Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Despesa Orçamentária Empenhada (b)	Resultado Execução Orçamentária (c) = a - b	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício Anterior (+) Cancelamento de RPNP no exercício (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (e)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT nº 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) > =(e); (e); (d)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (g) = Se (c) >=0; (c); (c + f)	Superávit/Déficit Financeiro no Encerramento do Exercício (h)
716	8º Demais Setores da Cultura	R\$ 0,00	R\$ 26.872,11	-R\$ 26.872,11	R\$ 26.872,11	R\$ 26.872,11	R\$ 26.872,11	R\$ 0,00	R\$ 0,00
719	Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399 /2022	R\$ 94.290,65	R\$ 0,00	R\$ 94.290,65	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 94.290,65	R\$ 94.290,65
749	Outras vinculações de transferências	R\$ 441.974,33	R\$ 353.110,38	R\$ 88.863,95	R\$ 85.891,45	R\$ 85.506,63	R\$ 85.506,63	R\$ 88.863,95	R\$ 174.181,73
750	Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	R\$ 36.801,23	R\$ 36.587,27	R\$ 213,96	R\$ 6,76	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 213,96	R\$ 21,68





Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7595 / 7624

Email: [quintasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quintasecex@tce.mt.gov.br)

Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Despesa Orçamentária Empenhada (b)	Resultado Execução Orçamentária (c) = a - b	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício Anterior (+) Cancelamento de RPNP no exercício (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (e)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT nº 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) > =(e); (e); (d)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (g) = Se (c) >=0; (c); (c + f)	Superávit/Déficit Financeiro no Encerramento do Exercício (h)
751	Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	R\$ 1.261.927,12	R\$ 1.182.359,00	R\$ 79.568,12	R\$ 16.435,24	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 79.568,12	R\$ 96.003,36
755	Recursos de Alienação de Bens /Ativos - Administração Direta	R\$ 645.205,90	R\$ 940.078,60	-R\$ 294.872,70	R\$ 379.225,68	R\$ 325.341,56	R\$ 325.341,56	R\$ 30.468,86	R\$ 87.669,03
759	Recursos Vinculados a Fundos	R\$ 1.003.943,11	R\$ 1.031.519,10	-R\$ 27.575,99	R\$ 70.670,12	R\$ 66.460,68	R\$ 66.460,68	R\$ 38.884,69	R\$ 50.497,18
		<b>R\$ 34.815.136,35</b>	<b>R\$ 39.560.091,57</b>	<b>-R\$ 4.744.955,22</b>	<b>R\$ 10.306.100,95</b>	<b>R\$ 8.182.280,73</b>	<b>R\$ 8.182.280,73</b>	<b>R\$ 2.414.977,72</b>	<b>R\$ 5.542.762,72</b>
Recursos utilizados na UG RPPS									





Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7595 / 7624

Email: [quintasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quintasecex@tce.mt.gov.br)

Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Despesa Orçamentária Empenhada (b)	Resultado Execução Orçamentária (c) = a - b	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício Anterior (+) Cancelamento de RPNP no exercício (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (e)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT nº 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) > =(e); (e); (d)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (g) = Se (c) >=0; (c); (c + f)	Superávit/Déficit Financeiro no Encerramento do Exercício (h)
>>>>>	>>>>>	R\$ 69.872.640,56	R\$ 73.129.959,69	-R\$ 3.257.319,13	R\$ 9.044.912,56	R\$ 8.274.084,21	R\$ 8.274.084,21	R\$ 3.994.417,29	R\$ 6.039.412,64

APLIC > Contabilidade > Execução orçamentária por Fonte x Superávit Financeiro - Inclusive RPPS > Dados Consolidados do Ente.





## Anexo: 5 - RESTOS A PAGAR

### Quadro: 5.1 - Restos a Pagar Processados e Não Processados

Exercício	Saldo Anterior (R\$)	Inscrição (R\$)	RP não Processados Liquidados e não Pagos (R\$)	Baixa (R\$)		Saldo para o Exercício Seguinte (R\$)
				Por Pagamento (R\$)	Por Cancelamento (R\$)	
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
2022	R\$ 3.523.329,91	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.644.746,31	R\$ 3.000,00	R\$ 1.875.583,60
2023	R\$ 3.114.647,32	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.851.739,62	R\$ 180.598,85	R\$ 82.308,85
2024	R\$ 0,00	R\$ 7.892.700,39	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 7.892.700,39
	<b>R\$ 6.637.977,23</b>	<b>R\$ 7.892.700,39</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 4.496.485,93</b>	<b>R\$ 183.598,85</b>	<b>R\$ 9.850.592,84</b>
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS						
2018	R\$ 24.444,64	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 24.444,64	R\$ 0,00
2019	R\$ 12.338,51	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 12.338,51	R\$ 0,00
2020	R\$ 15.283,41	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 12.387,65	R\$ 2.895,76	R\$ 0,00
2021	R\$ 94.919,65	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 88.178,65	R\$ 6.741,00	R\$ 0,00
2022	R\$ 171.742,29	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 146.449,85	R\$ 25.292,44	R\$ 0,00
2023	R\$ 1.615.567,62	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.456.962,30	R\$ 158.605,32	R\$ 0,00
2024	R\$ 0,00	R\$ 770.792,73	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 770.792,73
	<b>R\$ 1.934.296,12</b>	<b>R\$ 770.792,73</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 1.703.978,45</b>	<b>R\$ 230.317,67</b>	<b>R\$ 770.792,73</b>
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 8.572.273,35</b>	<b>R\$ 8.663.493,12</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 6.200.464,38</b>	<b>R\$ 413.916,52</b>	<b>R\$ 10.621.385,57</b>

APLIC > Informes Mensais > Restos a Pagar > Execução dos Restos a Pagar > Dados Consolidados do Ente





Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7595 / 7624

Email: [quintasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quintasecex@tce.mt.gov.br)

**Quadro: 5.2 - Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar - Poder Executivo -  
Exceto RPPS (Inclusive Intra)**

Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras (2188 e 2288, 218910105 e 218910108) (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A -B-C-D-E- F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
RECURSOS ORDINÁRIOS									
500 - Recursos não Vinculados de Impostos	R\$ 1.240.631,02	R\$ 0,00	R\$ 67.090,91	R\$ 18.280,77	R\$ 6.619,07	R\$ 0,00	R\$ 1.148.640,27	R\$ 822.130,78	R\$ 326.509,49
501 - Outros Recursos não Vinculados	R\$ 167.928,47	R\$ 0,00	R\$ 10.861,32	R\$ 0,00	R\$ 9.600,00	R\$ 0,00	R\$ 147.467,15	R\$ 0,00	R\$ 147.467,15
502 - Recursos não vinculados da compensação de impostos	R\$ 22.335,05	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 22.335,05	R\$ 0,00	R\$ 22.335,05
	<b>R\$ 1.430.894,54</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 77.952,23</b>	<b>R\$ 18.280,77</b>	<b>R\$ 16.219,07</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 1.318.442,47</b>	<b>R\$ 822.130,78</b>	<b>R\$ 496.311,69</b>
RECURSOS VINCULADOS									
540 - Transferências do FUNDEB									





Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7595 / 7624

Email: [quintasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quintasecex@tce.mt.gov.br)

Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras (2188 e 2288, 218910105 e 218910108) (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A - B - C - D - E - F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
Impostos e Transferências de Impostos	R\$ 1.230.246,38	R\$ 0,00	R\$ 170.970,33	R\$ 0,00	R\$ 1.244,63	R\$ 0,00	R\$ 1.058.031,42	R\$ 870.000,00	R\$ 188.031,42
542 - Transferências do FUNDEB Complementação da União VAAT	R\$ 103.069,15	R\$ 0,00	R\$ 76.060,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 27.009,15	R\$ 0,00	R\$ 27.009,15
550 - Transferência do Salário Educação	R\$ 114.845,82	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 114.845,82	R\$ 0,00	R\$ 114.845,82
552 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	R\$ 12.297,19	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 12.297,19	R\$ 0,00	R\$ 12.297,19
553 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes									





Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7595 / 7624

Email: [quintasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quintasecex@tce.mt.gov.br)

Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras (2188 e 2288, 218910105 e 218910108) (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A -B-C-D-E-F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	R\$ 625,45	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 625,45	R\$ 0,00	R\$ 625,45
569 - Outras Transferências de Recursos do FNDE	R\$ 188.608,50	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 188.608,50	R\$ 0,00	R\$ 188.608,50
571 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	R\$ 2.692,92	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 373,96	R\$ 0,00	R\$ 2.318,96	R\$ 0,00	R\$ 2.318,96
600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das									







Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7595 / 7624

Email: [quintasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quintasecex@tce.mt.gov.br)

Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras (2188 e 2288, 218910105 e 218910108) (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A - B - C - D - E - F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 739.453,33	R\$ 0,00	R\$ 4.404,35	R\$ 0,00	R\$ 275,00	R\$ 0,00	R\$ 734.773,98	R\$ 82.487,23	R\$ 652.286,75
601 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	R\$ 33.994,86	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 33.994,86	R\$ 0,00	R\$ 33.994,86
604 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos									





Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7595 / 7624

Email: [quintasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quintasecex@tce.mt.gov.br)

Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras (2188 e 2288, 218910105 e 218910108) (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A -B-C-D-E-F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
agentes de combate às endemias	R\$ 56.486,10	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 56.486,10	R\$ 0,00	R\$ 56.486,10
621 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	R\$ 2.180.980,78	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.180.980,78	R\$ 720.551,33	R\$ 1.460.429,45
660 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	R\$ 56.388,07	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 56.388,07	R\$ 0,00	R\$ 56.388,07
661 - Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	R\$ 30.849,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 30.849,00	R\$ 0,00	R\$ 30.849,00
669 - Outros Recursos									





Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7595 / 7624

Email: [quintasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quintasecex@tce.mt.gov.br)

Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras (2188 e 2288, 218910105 e 218910108) (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A -B-C-D-E-F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
Vinculados à Assistência Social	R\$ 26.857,50	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 26.857,50	R\$ 0,00	R\$ 26.857,50
700 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	R\$ 144.785,07	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 79.900,00	R\$ 169,11	R\$ 0,00	R\$ 64.715,96	R\$ 0,00	R\$ 64.715,96
701 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	R\$ 8.681.747,88	R\$ 0,00	R\$ 438.884,76	R\$ 1.837.144,37	R\$ 2.000,00	R\$ 0,00	R\$ 6.403.718,75	R\$ 4.484.357,15	R\$ 1.919.361,60
704 - Transferências da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	R\$ 33.324,87	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 22.567,31	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 10.757,56	R\$ 0,00	R\$ 10.757,56
706 - Transferência									





Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7595 / 7624

Email: [quintasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quintasecex@tce.mt.gov.br)

Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras (2188 e 2288, 218910105 e 218910108) (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A - B - C - D - E - F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
Especial da União	R\$ 194.382,75	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 194.382,75	R\$ 0,00	R\$ 194.382,75
711 - Demais Transferências Obrigatórias não Decorrentes de Repartições de Receitas	R\$ 191,23	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 191,23	R\$ 0,00	R\$ 191,23
719 - Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399 /2022	R\$ 94.290,65	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 94.290,65	R\$ 0,00	R\$ 94.290,65
749 - Outras vinculações de transferências	R\$ 433.281,46	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 433.281,46	R\$ 259.099,73	R\$ 174.181,73
750 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	R\$ 21,68	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 21,68	R\$ 0,00	R\$ 21,68
751 - Recursos da									





Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7595 / 7624

Email: [quintasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quintasecex@tce.mt.gov.br)

Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras (2188 e 2288, 218910105 e 218910108) (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A - B - C - D - E - F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	R\$ 96.003,36	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 96.003,36	R\$ 0,00	R\$ 96.003,36
755 - Recursos de Alienação de Bens /Ativos - Administração Direta	R\$ 741.743,20	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 741.743,20	R\$ 654.074,17	R\$ 87.669,03
759 - Recursos Vinculados a Fundos	R\$ 53.018,24	R\$ 0,00	R\$ 2.521,06	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 50.497,18	R\$ 0,00	R\$ 50.497,18
	<b>R\$ 15.250.185,44</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 692.840,50</b>	<b>R\$ 1.939.611,68</b>	<b>R\$ 4.062,70</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 12.613.670,56</b>	<b>R\$ 7.070.569,61</b>	<b>R\$ 5.543.100,95</b>
RECURSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS									
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 16.681.079,98</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 770.792,73</b>	<b>R\$ 1.957.892,45</b>	<b>R\$ 20.281,77</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 13.932.113,03</b>	<b>R\$ 7.892.700,39</b>	<b>R\$ 6.039.412,64</b>

APLIC> UG: Prefeitura> CF/LRF - Limites/Documentações > Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar > Mês de dezembro > Dados Consolidados do Ente (Exceto RPPS).





Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7595 / 7624

Email: [quintasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quintasecex@tce.mt.gov.br)

**Quadro: 5.3 - Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar - RPPS (Inclusive Intra)**

Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras (2188 e 2288 218910105 e 218910108) (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A -B-C-D-E-F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
RECURSOS ORDINÁRIOS									
RECURSOS VINCULADOS									
RECURSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS									
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>

APLIC> UG: RPPS > CF/LRF - Limites/Documentações > Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar > Mês de dezembro.





Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7595 / 7624

Email: [quintasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quintasecex@tce.mt.gov.br)

**Quadro: 5.4 - Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar - Poder Legislativo  
(Inclusive Intra)**

Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105 e 218910108) (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A -B-C-D-E-F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
RECURSOS ORDINÁRIOS									
RECURSOS VINCULADOS									
RECURSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS									
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>

APLIC > UG: Câmara > CF/LRF - Limites/Documentações > Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar > Mês de dezembro.





## Anexo: 6 - DIREITOS E OBRIGAÇÕES

### Quadro: 6.1 - Dívida Ativa

Tipo de Dívida Ativa	A receber (R\$) (a)	Recebida (R\$) (b)	Baixada (R\$) (c)	Saldo Final (R\$) (d) = a - b - c
Dívida Ativa Tributária	R\$ 10.820.396,12	R\$ 500.286,47	R\$ 0,00	R\$ 10.320.109,65
Dívida Ativa Não Tributária	R\$ 166.815,02	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 166.815,02
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 10.987.211,14</b>	<b>R\$ 500.286,47</b>	<b>R\$ 0</b>	<b>R\$ 10.486.924,67</b>

APLIC

### Quadro: 6.2 - Superávit/Déficit Financeiro - Total - Exceto RPPS

DESCRIÇÃO	PODER EXECUTIVO - EXCETO RPPS	PODER LEGISLATIVO	TOTAL
ATIVO FINANCEIRO	R\$ 16.681.079,98	R\$ 0,00	R\$ 16.681.079,98
PASSIVO FINANCEIRO	R\$ 10.641.667,34	R\$ 0,00	R\$ 10.641.667,34
<b>SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO</b>	<b>R\$ 6.039.412,64</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 6.039.412,64</b>

Relatório Contas de Governo > Anexo: Dívida > Quadro: Quociente da Situação Financeira por Fonte (QSF) - Exceto RPPS







Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7595 / 7624

Email: [quintasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quintasecex@tce.mt.gov.br)

**Quadro: 6.3 - Quociente da Situação Financeira por Fonte - Exceto RPPS**

Fonte de Recursos	PODER EXECUTIVO			PODER LEGISLATIVO		
	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit
SUPERÁVIT X DÉFICIT - EXCETO RPPS						
500 - Recursos não Vinculados de Impostos	R\$ 1.240.631,02	R\$ 913.783,30	R\$ 326.847,72	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
501 - Outros Recursos não Vinculados	R\$ 167.928,47	R\$ 20.461,32	R\$ 147.467,15	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
502 - Recursos não vinculados da compensação de impostos	R\$ 22.335,05	R\$ 0,00	R\$ 22.335,05	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
540 - Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos	R\$ 1.230.246,38	R\$ 1.042.214,96	R\$ 188.031,42	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
542 - Transferências do FUNDEB Complementação da União VAAT	R\$ 103.069,15	R\$ 76.060,00	R\$ 27.009,15	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
550 - Transferência do Salário Educação	R\$ 114.845,82	R\$ 0,00	R\$ 114.845,82	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
552 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	R\$ 12.297,19	R\$ 0,00	R\$ 12.297,19	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
553 - Transferências de Recursos do FNDE						





Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7595 / 7624

Email: [quintasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quintasecex@tce.mt.gov.br)

Fonte de Recursos	PODER EXECUTIVO			PODER LEGISLATIVO		
	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit
Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	R\$ 625,45	R\$ 0,00	R\$ 625,45	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
569 - Outras Transferências de Recursos do FNDE	R\$ 188.608,50	R\$ 0,00	R\$ 188.608,50	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
571 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	R\$ 2.692,92	R\$ 373,96	R\$ 2.318,96	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 739.453,33	R\$ 87.166,58	R\$ 652.286,75	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
601 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	R\$ 33.994,86	R\$ 0,00	R\$ 33.994,86	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00





Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7595 / 7624

Email: [quintasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quintasecex@tce.mt.gov.br)

Fonte de Recursos	PODER EXECUTIVO			PODER LEGISLATIVO		
	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit
604 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias	R\$ 56.486,10	R\$ 0,00	R\$ 56.486,10	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
621 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	R\$ 2.180.980,78	R\$ 720.551,33	R\$ 1.460.429,45	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
660 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	R\$ 56.388,07	R\$ 0,00	R\$ 56.388,07	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
661 - Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	R\$ 30.849,00	R\$ 0,00	R\$ 30.849,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
669 - Outros Recursos Vinculados à Assistência Social	R\$ 26.857,50	R\$ 0,00	R\$ 26.857,50	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
700 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	R\$ 144.785,07	R\$ 80.407,34	R\$ 64.377,73	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00





Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7595 / 7624

Email: [quintasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quintasecex@tce.mt.gov.br)

Fonte de Recursos	PODER EXECUTIVO			PODER LEGISLATIVO		
	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit
701 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	R\$ 8.681.747,88	R\$ 6.762.386,28	R\$ 1.919.361,60	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
704 - Transferências da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	R\$ 33.324,87	R\$ 22.567,31	R\$ 10.757,56	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
706 - Transferência Especial da União	R\$ 194.382,75	R\$ 0,00	R\$ 194.382,75	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
711 - Demais Transferências Obrigatórias não Decorrentes de Repartições de Receitas	R\$ 191,23	R\$ 0,00	R\$ 191,23	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
719 - Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399 /2022	R\$ 94.290,65	R\$ 0,00	R\$ 94.290,65	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
749 - Outras vinculações de transferências	R\$ 433.281,46	R\$ 259.099,73	R\$ 174.181,73	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
750 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio						





Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7595 / 7624

Email: [quintasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quintasecex@tce.mt.gov.br)

Fonte de Recursos	PODER EXECUTIVO			PODER LEGISLATIVO		
	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit
Econômico - CIDE	R\$ 21,68	R\$ 0,00	R\$ 21,68	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
751 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	R\$ 96.003,36	R\$ 0,00	R\$ 96.003,36	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
755 - Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta	R\$ 741.743,20	R\$ 654.074,17	R\$ 87.669,03	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
759 - Recursos Vinculados a Fundos	R\$ 53.018,24	R\$ 2.521,06	R\$ 50.497,18	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	<b>R\$ 16.681.079,98</b>	<b>R\$ 10.641.667,34</b>	<b>R\$ 6.039.412,64</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 16.681.079,98</b>	<b>R\$ 10.641.667,34</b>	<b>R\$ 6.039.412,64</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>

APLIC > Informes Mensais > Contabilidade > Ativos e Passivos Financeiros por Fontes - Acumulado até o mês de dezembro.





Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7595 / 7624

Email: [quintasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quintasecex@tce.mt.gov.br)

**Quadro: 6.4 - Quociente da Situação Financeira por Fonte - RPPS**

Fontes de Recursos	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit
SUPERÁVIT X DÉFICIT - RPPS			
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>

APLIC: UG RPPS > Informes Mensais > Contabilidade > Ativos e Passivos Financeiros por Fontes





**Quadro: 6.5 - Dívida Consolidada Líquida (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")  
Exceto RPPS**

Descrição	Valor R\$
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)</b>	<b>R\$ 20.557,58</b>
<b>1. Dívida Mobiliária</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>2. Dívida Contratual</b>	<b>R\$ 20.557,58</b>
2.1. Empréstimos	R\$ 0,00
2.1.1. Internos	R\$ 0,00
2.1.2. Externos	R\$ 0,00
2.2. Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	R\$ 0,00
2.3. Financiamentos	R\$ 0,00
2.3.1. Internos	R\$ 0,00
2.3.2. Externos	R\$ 0,00
2.4. Parcelamento e Renegociação de Dívidas	R\$ 20.557,58
2.4.1. De Tributos	R\$ 0,00
2.4.2. De Contribuições Previdenciárias	R\$ 20.557,58
2.4.3. De Demais Contribuições Sociais	R\$ 0,00
2.4.4. Do FGTS	R\$ 0,00
2.4.5. Com Instituição Não Financeira	R\$ 0,00
2.5. Demais Dívidas Contratuais	R\$ 0,00
<b>3. Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e Não Pagos</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>4. Outras Dívidas</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>R\$ 15.890.005,48</b>
<b>5. Disponibilidade de Caixa</b>	<b>R\$ 15.890.005,48</b>
5.1. Disponibilidade de Caixa Bruta	R\$ 16.681.079,98
5.2. (-) Restos a Pagar Processados	R\$ 770.792,73
5.3. (-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	R\$ 20.281,77
<b>6. Demais Haveres Financeiros</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>DÍV. CONSOLID. LÍQUIDA (DCL) (III)=(I - II)</b>	<b>-R\$ 15.869.447,90</b>
RCL AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (IV)	R\$ 66.841.830,91
% da DC sobre a RCL Ajustada	0,03%
<b>% da DCL sobre a RCL Ajustada</b>	<b>0,00%</b>
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL: <120%>	R\$ 80.210.197,09
<b>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</b>	
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	R\$ 0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC)	R\$ 954.684,73
PASSIVO ATUARIAL - RPPS	R\$ 0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	R\$ 9.850.592,84
ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	R\$ 0,00





Descrição	Valor R\$
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	R\$ 0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS	R\$ 0,00
APLIC > Informes Mensais > CF/LRF - Limites/Documentações > Dívida Consolidada Líquida Anual (Composição)	

#### Quadro: 6.6 - Quociente de Dispendio da Dívida Pública (QDDP) - Exceto RPPS

DESCRIÇÃO	R\$
Amortização da Dívida	R\$ 388.394,47
Juros e Encargos da Dívida	R\$ 0,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 388.394,47</b>
Receita Corrente Líquida - RCL Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	R\$ 66.841.830,91
<b>% do Dispendios da Dívida Pública sobre a RCL Ajustada &lt;11,5% RCL&gt;</b>	<b>0,58%</b>
APLIC > Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária por Órgão/Unidade Orçamentária	

#### Quadro: 6.7 - Dívida Pública Contratada (art. 7º, I, da Resolução do Senado nº 43 /2001)

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR R\$
Mobiliária	R\$ 0,00
Empréstimos	R\$ 0,00
Aquisição Financiada de Bens e Serviços de Arrendamento Mercantil Financeiro	R\$ 0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	R\$ 0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	R\$ 0,00
Operações de crédito não sujeitas aos limites para fins de contratação (art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001 (I))	R\$ 0,00
<b>TOTAL (II)</b>	<b>R\$ 0,00</b>
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR (R\$)
RCL AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (III)	R\$ 66.841.830,91
OPERAÇÕES VEDADAS (IV)	R\$ 0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DE APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (V)=(II+IV-I)	R\$ 0,00
% DA DÍVIDA CONTRATADA SOBRE A RCL AJUSTADA (VI) =V / III x 100	0,00%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS <16% RCL>	R\$ 10.694.692,94







OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR R\$
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) <90% x16% RCL>	R\$ 9.625.223,65
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	R\$ 0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA <60% RCL>	R\$ 40.105.098,54

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF - Limites/Documentações > Dívida Pública Contratada

### Quadro: 6.8 - Demonstrativo da Dívida Flutuante (Consolidado) - Restos a Pagar

TÍTULO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO			SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	RPNP LIQUIDADOS E NÃO PAGOS	BAIXA	
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					
2022	R\$ 3.523.329,91	R\$ 0,00	R\$ 0	R\$ 1.647.746,31	R\$ 1.875.583,60
2023	R\$ 3.114.647,32	R\$ 0,00	R\$ 0	R\$ 3.032.338,47	R\$ 82.308,85
2024	R\$ 0,00	R\$ 7.892.700,39	R\$ 0	R\$ 0,00	R\$ 7.892.700,39
	R\$ 6.637.977,23	R\$ 7.892.700,39	R\$ 0	R\$ 4.680.084,78	R\$ 9.850.592,84
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					
2018	R\$ 24.444,64	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 24.444,64	R\$ 0,00
2019	R\$ 12.338,51	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 12.338,51	R\$ 0,00
2020	R\$ 15.283,41	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 15.283,41	R\$ 0,00
2021	R\$ 94.919,65	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 94.919,65	R\$ 0,00
2022	R\$ 171.742,29	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 171.742,29	R\$ 0,00
2023	R\$ 1.615.567,62	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.615.567,62	R\$ 0,00
2024	R\$ 0,00	R\$ 770.792,73	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 770.792,73
	R\$ 1.934.296,12	R\$ 770.792,73	R\$ 0,00	R\$ 1.934.296,12	R\$ 770.792,73
TOTAL	R\$ 8.572.273,35	R\$ 8.663.493,12	R\$ 0,00	R\$ 6.614.380	R\$ 10.621.385,57

APLIC > Informes Mensais > Restos a Pagar > Consulta Parametrizada - Mês: Dezembro > Dados Consolidados do Ente.

### Quadro: 6.9 - Demonstrativo da Dívida Flutuante (Consolidado) - Depósitos / Consignações/ ARO

TÍTULO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	INGRESSOS	BAIXA	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
DEPÓSITOS / CONSIGNAÇÕES / ARO				
21881010200 - CONTRIBUIÇÃO AO RGPS (F)	R\$ 1.147,15	R\$ 2.067,99	R\$ 3.215,14	R\$ 0,00





TÍTULO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	INGRESSOS	BAIXA	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
21881010300 - ENCARGOS SOCIAIS - OUTRAS ENTIDADES (F)	R\$ 0,00	R\$ 95.298,52	R\$ 95.298,52	R\$ 0,00
21881010400 - IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF (F)	R\$ 0,00	R\$ 808.780,21	R\$ 807.253,12	R\$ 1.527,09
21881010800 - ISS (F)	R\$ 0,00	R\$ 12.411,02	R\$ 0,00	R\$ 12.411,02
21881011000 - PENSÃO ALIMENTÍCIA (F)	R\$ 0,00	R\$ 84.725,76	R\$ 84.725,76	R\$ 0,00
21881011100 - PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA (F)	R\$ 392,91	R\$ 2.329,36	R\$ 2.722,27	R\$ 0,00
21881011500 - RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (F)	R\$ 0,00	R\$ 466.740,68	R\$ 466.740,68	R\$ 0,00
21881019900 - OUTROS CONSIGNATÁRIOS (F)	R\$ 349,41	R\$ 2.088.007,94	R\$ 2.088.357,35	R\$ 0,00
21881040100 - DEPOSITOS E CAUÇÕES (F)	R\$ 0,00	R\$ 4.674,12	R\$ 0,00	R\$ 4.674,12
21882010400 - IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - INTRA OFSS (F)	R\$ 0,00	R\$ 75.953,79	R\$ 75.953,79	R\$ 0,00
21882010800 - ISS (F)	R\$ 991,91	R\$ 129.454,58	R\$ 130.446,49	R\$ 0,00
21883010200 - CONTRIBUIÇÃO AO RGPS (F)	R\$ 162.459,09	R\$ 2.242.902,13	R\$ 2.403.691,68	R\$ 1.669,54
21883010400 - IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF (F)	R\$ 19.626,45	R\$ 1.643.635,52	R\$ 1.663.261,97	R\$ 0,00
	<b>R\$ 184.966,92</b>	<b>R\$ 7.656.981,62</b>	<b>R\$ 7.821.666,77</b>	<b>R\$ 20.281,77</b>

APLIC > Informes Mensais > Restos a Pagar > Consulta Parametrizada - Mês: Dezembro > Dados Consolidados do Ente.

## Quadro: 6.10 - Demonstrativo da Dívida Flutuante (Consolidado) - RESUMO





Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7595 / 7624

Email: [quintasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quintasecex@tce.mt.gov.br)

Título	Saldo Exercício Anterior	Saldo para o Exercício Seguinte
Restos a Pagar Não Processados	R\$ 6.637.977,23	R\$ 9.850.592,84
Restos a Pagar Processados	R\$ 1.934.296,12	R\$ 770.792,73
Depósitos/Consignações/ARO	R\$ 184.966,92	R\$ 20.281,77
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 8.757.240,27</b>	<b>R\$ 10.641.667,34</b>

APLIC





## Anexo: 7 - EDUCAÇÃO

### Quadro: 7.1 - Receita base para Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (art.212, CF)

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
<b>Receita de Impostos (I)</b>	<b>R\$ 6.158.400,31</b>
1.1 IPTU - Imposto s/ Propriedade Territorial Urbana (Art. 156, I, da CF/88)	R\$ 998.383,06
1.2 ITBI - Imposto s/ Transmissão de Bens "Inter Vivos" (Art. 156, II, da CF/88)	R\$ 1.044.402,43
1.3 ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (Art. 156, III, da CF/88)	R\$ 1.845.124,95
1.4 IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte (Art. 158, I, da CF/88)	R\$ 2.270.489,87
1.5 ITR - Imposto Territorial Rural (Art. 158, II c/c Art. 153, § 4º, III, da CF/88)	R\$ 0,00
<b>Receita de Transferências Constitucionais e Legais (II)</b>	<b>R\$ 32.919.356,73</b>
2.1 Cota-Parte FPM (Art. 159, I, "b", da CF/88)	R\$ 17.170.819,58
2.2 Cota-Parte FPM (Art. 159, I, "d" e "e", da CF/88)	R\$ 1.772.634,37
2.3 Cota-Parte ICMS (Art. 158, IV, da CF/88)	R\$ 10.982.627,13
2.4 Cota-Parte IPI Exportação (Art. 159, § 3º, da CF/88 c/c LC 61/89)	R\$ 73.890,51
2.5 Cota-Parte ITR (Art. 158, II, da CF/88)	R\$ 951.183,36
2.6 Cota-Parte IPVA da CF/88)	R\$ 1.965.822,00
2.7 Cota-Parte IOF s/ Ouro - Imposto Parte IPVA (Art. 158, III, sobre Operações Financeiras (Art. 153, §5º CF)	R\$ 0,00
2.8 Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais (Art. 5º, Inciso V, EC nº 123/2022 e LC 194/2022)	R\$ 2.379,78
<b>Total da Receita base - MDE (III) = (I+II)</b>	<b>R\$ 39.077.757,04</b>
<b>Total destinado ao Fundeb (IV)</b>	<b>R\$ 6.214.088,51</b>
<b>Valor mínimo para aplicação na MDE (25% de III)</b>	<b>R\$ 9.769.439,26</b>

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF - Limites/Documentações > MDE- Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

### Quadro: 7.2 - Receita do FUNDEB

Receita do Fundeb Recebidas no Exercício	Valor (R\$)
<b>1. Fundeb - Impostos e Transferências de Impostos</b>	<b>R\$ 9.775.385,29</b>
1.1 Principal (1.7.5.1.50.0). Fonte 1.540	R\$ 9.670.774,17
1.2 Rendimento de Aplicação Financeira (1.3.2.1.01.0, 1.3.2.1.02.0, 1.3.2.1.03.0, 1.3.2.1.05.0, 1.3.2.9.99.0). Fonte 1.540	R\$ 104.611,12
1.3 Ressarcimento de Recursos (1.9.2.2.51.0). Fonte 1.540	R\$ 0,00
<b>2. Fundeb - Complementação da União - VAAF</b>	<b>R\$ 0,00</b>
2.1 Principal (1.7.1.5.51.0). Fonte 1.541	R\$ 0,00
2.2 Rendimento Aplicação Financeira (1.3.2.1.01.0, 1.3.2.1.02.0, 1.3.2.1.03.0, 1.3.2.1.05.0, 1.3.2.9.99.0). Fonte 1.541	R\$ 0,00
2.3 Ressarcimento de Recursos (1.9.2.2.51.0). Fonte 1.541	R\$ 0,00





Receita do Fundeb Recebidas no Exercício	Valor (R\$)
<b>3. Fundeb - Complementação da União - VAAT</b>	<b>R\$ 387.603,11</b>
3.1 Principal (1.7.1.5.50.0). Fonte 1.542	R\$ 387.603,11
3.2 Rendimento Aplicação Financeira (1.3.2.1.01.0, 1.3.2.1.02.0, 1.3.2.1.03.0, 1.3.2.1.05.0, 1.3.2.9.99.0). Fonte 1.542	R\$ 0,00
3.3 Ressarcimento de Recursos (1.9.2.2.51.0). Fonte 1.542	R\$ 0,00
<b>4. Fundeb - Complementação da União - VAAR</b>	<b>R\$ 0,00</b>
4.1 Principal (1.7.1.5.52.0). Fonte 1.543	R\$ 0,00
4.2 Rendimento Aplicação Financeira (1.3.2.1.01.0, 1.3.2.1.02.0, 1.3.2.1.03.0, 1.3.2.1.05.0, 1.3.2.9.99.0). Fonte 1.543	R\$ 0,00
4.3 Fundeb - Ressarcimento de Recursos (1.9.2.2.51.0). Fonte 1.543	R\$ 0,00
<b>5. Total Receita Recebida do Fundeb (1+2+3+4)</b>	<b>R\$ 10.162.988,40</b>
<b>6. Resultado Líquido das Transferências (Receita Recebida FUNDEB (1.540) - Dedução para o FUNDEB)</b>	<b>R\$ 3.456.685,66</b>
<b>Recursos Recebidos em Exercícios Anteriores e Não Utilizados (Superávit)</b>	
7. Total do recurso do superávit	R\$ 521.869,35
<b>8. Total dos recursos do Fundeb disponíveis para utilização (5+7)</b>	<b>R\$ 10.684.857,75</b>

### Quadro: 7.3 - [AUXILIAR] FUNDEB - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS

Descrição	Valor (R\$)
Receita Recebida do FUNDEB - Principal (A)	R\$ 9.670.774,17
Total destinado ao FUNDEB (B)	R\$ 6.214.088,51
<b>Resultado Líquido das Transferências (C)= A-B</b>	<b>R\$ 3.456.685,66</b>





## Quadro: 7.4 - Despesas com Recursos do FUNDEB

Descrição	Valor Empenhado (a) R\$	Valor Liquidado (b) R\$	Valor Pago (c) R\$	Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (d) R\$
Despesas com recursos do FUNDEB	R\$ 10.470.286,19	R\$ 9.600.286,19	R\$ 9.353.255,86	R\$ 870.000,00

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF - Limites/Documentações > MDE- Manutenção e Desenvolvimento do Ensino





## Quadro: 7.5 - Despesas Custeadas com Receitas do FUNDEB Recebidas no Exercício

Descrição	Valor Empenhado (a) R\$	Valor Liquidado (b) R\$	Valor Pago (c) R\$	Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (d) R\$	Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (Sem disponibilidade de Caixa) (e) R\$	Despesa Empenhada em valor superior ao total das receitas (f) R\$
FUNDEB - Impostos (Fonte 540)	R\$ 9.587.816,31	R\$ 8.717.816,31	R\$ 8.546.845,98	R\$ 870.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
FUNDEB - Complementação da União (Fontes 541, 542 e 543)	R\$ 360.593,96	R\$ 360.593,96	R\$ 284.533,96	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 9.948.410,27</b>	<b>R\$ 9.078.410,27</b>	<b>R\$ 8.831.379,94</b>	<b>R\$ 870.000,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF - Limites/Documentações > MDE- Manutenção e Desenvolvimento do Ensino





## Quadro: 7.6 - Indicadores do FUNDEB

Indicador	Valor Empenhado (a) R\$	Inscrição de Restos a Pagar sem disponibilidade Financeira - FUNDEB (b) R\$	Valor Aplicado (c) = a-b R\$	Receita Base (R\$)	Percentual	Situação
Remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício (CF/88, Art. 212-A, XI. Fontes 1.540, 1.541 e 1.542 Função 12. Natureza de despesa 1. CAEO: 1070 Elementos despesas <> de 01, 03 e 97 Exceto Natureza de Despesas (3.1.90.91.03, 3.1.90.91.04, 3.1.90.91.12, 3.1.90.91.13, 3.1.90.91.14, 3.1.90.91.16, 3.1.90.91.17, 3.1.90.92.01, 3.1.90.92.03, 3.1.90.92.06, 3.1.90.92.69, 3.1.90.92.72, 3.1.90.94.03, 3.1.90.94.04, 3.1.90.94.13, 3.1.90.94.98) Exceto Modalidade: 71 (Mínimo 70%)	R\$ 8.203.842,63	R\$ 0,00	R\$ 8.203.842,63	R\$ 10.162.988,40	80,72%	REGULAR
Aplicação da complementação da União (VAAT) em despesa de capital (CF/88, Art. 212-A, XI). Fonte 1.542. Função 12. Categoria Econômica 4 Exceto Modalidade: 71 (Mínimo 15%)	R\$ 76.060,00	R\$ 0,00	R\$ 76.060,00	R\$ 387.603,11	19,62%	REGULAR
Aplicação da complementação da União (VAAT) na educação infantil (CF/88, Art. 212-A, § 3º). Fonte 1.542. Subfunção 365. Categoria econômica 3 e 4 Elementos despesas <> de 01, 03 e 97 Exceto Natureza de Despesas (3.1.90.91.03, 3.1.90.91.04, 3.1.90.91.12, 3.1.90.91.13, 3.1.90.91.14, 3.1.90.91.16, 3.1.90.91.17, 3.1.90.92.01, 3.1.90.92.03, 3.1.90.92.06, 3.1.90.92.69, 3.1.90.92.72, 3.1.90.94.03, 3.1.90.94.04, 3.1.90.94.13,	R\$ 360.593,96	R\$ 0,00	R\$ 360.593,96	R\$ 387.603,11		REGULAR







Indicador	Valor Empenhado (a) R\$	Inscrição de Restos a Pagar sem disponibilidade Financeira - FUNDEB (b) R\$	Valor Aplicado (c) = a-b R\$	Receita Base (R\$)	Percentual	Situação
3.1.90.94.98) Exceto Modalidade: 71 (Mínimo de 50%)					93,03%	

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF - Limites/Documentações > MDE - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino > Aba: Indicadores do FUNDEB

## Quadro: 7.7 - [AUXILIAR] FUNDEB - RECEITA BASE - PROFISSIONAIS ED. BÁSICA

Descrição	Valor (R\$)
Total Receita Recebida do FUNDEB (A)	R\$ 10.162.988,40
Receita FUNDEB - Complementação União - VAAR - 1.543 (B)	R\$ 0,00
<b>Receita Base para verificação do cumprimento do limite de 70% (C)= A-B</b>	<b>R\$ 10.162.988,40</b>

## Quadro: 7.8 - FUNDEB - Receita Recebida e não aplicada no Exercício

DESCRIÇÃO	VALOR R\$
Receita Recebida no Exercício (FUNDEB) - Fontes: 1.540, 1.541, 1.542 e 1.543 (A)	R\$ 10.162.988,40
Despesas Empenhada no Exercício (FUNDEB) - Fontes: 1.540, 1.541, 1.542 e 1.543 (B)	R\$ 9.948.410,27
RP FUNDEB inscrito sem Disponibilidade - Fontes 1.540, 1.541, 1.542 e 1.543 (C)	R\$ 0,00
Desp Empenhada (FUNDEB) superior ao total das receitas recebidas no exercício (D)= (SE B-A,=0;0;B-A)	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Vlr. Máximo Permitido (E) A*10%</b>	<b>R\$ 1.016.298,84</b>
<b>Vlr. Não Aplicado (F)= A-(B-D)</b>	<b>R\$ 214.578,13</b>
<b>Vlr. Não Aplicado após ajustes (G) = F+(se(C-D&lt;=0;0;C-D))</b>	<b>R\$ 214.578,13</b>
<b>Vlr. Não Aplicado excedente ao Máximo de 10% (H)= (se(G-E&lt;=0; 0; G-E)</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>% Não Aplicado (I)=G/A</b>	<b>2,11%</b>

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF - Limites/Documentações > MDE - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino > Aba: Indicadores do FUNDEB





## Quadro: 7.9 - [AUXILIAR] FUNDEB - DESPESA EMPENHADA X RECEITA DO EXERCÍCIO

Descrição	Valor (R\$)
Valor Empenhado FUNDEB - Fonte 1.540 (A)	R\$ 9.587.816,31
Total Receita FUNDEB - Fonte 1.540 (B)	R\$ 9.775.385,29
<b>FUNDEB - 1.540 - Despesa Empenhada em valor superior ao total das receitas (C)= SE A-B&gt;0</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Valor Empenhado FUNDEB - Complementação União - Fontes 1.541, 1.542, 1.543 (D)	R\$ 360.593,96
Total Receita FUNDEB - Fonte 1.541 (E)	R\$ 0,00
Total Receita FUNDEB - Fonte 1.542 (F)	R\$ 387.603,11
Total Receita FUNDEB - Fonte 1.543 (G)	R\$ 0,00
Total Receita FUNDEB Complementação União (1.541, 1.542 e 1.543) (H)	R\$ 387.603,11
<b>FUNDEB - 1.541, 1.542 E 1.543 - Despesa Empenhada em valor superior ao total das receitas (I)= SE D-H&gt;0</b>	<b>R\$ 0,00</b>

## Quadro: 7.10 - Despesas provenientes de Superávit Financeiro aplicado até o 1º quadrimestre - FUNDEB

Descrição	valor (R\$)
Valor máximo de superávit permitido no exercício anterior (A)	R\$ 883.207,67
Valor não aplicado no exercício anterior (B)	R\$ 451.133,23
Valor de superávit aplicado até o primeiro quadrimestre (C)	R\$ 522.000,00
Valor de superávit permitido no exercício anterior não aplicado até o primeiro quadrimestre do exercício atual (D)	R\$ 0,00

APLIC





Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7595 / 7624

Email: [quintasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quintasecex@tce.mt.gov.br)

**Quadro: 7.11 - Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar dos Recursos do Fundeb e MDE no final do exercício**

Fonte	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121 e 11131 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	Inscritos em RPP - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A - B - C - D - E - F	Inscritos em RPNP - Do Exercício (H)	Restos a Pagar não processados inscritos no exercício sem disponibilidade financeira de recursos de impostos (I) = SE (G<=0, H, se (G>=H, 0, H-G))
Recursos de Impostos e Transferências de Impostos (Fontes 500, 502 e 718)	R\$ 1.262.966,07	R\$ 0,00	R\$ 67.090,91	R\$ 18.280,77	R\$ 6.619,07	R\$ 0,00	R\$ 1.170.975,32	R\$ 478.300,00	R\$ 0,00
FUNDEB - Impostos (Fonte 540)	R\$ 1.230.246,38	R\$ 0,00	R\$ 170.970,33	R\$ 0,00	R\$ 1.244,63	R\$ 0,00	R\$ 1.058.031,42	R\$ 870.000,00	R\$ 0,00
FUNDEB - Complementação da União VAAF (Fonte 541)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
FUNDEB - Complementação da União VAAT (Fonte 542)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00





Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7595 / 7624

Email: [quintasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quintasecex@tce.mt.gov.br)

Fonte	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121 e 11131 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	Inscritos em RPP - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A - B - C - D - E - F	Inscritos em RPNP - Do Exercício (H)	Restos a Pagar não processados inscritos no exercício sem disponibilidade financeira de recursos de impostos (I) = SE (G<=0, H, se (G>=H, 0, H-G))
FUNDEB - Complementação da União VAAR (Fonte 543)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>TOTALIZAÇÃO</b>									
TOTAL (Fontes 540 + 541 +542)	R\$ 1.230.246,38	R\$ 0,00	R\$ 170.970,33	R\$ 0,00	R\$ 1.244,63	R\$ 0,00	R\$ 1.058.031,42	R\$ 870.000,00	R\$ 0,00
TOTAL - FUNDEB COMPL UNIÃO (FONTES 541 + 542 + 543)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

APLIC





Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7595 / 7624

Email: [quintasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quintasecex@tce.mt.gov.br)

**Quadro: 7.12 - Cancelamento, no exercício, de restos a pagar inscritos com disponibilidade financeira de recursos de impostos vinculados ao ensino**

Fonte	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121 e 11131 (A)	RP Processados - De Exercícios Anteriores (B)	RP Não Processados de Exercícios Anteriores (C)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (D)	(In)Disponibilidade Caixa Líquida antes de cancelamentos de Restos a Pagar Não Processados (E) = A - B - C - D	Cancelamento, no exercício, de RP de Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino (F)	Cancelamento, no exercício, de RPNP Inscritos com Disponibilidade Financeira de Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino (G) (G) = SE (E<=0, 0, SE(E<F, F-E, F))
Recursos de Impostos e Transferências de Impostos (Fontes 500, 502 e 718)	R\$ 806.725,37	R\$ 1.529.555,90	R\$ 535.061,96	R\$ 135.090,91	-R\$ 1.392.983,40	R\$ 8.424,56	R\$ 0,00
FUNDEB - Impostos (Fonte 540)	R\$ 615.536,89	R\$ 430,64	R\$ 90.499,70	R\$ 2.737,20	R\$ 521.869,35	R\$ 20,64	R\$ 20,64
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 1.422.262,26</b>	<b>R\$ 1.529.986,54</b>	<b>R\$ 625.561,66</b>	<b>R\$ 137.828,11</b>	<b>-R\$ 871.114,05</b>	<b>R\$ 8.445,20</b>	<b>R\$ 20,64</b>

APLIC





### Quadro: 7.13 - Apuração da Despesas Com Ações Típicas de MDE para Fins de Limites Constitucionais

Descrição	Valor Empenhado (a) R\$
Despesas com MDE custeadas com receita de impostos-Exceto FUNDEB (A)	R\$ 4.131.806,37
Despesas que se enquadram como MDE, mas classificadas em outras funções (Inclusão pela Equipe Técnica) (B)	R\$ 0,00
Outras Despesas que não se enquadram na MDE (Inclusão pela Equipe Técnica) (C)	R\$ 0,00
<b>Despesas considerada como Aplicação em MDE (D)=A+B-C</b>	<b>R\$ 4.131.806,37</b>
Apuração do Limite Constitucional com Ações Típicas de MDE	Valor(R\$)
Total das receitas transferidas ao FUNDEB (E)	R\$ 6.214.088,51
(-) Receitas do FUNDEB não utilizadas no exercício, em valor superior a 10% (F)	R\$ 0,00
(-) Superávit permitido no exercício imediatamente anterior não aplicado até o primeiro quadrimestre do exercício atual (G)	R\$ 0,00
(-) Restos a pagar não processados inscritos no exercício sem disponibilidade financeira de recursos de impostos (H)	R\$ 0,00
(-) Cancelamento, no exercício, de restos a pagar inscritos com disponibilidade financeira de recursos de impostos vinculados ao ensino (I)	R\$ 20,64
<b>(=) Total das despesas para fins de limite (J)=D+E-F-G-H-I</b>	<b>R\$ 10.345.874,24</b>
Receita base da MDE (Conforme Quadro Receita base) (K)	R\$ 39.077.757,04
<b>Percentual aplicado na MDE (L) = (J/K) %</b>	<b>26,47%</b>
Percentual mínimo de aplicação em MDE (M)	25%
<b>Percentual aplicado a maior (menor) no exercício (N) = (L-M)</b>	<b>1,47%</b>
<b>Situação (O)</b>	<b>REGULAR</b>
APLIC	

### Quadro: 7.14 - Despesas não consideradas como Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Nº Liquidação	Nº Empenho	Credor	Objeto	Valor
				R\$ 0,00
APLIC>Informes Mensais>Despesas>Empenhos				

### Quadro: 7.15 - Despesas Empenhadas que se enquadram como MDE classificadas em outras funções





Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7595 / 7624

Email: quintasecex@tce.mt.gov.br

Nº Liquidação	Nº Empenho	Função	Subfunção	Fonte	Elemento	Objeto	Valor
							R\$ 0,00

APLIC>Informes Mensais>Despesas>Empenhos





## Anexo: 8 - SAÚDE

### Quadro: 8.1 - Receita base para verificação da aplicação mínima de recursos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
<b>Receitas Resultantes de Impostos (I)</b>	<b>R\$ 6.158.400,31</b>
IPTU - Imposto s/ Propriedade Territorial Urbana (Art. 156, I, da CF/88)	R\$ 998.383,06
ITBI - Imposto s/ Transmissão de Bens "Inter Vivos" (Art. 156, II, da CF/88)	R\$ 1.044.402,43
ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (Art. 156, III, da CF/88)	R\$ 1.845.124,95
IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte (Art. 158, I, da CF/88)	R\$ 2.270.489,87
ITR - Imposto Territorial Rural (Art. 158, II c/c Art. 153, § 4º, III, da CF/88)	R\$ 0,00
<b>Transferências (II)</b>	<b>R\$ 31.146.722,36</b>
Cota - Parte FPM - Fundo de Participação dos Municípios (Art. 159, I, "b", da CF/88)	R\$ 17.170.819,58
Cota - Parte ITR (Art. 158, II, da CF/88)	R\$ 951.183,36
Cota - Parte IPVA (Art. 158, III, da CF/88)	R\$ 1.965.822,00
Cota - Parte ICMS (Art. 158, IV, da CF/88)	R\$ 10.982.627,13
Cota - Parte IPI Exportação (Art. 159, § 3º, da CF/88 c/c LC 61/89)	R\$ 73.890,51
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais (LC 194/2022)	R\$ 2.379,78
<b>Total da Receita base - ASPS (III) = (I+II)</b>	<b>R\$ 37.305.122,67</b>
<b>Valor mínimo para aplicação na ASPS (15% de III)</b>	<b>R\$ 5.595.768,40</b>

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF - Limites/Documentações > ASPS - Ações e Serviços Públicos de Saúde







Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7595 / 7624

Email: [quintasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quintasecex@tce.mt.gov.br)

**Quadro: 8.2 - Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar dos Recursos Base de Aplicação em ASPS**

Fonte	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (b)	Inscritos em RPP - Do Exercício (c)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (e)	Insuficiência Financeira no Consórcio (f)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (g) = a - b - c - d - e - f	Inscritos em RPNP - Do Exercício (h)	Restos a Pagar não processados inscritos no exercício sem disponibilidade financeira de recursos de impostos (i)=SE (G<=0, H, Se (G>=H,0,H-G)
500 e 502 - Recursos não Vinculados de Impostos	R\$ 1.262.966,07	R\$ 0,00	R\$ 67.090,91	R\$ 18.280,77	R\$ 6.619,07	R\$ 0,00	R\$ 1.170.975,32	R\$ 2.000,00	R\$ 0,00
APLIC									





### Quadro: 8.3 - Demonstrativo de cálculo da aplicação de recursos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS)

Descrições	Valor (R\$)
Despesa Corrente (IV)	R\$ 10.325.942,71
Despesa de Capital (V)	R\$ 10.900,00
<b>Total das Despesa com ASPS (VI) = IV+V</b>	<b>R\$ 10.336.842,71</b>
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (VII)	R\$ 0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (VIII)	R\$ 0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (IX)	R\$ 0,00
(+) Outras despesas Empenhadas que se enquadram como ASPS. Fontes/ destinação de Recursos 500 e 502 (X)	R\$ 0,00
(-) Despesas Empenhadas que não se enquadram nas ASPS (Inclusão pela Equipe Técnica) (XI)	R\$ 0,00
<b>(=) Valor Aplicado em ASPS (XII) = VI-VII-VIII-IX+X-XI</b>	<b>R\$ 10.336.842,71</b>
Receita base das ASPS (Conforme Quadro 8.1) (XIII)	R\$ 37.305.122,67
<b>Percentual aplicado nas ASPS (XIV) = XII/XIII</b>	<b>27,70%</b>
Percentual mínimo de aplicação nas ASPS (XV)	15%
<b>Percentual aplicado a maior (menor) no exercício (XVI)=XIV-XV</b>	<b>12,70%</b>
<b>SITUAÇÃO (XVII)</b>	<b>REGULAR</b>
APLIC	





**Quadro: 8.4 - Despesas não consideradas como Ações e Serviços Públicos de Saúde**

Nº Liquidação	Nº Empenho	Credor	Objeto	Valor
				R\$ 0,00

APLIC>Informes Mensais>Despesas>Empenhos





**Quadro: 8.5 - Outras despesas Empenhadas que se enquadram como ASPS.  
Fonte/ destinação de Recursos 500 e 502**

Nº Liquidação	Nº Empenho	Função	Subfunção	Fonte	Elemento	Objeto	Valor
							R\$ 0,00

APLIC> Informes Mensais > Despesas > Empenhos





## Anexo: 9 - PESSOAL

### Quadro: 9.1 - Gastos com Pessoal - Poderes Executivo e Legislativo (Arts. 18 a 22 da LRF)

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(ÚLTIMOS 12 MESES)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
<b>1 - DESPESA BRUTA COM PESSOAL = (1.1 + 1.2 + 1.3 + 1.4)</b>	<b>R\$ 29.156.873,49</b>	<b>R\$ 0,00</b>
1.1 - Pessoal Ativo	R\$ 29.156.873,49	R\$ 0,00
1.2 - Pessoal Inativo e Pensionista	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.3 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.4 - Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>2 - DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) = (2.1 + 2.2 + 2.3 + 2.4 + 2.5 + 2.6)</b>	<b>R\$ 1.410.988,19</b>	<b>R\$ 0,00</b>
2.1 - Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	R\$ 118.178,46	R\$ 0,00
2.2 - Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	R\$ 177.902,21	R\$ 0,00
2.3 - Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.4 - Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.5 - Despesas com recursos da fonte 604 (Art. 198, §11, CF/88)	R\$ 975.861,32	R\$ 0,00
2.6 - Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira (ADCT, art. 38, §2º)	R\$ 139.046,20	R\$ 0,00
2.7 - Outras Deduções lançadas pela Equipe Técnica	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>3 - DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL = (1-2)</b>	<b>R\$ 27.745.885,29</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>4 - DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP - STN (3a + 3b)</b>	<b>R\$ 27.745.885,29</b>	

Relatório de Contas Anuais de Governo - Anexo: Pessoal - Quadro: Gastos com Pessoal Detalhado.

### Quadro: 9.2 - Gastos com Pessoal - Poder Executivo (Arts. 18 a 22 LRF)





DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(ÚLTIMOS 12 MESES)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
<b>1 - DESPESA BRUTA COM PESSOAL = (1.1 + 1.2 + 1.3)</b>	<b>R\$ 27.910.577,82</b>	<b>R\$ 0,00</b>
1.1 - Pessoal Ativo	R\$ 27.910.577,82	R\$ 0,00
1.2 - Pessoal Inativo e Pensionista	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.3 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.4 Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>2 - DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) = (2.1 + 2.2 + 2.3 + 2.4 + 2.5)</b>	<b>R\$ 1.292.809,73</b>	<b>R\$ 0,00</b>
2.1 - Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.2 - Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	R\$ 177.902,21	R\$ 0,00
2.3 - Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.4 - Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.5 - Despesas com recursos da fonte 604 (Art. 198, §11, CF/88)	R\$ 975.861,32	R\$ 0,00
2.6 - Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira (ADCT, art. 38, §2º)	R\$ 139.046,20	R\$ 0,00
2.7 - Outras Deduções lançadas pela Equipe Técnica	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>3 - DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL = (1-2)</b>	<b>R\$ 26.617.768,08</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>4 - DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP (3a + 3b)</b>	<b>R\$ 26.617.768,08</b>	

Relatório de Contas Anuais de Governo - Anexo: Pessoal - Quadro: Gastos com Pessoal Detalhado

### Quadro: 9.3 - Apuração do Cumprimento do Limite Legal Individual - MCASP - STN

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	EXECUTIVO	LEGISLATIVO
DTP (I)	R\$ 27.745.885,29	R\$ 26.617.768,08	R\$ 1.128.117,21
<b>RCL Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal (II)</b>	<b>R\$ 65.798.846,91</b>		
<b>% sobre a RCL Ajustada (III) = I / II x 100</b>	<b>42,16%</b>	<b>40,45%</b>	<b>1,71%</b>
LIMITE MÁXIMO (inciso III do art.20 da LRF)	60%	54%	6%
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da			





Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7595 / 7624

Email: [quintasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quintasecex@tce.mt.gov.br)

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	EXECUTIVO	LEGISLATIVO
LRF)	57%	51,30%	5,70%

Relatório de Contas Anuais de Governo - Anexo: Pessoal - Quadro - Gastos com Pessoal Detalhado.





Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7595 / 7624

Email: [quintasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quintasecex@tce.mt.gov.br)

**Quadro: 9.4 - Gastos com Pessoal - Detalhado**

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS CONSOLIDADAS		EXECUTIVO		LEGISLATIVO	
	(últimos 12 meses)		(últimos 12 meses)		(últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>R\$ 29.156.873,49</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 27.910.577,82</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 1.246.295,67</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>1. Pessoal Ativo</b>	<b>R\$ 29.156.873,49</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 27.910.577,82</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 1.246.295,67</b>	<b>R\$ 0,00</b>
1.1 Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis:	R\$ 24.787.302,92	R\$ 0,00	R\$ 23.632.090,45	R\$ 0,00	R\$ 1.155.212,47	R\$ 0,00
1.2 Obrigações Patronais:	R\$ 2.726.613,37	R\$ 0,00	R\$ 2.635.530,17	R\$ 0,00	R\$ 91.083,20	R\$ 0,00
1.3 Outros Valores acrescidos pela Equipe - despesas com serviços médicos, plantões médicos, serviços de pessoa física - 3390.39.50 / 3390.36.30 / 3390.36.35 - Apêndice F.	R\$ 1.642.957,20	R\$ 0,00	R\$ 1.642.957,20	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>2. Pessoal Inativo e Pensionistas</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>
2.1 Aposentadorias, Reserva e Reformas:	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.2 Pensões:	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.3 Outros Valores acrescidos pela Equipe	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>3 Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Terceirização (§1º do art. 18 da LRF):</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>4 Despesa com Pessoal não</b>						







Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7595 / 7624

Email: [quintasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quintasecex@tce.mt.gov.br)

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS CONSOLIDADAS		EXECUTIVO		LEGISLATIVO	
	(últimos 12 meses)		(últimos 12 meses)		(últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
Executada Orçamentariamente	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>5 DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)</b>	<b>R\$ 1.410.988,19</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 1.292.809,73</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 118.178,46</b>	<b>R\$ 0,00</b>
5.1 Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária:	R\$ 118.178,46	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 118.178,46	R\$ 0,00
5.2 Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração:	R\$ 177.902,21	R\$ 0,00	R\$ 177.902,21	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5.3 Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração:	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5.4 Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5.5 Despesas com recursos da fonte 604 (Art. 198 §11, CF/88)	R\$ 975.861,32	R\$ 0,00	R\$ 975.861,32	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5.6 Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira (ADCT, art. 38, §2º)	R\$ 139.046,20	R\$ 0,00	R\$ 139.046,20	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5.7 Outras Deduções Lançadas pela Equipe	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 27.745.885,29	R\$ 0,00	R\$ 26.617.768,08	R\$ 0,00	R\$ 1.128.117,21	R\$ 0,00
<b>DTP</b>	<b>R\$ 27.745.885,29</b>		<b>R\$ 26.617.768,08</b>		<b>R\$ 1.128.117,21</b>	

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF - Limites/Documentações > Despesa com Pessoal (Preliminar)





Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7595 / 7624

Email: [quintasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quintasecex@tce.mt.gov.br)





## Anexo: 10 - REPASSE A CÂMARA

### Quadro: 10.1 - Limite de repasse para a Câmara Municipal. Receita Base (art. 29-A, CF)

ESPECIFICAÇÃO	VALOR R\$
<b>Receitas Tributárias</b>	<b>R\$ 5.486.685,64</b>
<b>Impostos</b>	<b>R\$ 5.125.851,30</b>
IPTU	R\$ 919.421,88
IRRF	R\$ 1.829.604,41
ITBI	R\$ 414.206,52
ISSQN	R\$ 1.962.618,49
<b>TAXAS</b>	<b>R\$ 360.834,34</b>
<b>Contribuição de Melhoria</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Transferências da União</b>	<b>R\$ 15.000.664,98</b>
FPM	R\$ 14.427.983,17
Transf. ITR	R\$ 572.681,81
IOF s/ ouro	R\$ 0,00
ICMS Desoneração	R\$ 0,00
<b>Transferências do Estado</b>	<b>R\$ 8.900.001,72</b>
ICMS	R\$ 7.122.154,32
IPVA	R\$ 1.747.539,49
IPI (Exportação)	R\$ 26.204,44
CIDE	R\$ 4.103,47
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>R\$ 29.387.352,34</b>
População do Município	10.747
<b>Limite percentual autorizado - art. 29-A, CF</b>	<b>7,00%</b>
<b>Valor máximo de repasse</b>	<b>R\$ 2.057.114,66</b>
Valor fixado na LOA e créditos adicionais	R\$ 2.056.800,00
Valor gasto pela Câmara Municipal	R\$ 1.973.976,81

APLIC > UG: Prefeitura > Exercício Anterior > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária > Mês de dezembro > Dados Consolidados do Ente > Exportar Planilha para o Excel. APLIC > UG: Câmara Municipal > Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária > Mês de dezembro > Valor total da Dotação Atualizada. APLIC > UG: Câmara Municipal > Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária > Mês de dezembro > Coluna Valor Empenhado.

### Quadro: 10.2 - Índices e Limites Câmara Municipal (Artigo 29-A da CF)

DESCRIÇÃO	VALOR R\$	RECEITA BASE R\$	% S/ RECEITA BASE	LIMITE MÁXIMO (%)	SITUAÇÃO
Repasse do Poder Executivo	R\$ 2.056.800,00	R\$ 29.387.352,34	6,99%	7,00%	REGULAR
Gasto do Poder Legislativo	R\$ 1.973.976,81	R\$ 29.387.352,34	6,71%	7,00%	





DESCRIÇÃO	VALOR R\$	RECEITA BASE R\$	% S/ RECEITA BASE	LIMITE MÁXIMO (%)	SITUAÇÃO
Folha de Pagamento do Poder Legislativo	R\$ 1.246.295,67	R\$ 2.056.800,00	60,59%	70%	
Limite Gastos com Pessoal - LRF	R\$ 1.128.117,21	R\$ 65.798.846,91	1,71%	6%	REGULAR

APLIC > Informes Mensais>Contabilidade>Lançamento Contábil>Razão Contábil> (UG: Câmara - Conta: 45112020100 e UG: Prefeitura - Conta: 35112020100). APLIC > UG: Câmara Municipal > Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária > Mês de dezembro. Anexo - Limites Constitucionais e Legais - Quadro 1.7 - Gastos com pessoal - Poder Legislativo (artigos 18 a 22 LRF)

### Quadro: 10.3 - Despesa com Folha de Pagamento do Poder Legislativo (Art. 29-A, §1º, da CF/88)

DESCRIÇÃO	Valor Liquidado - R\$ (A)	Valor Inscrito em Restos a Pagar não Processados (B)
1. Pessoal Ativo. Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	R\$ 1.155.212,47	R\$ 0,00
2. Obrigações Patronais	R\$ 91.083,20	R\$ 0,00
3. Aposentadorias, Reserva e Reformas	R\$ 0,00	R\$ 0,00
4. Pensões	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5. Outras despesas lançadas pela Equipe	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>Soma</b>	<b>R\$ 1.246.295,67</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Total Despesa com Folha de Pagamento</b>	<b>R\$ 1.246.295,67</b>	

APLIC > Informes Mensais > Despesas>Despesas Orçamentária

### Quadro: 10.4 - Auxiliar – Gastos com Inativos

DESCRIÇÃO	VALOR LIQUIDADO	VALOR INSCRITOS EM RPNP
Aposentadorias, Reserva e Reformas	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Pensões	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Soma	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>Total Gastos Inativos</b>	<b>R\$ 0,00</b>	

APLIC > Informes Mensais > LRF > Despesa com Pessoal (Preliminar)

### Quadro: 10.5 - Auxiliar – Valor Gasto pela Câmara Municipal - Art. 29-A, CF/88

DESCRIÇÃO	VALOR R\$
Despesas Câmara	R\$ 1.973.976,81
Gastos com Inativos	R\$ 0,00
<b>Gasto Poder Legislativo - Art. 29-A CF</b>	<b>R\$ 1.973.976,81</b>





Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7595 / 7624

Email: [quintasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quintasecex@tce.mt.gov.br)

APLIC>Informes Mensais>Despesas>Despesa Orçamentária





## Anexo: 11 - METAS FISCAIS

### Quadro: 11.1 - Receitas Primárias (Exceto RPPS)

Receitas Primárias	Valor R\$
Receitas Primária Correntes (I)	R\$ 66.658.381,28
Receita Primária de Capital (II)	R\$ 1.830.765,65
<b>Receita Primária Total (III) = I + II</b>	<b>R\$ 68.489.146,93</b>

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF - Limites/Documentações > Metas Fiscais

### Quadro: 11.2 - Despesas Primárias (Exceto RPPS)

Despesas Primárias	Despesa Paga R\$ (a)	Restos a Pagar Pagos R\$ (b)
Despesas Primária Correntes (IV)	R\$ 61.447.919,61	R\$ 2.321.899
Despesa Primária de Capital (V)	R\$ 2.630.152,49	R\$ 3.878.564,58
<b>Despesa Primária Total (VI) = IVa+IVb+Va+Vb</b>	<b>R\$ 70.278.536,48</b>	
<b>Receita Primária (VII)</b>	<b>R\$ 68.489.146,93</b>	
<b>Resultado Primário (Acima da Linha) (VIII) = VII-VI</b>	<b>-R\$ 1.789.389,55</b>	
Meta de Resultado Primário fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício (Valor Corrente) (IX)	-R\$ 47.830,00	
<b>Juros Nominais</b>	<b>Valor (R\$)</b>	
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (X)	R\$ 1.377.793,65	
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XI)	R\$ 0,00	
<b>Resultado Nominal (Sem RPPS) Acima da Linha (XII) = VIII + (X-XI)</b>	<b>-R\$ 411.595,90</b>	
Meta de Resultado Nominal fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício (Valor Corrente) (XIII)	-R\$ 268.170,00	

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF - Limites/Documentações > Metas Fiscais





## Anexo: 12 - LIMITE CONSTITUCIONAL ART. 167-A

### Quadro: 12.1 - Relação entre Despesas e Receitas Correntes - Art. 167-A CF

Exercicio	Receita Corrente Arrecadada (a) R\$	Despesa Corrente Liquidada (b) R\$	Despesas Inscritas em RPNP (c) R\$	Indicador Despesa /Receita (d) %
2021	R\$ 42.005.589,87	R\$ 35.879.303,77	R\$ 1.098.662,96	88,03%
2022	R\$ 51.955.572,53	R\$ 48.657.521,85	R\$ 2.884.432,68	99,20%
2023	R\$ 55.895.828,00	R\$ 52.786.183,26	R\$ 972.415,44	96,17%
2024	R\$ 68.041.874,91	R\$ 62.011.932,34	R\$ 617.460,84	92,04%

Anexo: Receita> Quadro: Resultado da Arrecadação Orçamentária. Origem de recursos da receita (valores Líquidos). Anexo: Despesa> Quadro: Despesa por Categoria Econômica.





Tribunal de Contas  
Mato Grosso

5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7595 / 7624

Email: quintasecex@tce.mt.gov.br

Anexo: 13 - REGRAS FINAL DE MANDATO

Quadro: 13.1 - Disponibilidade Líquida Pagamento de Restos a Pagar em 31/12 /2024 - Poder Executivo (Art. 42 LRF)

Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (f) = a - b - c - d - e	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (g)	(In) Disponibilidade Financeira após a Inscrição de Restos a pagar não processados do exercício (Em 31/12) (h) = f - g
Recurso Não Vinculados (Exceto RPPS)									
500	Recursos não Vinculados de Impostos	R\$ 1.240.631,02	R\$ 18.280,77	R\$ 6.619,07	R\$ 0,00	R\$ 67.090,91	R\$ 1.148.640,27	R\$ 822.130,78	R\$ 326.509,49
501	Outros Recursos não Vinculados	R\$ 167.928,47	R\$ 0,00	R\$ 9.600,00	R\$ 0,00	R\$ 10.861,32	R\$ 147.467,15	R\$ 0,00	R\$ 147.467,15
502	Recursos não vinculados da compensação de impostos	R\$ 22.335,05	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 22.335,05	R\$ 0,00	R\$ 22.335,05
		R\$ 1.430.894,54	R\$ 18.280,77	R\$ 16.219,07	R\$ 0,00	R\$ 77.952,23	R\$ 1.318.442,47	R\$ 822.130,78	R\$ 496.311,69
Recursos Vinculados (Exceto RPPS)									
	Transferências do FUNDEB								







Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7595 / 7624

Email: [quintasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quintasecex@tce.mt.gov.br)

Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (f) = a - b - c - d - e	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (g)	(In) Disponibilidade Financeira após a Inscrição de Restos a pagar não processados do exercício (Em 31/12) (h) = f - g
540	Impostos e Transferências de Impostos	R\$ 1.230.246,38	R\$ 0,00	R\$ 1.244,63	R\$ 0,00	R\$ 170.970,33	R\$ 1.058.031,42	R\$ 870.000,00	R\$ 188.031,42
542	Transferências do FUNDEB Complementação da União VAAT	R\$ 103.069,15	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 76.060,00	R\$ 27.009,15	R\$ 0,00	R\$ 27.009,15
550	Transferência do Salário Educação	R\$ 114.845,82	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 114.845,82	R\$ 0,00	R\$ 114.845,82
552	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	R\$ 12.297,19	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 12.297,19	R\$ 0,00	R\$ 12.297,19
553	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	R\$ 625,45	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 625,45	R\$ 0,00	R\$ 625,45





Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7595 / 7624

Email: [quintasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quintasecex@tce.mt.gov.br)

Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (f) = a - b - c - d - e	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (g)	(In) Disponibilidade Financeira após a Inscrição de Restos a pagar não processados do exercício (Em 31/12) (h) = f - g
569	Outras Transferências de Recursos do FNDE	R\$ 188.608,50	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 188.608,50	R\$ 0,00	R\$ 188.608,50
571	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	R\$ 2.692,92	R\$ 0,00	R\$ 373,96	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.318,96	R\$ 0,00	R\$ 2.318,96
600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 739.453,33	R\$ 0,00	R\$ 275,00	R\$ 0,00	R\$ 4.404,35	R\$ 734.773,98	R\$ 82.487,23	R\$ 652.286,75
	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do								





Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7595 / 7624

Email: [quintasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quintasecex@tce.mt.gov.br)

Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (f) = a - b - c - d - e	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (g)	(In) Disponibilidade Financeira após a Inscrição de Restos a pagar não processados do exercício (Em 31/12) (h) = f - g
601	Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	R\$ 33.994,86	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 33.994,86	R\$ 0,00	R\$ 33.994,86
604	Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias	R\$ 56.486,10	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 56.486,10	R\$ 0,00	R\$ 56.486,10
621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	R\$ 2.180.980,78	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.180.980,78	R\$ 720.551,33	R\$ 1.460.429,45
	Transferência de Recursos do								





Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7595 / 7624

Email: [quintasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quintasecex@tce.mt.gov.br)

Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (f) = a - b - c - d - e	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (g)	(In) Disponibilidade Financeira após a Inscrição de Restos a pagar não processados do exercício (Em 31/12) (h) = f - g
660	Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	R\$ 56.388,07	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 56.388,07	R\$ 0,00	R\$ 56.388,07
661	Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	R\$ 30.849,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 30.849,00	R\$ 0,00	R\$ 30.849,00
669	Outros Recursos Vinculados à Assistência Social	R\$ 26.857,50	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 26.857,50	R\$ 0,00	R\$ 26.857,50
700	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	R\$ 144.785,07	R\$ 79.900,00	R\$ 169,11	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 64.715,96	R\$ 0,00	R\$ 64.715,96
701	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	R\$ 8.681.747,88	R\$ 1.837.144,37	R\$ 2.000,00	R\$ 0,00	R\$ 438.884,76	R\$ 6.403.718,75	R\$ 4.484.357,15	R\$ 1.919.361,60





Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7595 / 7624

Email: [quintasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quintasecex@tce.mt.gov.br)

Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (f) = a - b - c - d - e	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (g)	(In) Disponibilidade Financeira após a Inscrição de Restos a pagar não processados do exercício (Em 31/12) (h) = f - g
704	Transferências da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	R\$ 33.324,87	R\$ 22.567,31	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 10.757,56	R\$ 0,00	R\$ 10.757,56
706	Transferência Especial da União	R\$ 194.382,75	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 194.382,75	R\$ 0,00	R\$ 194.382,75
711	Demais Transferências Obrigatórias não Decorrentes de Repartições de Receitas	R\$ 191,23	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 191,23	R\$ 0,00	R\$ 191,23
719	Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399 /2022	R\$ 94.290,65	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 94.290,65	R\$ 0,00	R\$ 94.290,65
749	Outras vinculações de transferências	R\$ 433.281,46	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 433.281,46	R\$ 259.099,73	R\$ 174.181,73





Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7595 / 7624

Email: [quintasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quintasecex@tce.mt.gov.br)

Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (f) = a - b - c - d - e	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (g)	(In) Disponibilidade Financeira após a Inscrição de Restos a pagar não processados do exercício (Em 31/12) (h) = f - g
750	Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	R\$ 21,68	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 21,68	R\$ 0,00	R\$ 21,68
751	Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	R\$ 96.003,36	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 96.003,36	R\$ 0,00	R\$ 96.003,36
755	Recursos de Alienação de Bens /Ativos - Administração Direta	R\$ 741.743,20	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 741.743,20	R\$ 654.074,17	R\$ 87.669,03
759	Recursos Vinculados a Fundos	R\$ 53.018,24	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.521,06	R\$ 50.497,18	R\$ 0,00	R\$ 50.497,18
		<b>R\$ 15.250.185,44</b>	<b>R\$ 1.939.611,68</b>	<b>R\$ 4.062,70</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 692.840,50</b>	<b>R\$ 12.613.670,56</b>	<b>R\$ 7.070.569,61</b>	<b>R\$ 5.543.100,95</b>
RPPS									
>>>>>>	<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 16.681.079,98</b>	<b>R\$ 1.957.892,45</b>	<b>R\$ 20.281,77</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 770.792,73</b>	<b>R\$ 13.932.113,03</b>	<b>R\$ 7.892.700,39</b>	<b>R\$ 6.039.412,64</b>





Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7595 / 7624

Email: [quintasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quintasecex@tce.mt.gov.br)

APLIC





Tribunal de Contas  
Mato Grosso

5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7595 / 7624

Email: [quintasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quintasecex@tce.mt.gov.br)

**Quadro: 13.2 - Disponibilidade Líquida em 30/04/2024 - (ART. 42 – LRF)**

Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	Despesas do Exercício Liquidadas e Não Pagas até abril (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a - b - c - d - e	Despesas do Exercício Empenhadas e não Liquidadas até abril (g)	((In) Disponibilidade Caixa Líquida após Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a - b - c - d - e (Em 30/04) (h) = f - g
Recurso Não Vinculados (Exceto RPPS)									
500	Recursos não Vinculados de Impostos	R\$ 1.053.066,21	R\$ 358.583,46	R\$ 365.900,96	R\$ 0,00	R\$ 632.424,45	-R\$ 303.842,66	R\$ 1.721.976,73	-R\$ 2.025.819,39
501	Outros Recursos não Vinculados	R\$ 68.465,94	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 68.465,94	R\$ 3.856,62	R\$ 64.609,32
502	Recursos não vinculados da compensação de impostos	R\$ 96.510,90	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 96.510,90	R\$ 7.244,28	R\$ 89.266,62
		<b>R\$ 1.218.043,05</b>	<b>R\$ 358.583,46</b>	<b>R\$ 365.900,96</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 632.424,45</b>	<b>-R\$ 138.865,82</b>	<b>R\$ 1.733.077,63</b>	<b>-R\$ 1.871.943,45</b>
Recursos Vinculados (Exceto RPPS)									
540	Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos	R\$ 943.315,25	R\$ 20,64	R\$ 194.083,96	R\$ 0,00	R\$ 167.729,03	R\$ 581.481,62	R\$ 3.690,00	R\$ 577.791,62
	Transferência do								







Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7595 / 7624

Email: [quintasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quintasecex@tce.mt.gov.br)

Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	Despesas do Exercício Liquidadas e Não Pagas até abril (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a - b - c - d - e	Despesas do Exercício Empenhadas e não Liquidadas até abril (g)	((In) Disponibilidade Caixa Líquida após Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a - b - c - d - e (Em 30/04) (h) = f - g
550	Salário Educação	R\$ 106.549,42	R\$ 0,01	R\$ 118,76	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 106.430,65	R\$ 4.390,00	R\$ 102.040,65
552	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	R\$ 19.728,40	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 19.728,40	R\$ 19.402,26	R\$ 326,14
553	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	R\$ 5.753,31	R\$ 11,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.742,31	R\$ 0,00	R\$ 5.742,31
569	Outras Transferências de Recursos do FNDE	R\$ 91.636,20	R\$ 11,08	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 91.625,12	R\$ 0,00	R\$ 91.625,12
	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos								





Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7595 / 7624

Email: [quintasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quintasecex@tce.mt.gov.br)

Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	Despesas do Exercício Liquidadas e Não Pagas até abril (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a - b - c - d - e	Despesas do Exercício Empenhadas e não Liquidadas até abril (g)	((In) Disponibilidade Caixa Líquida após Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a - b - c - d - e (Em 30/04) (h) = f - g
571	Congêneres vinculados à Educação	R\$ 49.224,97	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 49.224,97	R\$ 0,00	R\$ 49.224,97
600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 800.643,25	R\$ 25.829,87	R\$ 450,00	R\$ 0,00	R\$ 2.036,00	R\$ 772.327,38	R\$ 1.172.735,11	-R\$ 400.407,73
601	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	R\$ 48.943,72	R\$ 4.998,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 43.945,72	R\$ 0,00	R\$ 43.945,72
	Transferências								





Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7595 / 7624

Email: [quintasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quintasecex@tce.mt.gov.br)

Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	Despesas do Exercício Liquidadas e Não Pagas até abril (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a -b -c -d -e	Despesas do Exercício Empenhadas e não Liquidadas até abril (g)	((In) Disponibilidade Caixa Líquida após Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a -b -c -d -e (Em 30/04) (h) = f -g
602	Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0.	R\$ 59.417,59	R\$ 5,80	R\$ 1.342,04	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 58.069,75	R\$ 11.060,00	R\$ 47.009,75
	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde								





Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7595 / 7624

Email: [quintasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quintasecex@tce.mt.gov.br)

Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	Despesas do Exercício Liquidadas e Não Pagas até abril (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a - b - c - d - e	Despesas do Exercício Empenhadas e não Liquidadas até abril (g)	((In) Disponibilidade Caixa Líquida após Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a - b - c - d - e (Em 30/04) (h) = f - g
603	- Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0.	R\$ 4.519,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.519,00	R\$ 0,00	R\$ 4.519,00
604	Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias	R\$ 91.441,59	R\$ 0,00	R\$ 33.361,78	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 58.079,81	R\$ 0,00	R\$ 58.079,81
	Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais								





Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7595 / 7624

Email: [quintasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quintasecex@tce.mt.gov.br)

Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	Despesas do Exercício Liquidadas e Não Pagas até abril (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a - b - c - d - e	Despesas do Exercício Empenhadas e não Liquidadas até abril (g)	((In) Disponibilidade Caixa Líquida após Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a - b - c - d - e (Em 30/04) (h) = f - g
605	para profissionais da enfermagem	R\$ 32.197,93	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 32.197,93	R\$ 26.864,99	R\$ 5.332,94
621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	R\$ 258.261,70	R\$ 4.140,70	R\$ 106,61	R\$ 0,00	R\$ 5.248,01	R\$ 248.766,38	R\$ 3.725.958,08	-R\$ 3.477.191,70
622	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes dos Governos Municipais	R\$ 4.606,54	R\$ 56.432,72	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 51.826,18	R\$ 645.518,83	-R\$ 697.345,01
660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	R\$ 102.596,93	R\$ 145,10	R\$ 375,14	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 102.076,69	R\$ 14.491,46	R\$ 87.585,23
	Transferência de Recursos dos								





Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7595 / 7624

Email: [quintasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quintasecex@tce.mt.gov.br)

Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	Despesas do Exercício Liquidadas e Não Pagas até abril (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a -b -c -d -e	Despesas do Exercício Empenhadas e não Liquidadas até abril (g)	((In) Disponibilidade Caixa Líquida após Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a -b -c -d -e (Em 30/04) (h) = f -g
661	Fundos Estaduais de Assistência Social	R\$ 22.479,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 22.479,00	R\$ 0,00	R\$ 22.479,00
669	Outros Recursos Vinculados à Assistência Social	R\$ 13.471,56	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 13.471,56	R\$ 3.147,63	R\$ 10.323,93
700	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	R\$ 885.546,94	R\$ 668.194,42	R\$ 169,11	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 217.183,41	R\$ 0,00	R\$ 217.183,41
701	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	R\$ 9.020.749,28	R\$ 3.038.975,72	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.981.773,56	R\$ 0,00	R\$ 5.981.773,56
	Transferências da União Referentes a Compensações Financeiras pela								





Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7595 / 7624

Email: [quintasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quintasecex@tce.mt.gov.br)

Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	Despesas do Exercício Liquidadas e Não Pagas até abril (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a - b - c - d - e	Despesas do Exercício Empenhadas e não Liquidadas até abril (g)	((In) Disponibilidade Caixa Líquida após Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a - b - c - d - e (Em 30/04) (h) = f - g
704	Exploração de Recursos Naturais	R\$ 51.051,97	R\$ 22.567,31	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 28.484,66	R\$ 0,00	R\$ 28.484,66
706	Transferência Especial da União	R\$ 639.256,76	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 639.256,76	R\$ 0,00	R\$ 639.256,76
711	Demais Transferências Obrigatórias não Decorrentes de Repartições de Receitas	R\$ 191,23	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 191,23	R\$ 0,00	R\$ 191,23
715	Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 5º Audiovisual	R\$ 68.100,09	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 68.100,09	R\$ 0,00	R\$ 68.100,09
716	Transferências Destinadas ao Setor cultural - LC nº 195/2022 - Art. 8º Demais Setores da Cultura	R\$ 27.586,42	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 27.586,42	R\$ 0,00	R\$ 27.586,42
	Transferências da								





Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7595 / 7624

Email: [quintasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quintasecex@tce.mt.gov.br)

Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	Despesas do Exercício Liquidadas e Não Pagas até abril (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a - b - c - d - e	Despesas do Exercício Empenhadas e não Liquidadas até abril (g)	((In) Disponibilidade Caixa Líquida após Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a - b - c - d - e (Em 30/04) (h) = f - g
719	Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399 /2022	R\$ 89.620,15	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 89.620,15	R\$ 0,00	R\$ 89.620,15
749	Outras vinculações de transferências	R\$ 200.465,13	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 200.465,13	R\$ 2.808,30	R\$ 197.656,83
750	Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	R\$ 14.703,78	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 14.703,78	R\$ 0,00	R\$ 14.703,78
751	Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	R\$ 97.275,80	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 9.250,00	R\$ 88.025,80	R\$ 594.157,50	-R\$ 506.131,70
	Recursos de Alienação de Bens /Ativos -								







Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**5ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7595 / 7624

Email: [quintasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quintasecex@tce.mt.gov.br)

Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	Despesas do Exercício Liquidadas e Não Pagas até abril (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a -b -c -d -e	Despesas do Exercício Empenhadas e não Liquidadas até abril (g)	((In) Disponibilidade Caixa Líquida após Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a -b -c -d -e (Em 30/04) (h) = f -g
755	Administração Direta	R\$ 999.346,67	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 999.346,67	R\$ 0,00	R\$ 999.346,67
759	Recursos Vinculados a Fundos	R\$ 125.130,49	R\$ 3.534,96	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 121.595,53	R\$ 102.560,69	R\$ 19.034,84
		<b>R\$ 14.873.811,07</b>	<b>R\$ 3.824.867,33</b>	<b>R\$ 230.007,40</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 184.263,04</b>	<b>R\$ 10.634.673,30</b>	<b>R\$ 6.326.784,85</b>	<b>R\$ 4.307.888,45</b>
RPPS									
>>>>>>	<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 16.091.854,12</b>	<b>R\$ 4.183.450,79</b>	<b>R\$ 595.908,36</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 816.687,49</b>	<b>R\$ 10.495.807,48</b>	<b>R\$ 8.059.862,48</b>	<b>R\$ 2.435.945,00</b>

APLIC

